

Marcos Gerhardt

HISTÓRIA AMBIENTAL DA ERVA-MATE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari.

Co-orientador: Prof. Dr. João Klug.

Florianópolis SC
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gerhardt, Marcos

História ambiental da erva-mate / Marcos Gerhardt ;
orientadora, Eunice Sueli Nodari ; co-orientador, João
Klug. - Florianópolis, SC, 2013.
290 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Erva-mate. 3. Ilex paraguariensis. 4.
História Ambiental. I. Nodari, Eunice Sueli. II. Klug,
João. III. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

História Ambiental da Erva-Mate.

Marcos Gerhardt

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de:

DOUTOR EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora



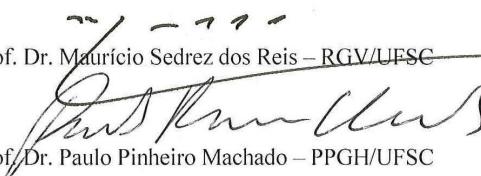
Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC

Prof. Dr. João Klug (Co-orientador) – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel – PPGH/UPF

Prof. Dr. Paulo Afonso Zarth – UNIJUI



Prof. Dr. Mauricio Sedrez dos Reis – RGV/UFSC

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – PPGH/UFSC



Prof. Dr. Marlon Brandt – GEO/UFES

Prof. Dr. Silvio Marcus de Souza Correa (suplente da casa) – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 11 de abril de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Profª. Dra. Eunice Sueli Nodari pela orientação e atenção e ao Prof. Dr. João Klug, pela co-orientação e interlocução. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos concedida, aos arquivos, bibliotecas, museus e seus funcionários e diretores, sem os quais não haveria pesquisa e ao Prof. Dr. Paulo A. Zarth pela sugestão do tema de pesquisa. Agradeço ainda a muitas outras pessoas que contribuíram: Alfredo Ricardo Silva Lopes, André Souza Martinello, Arthur Blásio Rambo, Christian Brannstrom, Dinarte Belato, Fabiele Porazzi, Gilmar Arruda, Isabel Cristina Arendt, José Kormann, José Luiz de Andrade Franco, Luiz Roque Schwertner, Marcio José Werle, Marcos Nestor Stein, Maria da Glória Foohs, Marlon Brandt, Paulo Pinheiro Machado, Roberto Carlos Abinzano, Sandor Fernando Bringmann, Samira Peruchi Moretto, Settimio Presutto, Silvia B. Gómez e Sílvio Marcus de Souza Correa.

RESUMO

A pesquisa trata da história da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e das sociedades humanas da América Meridional que se envolveram com seu extrativismo, cultivo, comércio e consumo durante o século XIX e nas três primeiras décadas do XX. Utiliza a abordagem da história ambiental e faz um recorte fitogeográfico, isto é, considera a área de ocorrência endêmica da erva-mate, que se concentrava no território de quatro províncias ou estados brasileiros, bem como em parte do território da Argentina e do Paraguai. Objetiva estudar a conservação dos ervais nativos e as mudanças socioambientais que estes sofreram durante o período abordado, as ligações da atividade ervateira com os projetos de colonização e as iniciativas de expansão do mercado do mate por meio da propaganda baseada no conhecimento científico da época. Interpreta e confronta informações obtidas em variada documentação, consultada em diversos arquivos, museus e bibliotecas. Estabelece um diálogo e compartilha conceitos com outras ciências, como a Geografia, a Biologia, a Química e a Ecologia. Conclui que houve profundas mudanças socioambientais nas florestas e nos ervais e que elas decorreram de uma complexa combinação de motivos, especialmente as alterações na legislação, a imigração, os projetos de colonização, o aumento populacional, a pressão do mercado ervateiro, a ação do Estado e as modificações tecnológicas.

Palavras-chave: Erva-mate. *Ilex paraguariensis*. História Ambiental.

ABSTRACT

The present research is aimed at approaching the history of “erva-mate” (*Ilex paraguariensis*) and Meridional America human societies engaged in the planting, extractivism, trade, and consumption of the herb during the 19th century and the three first decades of the 20th century. Besides the environmental history approach, this study is a phytogeographic cutout, that is, it takes into account the area of the endemic occurrence of the herb concentrated on the territory of four Brazilian provinces or estates, as well as part of Argentina and Paraguay. Thus, this research studies the conservation of native herbs and the socio-environmental changes they had during the above mentioned period, the relationships of the herbal activity with the colonization processes and the initiatives towards the expansion of the market by means of advertisement based on the scientific knowledge of that time. It also interprets and compares information obtained in documents from several files, museums, and libraries, besides establishing a dialogue and sharing concepts with other science fields such as Geography, Biology, Chemistry, and Ecology Studies. The conclusion is that there were major socio-environmental changes in forests and herb plantations which originated a complex combination of reasons, especially changes in legislation, immigration, colonization projects, population increasing, pressure over the herb market, the activity of the State, and technology development.

Keywords: Erva-mate. *Ilex paraguariensis*. Environmental History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A erva	24
Figura 2 - Flores da <i>Ilex paraguariensis</i>	25
Figura 3 - Frutos da <i>Ilex paraguariensis</i>	26
Figura 4 - Folhas de <i>Ilex paraguariensis</i>	28
Figura 5 - <i>Hedypathes betulinus</i>	30
Figura 6 - <i>Gyropsylla spegazziniana</i>	30
Figura 7 - Folha de <i>Ilex paraguariensis</i> deformada	31
Figura 8 - Fungos sobre a folha de erva-mate: fumagina	33
Figura 9 - Área de ocorrência da erva-mate na América Meridional ..	35
Figura 10 - Bacia hidrográfica do rio Paraná	36
Figura 11 - Área de ocorrência silvestre da erva-mate no Paraná	37
Figura 12 - Cobertura vegetal primitiva	39
Figura 13 - Os municípios no Rio Grande do Sul em 1849	52
Figura 14 - Os municípios no Rio Grande do Sul em 1890	53
Figura 15 - Hidrografia do Norte do Rio Grande do Sul	55
Figura 16 - Limites de Santa Catarina em 1860	64
Figura 17 - Ervais em Misiones, Argentina, no século XIX	65
Figura 18 - Ervais nativos no Paraguai, no século XIX	67
Figura 19 - Carijó	74
Figura 20 - Mapa das principais obras no Oeste do Paraná	94
Figura 21 - Fragmento de planta da colônia Erechim	121
Figura 22 - Projeto de habitação para os indígenas	125
Figura 23 - Projeto de habitação para o “colono nacional”	126
Figura 24 - Áreas florestais e colônias de predominância germânica no Norte do RS: final do século XIX e início do XX ...	161
Figura 25 - Depósito de erva-mate	164
Figura 26 - O pequeno tomador de mate	178
Figura 27 - Estrada Dona Francisca	184
Figura 28 - Corte da erva-mate	188
Figura 29 - Sapeco da erva-mate	188

Figura 30 - Anúncio	190
Figura 31 - O tropeiro loiro	191
Figura 32 - Plantio de <i>Ilex paraguariensis</i>	208
Figura 33 - Monocultivo de <i>Ilex paraguariensis</i>	209
Figura 34 - Erva-mate de Elisabeth	211
Figura 35 - Erva-mate de Elisabeth	212
Figura 36 - Localização de Nueva Germania	214
Figura 37 - Planta das terras de Nueva Germania	215
Figura 38 - Alteração da imagem	219
Figura 39 - Alteração da imagem	220
Figura 40 - Propaganda da erva-mate	233
Figura 41 - Propaganda da erva-mate	234
Figura 42 - Propaganda da erva-mate	235

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exportação de erva-mate pelo Paraguai	95
Gráfico 2 - Exportação de erva-mate no Sul do Brasil	105
Gráfico 3 - Composição da receita da Diretoria de Terras e Colonização: formas de arrecadação da dívida em Santa Rosa RS	135
Gráfico 4 - Composição da receita da Diretoria de Terras e Colonização: formas de arrecadação da dívida em Passo Fundo RS	135
Gráfico 5 - Número de madeireiras registradas em Passo Fundo entre 1907 e 1930	137
Gráfico 6 - Evolução do número de socadores de erva-mate e de serrarias em Lajeado RS	170
Gráfico 7 - Introdução do cultivo de erva-mate em Misiones	206
Gráfico 8 - Exportação brasileira de erva-mate	254

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Registro de ervais privados no Rio Grande do Sul	116
Tabela 2 - Composição da receita de Diretoria de Terras e Colonização em 1920	136
Tabela 3 - Oscilação do preço da erva-mate em Santa Cruz [do Sul] RS	168
Tabela 4 - Alguns produtos coloniais exportados pelos portos de Lajeado, São Gabriel, Arroio do Meio e Encantado RS	171
Tabela 5 - Exportação de erva-mate	171
Tabela 6 - Produção da erva-mate em Ijuí RS	175
Tabela 7 - Exportação de erva-mate de Blumenau	196
Tabela 8 - Exportação de erva-mate para a Europa e EUA	253

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAHMP	Arquivo Administrativo Histórico Municipal de Posadas
AHCA	Arquivo Histórico de Cruz Alta RS
AHJ	Arquivo Histórico de Joinville SC
AHJFS	Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau SC
AHJMIF	Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, Erechim RS
AHML	Arquivo Histórico Municipal de Lajeado RS
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS
AHSBS	Arquivo Histórico de São Bento do Sul SC
AHWR	Arquivo Histórico Dr. Waldemar Rupp, Campos Novos SC
AHR	Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS
APPR	Arquivo Público do Paraná, Curitiba PR
BNAR	Biblioteca Nacional da Argentina, Buenos Aires
BNPY	Biblioteca Nacional do Paraguai, Assunção
BPPR	Biblioteca Pública do Paraná, Curitiba PR
BPSC	Biblioteca Pública de Santa Catarina, Florianópolis SC
CEDOC	Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul, RS
CMALSC	Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Florianópolis SC
IAI	Instituto Ibero-Americano (<i>Ibero-Amerikanisches Institut</i>), Berlim
MADP	Museu Antropológico Diretor Pestana, Ijuí RS
MAMCL	Museu e Arquivo Municipal Carlos Lampe, Rio Negrinho SC
MC	Museu dos Capuchinhos, Caxias do Sul RS
MJC	Museu do Judiciário Catarinense, Florianópolis SC
MJPR	Museu da Justiça do Estado do Paraná, Curitiba PR
MJU	Memorial Jesuíta Unisinos, São Leopoldo RS
MP	Museu Paranaense: Parque Histórico do Mate, Curitiba e Campo Largo PR

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 A <i>ILEX PARAGUARIENSIS</i> NAS FLORESTAS DA AMÉRICA MERIDIONAL	23
2.1 A ERVEIRA	23
2.2 NATUREZA E CULTURA	41
2.3 A FLORESTA NO OLHAR DA CIÊNCIA	44
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
3 O EXTRATIVISMO E A CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS	61
3.1 OS ERVAIS NATIVOS	61
3.2 FAZER ERVA	68
3.3 FALSIFICAR ERVA	82
3.4 A INDÚSTRIA DO MATE	88
3.5 OS FLUXOS	95
3.6 CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS NO RIO GRANDE DO SUL	106
3.7 CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS NO PARANÁ, SANTA CATARINA E MATO GROSSO	144
3.8 CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS NA ARGENTINA E NO PARAGUAI	150
3.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
4 COLONOS ERVATEIROS	157
4.1 UM TEMA POUCO PRESENTE	157
4.2 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL	159

4.3 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA EM SANTA CATARINA	182
4.4 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NO PARANÁ	200
4.5 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NA ARGENTINA	204
4.6 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NO PARAGUAI	211
4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
5 QUEM BEBE MATE TEM VIDA LONGA	225
5.1 TOMAR MATE	225
5.2 A PROPAGANDA DO MATE	228
5.3 AS BASES CIENTÍFICAS DA PROPAGANDA	241
5.4 OS RESULTADOS	251
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
6 CONCLUSÃO	257
REFERÊNCIAS	260
FONTES	277

1 INTRODUÇÃO

Muito se escreveu sobre a história da erva-mate (*Ilex paraguariensis*, Saint-Hilaire) no Brasil e nos países vizinhos. As variadas abordagens existentes incluem o olhar acadêmico sobre sua importância econômica, debates acerca dos sujeitos sociais envolvidos, estudos culturais e coletâneas de manifestações folclóricas sobre o mate. Há ainda, entretanto, mais por ser investigado e escrito sobre esta planta, o produto de seu beneficiamento e as gentes que com ela se envolveram historicamente. Entendeu-se que era possível e necessário pesquisar e escrever uma história da erva-mate que considerasse a abordagem da história ambiental, ou seja, uma pesquisa ligada aos interesses de uma parcela dos historiadores voltados contemporaneamente para o esforço de entender as mudanças socioambientais e as relações humanas com a natureza. A *Ilex paraguariensis*, uma das plantas que integrava a biodiversidade das florestas do Sul da América e as pessoas que viviam de sua extração, preparo, cultivo, transporte, comércio e consumo são os sujeitos de uma história ambiental escrita aqui.

A pesquisa se desenvolveu em torno de uma questão central, que parte de constatações evidentes nos documentos: ainda existiam extensos ervais nativos na América Meridional durante o século XIX. Ao final da década de 1930 a maioria deles estava drasticamente alterada ou havia desaparecido. A questão está formulada, portanto, da seguinte maneira: por que e como a maioria dos ervais nativos desapareceu durante o século XIX e nas décadas iniciais do século XX? A busca por respostas exige conhecer e discutir a presença e o uso desta planta em uma ampla área que corresponde a parte dos atuais territórios dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Mato Grosso do Sul e ainda do Norte da Argentina e do Sudeste do Paraguai. É um recorte espacial amplo, exagerado talvez, se comparado com a maioria das pesquisas históricas contemporâneas, mas é uma opção metodológica que se desvincula parcialmente da divisão administrava dos territórios e considera também os critérios fitogeográfico e hidrográfico, isto é, recorta a área de ocorrência da *Ilex paraguariensis* no século XIX, em parte coincidente com as grandes bacias dos rios Paraná, Paraguai, Iguaçu e Uruguai. Estudou-se a planta

e as sociedades humanas ligadas a ela em uma complexa dinâmica florestal, natural e cultural, em suas interações biológicas com a *Araucaria angustifolia* e com outras espécies animais e vegetais. O foco incide nas mudanças socioambientais que estavam em curso durante o século XIX e no início do XX. Não se perdeu, porém, a mobilidade na escala, passando de um olhar geral e panorâmico para uma visão específica e detalhada sempre que esta for necessária à compreensão da história vivida. O recorte temporal também é amplo e corresponde a uma escolha que objetiva compreender as transformações que aconteceram na longa duração, no período de mais de um século. A opção é justificada pela importância que o mate teve para a economia e as sociedades sulinas durante o século XIX e nas profundas mudanças ocorridas a partir das décadas finais deste.

Se fazem necessárias ainda algumas definições e opções. A primeira delas envolve os conceitos de erva-mate e mate, que são polissêmicos. A palavra erva-mate pode significar tanto a planta quanto o produto final, ou seja, o pó resultante do beneficiamento das folhas, pecíolos e ramos. Os agrônomos e os botânicos usam preferencialmente o termo para se referir ao vegetal, enquanto os economistas o utilizam para tratar do produto, que é objeto de comércio. No texto não é possível escapar totalmente da polissemia. A palavra erva-mate é empregada, prioritariamente, para se referir ao produto, mas existem variações no uso condicionadas pelo contexto. No caso de “história da erva-mate”, a expressão se refere à planta e ao produto. Esta opção considera os usos que fizeram os viajantes, cronistas, autoridades e historiadores, encontrados nos documentos primários e nos textos de referência. Os termos latinos *Ilex paraguariensis* e *Ilex* são escritos exclusivamente para se reportar à planta, bem como as expressões regionais erveira e congonha. A palavra “erva” é uma simplificação de “erva-mate” e pode ter os mesmos dois significados - planta e produto - nos documentos e textos citados. Ela é empregada somente no sentido genérico, como em “atividade ervateira” ou “colonos ervateiros”. Os conceitos de erval nativo e erval silvestre são tratados como sinônimos.

O termo mate, igualmente polissêmico, tem dois significados possíveis. Designa tanto a bebida quanto o universo de atividades, conhecimentos e significados ligados à planta, dependendo do contexto. Mate no sentido indígena de recipiente no qual se bebe ou cuia, não é empregado no texto. A expressão chimarrão é discutida, mas não utilizada por ser um adjetivo para mate.

O texto está estruturado em quatro capítulos: o primeiro denomina-se **A *Ilex paraguariensis* nas florestas da América**

Meridional e traz uma abordagem interdisciplinar. Ele visa compreender, do ponto de vista da História em diálogo com a Botânica, a Ecologia, a Química e a Genética, como a *Ilex paraguariensis* estava inserida nas florestas e quais suas interações com outras espécies que habitavam o mesmo ecossistema. Este primeiro capítulo também foca as percepções que viajantes e cronistas tiveram sobre as florestas americanas do século XIX e as compreensões que elaboraram, especialmente o discurso do lugar intocado, da “floresta virgem”.

O segundo capítulo tem como título **O extrativismo e a conservação dos ervais**. Nele são abordadas as diversas técnicas de coleta e de preparo do mate, o trabalho em meio as florestas, seu significado socioeconômico em amplas redes de comércio, os fluxos, a atuação de empresas ervateiras, as relações socioculturais entre os diversos grupos humanos envolvidos, os discursos que expressam compreensões humanas sobre o ambiente e, com ênfase, os esforços e tentativas governamentais para regular o acesso aos ervais nativos, assegurar a arrecadação de impostos e promover sua conservação. A abordagem ambiental está presente em todos os capítulos, mas neste aparece com destaque, pois concentra o estudo das mudanças que ocorreram no extrativismo da *Ilex*.

O terceiro capítulo trata de uma ligação geralmente desconsiderada pelos historiadores: o envolvimento de colonos que migraram da Europa para o Sul da América com o extrativismo e com o cultivo da erva-mate. Em um intenso movimento populacional que durou da década de 20 do século XIX até os anos 1930 e que incluiu migrações internas posteriores, os colonos desmataram, repovoaram e cultivaram as terras florestais indicadas como disponíveis pelo Estado e por companhias privadas de colonização. Os estudos publicados sobre imigração e colonização geralmente enfatizam a produção agrícola e pecuária nas colônias, mas não focam a produção do mate como uma atividade relevante. Neste capítulo, denominado **Colonos ervateiros**, argumenta-se que o extrativismo, o cultivo, o comércio e o consumo da erva-mate tiveram um lugar expressivo na economia, nos agroecossistemas e nas práticas de sociabilidade de alguns núcleos coloniais formados no Sul do Brasil, na Argentina e no Paraguai. História da colonização por imigrantes e história ambiental, os dois temas prioritários nos estudos acolhidos no Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) da UFSC, estão relacionados nesta parte do texto.

O quarto capítulo, denominado **Quem bebe mate tem vida longa**, trata da propaganda da erva-mate em países europeus e nos

Estados Unidos da América. Nele são analisados os argumentos usados para tentar criar novos mercados consumidores para o mate americano, marcados por um discurso científico que enfatizou e exagerou as qualidades terapêuticas, nutricionais e tônicas das bebidas preparadas com a *Ilex*.

A pesquisa é marcada pela variedade e pela expressiva quantidade de fontes que emprega: imagens fotográficas, textos de diferentes jornais, relatórios e correspondências oficiais, códigos de posturas municipais, inventários *post-mortem*, entrevistas, relatos de viagem, textos de cronistas, contos, objetos, ferramentas, mapas e folhetos publicitários. Qualquer testemunho ou vestígio que contribua para compreender o lugar e o significado da erva-mate nas sociedades e na natureza sulinas foi tratado como uma fonte de pesquisa. Não existe, contudo, uma homogeneidade ou regularidade na distribuição geográfica das fontes. Inventários *post-mortem*, por exemplo, que estão organizados e disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, são de difícil acesso em Santa Catarina e no Paraná, principalmente pela falta de indexação ou de catalogação dos documentos. O mesmo se pode dizer das correspondências oficiais trocadas entre o governo das províncias e os núcleos municipais durante o século XIX. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul elas são facilmente localizadas, mas em Santa Catarina e no Paraná elas são escassas. Por conta disso, algumas lacunas não puderam ser preenchidas e as descontinuidades no texto são parte de um mosaico que não pode ser completado neste momento.

A regularidade das fontes aparece em alguns poucos casos, como nos Relatórios de Presidentes de Província, digitalizados e publicados na internet pelo *Center for Research Libraries*, com sede em Chicago, EUA. Jornais e imagens são dois tipos de documentos que, embora diferentes regionalmente, também estão presentes na maioria dos lugares estudados. No caso dos jornais, a dificuldade está na baixa densidade de informações sobre o mate e no tempo exigido para a busca, ou seja, foi preciso ler centenas de títulos e páginas dos vários periódicos para obter informações relevantes. A viagem para o Norte da Argentina e ao Paraguai, além de permitirem o acesso ao Arquivo Histórico de Posadas e à Biblioteca Nacional de Assunção, viabilizaram a observação das paisagens contemporâneas de uma região que foi central na economia ervateira. Nas duas semanas de pesquisa no Instituto Ibero-Americano, em Berlim, materiais sobre o mate que não estão disponíveis nos arquivos americanos puderam ser consultados.

Por fim, é oportuno esclarecer que a opção por reproduzir vários trechos dos documentos consultados não tem a intenção de apresentar

provas ou ilustrar o texto. Visa, isto sim, colocar o leitor em contato com as fontes que serviram à pesquisa, permitindo-lhe acompanhar a narrativa e observar a construção do texto, concordar com as interpretações elaboradas ou formular outras.

2 A *Ilex paraguariensis* NAS FLORESTAS DA AMÉRICA MERIDIONAL

A milenar camada de húmus, banhada na transpiração acre da terra; o monstro inextricável, imóvel, feito de milhões de plantas atadas num só nó infinito; a úmida solidão onde a morte espreita e onde o horror goteja como nas grutas...
Rafael Barrett.

Neste capítulo aborda-se a ocorrência endêmica da erva-mate nas florestas do Sul do continente americano, sua biologia, as interações com outras espécies vegetais e com a fauna. O principal objetivo é compreender a *Ilex paraguariensis* como um vegetal que integra a complexa biodiversidade florestal, avançando além da abordagem mais frequente na história escrita, que a apresenta essencialmente como uma planta de valor econômico para as sociedades humanas. Os conhecimentos elaborados por ciências como a Botânica, a Bioquímica e a Genética são, na abordagem interdisciplinar adotada aqui, associados com aqueles produzidos pela História e pelas populações tradicionais.

2.1 A ERVEIRA

A erva-mate é uma árvore de folhas perenes que tem entre quatro e oito metros de altura quando adulta¹, mas que pode atingir um tamanho maior quando as condições forem favoráveis ao crescimento (Figura 1). Ela foi classificada pelo viajante e pesquisador francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) no início do século XIX, segundo os critérios da Botânica. De acordo com a classificação taxonômica atual, a erva-mate integra a família *Aquifoliaceae* e o gênero *Ilex*, no qual estão incluídas algumas centenas de espécies espalhadas pelo

1 LORENZI, Harri. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. Nova Odessa: Plantarum, 1992. v. 1. p. 31.

planeta.² Do ponto de vista da Biologia e da Genética é uma planta vascular, angiosperma e diploide. As plantas vasculares são o resultado de uma evolução de milhões de anos a partir das ancestrais aquáticas, “inseparavelmente relacionada com a ocupação progressiva do ambiente terrestre e o aumento da sua independência da água para a reprodução.”³ Estas plantas desenvolveram um eficiente sistema condutor de fluidos que permite transportar água e alimentos mesmo vivendo em terra. A base desta evolução estava na capacidade de sintetizar lignina e incorporá-la nas paredes das células de sustentação da planta e das células condutoras de fluidos, formando um sistema vascular.⁴

Figura 1 - A erva



Fonte: Museu e Arquivo Municipal Carlos Lampe, Rio Negrinho SC. Início do século XX.

As plantas do grupo das angiospermas, como a *Ilex paraguariensis*, são aquelas que possuem sementes, flores, frutos e um ciclo de vida distinto de outras plantas. Neste grupo estão, pelo menos, 300.000 espécies que têm predominado no ambiente terrestre. As flores

2 The International Plant Names Index. Disponível em: <<http://www.ipni.org/>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

3 RAVEN, Peter; EVERT, Ray F.; EICHHORN, Susan E. *Biologia vegetal*. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 386.

4 Ibidem.

são estruturas reprodutivas que, muitas vezes, apresentam pétalas coloridas para atrair os polinizadores, geralmente insetos ou outros animais que transferem grãos de pólen (gametófito masculino) e contribuem para fecundação dos óvulos (Figura 2). Os frutos das angiospermas são muito variados em suas formas e funções. Os frutos carnosos, por exemplo, são comidos por animais que depois eliminam as sementes em suas fezes, ajudando na dispersão e reprodução do vegetal. Outras plantas possuem frutos leves ou sementes com alas, que propiciam a dispersão pelo vento. A semente contém o embrião de uma nova planta e, geralmente, materiais de reserva como carboidratos, proteínas e lipídios que nutrem o embrião na etapa inicial da germinação. As angiospermas resultaram de um longo processo de evolução e coevolução com outras formas de vida que interagiram em ecossistemas complexos.⁵

Figura 2 - Flores da *Ilex paraguariensis*



Fonte: CAMPESTRINI, Sérgio. Flora digital do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/fitoecologia/florars/>>. Acesso em: 4 jun. 2011.

5 Ibidem, p. 452-468.

Figura 3 - Frutos da *Ilex paraguariensis*

Fonte: GIEHL, Eduardo L. H. Flora digital do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/fitoecologia/florars/>>. Acesso em: 4 jun. 2011.

A erva-mate floresce no mês de outubro e frutifica entre janeiro e abril.⁶ Diversos pássaros, como o jacu (*Penelope superciliaris*), consumiam avidamente os frutos carnosos da erva-mate (Figura 3), faziam a dispersão das pequenas e numerosas sementes por meio de suas fezes e, ao mesmo tempo, ajudavam a romper complexa dormência da semente.⁷ O fruto muda de cor durante a formação e maturação, que não ocorre simultaneamente, passando do verde, ao vermelho e ao preto.⁸ As sementes, em número de quatro por fruto, são tão pequenas que é necessário reunir cerca de 140.000 delas para somar um quilograma.⁹ A dormência é uma adaptação da planta ao ambiente, “uma condição especial de suspensão do crescimento.” O embrião dormiente de uma

6 Flora digital do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/fitoecologia/florars/>>. Acesso em: 4 jun. 2011. LORENZI, Harri. *Árvores brasileiras*: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa: Plantarum, 1992. v. 1.

7 ZANON, Ayrton. *Produção de sementes de erva-mate*. Curitiba: Embrapa, 1988. (Circular Técnica, 16).

8 MARIATH, Jorge Ernesto de Araújo et al. Aspectos anatômicos e embriológicos em espécies do gênero *Ilex*. In: WINGE, Helga et al. (Orgs.). *Erva-mate: biologia e cultura no Cone Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 272.

9 ZANON, op. cit.

semente “pode ser 'ativado' apenas por certos sinais do ambiente”¹⁰, como o frio. A semente da erva-mate tem dois mecanismos de suspensão: um está ligado à resistência da casca (tegumento) e o outro está associado à imaturidade do embrião. A passagem da semente da *Ilex paraguariensis* pelo sistema digestivo de algum animal e ou sua permanência no solo por cinco meses ou mais,¹¹ são condições naturais para que a dormência seja superada. Há uma lógica clara: os frutos maturam irregularmente no verão e início do outono, contém sementes que permanecem em dormência durante o inverno e germinam na primavera, época na qual as condições são mais favoráveis ao desenvolvimento da nova planta. Mesmo assim, somente uma parte das sementes germina.

A *Ilex paraguariensis* é considerada diploide porque suas células têm pares de cromossomos homólogos, isto é, existem sempre dois cromossomos iguais em cada célula. Como sua reprodução é sexuada, a partir de árvores masculinas e femininas (espécie dioica), a fecundação com células reprodutivas (que tem a metade dos cromossomos da espécie) de diferentes plantas permite aumentar a variabilidade genética. Isso implica em diferenças de genótipo e de fenótipo que são importantes para a resistência e estabilidade da espécie. As variedades de erva-mate atualmente denominadas de *paraguariensis* e *sincorensis*,¹² são exemplos desta variabilidade. As diferenças no tamanho da folha e na cor do talo (pecíolo), que pode ser branco ou roxo, são expressões morfológicas que também evidenciam a variabilidade genética.¹³

10 RAVEN; EVERT; EICHHORN, op. cit., p. 655.

11 CUQUEL, F. L.; CARVALHO, M. L. M. de; CHAMMA, H. M. C. P. Avaliação de métodos de estratificação para a quebra de dormência de sementes de erva-mate. *Scientia Agrícola*, Piracicaba, v. 51, n. 3, p. 415-421, set./dez. 1994.

12 Lista de espécies da flora do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

13 REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto Miguel; REIS, Ademir (Coord.). *Projeto madeira do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SUDESUL, 1988. p. 284-292.

Figura 4 - Folhas da *Ilex paraguariensis*

Fonte: Acervo do autor.

A erva-mate, compreendida como uma espécie que compunha as florestas da América Meridional, estabeleceu constantes interações com animais, micro-organismos, outras plantas e o ambiente como um todo. Ela integra o ecossistema, definido como “o conjunto de todos os organismos que ocorrem em um determinado local, juntamente com o ambiente com o qual eles interagem.”¹⁴ A Ecologia, que estuda os ecossistemas, mostrou como muitas plantas desenvolveram estratégias químicas para atrair ou se defender de herbívoros, especialmente de insetos. Os compostos alcaloides (metilxantinas como a cafeína) são os mais frequentes e podem ser tóxicos para alguns insetos, além de conferir sabor amargo. A produção e a concentração destes compostos e também das saponinas, são formas de diminuir os danos causados pelos herbívoros que se nutrem da planta, pois a tornam menos palatável e pouco atraente como alimento. Considerando que a *Ilex paraguariensis*

14 RAVEN; EVERT; EICHHORN, op. cit., p. 707.

tem longevidade foliar, faz sentido pensar em mecanismos químicos de proteção contra insetos desfoliadores.¹⁵

Cerca de 100 espécies de pequenos animais interagem com a erva-mate, das quais 85 se alimentam dela.¹⁶ São besouros e suas larvas, borboletas, mariposas e suas lagartas (lepidópteros), ácaros e cochonilhas. Muitos deles contribuem na polinização. Dois insetos se destacam: o primeiro é o *Hedypathes betulinus* (Klug, 1825), representado na Figura 5, conhecido como broca-da-erva-mate. Ele está presente nos ervais durante o ano todo, se alimenta da erva e faz buracos na casca do tronco e nos ramos, onde as fêmeas depositam os ovos, dos quais nascem larvas que se nutrem da planta. Sua ação forma galerias que impedem a circulação normal da seiva e podem prejudicar a planta.¹⁷

-
- 15 COELHO, Geraldo Ceni. *Teores de metilxantinas e saponinas e morfologia foliar de erva-mate (Ilex paraguariensis A. St.-Hil.) sob a influência de diferentes fatores ambientais e em diferentes variedades e populações*. Tese (Doutorado em Bioquímica), UFRGS, Porto Alegre, 2002. SPEIGHT, Martin R.; HUNTER, Mark D.; WATT, Allan D. *Ecology of insects: concepts and applications*. 2. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009. p. 72-74.
 - 16 IEDE, Edson Tadeu; MACHADO, Débora C. Pragas da erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) e seu controle. *Boletim de Pesquisa Florestal*, Colombo, EMBRAPA, n. 18/19, jun./dez.1989. p. 51-60.
 - 17 CHIARADIA, L. A.; MILANEZ, J. M. *Pragas da erva-mate no Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: EPAGRI, 2007. (Boletim Técnico, 134). GUEDES, Jerson Vanderlei Carús; D'AVILA, Márcia; DORNELLES, Sylvio Henrique Bidet. Comportamento de *Hedypathes betulinus* (Klug, 1825) em erva-mate em campo. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 30, n. 6, nov./dez. 2000.

Figura 5 - *Hedypathes betulinus*



Fonte: TEJO, Luis Cesar. Kiritó de la yerba mate. Disponível em: <<http://fotonat.org/>>. Acesso em: 6 dez. 2011.

Figura 6 - *Gyropsylla pegazziniana*



Fonte: PENTEADO, Susete do R. C. Embrapa Florestas. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/>>. Acesso em: 7 dez. 2011.

Figura 7 – Folha de *Ilex paraguariensis* deformada



Fonte: PENTEADO, Susete do R. C. Embrapa Florestas. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/>>. Acesso em: 7 dez. 2011.

O segundo inseto que se evidencia por interagir intensamente com a erva-mate é a *Gyropsylla spegazziniana* (Lizer; Trelles, 1919), popularmente chamada de ampola-da-erva-mate. Ela se alimenta da seiva da erva-mate e causa uma deformação nas folhas novas, que enrolam e formam um espaço protegido, onde são depositados os ovos e se desenvolvem as ninfas (Figura 7). Sua coloração, que varia de verde-clara à amarelada, e suas asas transparentes (Figura 6) a tornam menos visível aos predadores. A *Gyropsylla spegazziniana* vive exclusivamente junto à erva-mate e pode ter até oito ciclos reprodutivos anuais.¹⁸ Pesquisas mostram que há um aumento populacional da ampola-da-erva-mate no início e em meados da primavera, com picos entre outubro e abril.¹⁹

Também a *Thelosia camina* (Schaus), uma pequena mariposa conhecida como lagarta-da-erva-mate, é frequente nos ervais durante a

¹⁸ CHIARADIA; MILANEZ op. cit., p. 12-13.

¹⁹ LEITE, Maria S. P.; ZANOL, Ketí M.; IEDE, Edson T.; PENTEADO, Susete do R. Chiarello. Flutuação populacional de *Gyropsylla spegazziniana* (Lizer y Trelles) (Hemiptera, Psyllidae) e de seus inimigos naturais em erva-mate no município de São Mateus do Sul, PR, Brasil. *Revista Brasileira de Entomologia*, São Paulo, v. 51, n. 4, out./dez. 2007.

primavera. Ela deposita seus ovos na face superior das folhas da *Ilex*, das quais as lagartas se alimentam posteriormente.²⁰

Há uma rede ou teia da vida, conceito empregado por Whitmore para explicar as interconexões de animais e plantas nas florestas tropicais úmidas, mas que se aplica também às florestas meridionais.²¹ Os insetos que se nutrem da *Ilex paraguariensis*, por sua vez, estão ligados a outros animais que não dependem diretamente dela. Um caso é a *Labena florii* sp., uma pequena vespa parasitóide que deposita seus ovos na larva do *Hedypathes betulinus*, parasitando-a, provocando a sua morte e agindo como inimigo natural.²² A *Gyropsylla spegazziniana* ou suas ninfas são fontes de alimento para algumas espécies de joaninhas (família Coccinellidae), para diversas formigas, vários insetos dos gêneros *Ocyptamus* e *Halictophagus*, bem como para ácaros e diferentes insetos das famílias Hemerobiidae e Chrysopidae.²³ Fungos do gênero *Beauveria* podem se desenvolver nas lagartas da *Thelosia camina*.²⁴ A *Ceroplastes grandis* (Hempel, 1900), a cochonilha-de-cera, se instala nos ramos da erva-mate para sugar sua seiva, possui uma camada de cera aquosa protetora e secreta uma substância açucarada que serve de alimento para algumas espécies de formigas. Ao mesmo tempo propicia o desenvolvimento do *Capnodium citri*, um fungo que cobre parte da folha, cujo aspecto se assemelha com a fuligem (Figura 8).²⁵ A cochonilha-de-cera, entretanto, não é exclusiva da erva-mate e interage

-
- 20 BORGES, Larissa R.; LÁZZARI, Sonia Maria Noemberg; LÁZZARI, Flávio Antonio. Comparação dos sistemas de cultivo nativo e adensado de erva mate, *Ilex paraguariensis* St. Hil., quanto à ocorrência e flutuação populacional de insetos. *Revista Brasileira de Entomologia*, São Paulo, v. 47, n. 4, dez. 2003. CHIARADIA; MILANEZ op. cit., p. 21-22.
- 21 WHITMORE, Timothy Charles. *An introduction to tropical rain forests*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 87.
- 22 GRAF, Vinalto; MARZAGAO, Márcia Ribeiro. Ocorrência do parasitóide *Labena florii* sp.n. (Hymenoptera, Ichneumonidae) em larvas de *Hedypathes betulinus* (Klug), broca da erva-mate e em *Chydarteres striatus* (Fabricius), broca da aroeira, (Coleoptera, Cerambycidae). *Revista Brasileira de Zoologia*, v. 16, n. 1, 1999, p. 185-190.
- 23 LEITE et al., op. cit.
- 24 DALLA SANTA, Herta Stutz; SOUSA, Nilton José; PITTMER, Elaine; DALLA SANTA, Osmar Roberto; SOCCOL, Carlos Ricardo. Controle biológico em pragas de *Ilex paraguariensis* (A. St.- Hil.) com fungo *Beauveria* sp. *Floresta*, Curitiba, v. 39, n. 1, p. 67-76, jan./mar. 2009.
- 25 PENTEADO, Susete do Rocio Chiarello. Principais pragas da erva-mate e medidas alternativas para o seu controle. In: WINGE, Helga et al. (Orgs.). *Erva-mate: biologia e cultura no Cone Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

também com outras espécies florestais, como a açoita-cavalo, a aroeira, a cerejeira e o marmeleiro.²⁶

Figura 8 - Fungos sobre a folha de erva-mate: fumagina



Fonte: MUNIZ, Marlove Brião; BARBIERI, Joabel; PINHEIRO, Carlos. *Fitopatologia florestal*. Santa Maria: UFSM. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/fitoflorestal/>>. Acesso em: 22 dez. 2011.

Compreender a existência desta variedade de formas de vida ligada à erva-mate passa pela incorporação do conceito de biodiversidade ou diversidade biológica que

significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.²⁷

A biodiversidade da qual a erva-mate é parte e as complexas interações que ocorrem no ecossistema que ela integra, também podem ser analisadas na dimensão dos vegetais. A ocorrência da erva-mate é

26 SILVA, Aristóteles G. d'Araújo et al. *Quarto catálogo dos insetos que vivem nas plantas do Brasil: seus parasitos e predadores*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1968. Parte 1, p. 139.

27 CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica. 1992. Disponível em: <<http://www.cdb.gov.br/cdb>>. Acesso em: 9 jun. 2011.

endêmica, isto é, existiu na forma silvestre exclusivamente em uma região florestal do Sul da América, com concentração em uma área que corresponde hoje a parte do território dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, à província de Misiones na Argentina e ao Leste do Paraguai, representada na Figura 9. Esta área de ocorrência coincide aproximadamente com as grandes bacias hidrográficas dos rios Paraná, Paraguai, Iguaçu e Uruguai e com algumas de suas sub-bacias, como as dos rios Ijuí e Turvo no Rio Grande do Sul e a do rio Negro, na divisa entre Santa Catarina e Paraná (Figuras 10 e 11). A ocorrência também está associada à altitude, com maior presença da erva-mate em terrenos situados entre 400 e 800 metros acima do nível do mar.²⁸ O paranaense Romario Martins, uma das autoridades no estudo do mate, informou sua ocorrência silvestre também nos estados brasileiros de Minas Gerais e São Paulo.²⁹ Os autores Reitz, Klein e Reis afirmaram haver ocorrência florestal da erva-mate no Uruguai, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador.³⁰

28 LORENZI, op. cit., p. 31.

29 MARTINS, Romario. *Ilex-mate: chá sul-americano*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926, p. 35.

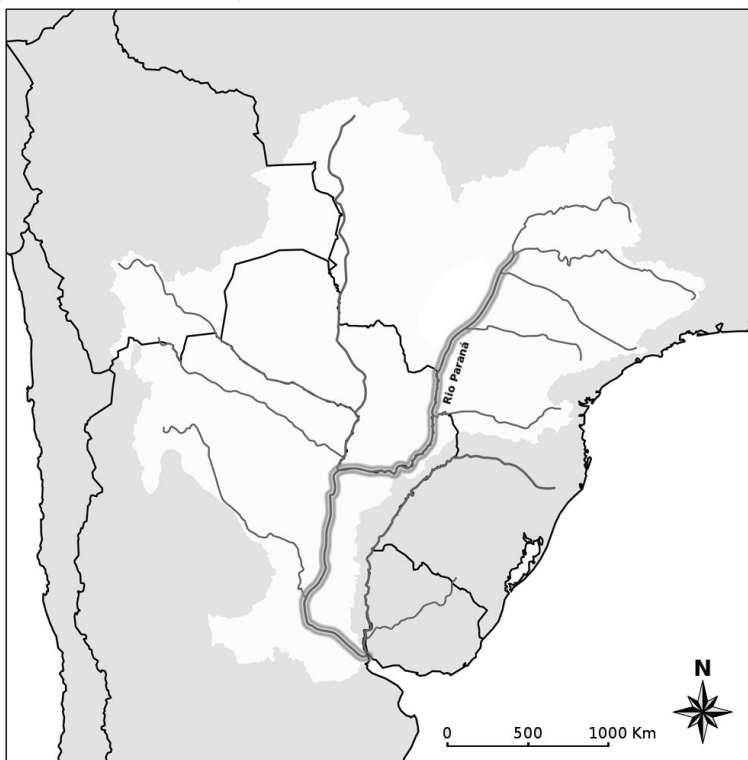
30 REITZ; KLEIN; REIS, op. cit., p. 288.

Figura 9 - Área de ocorrência da erva-mate na América Meridional



Fonte: Elaborado pelo autor com base em LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1969 e Sociedade Nacional de Agricultura. *Distribuição da herva mate no Brasil*. São Paulo: 1908. 1 mapa. AHRs.

Figura 10 - Bacia hidrográfica do rio Paraná



Fonte: Adaptado pelo autor a partir do Google Maps. Disponível em: <http://maps.google.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2011.

Figura 11 - Área de ocorrência silvestre da erva-mate no Paraná



Fonte: INOUE, Mario Takao; RODERJAN, Carlos V.; KUNIYOSCHI, Yoshiko S. *Projeto madeira do Paraná*. Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1984. p. 97.

A erva-mate é uma das espécies da Mata Atlântica brasileira, definida por Warren Dean como:

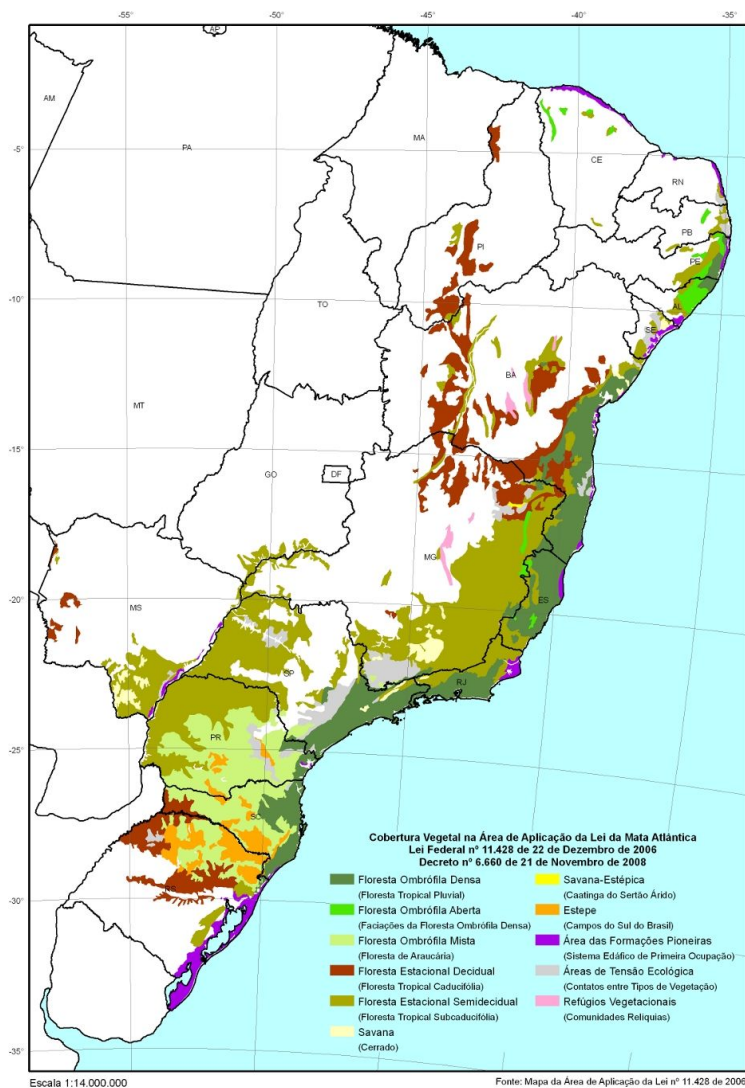
uma imensa floresta ou, mais precisamente, um complexo de tipos de florestas, em geral latifoliadas, pluviais e de tropicais a subtropicais. Entre oito e 28° de latitude sul, interiorizava-se a cerca de cem quilômetros da costa no norte e alargava-se a mais de quinhentos quilômetros no sul. No total, a floresta cobria cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados.³¹

31 DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 24.

O Mata Atlântica brasileira, reconhecida como um bioma, que se estende para o oeste a partir da costa Leste da América do Sul alcançando os territórios atuais do Paraguai e do Norte da Argentina, apresentava três formações florestais ou regiões fitoecológicas (Figura 12) onde a *Ilex paraguariensis* estava mais presente: a Floresta Ombrófila Mista, a Floresta Estacional Decidual e a Floresta Estacional Semidecidual. Nesta classificação fitogeográfica, a primeira formação é marcada por baixo déficit hídrico (poucos meses secos) e pela presença da araucária (*Araucaria angustifolia*, Bertol., O. Kuntze). A Floresta Estacional se caracteriza pela ocorrência de duas estações climáticas bem definidas: seca e chuvosa ou quente e muito fria. Por Decidual se compreende que as árvores que formam a camada superior da floresta, o dossel, apresentam mais de 50% dos indivíduos sem folhas (caducifólio) no período menos favorável do ano. Na Floresta Semidecidual a porcentagem do conjunto de árvores caducifólias está entre 20 e 50%.³² Esta formação era encontrada em vasta área nos atuais estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, especificamente junto ao rio Paraná (Figura 12).

³² VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL Filho, Antonio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

Figura 12 - Cobertura vegetal primitiva



Fonte: IBGE. Mapa da área de aplicação da Lei 11.428 de 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

Conforme o viajante e botânico sueco Carl Axel Magnus Lindman (1856-1928), na ecologia da floresta as plantas que receberam iluminação uniforme e fraca, porque habitaram as partes médias e inferiores, desenvolveram adaptações para melhor aproveitar a luz solar: alta concentração de clorofila nas folhas, tornando-as verde-escuras e a disposição quase horizontal delas, que tem por fim expôr a maior área possível do vegetal à luz.³³ A *Ilex paraguariensis* adaptou-se a um lugar intermediário na floresta, formando o sub-bosque, pois tolera e necessita a sombra de árvores de maior porte. Na Floresta Ombrófila Mista, especialmente na Floresta Ombrófila Mista Montana, que ocorre acima dos 500 metros de altitude, a *Ilex* frequentemente estava associada com a *Araucaria angustifolia* (Bertol., O. Kuntze), a canela-lageana (*Ocotea pulchella*, Mart.) e com a imbuia (*Ocotea porosa*, Nees).³⁴

Na Floresta Estacional Decidual são encontradas combinações da erva-mate com várias árvores como a açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), o cedro (*Cedrela fissilis*) e a canjarana (*Cabralea canjerana*). Além de proteger do sol, que pode causar queimaduras nas plantas jovens de *Ilex*, a floresta cria um ambiente no qual a umidade do ar e a temperatura se mantém em níveis mais adequados aos seus habitantes e onde acontece a ciclagem de nutrientes pelos vegetais: as raízes os absorvem em diferentes camadas do solo para serem incorporados nas folhas e nos demais tecidos; posteriormente, por meio da renovação periódica das folhas e de outras partes da planta e da decomposição da camada de húmus por micro-organismos, os nutrientes são liberados na superfície do solo da floresta e ficam disponíveis para entrar em novos ciclos vitais. A grande biodiversidade é marca fundamental da Floresta Ombrófila Mista e da Floresta Estacional Decidual. Ela aumenta a resiliência do ecossistema, isto é, sua capacidade de se recuperar das perturbações.³⁵

A erva-se desenvolve melhor em solos profundos, ácidos (pH abaixo de 5) e com expressivo teor de alumínio.³⁶ O alumínio trocável, quando for predominante e estiver concentrado no solo, pode ser tóxico

33 LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 238.

34 IBGE. *Manual técnico da vegetação brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. p. 21.

35 HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 4, p. 1-23, 1973. GUNDERSON, Lance H. Ecological resilience: in theory and application. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 31, p. 425-439, 2000.

36 OLIVEIRA, Yeda Maria Malheiros; ROTTA, Emilio. Área de distribuição natural de erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.). *Anais do X Seminário sobre atualidades e perspectivas florestais: silvicultura da erva-mate*. Curitiba: Embrapa/IBDF, 1985. p. 28.

para muitas plantas,³⁷ mas é suportado pela *Ilex*. Embora necessite de umidade constante e de chuvas frequentes, a erva-mate não se desenvolve em terras encharcadas³⁸, nem nos campos ou no litoral marítimo. Onde as condições ambientais são adequadas, ela forma agrupamentos densos, conhecidos como ervais.³⁹

2.2 NATUREZA E CULTURA

Esta parte do texto, na qual os humanos não figuram como os principais atores da história, visa compreender a dinâmica da natureza, que é muito anterior a própria ação humana. Ela corresponde ao esforço que o historiador norte-americano Donald Worster denominou de primeiro nível da história ambiental e que “envolve a descoberta da estrutura e distribuição dos ambientes naturais do passado”. Para este autor “Antes que se possa escrever sobre a história ambiental, deve-se primeiro entender a própria natureza – especificamente como a natureza estava organizada e funcionava nos tempos passados.”⁴⁰ Em uma lógica clássica de separação entre natureza e cultura, a primeira corresponde ao “mundo não humano, o mundo que não criamos em nenhum sentido primário”, enquanto que a cultura é fruto da ação e da criação humana, uma “segunda natureza”. Worster, que é reconhecido como um dos fundadores da história ambiental, aponta a existência de uma grande dificuldade para diferenciar natureza e cultura, isto é, “à medida que a vontade humana crescentemente deixa sua marca sobre as florestas, cadeias genéticas e mesmo oceanos, não há uma maneira prática de se distinguir entre o natural e o cultural”. Entretanto, para aquele autor “vale a pena manter a distinção, porque esta nos lembra que nem todas as forças que trabalham no mundo emanam dos humanos”.⁴¹ A simultânea dificuldade e necessidade de diferenciação entre natureza e cultura também é ressaltada por Simon Schama, para quem

...a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de

37 PRIMAVESI, Ana. *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*. São Paulo: Nobel, 2002. p. 100.

38 CARPANEZZI, Antonio A. et al. Queda anormal de folhas de erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) em 1983. *Anais do X Seminário sobre atualidades e perspectivas florestais: silvicultura da erva-mate*. Curitiba: Embrapa/IBDF, 1985. p. 142.

39 REITZ; KLEIN; REIS, op. cit., p. 288-289.

40 WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*. v. V, n. 2, ago./dez. 2002. v. VI, n. 1, jan./jul. 2003. p. 26.

41 Ibidem, p. 25-26.

rochas. Claro está que, objetivamente, a atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta independe da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes da caótica ascendência do *Homo sapiens*. Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior.⁴²

Os humanos não estão ausentes deste primeiro capítulo, pois os conhecimentos sobre a natureza são fruto do trabalho de botânicos, entomólogos, biólogos, ecólogos, agrônomos e outros cientistas que, desde o século XIX, fazem esforços intelectuais para classificar, catalogar, compreender e explicar a natureza em sua complexidade e dinâmica. Neste sentido, Worster argumentou que:

Podemos supor também que a natureza se refere a algo radicalmente distinto de nós, que ela está em algum lugar “lá fora”, parada, sólida, concreta, sem ambigüidades. Num certo sentido, isso é verdade. A natureza é uma ordem e um processo que nós não criamos, e ela continuará a existir na nossa ausência. [...]. Ainda assim a natureza é também uma criação de nossas mentes, e por mais que nos esforcemos para ver o que ela é objetivamente em si mesma, por si mesma e para si mesma, em grande medida caímos presos nas grades de nossa própria consciência e nas nossas redes de significados.⁴³

Schama enfatizou a dimensão cultural desta ideia. Em seu livro *Paisagem e Memória*, analisou a formação de algumas paisagens europeias e defendeu que:

Paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha. Tal é o argumento deste livro. No entanto, cabe também reconhecer que, quando uma determinada idéia de paisagem, um mito,

42 SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 17.

43 WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, n. 8, 1991, p. 210.

uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário.⁴⁴

José Augusto Pádua reforçou os argumentos de Worster quando escreveu: “A história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas também reconhecer a historicidade dos sistemas naturais. O desafio, [...] é construir uma leitura aberta e interativa da relação entre ambos.”⁴⁵ Warren Dean, que publicou uma precursora história da Mata Atlântica brasileira, disse que sua obra:

não é uma história natural; ou seja, não é uma explicação das criaturas da floresta e das relações que estas mantém entre si. É, antes, um estudo da relação entre a floresta e o homem. [...] a intenção foi a de retratar a Mata Atlântica como algo mais que uma atraente reserva de recursos ou um desafio à ambição humana.⁴⁶

Escrever uma história da erva-mate exigiu estabelecer diálogos com diferentes ciências. Donald Worster, Enrique Leff, José Augusto Drummond, José Augusto Pádua e Manoel González de Molina, intelectuais reconhecidos por seu vínculo com a história ambiental, são unânimes em dizer que a interdisciplinariedade é condição essencial para escrevê-la.⁴⁷ Sem um olhar que transponha as fronteiras das disciplinas, a compreensão da complexidade dos temas em estudo não é integral. A história ambiental pode, se considerar os conhecimentos da Biologia, da Ecologia, da Geologia, da Química, da Física e de outras ciências, compreender como funcionavam os ecossistemas no passado. A base para esta compreensão está na possibilidade de ampliar a escala

44 SCHAMA, op. cit., p. 70.

45 PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados* (São Paulo), v. 24, n. 68, 2010. p. 97.

46 DEAN, op. cit., p. 28.

47 WORSTER, 1991; LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001. p. 60. DRUMMOND, José Augusto. *Ciência socioambiental: notas sobre uma abordagem necessariamente eclética*. In: ROLIM, Rivail Carvalho; PELLEGRINI, Sandra Araújo; DIAS, Reginaldo (Orgs.). História, espaço e meio ambiente. Maringá: Anpuh-PR, 2000. p. 11-42. PÁDUA, 2010, p. 95. MOLINA, Manuel González de. La crisis de la modernidad historiográfica y el surgimiento de la historia ecológica. In: *História e meio ambiente: o impacto da expansão europeia* - Actas do Seminário Internacional. Madeira, Portugal: Centro de Estudos de História do Atlântico; Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1999. p. 17-51.

do tempo histórico. Considerando que as mudanças evolutivas e adaptativas naturais acontecem muito lentamente, se pode inferir, por exemplo, que o processo de reprodução natural de uma planta estudada na segunda metade do século XX seja o mesmo que ocorria no século XIV. É evidente que neste período de seis séculos ocorreram mudanças ambientais que podem ter interferido na reprodução da planta, mas não ao ponto de alterar profundamente sua lógica reprodutiva. Dean lembrou que “talvez seja impossível representar a Mata Atlântica, exceto mediante sua analogia com a Floresta Amazônica ou reconstituição especulativa com base em extrapolações das faixas remanescentes ainda encontradas.”⁴⁸ É precisamente uma representação aproximada da *Ilex paraguariensis* em meio a floresta, dentro dos limites do possível, que se faz nesta primeira parte do texto.

É difícil saber há quanto tempo as populações humanas conhecem e usam a erva-mate. Os humanos chegaram no Sul da América, segundo Arno Kern, entre 13.000 e 8.500 anos antes do presente.⁴⁹ Sobre a interação destas primeiras populações com a floresta se têm poucas informações. Os relatos europeus sobre a utilização do mate por povos da etnia Guaraní na América iniciam no século XVI, com destaque para a obra do padre Antonio Ruiz de Montoya, publicada em 1639.⁵⁰ A atuação dos padres missionários da Companhia de Jesus em terras americanas, nos séculos seguintes, incluiu a extração de expressiva quantidade de erva-mate pelas populações Guaraní organizadas em reduções.

2.3 A FLORESTA NO OLHAR DA CIÊNCIA

No século XIX os intelectuais olharam mais atentamente para as florestas, época na qual “a ciência descobre a floresta”, cronistas redigem suas impressões e engenheiros relatam suas expedições.⁵¹ Não foram muitos os viajantes e cronistas que se embrenharam nas florestas do Sul da América. O padre Manuel Aires de Casal registrou, em 1917, que no Paraná:

48 DEAN, op. cit., p. 31.

49 KERN, A. Origens da ocupação pré-histórica do Rio Grande do Sul na transição do pleistoceno-holoceno. In: KERN, Arno (org.). *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

50 MONTTOYA, Antônio Ruiz de. *Conquista espiritual*: feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

51 DEAN, op. cit., p. 134.

O vegetal do mate é um arbusto grande com folha semelhante à da laranjeira, e gosto de malva; esta é a que se aproveita. Dizem que a melhor é a da Serra Maracaju. Não se espera que as folhas caiam: depois de colhidas são torradas por alguns dos métodos aprovados, comumente sobre couros entre duas fogueiras. Toma-se quase como chá; e por certo que tem utilidades. O uso desta bebida dominava de tempos imemoráveis entre os indígenas da parte setentrional desta província; foram eles os que o introduziram entre os primeiros habitantes de Assunção.

[...]

As árvores do mate criam-se espontaneamente, e são mui comuns. O grande uso, que desta bebida se faz na província, e nas de Santa Catarina e Rio Grande, e já adotado por muita gente na metrópole, augura ao país outro ramo de comércio.⁵²

Saint-Hilaire passou, na década de 1820, pela região da província de São Pedro do Rio Grande do Sul onde foram construídas as reduções jesuítas e escreveu:

Santo Ângelo é a última das aldeias das Missões do lado leste. Mais adiante se elevam grandes florestas que se ligam às do Sertão de Lajes, servindo de asilo aos índios selvagens. Essa aldeia é a mais escondida de todas, pois está situada numa região florestal e montanhosa, cujo acesso exige a travessia de dois rios perigosos [...].⁵³

A descrição desta floresta como grande e duplamente perigosa contrasta com o tom romântico que Saint-Hilaire usou para se referir à vegetação do Rio de Janeiro, onde “Florestas virgens, tão antigas quanto o mundo, exibem sua majestade quase às portas da cidade, formando um contraste com as obras humanas.”⁵⁴ A erva-mate, enquanto árvore que

52 CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. p. 80; 109.

53 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 378.

54 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*. Tradução de Afonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 13.

integra a paisagem, aparece pouco em seus relatos, com destaque para a frase:

A alguma distância do extremo dos Campos Gerais, a região torna-se mais montanhosa e mais coberta de matas. Além desse extremo, entra-se numa sombria floresta; Curitiba, que, entretanto, logo alcançamos, está ainda situada numa planície desnuda e ridente. Nas matas vizinhas dessa cidade cresce, abundantemente, o mate cujas folhas e ramos constituem objeto de importante comércio.⁵⁵

No relato da viagem entre Curitiba e Paranaguá, Saint-Hilaire escreveu ainda que a “árvore da congonha, ou árvore do mate, [...] é uma árvore de pequeno porte, ramosa no topo, muito folhuda, mas cuja forma não tem nada que a caracterize. [...] As folhas de árvore, quando verdes, não têm cheiro, e o seu sabor é do de uma planta herbácea um pouco amarga.”⁵⁶

Poucos anos depois, o também francês Arsène Isabelle viajou pelos territórios do rio da Prata e pela província de São Pedro do Rio Grande do Sul. No final de 1833, navegando a partir de Itaquí, ele observou:

A 25, seguimos viagem para São Borja; mas, desta vez, pelo leito do Uruguai, que havia baixado mais de vinte pés em oito dias. Como a chalana era grande e coberta, não tivemos necessidade de passar as noites em terrenos pantanosos. Além disso, pudemos gozar verdadeiramente a vida contemplativa, pois o espaço de trinta léguas que nos separava da primeira Missão está coberto, ao longo do Uruguai, de florestas magníficas, onde um luxo de vegetação brasileira se desenrola a cada passo.⁵⁷

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p. 88.

⁵⁷ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Teodemiro Tostes. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 193.

Isabelle observou a variedade de aves e, a partir de São Borja, avistou o rio Uruguai que “era velado, em parte, por espessas e magníficas florestas.”⁵⁸ Adiante, quando se referiu a Santo Ângelo, um dos sete povos das missões orientais fundadas pelos padres jesuítas, o situou “nos ervais, na margem direita do Ijuí”, que são as “Florestas onde cresce o arbusto, impropriamente chamado *erva-do-paraguai* e das Missões. Foi descrito pelo sr. Auguste Saint-Hilaire sob o nome de *Ilex paraguayensis* [...]”.⁵⁹

No relato de viagem do comerciante de origem francesa Nicolau Dreys, publicado em 1839, “os matos ainda desconhecidos do Alto Uruguai”⁶⁰ eram uma das fronteiras do território das Missões instaladas na margem esquerda do rio Uruguai.

Em 1857 e 1858 o engenheiro Francisco Rave coordenou uma expedição que percorreu o Noroeste da província do Rio Grande do Sul, conheceu “os imensos mattos que se estendão na costa do Uruguai” e relatou a existência de ervais silvestres na cabeceira do rio Pinday, também denominado Santo Cristo. Adiante, próximo de Nonohay, o engenheiro andou junto às margens do rio Goiyenna (hoje rio Passo Fundo) e percebeu mudanças microclimáticas e de composição da floresta, como a ausência da araucária e a ocorrência de angico, cedro, louro e de variadas palmeiras.⁶¹ Naqueles anos Rave fez ainda uma expedição pelo rio Ijuí, até a foz no rio Uruguai, visando avaliar o quanto aquele era navegável. Também um reconhecimento do rio Uruguai, no trecho de Nonoai a São Borja RS, foi relatado pela administração da Província em 1858.⁶²

O engenheiro Francisco Nunes de Miranda chefiou um grupo que percorreu a mesma região da província e redigiu, em 1859, um relatório com o título: *Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura*. Nele escreveu:

A erva-mate se encontra em toda a mata que circunda o município desde a margem direita do Ijuizinho na sua foz no Ijuí Grande, seguindo pelas matas que margeiam este rio até a balsa de

58 Ibidem, p. 194.

59 Ibidem, p. 198.

60 DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão; EdPUCRS, 1990. p. 72.

61 RAVE, Francisco. *Relatório dos campos do Serro Pellado, Ijuí e Uruguai explorados em 1857-1858*. AHRs.

62 Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, 1858. p. 6.

Santo Ângelo e daí pelo pontão de serra que une as matas do Uruguai as do mesmo Ijuí Grande, costeando depois as matas que se encostam a margem esquerda do Uruguai até a margem esquerda do rio da Várzea [...] que segue para o município da Cruz Alta da do Passo Fundo. Da margem direita do rio da Várzea segue costeando ainda as matas do Uruguai até a barra do arroio do Passo Fundo; sobe depois por este arroio em ambas as margens comunica-se à Serra Geral e vai terminar por um pontão da mesma Serra Geral que fenece a $\frac{3}{4}$ de légua da estrada da Cruz Alta à Soledade na margem direita do rio Jacuí Grande.⁶³

A seguir, Miranda fez um esclarecimento importante:

A extensão total compreendida desde a barra do Ijuizinho até onde desaparece a erva perto da estrada da Soledade é pouco mais ou menos 120 léguas. Não se deve entretanto supor que em toda essa extensão se encontra exclusivamente a árvore de cujas folhas se fabrica a erva-mate nem que essa árvore seja a única ou singular no seu grupo sem variedade alguma. A erva se apresenta em reboleiras ou manchas (como vulgarmente se diz) em toda essa extensão, e onde essas reboleiras são maiores e mais puras, isto é, onde predomina quase exclusivamente a árvore do mate torna-se um erval. Os ervais quase sempre separados e nomeados segundo os rios que os limitam, subdividem-se entretanto em muitas outros cujos nomes são umas vezes as dos erveiros que as descobriram, outras motivadas por qualquer incidente acontecido na ocasião da descoberta sem que haja para as separar divisa natural mas somente torna-se entre eles a erva mais rara.⁶⁴

Ainda em 1859 ocorreu uma exploração do rio Turvo, no Norte do Rio Grande do Sul, que visou verificar sua navegabilidade e localizar ervais silvestres. O retorno daqueles que desceram pelo rio se deu pelo “sertão”. O relatório indicou alguns lugares como “próprios para

63 MIRANDA, Francisco Nunes de. *Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura*. 1859. AHRs.

64 Ibidem.

plantações, engenhos de serrar, ou qualquer outra indústria”, registrou variações na vegetação da floresta e concluiu que a navegação no rio Turvo é impossível em grande parte de seu percurso, independente da época do ano.⁶⁵

Quando o médico e viajante alemão Robert Avé-Lallemant visitou o vale do rio dos Sinos, na metade do século XIX, ele chegou ao início da serra e encontrou uma floresta verde-negra que chamou de “maravilhosa oficina da natureza”. Nela viu “atletas vegetais agarrados, sem que um vença o outro. Mas já um terceiro deitou seu forte braço em torno dos dois, penetrando-os e estorvando-lhes a circulação, enquanto nos altos galhos uma pequena floresta de parasitas verdejantes lhes suga a seiva e as prepara para a queda”. Adiante o viajante escreveu o quanto a floresta era rica em madeiras úteis e que parte dela “encerra muita erva-mate”.⁶⁶

Na década de 1860 foram publicados na França estudos da missão científica ligada à *Société Imperiale et Centrale d'Agriculture de France*, que tinha a frente Alfred Demersay pesquisando especificamente o mate nas florestas da América do Sul. A missão registrou que a “preciosa árvore” abundava principalmente:

no Paraguay, onde ela cobre as ramificações sul orientais da serra de Mbaracayù, as vizinhanças de Villa Rica, de Curuguaty e do Salto Grande, sobre as duas margens do Paraná; ao norte de San Estanislado; em Entre-Rios, ao norte das Missões, ela forma as florestas impenetráveis que se estendem sobre a margem esquerda do Uruguai, depois de Santo Angelo, e ao lado oriental, na direção das Serras do Erval e dos Tapes. Estas florestas ainda pouco conhecidas se juntam, ao norte, aos ambientes de Curitiba, na província de São Paulo.⁶⁷

O engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither, quando chegou ao Planalto de Curitiba em 1872 e conheceu a floresta com araucárias, a descreveu com detalhes que foram além da vegetação predominante:

65 Exploração do Rio Turvo [Relatório da]. 1859. AHRs.

66 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980. p. 118-120; 140.

67 DEMERSAY, Alfred. *Étude économique sur le maté ou thé du Paraguay*. Paris: Bouchard-Huzard, 1867. p. 12.

O frescor delicioso do ar me lembrou fortemente de uma dessas manhãs brilhantes de outubro que ocasionalmente ocorrem na Inglaterra. Parecia-nos estar respirando a verdadeira essência da vida enquanto caminhávamos. Tudo em volta como que partilhava deste gozo de viver. As florestas de pinheiros estavam fervilhando com diferentes tipos de aves [...].⁶⁸

No final da década de 1880 o cronista Cruzaltense Evaristo Affonso de Castro registrou a existência, no Norte do Rio Grande do Sul, de florestas contendo árvores como pinheiro, cedro, louro, cabriúva, canela, angico, “guarapiapunha”, ipê, guajuvira, timbauva, quebracho, paineira, cambará, rabo-de-bugiu, cereja, araçá, pitanga, guabiroba e ovaia, bem como a presença de tamanduá, anta, veado, porco, paca, cutia, jaguatirica, gato, leão baio, “guarachaim”, lontra, variados tatus, bugio e cinco espécies de veados. Em sua lista incluiu ainda aves que habitavam o campo ou a floresta, como macuco, uru, “inhandú”, saracura, jacu e também abelhas como a mumbuca, guarupú, mandury, tubuna, mandaguahy, vora, jeiehy, mirim, mirim-guaçú, iratim, irauçu, iramirim, irapuá e a mandassaia. Por fim, a diversidade de peixes nativos registrada pelo cronista formou uma longa e variada lista.⁶⁹

No capítulo que tratou especificamente do município de Santo Antonio da Palmeira (criado em 1864), Castro comentou que “Os mais importantes e extensos ervaais da província estão situados neste município.”⁷⁰ Palmeira e Cruz Alta correspondiam ao território de grande parte do Norte da província do Rio Grande do Sul e estão representados nas Figuras 13 e 14 em momentos distintos da divisão administrativa. Santo Antonio da Palmeira, ou simplesmente Palmeira, corresponde ao atual município de Palmeira das Missões RS. O cronista Castro comentou ainda a existência de grandes florestas, de úteis e abundantes madeiras que poderiam ser exploradas e transcreveu o relatório de uma expedição de exploração chefiada e registrada pelo agrimensor Maximiliano Beschoren:

68 BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. *Pioneering in south Brazil: three years of forest and prairie life in the province of Paraná*. Londres: John Murray, 1878. p. 70. (Tradução nossa).

69 CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da região missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887. p. 68-205.

70 Ibidem, p. 120.

Contemplei cheio de admiração essas matas que orlam o Alto Uruguai, cuja vegetação gigantesca extasia o observador e que desconhecem inteiramente a potência do braço humano erguendo-se para lançá-las em terra; são os representantes de uma vegetação secular e, mais, são matas ainda virgens.⁷¹

A ideia de uma grandiosa floresta intocada é reforçada no trecho onde o agrimensor relatou a chegada da expedição ao rio Uruguai:

A nossa alegria foi indescritível. Fizemos ecoar nesse lugar o ribombo de nossas armas, anunciando à essas matas seculares que homens civilizados ali se achavam cheios de júbilo por terem conseguido o fim de sua exploração e, admirados por tantas belezas naturais, contemplávamos o grandioso espetáculo que só a mão do Criador do Universo pôde patentear ao homem, na imponente cena em que lhe descortina o majestoso Uruguai. Se há momentos na vida que o homem nunca pode esquecer-los, este é um deles!⁷²

Em seu próprio livro, Beschoren escreveu suas impressões sobre “extraordinária vegetação da floresta do Alto Uruguai”, especificamente aquela da margem dos rios, que “consiste num impenetrável enredo de espinhos e cipós das mais diferentes espécies. Querer entrar na mata ribeirinha sem facão, é uma tentativa inútil. Eu nunca havia encontrado uma mata assim, tão fechada!”. Adiante em suas narrativas, voltou a comentar:

Que imensa e variada vegetação opõe-se a nós! Que árvores gigantesas! De uma para outra, se entrelaçam os cipós, em múltiplas formas, cobertas por raras e belas orquídeas. No solo um impenetrável enredo de fetos, espinhos, juncos, cipós e árvores caídas. A Selva alarma e atemoriza o invasor, pela impressão causada dos vegetais e o caos inextricável.⁷³

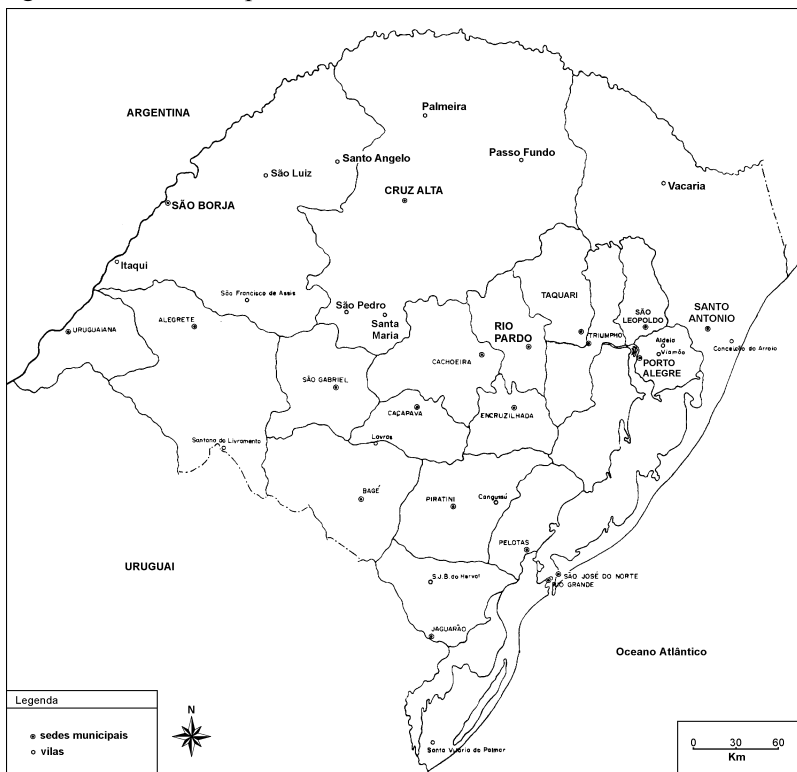
71 Ibidem, p. 249.

72 Ibidem, p. 261.

73 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul: 1875-1887*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 49; 104.

Ao finalizar seu livro Beschoren registrou, mais uma vez, o modo como compreendeu aquela floresta: “Em toda a Província, não conheço outro lugar tão maravilhoso, como o vale do Goio-En, em Nonoai. Este território abrangendo centenas de milhas quadradas, é na sua maior parte, ainda terra selvagem, coberta de mato, de mata-virgem, um chão ainda não tocado pelo homem civilizado”.⁷⁴

Figura 13 - Os municípios no Rio Grande do Sul em 1849



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de FELIZARDO, Júlia Netto. *Evolução administrativa do Rio Grande do Sul: criação dos municípios*. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, sd.

74 Ibidem, p. 192.

Figura 14 - Os municípios no Rio Grande do Sul em 1890



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de FELIZARDO, Júlia Netto. *Evolução administrativa do Rio Grande do Sul: criação dos municípios*. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, sd.

Em 1893, Lindman descreveu a floresta do vale do rio Ijuí, que “existia em todo o seu grandioso isolamento”, “cercado de campos extensos”, formando camadas de diferentes alturas, nas quais “Grupos grandiosos e ricos de cipós encontram-se nos logares apropriados dos andares mais altos”. Observou que havia “grande abundância em taquarussú [de] várias espécies” que “crescem em moitas extensas sobre áreas de vários hectares. Seus colmos da grossura de um braço estão afastados uns dos outros, mas formam arcos completos da altura de 10

metros e enchem a matta até o chão com sua folhagem verde-clara, densa e abundante.”⁷⁵

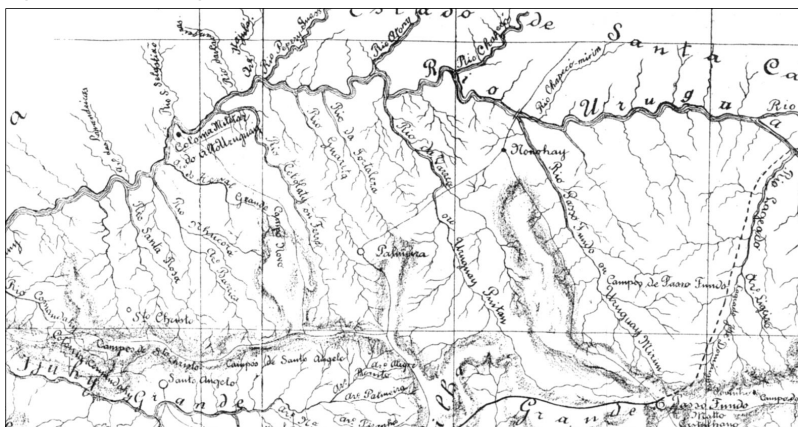
O cronista Hemetério José Velloso da Silveira escreveu, em 1909, sobre a variedade de vegetação, inclusive flores e plantas medicinais, que podia ser encontrada no território que pertenceu às missões jesuíticas. Em seu livro há listas de espécies animais e vegetais que habitavam a região, hoje testemunhos da biodiversidade que marcava aqueles ecossistemas ainda no início do século XX. No capítulo sobre o município de Palmeira o autor destacou que “Neste vasto perímetro está compreendido parte da Cordilheira do Ijuí, ainda não colonizada, toda a que circunda o Campo Novo e a de Nonoai desde a foz do Passo Fundo até a do rio Guarita. Além dessas grandes florestas, não muito devastadas, há diversos rincões de campos [...]”⁷⁶ Um fragmento do mapa encartado no livro de Velloso da Silveira, reproduzido na Figura 15, contém a representação de numerosos cursos de água, afluentes da margem esquerda do rio Uruguai, onde predominavam as florestas nas quais estavam situados os ervais nativos. No vale da outra margem daquele rio, embora não representado com o mesmo detalhamento, as florestas e os ervais tinham semelhante constituição. Conforme o cronista Alejo Peyret, um francês radicado na Argentina no século XIX, lá a erveira era encontrada sempre nas imediações de arroios e de terrenos bem irrigados.⁷⁷

75 LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 198-202.

76 SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909. p. 322.

77 PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881. p. 88. (AAHMP).

Figura 15 - Hidrografia do Norte do Rio Grande do Sul



Fonte: SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909.

Nos registros das impressões de alguns viajantes e cronistas sobre a floresta, os ervais nativos e outros ecossistemas do Sul da América se nota a compreensão de que o ambiente está intoxicado, “em pleno estado primitivo da natureza”⁷⁸ escreveu Avé-Lallemant se referindo aos campos da região de Lages SC em meados do século XIX. Também para Lindman, no Rio Grande do Sul do final do mesmo século ainda existia:

matta intacta e primitiva, verdadeira matta virgem. Sabe-se, por exemplo, que nas colonias alemãs e italianas ainda há florestas no mesmo estado em que foram entregues pelos agrimensores do governo, que foram as primeiras pessoas civilizadas que entraram com os seus auxiliares nestas mattas incognitas e cheias de animais bravios, para as medir e dividir em lotes ou propriedades, abrindo nellas as primeiras “picadas” ou linhas divisorias. Muitos destes lotes florestaes demarcados ainda não estão occupados, e outros ha em que o proprietario pode designar

78 AVÉ-LALLEMANT. Robert. Segundo capítulo. In: *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980. p. 60.

mattas em que elle, o primeiro dono, nunca entrou com o seu machado, e onde talvez nunca pisasse pé humano.⁷⁹

Em sua obra principal, *A vegetação no Rio Grande do Sul*, Lindman usou intensamente o conceito de matas virgens, isto é, aquelas que “conservam o seu caracter primitivo, original, intacto”, formadas pela mata alta associada com outros níveis ou camadas de vegetação. A mata alta era constituída pelas árvores essenciais, que alcançavam grandes dimensões e continha espécies como cabriúva, ingá, angico, camboatá, mamica-de-cadela, açoita-cavalo, canela preta, erva-mate, louro, guajuvira, tarumã, ipê e outras.⁸⁰

O sociólogo Antonio Carlos Diegues escreveu sobre o mito moderno da natureza intocada, que definiu como “uma representação simbólica pela qual existiram áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado 'puro' até anterior ao aparecimento do homem.”⁸¹ O historiador Gilmar Arruda classificou a ideia de natureza intocada como “um dos mais duradouros e recorrentes mitos sobre a natureza”, que sobrevive até hoje.⁸² Em uma recente publicação, o *Dicionário da terra*, mata virgem foi conceituada como “áreas florestais ainda 'intactas', preservadas da ação exploratória do homem, em seu sentido econômico mais amplo: a devastação”.⁸³ Na discussão do verbete o autor reconheceu a existência de interação humana com as florestas e tentou renovar o significado de “virgem” atribuindo graus de exploração, ou seja, a floresta não devastada, não profundamente alterada, continuaria a ser virgem. Este raciocínio, embora interessante, não corresponde ao pensamento do século XIX.

O conceito de floresta virgem e de natureza intocada para Avé-Lallemant, Saint-Hilaire, Lindman, Beschoren e outros viajantes e cronistas do século XIX tinha lógica porque eles desconsideravam alguns milhares de anos de presença dos vários grupos indígenas no Sul

79 LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 180.

80 Ibidem, p. 204-205.

81 DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB, 1994. p. 53.

82 ARRUDA, Gilmar. Natureza: uma nova “sala de aula” para o ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (Orgs.). *Ensino de história: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDFURN, 2008. p. 64

83 CHRISTILLINO, Cristiano. Mata virgem. In: MOTA, Marcia Menendes. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 288-289.

da América, ou melhor, adotavam uma rígida separação entre selvagens e civilizados e entre natureza e cultura. Os selvagens, aqueles que pertencem à selva, faziam parte do mundo natural e sua ação, mesmo que transformasse o ambiente, não era considerada como cultura. Lindman não desconhecia a atividade humana em áreas florestais no final do século XIX. Ele caracterizou a capoeira como uma “sociedade de restos” da vegetação florestal, resultado da influência prolongada e ininterrupta da população. A “capoeira da queimada”, explicou o botânico, se forma quando uma área de mata é derrubada e limpa pelo fogo para a agricultura. Porém, se “a queimada não for utilizada para a roça, ou se a roça, depois de alguns anos, for abandonada, o lugar se transforma n’uma exuberante caapuêra”.⁸⁴ Na avaliação de Mary Louise Pratt, a América descrita por Alexander von Humboldt (1769-1859) estava desprovida de seres humanos, pois ela foi apresentada aos leitores europeus como um mundo primitivo de natureza.⁸⁵ Também no texto de Lindman, escrito quase um século depois, o foco é o ambiente sem humanos, intocado pelos europeus, sobre o qual ele lançou um olhar orientado pelos sistemas classificatórios da Botânica.

É possível explicar, hoje, a formação dos ervais nativos no Sul da América como um processo predominantemente natural, resultado de características químicas do solo, da altitude, da concentração hídrica, do clima, da ação de animais dispersores de sementes e de outros fatores ambientais. Entretanto, é indispensável considerar também a ação humana, mesmo involuntária, sobre a formação e distribuição das florestas e dos ervais nativos. Não se pode ignorar a contínua intervenção dos povos indígenas Guarani, Charrua, Kaingang, Xokleng, Guaicuru, Paiagua e de outras etnias que habitaram o Sul da América sobre a dinâmica das florestas. Warren Dean considerou as populações indígenas com agentes da história quando os denominou “A primeira leva de invasores humanos” na Mata Atlântica, vindos há cerca de dez mil anos antes do presente. A adoção da agricultura em solos de floresta exigia a sua derrubada e recebeu o nome de coivara. Usavam a técnica de cortar macega e deixá-la secar, retirar um anel da casca do tronco das árvores maiores para levá-las à morte e, antes das chuvas, ateavam fogo naquela parte. Assim limpavam minimamente a área e liberavam nutrientes da biomassa florestal, fertilizando o solo para a agricultura. O abandono da área depois de algum tempo permitia a recomposição da

84 LINDMAN, op. cit., p. 287-292.

85 PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, n. 8, 1991, p. 156.

vegetação. A perturbação gerada pela agricultura itinerante, entretanto, alterava a lógica natural.⁸⁶

Não há como saber o quanto a atividade dos grupos indígenas contribuiu para manter, formar, ampliar ou reduzir ervais. A caça de aves dispersoras de sementes da *Ilex paraguariensis* para alimentação indígena, prejudicou a expansão ou a manutenção dos ervais? Talvez. Responder é difícil, pois não temos informações suficientes e muitos são os fatores envolvidos: o tamanho e a mobilidade espacial da população indígena, a possibilidade de obter proteína animal de outras fontes, a eficiência das técnicas de caça empregadas, o tamanho e a mobilidade da população de aves. É igualmente necessário considerar a ação dos Guarani sobre as florestas no contexto das reduções organizadas pelos padres jesuítas em missões na América do Sul nos séculos XVII e XVIII. Elas se dedicaram à extração, ao processamento e ao comércio de erva-mate e fizeram experiências de transplante, germinação da semente e de cultivo da *Ilex*. Por outro lado, os Guarani das Missões exerceram significativa pressão sobre as florestas por meio do corte de madeiras para a construção, fabrico de móveis, instrumentos, esculturas e para lenha.⁸⁷ O padre alemão Antônio Sepp trabalhou como missionário no Paraguai e nas reduções do lado Leste (margem esquerda) do rio Uruguai durante o final do século XVII e o início do XVIII. Ele narrou como fazia, com os Guarani dos sete povos da margem oriental, a extração de ferro da pedra *itacura* e a fabricação de ferramentas de trabalho, inclusive machados. A pergunta “Por que quis Deus fazer o Pe. Antônio Sepp descobrir minas de ferro e aço, e não de ouro e prata?” foi respondida com clareza, pois “não é de ouro nem prata o que precisam nossos pobres índios nudípedes: é ferro e aço com que derrubem os matos, cortem madeira, afiem as flechas, fabriquem ferramentas de toda espécie”.⁸⁸

Juan Carlos Garavaglia mostrou a importância que teve a erva-mate na trama de intercâmbios que conformaram o mercado interno do período colonial americano, explicou sua difusão no espaço paraguaio e

86 DEAN, op. cit., p. 38-45.

87 LUGON, Clovis. *A república “comunista” cristã dos guaranis: 1610-1768*. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. TESCHAUER, Carlos. *A erva-mate na história e na atualidade*. Porto Alegre: Gundlach & Comp., 1907.

88 SEPP, Antônio. *Viagem às Missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos*. Tradução de A. Raymundo Schneider. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980. p. 229.

peruano ao final do século XVII e argumentou que este produto florestal foi o mais expressivo no comércio de Buenos Aires no final da colônia.⁸⁹ Isso não se fez sem deixar marcas nas florestas da América do Sul. Conforme a pesquisa de Paulo Cezar Vargas Freire, foi intensa a presença humana nos ervais do Paraguai colonial,⁹⁰ assim como a ação de grupos humanos denominados pela historiografia brasileira de caboclos ou lavradores nacionais, a ser discutida nos capítulos seguintes, que interagiram com as florestas nos séculos anteriores ao XIX.

Alexandre Siminski, ao estudar áreas de floresta perturbada em Santa Catarina, considerou quatro estágios sucessivos de regeneração: arbustivo, arvoretas, arbóreo pioneiro e arbóreo avançado. Estes estágios correspondem àqueles usados por Roberto Klein para explicar a sucessão secundária na Floresta Ombrófila Densa, que são: capoeirinha, capoeira, capoeirão, mata secundária. Nos estudos de Siminski, a *Ilex paraguariensis* apareceu com intensidade a partir do terceiro estágio da regeneração da Floresta Ombrófila Mista e da Floresta Estacional Decidual, ou seja, entre 15 e 30 anos após o abandono da área.⁹¹ Acreditando que no passado a regeneração acontecia de forma semelhante a estudada contemporaneamente, se deduz que o desenvolvimento da erva-mate e a regeneração de um erval dependiam de um longo período de abandono da área perturbada pelos humanos.

Erval nativo, portanto, é compreendido como uma concentração da *Ilex paraguariensis* em meio a floresta, constituída por uma complexa combinação de fatores bióticos e abióticos que pode incluir a ação humana.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a *Ilex paraguariensis* é caracterizada, do ponto de vista da Biologia e da Botânica, pela complexidade. Ela é percebida nas formas de reprodução vegetal e de interação com outras espécies que compõem o também complexo ecossistema florestal. Isso

89 GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mercado interno y economia colonial: tres siglos de historia de la yerba mate*. 2. ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2008.

90 FREIRE, Paulo Cezar Vargas. *Mboroviré: a erva-mate no Paraguai colonial*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

91 SIMINSKI, Alexandre. *A floresta do futuro: conhecimento, valorização e perspectivas de uso das formações florestais secundárias no Estado de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. SIMINSKI, Alexandre et al. Secondary Forest Succession in the Mata Atlantica, Brazil: Floristic and Phytosociological Trends. International Scholarly Research Network: Ecology, p. 1-19, 2011.

tornou a erva-mate uma planta de grande interesse para as populações que conviveram com ela e para a ciência. As percepções e valores elaborados por engenheiros, botânicos, cronistas e outros viajantes sobre as florestas da América Meridional estavam baseadas no paradigma da separação entre natureza e cultura, ao ponto de considerá-las um lugar intocado. Na falta das respostas precisas sobre a sua formação, o fundamental é compreender que os ervais localizados e classificados pelos viajantes do século XIX não se formaram exclusivamente pela dinâmica natural. Populações humanas interagiram com as florestas e interferiram na sua constituição, reduzindo ou ampliando a área e a diversidade. A floresta virgem, portanto, não existiu. Estas populações humanas não comprometeram, contudo, a existência da floresta, de modo que no século XIX existiam imensos ervais na América Meridional. As transformações mais profundas e dramáticas aconteceram a partir daquele século e são discutidas no próximo capítulo.

3 O EXTRATIVISMO E A CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS

A vista disto e da destruição que eles impensadamente levam aos ervais em que trabalham, deve-se concluir que esses ervais tendem a extinguir-se e que no dia em que se reconheça que a erva tem completamente desaparecido, essa população pobre, sofrerá um abalo imenso. Francisco Miranda.

Este capítulo focaliza a ação humana sobre os ervais nativos do Sul da América durante o século XIX e início do XX. Ele visa identificar as áreas de maior concentração da *Ilex paraguariensis*, compreender a atividade de coleta e as técnicas de preparo da erva-mate, reconhecer os grupos humanos envolvidos, entender os conflitos sociais e identificar os conhecimentos inerentes ao trabalho na floresta. Visa ainda compreender os fluxos, as mudanças na paisagem e as alterações no ambiente que o extrativismo do mate produziu, bem como as ações governamentais para regular o acesso aos ervais e promover sua conservação.

3.1 OS ERVAIS NATIVOS

O engenheiro Francisco Nunes de Miranda percorreu o Noroeste do Rio Grande do Sul, em 1859, a pedido do governo da província. Ele localizou várias concentrações florestais da *Ilex paraguariensis*: o erval do Entre-Ijuís, do Ijuí Grande, do Faxinal ou Guarda-Mor e Ramada, do Campo Novo (entre os rios Ijuí e Comandá), do Comandá, de Giruá, de Santo Cristo, de Santa Rosa, de Inhacorá, do Campo Novo (entre os rios Turvo e Inhacorá), do Guarita e Pari, o Erval Seco e o erval do rio da Várzea. Miranda também observou a presença de engenhos de mate e de ervateiros. No erval de Santa Rosa, por exemplo, sete engenhos processavam cerca de 25.000 arrobas anuais de erva, enquanto o de Campo Novo, junto ao rio Turvo, tinha uma produção anual de cem mil

arrobas, trituradas por 18 engenhos.⁹² Estes ervais, pertencentes a Cruz Alta, foram considerados públicos desde a instalação do município em 1835, que os controlava e permitia o acesso mediante pagamento pela licença.⁹³ Arroba é uma medida de peso muito utilizada na época e corresponde a 14,668 kg, sendo comumente arredondada para 15 kg. No Paraguai, contudo, a arroba equivalia a 11,475 kg.

Um estudo encomendado pela câmara municipal de Taquari, em meados do século XIX, verificou a possibilidade de se abrir um caminho daquela vila até Cruz Alta RS, desviando a colônia Santa Cruz (o nome mudou, depois, para Santa Cruz do Sul). O encarregado do estudo concluiu que “não ha lugar de bom caminho pelas tortuosidades que fui obrigado a fazer”, ou seja, a topografia da serra era um grande obstáculo. No documento, registrou a existência de dois carijos ervateiros na cabeceira do rio Taquari Mirim e de “um grande erval rico em quantidade de excelente erva matte” nos fundos da fazenda de João Xavier de Azambuja, situada na margem direita do rio Taquari.⁹⁴

A câmara municipal de Santa Cruz solicitou ao governo da província, em 1878, que realizasse o estudo para a abertura de uma estrada entre aquela vila e os campos de cima da serra, percorrendo os ervais de São João, que “exportão amnualmente 50:000 arrobas de erva matte, devendo se elevar ao dobro o dito numero de arrobas”. A estrada, além de permitir acesso ao ervais situados mais ao norte, visava ligar a região de Soledade e Passo Fundo com a capital, Porto Alegre, passando por Santa Cruz.⁹⁵

Em 1876, a câmara do município de Santo Antonio da Palmeira enviou correspondência à presidência da província informando sobre a receita daquele ano, na qual a erva-mate figurou como a indústria que “presentemente é a fonte de maior riqueza publica do municipio”. Isto justificou a despesa de mais de quatro contos de réis para melhorar o acesso aos ervais do “Capô-êrê”, no distrito de Nonoai, cujo caminho achava-se intransitável.⁹⁶

Nos municípios de Passo Fundo e Soledade existiram também áreas florestais com importantes ervais. A câmara municipal de

92 MIRANDA, Francisco Nunes de. *Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberidade e cultura*. 1859. AHRS.

93 Correspondências da Câmara Municipal de Cruz Alta, 10 ago. 1852 e 18 jun. 1844. AHCA.

94 Correspondência da Câmara de Taquari, 31 jan. 1853. AHRS.

95 Correspondência da Câmara de Santa Cruz, 15 out. 1878. AHRS.

96 Correspondência da Câmara de Santo Antonio da Palmeira, 15 jan. 1876. AHRS.

Soledade, atendendo ao pedido de informações do governo da província em 1883, destacou que a erva-mate era a principal indústria local, com exportação anual de 100.000 arrobas.⁹⁷

Existiam ainda alguns ervaais nas Serras do Sudeste, onde duas formações se destacam no relevo da campanha riograndense: a Serra do Herval e a Serra dos Tapes, pois atingem altitudes próximas dos 400 metros. Lindman as visitou no final do século XIX, observou a vegetação e as alterações antrópicas na floresta primitiva. Concordeu então com as conclusões de Hermann von Ihering, para quem as Serras do Sudeste são o limite botânico dos louros, dos cedros e de outras árvores como a *Ilex paraguariensis*, isto é, são a fronteira sul do tipo de floresta que denominamos hoje de Mata Atlântica.⁹⁸

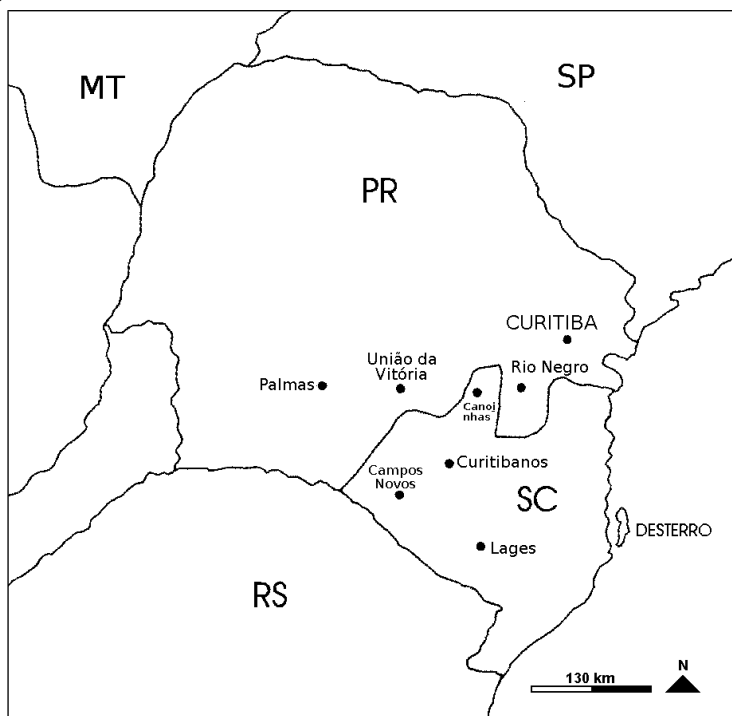
Em Santa Catarina, que durante o século XIX tinha um território muito menor do que o atual, os ervaais mais importantes estavam situados no Planalto norte, no vale do rio Negro e no Planalto sul, junto aos rios Pelotas, do Peixe e Canoas. Em 1860, o presidente da província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, afirmou que poucos eram os ervaais conhecidos, presumiu a abundante existência deles no município de Lages e sobre as fronteiras com Corrientes, registrou a imperfeição do fabrico da erva e sua diminuta exportação.⁹⁹ A província argentina de Corrientes chegava, então, até o extremo Oeste de Santa Catarina, onde hoje está situada a província de Misiones. O município de Lages tinha uma imensa área, alcançando o atual território de Canoinhas, no Norte catarinense (Figura 16). Curitiba se emancipou em 1869 e Campos Novos em 1881.

97 Correspondência da Câmara de Soledade, 19 maio. 1883. AHRS.

98 LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

99 Relatório do presidente da província de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil, 1860. p. 31.

Figura 16 - Limites de Santa Catarina em 1860



Fonte: Adaptado pelo autor de MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Unicamp, 2004. p. 377.

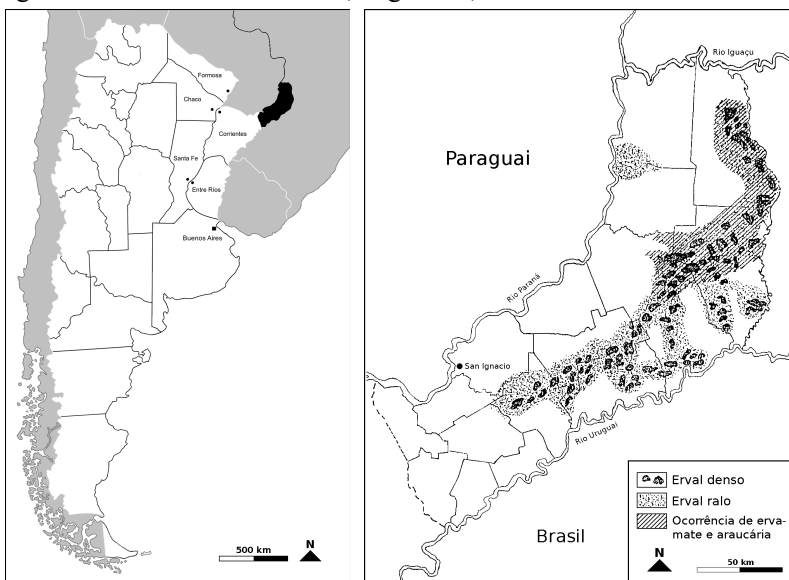
Conforme Macedo Soares, juiz de direito em Campo Largo PR, em 1875 os ervais nativos do Paraná podiam ser assim localizados genericamente: no Planalto de Curitiba, nas margens do rio Iguaçu e na imensa comarca de Guarapuava entre os rios Ivaí (rio dos Patos), Uruguai e Paraná.¹⁰⁰ Aos ervais do extremo oeste, contudo, os ervateiros de Curitiba e do litoral paranaense não tiveram fácil acesso, pois estavam limitados pela enorme distância e a falta de estradas carroçáveis. Aqueles ervais estavam em outro contexto socioambiental: a bacia do rio Paraná e disponíveis para os ervateiros da Argentina e do

100 SOARES, A. J. de Macedo. O matte do Paraná: noticia escripta e offerecida á Comissão Central de Exposição do Paraná. *Revista Agricola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, abr. 1875. Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Paraguai. Conforme Heinze, os ervais do Paraná eram tão extensos “que poderiam suprir por varias vezes o actual consumo do globo inteiro”.¹⁰¹

Na Argentina a principal ocorrência de ervais nativos estava na província de Misiones, um espaço delimitado por três grandes rios: Paraná, Iguaçu e Uruguai. O mapa reproduzido na Figura 17 com adaptações situa aqueles ervais em relação às divisas atuais, mas é necessário lembrar que o território de Misiones pertenceu temporariamente à província de Corrientes (1830-1840) e ao Paraguai (1840-1865), voltando à autonomia em 1881.

Figura 17 - Ervais em Misiones, Argentina, no século XIX



Fonte: Distribución de yerbales naturales en la actual provincia de Misiones, Argentina. sl., sn. Archivo Administrativo Histórico Municipal de Posadas (AAHMP).

O erval de Campo Grande, próximo a San Ignacio, era considerado velho no final do século XIX. O Yermal Nuevo estava

101 HEINZE, Eduardo. *O matte ou o chá do Paraná: sua extracção e seu emprego; consumo presente e futuro*. Tradução de Rodolpho Speltz. Curitiba: Typografia da Penitenciária do Ahú, 1909. p. 9. Biblioteca Pública do Paraná (BPPR).

situado ao Leste do primeiro, na direção do rio Uruguai e próximo do erval de Caruaguapé. Os outros, a nordeste, eram os ervais de Paranaí, Piraí, Aguarai, Pirai-Puytatyn e Tayicuá. Os ervais de San Pedro, ainda mais a nordeste, coexistiam com a araucária em extensa área, enquanto os de Itaguaimi, não representados na Figura 17, ficavam junto à costa do rio Iguaçu.¹⁰² Na década de 1910 o botânico e micólogo ítalo-argentino Carlos Spegazzini registrou que os ervais de Misiones estavam divididos em quatro regiões: de ervais velhos, de ervais novos e de San Pedro, que coincidem com a descrição anterior, acrescidos dos ervais de San Antonio, localizados no extremo Nordeste da província e pouco explorados até então.¹⁰³

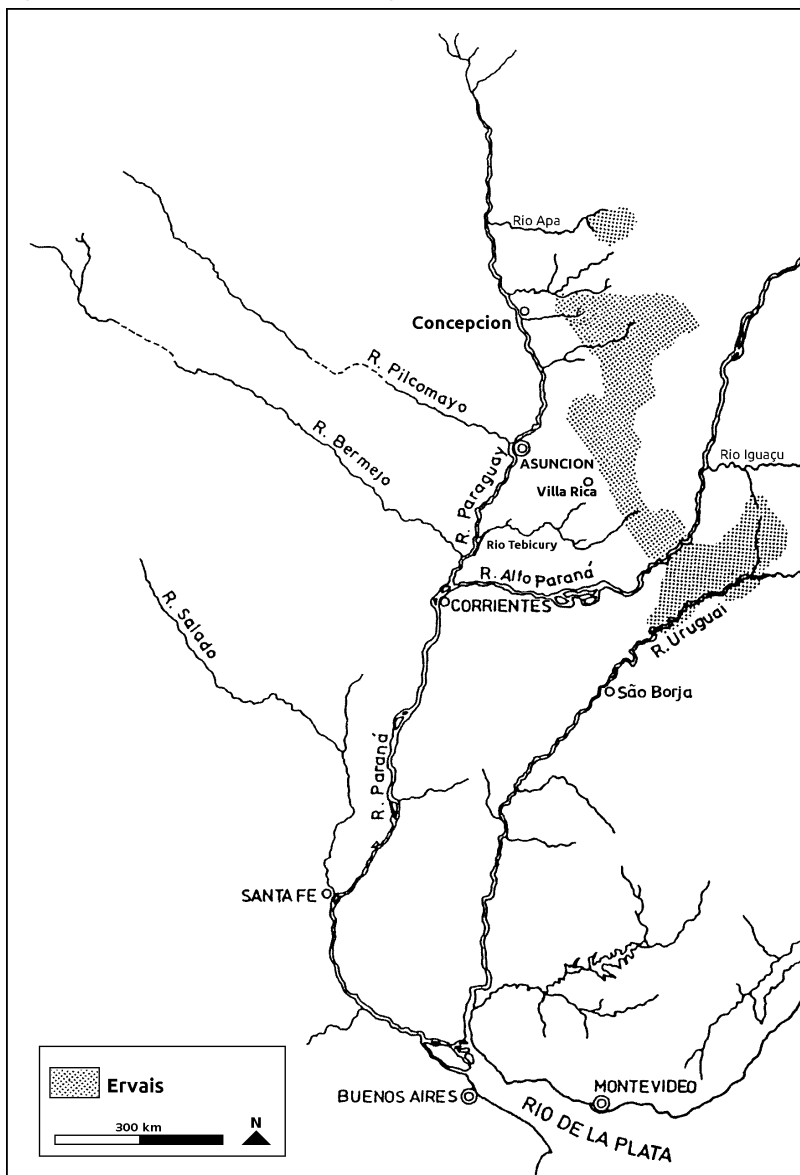
Na porção Leste do território paraguaio do início do século XIX existiram importantes ervais, aproximadamente representados na Figura 18. Os ervais eram considerados públicos e eram explorados a partir de concessões estatais. Conforme o viajante francês Martin de Moussy, o mais importante deles passou a ser o de Tucurú-Pucú, situado na costa paraguaia do alto rio Paraná, mas que foi privatizado e explorado por empresários paraguaios e argentinos na segunda metade do século XIX.¹⁰⁴

102 PEYRET, Alejo. Cartas sobre Misiones. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881. (AAHMP)

103 SPEGAZZINI, Carlos. *Al traves de Misiones*. La Plata: Talleres de Joaquin Sese y Cia., 1914. p. 77-79.

104 MOUSSY, Martin de. Description géographique et statistique de la Confédération Argentine. Paris: Typographie de Firmin Didot Frères, 1860. Disponível em <<http://www.culturaapicola.com.ar/apuntes/libros/>>. Acesso em: 15 ago. 2012. p. 431. ABINZANO, Roberto Carlos. *Procesos de integración en una sociedad multiétnica: la provincia argentina de Misiones (1895-1985)*. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Sevilha, Sevilha, 1985.

Figura 18 – Ervais nativos no Paraguai, no século XIX



Fonte: Recriado a partir de WHIGHAM, Thomas. *La yerba mate del Paraguay*. Asuncion: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1991.

3.2 FAZER ERVA

A produção da erva-mate no século XIX seguia um processo rudimentar, organizado em etapas sucessivas, em meio a floresta, que foi descrito por diversos viajantes e cronistas. A clareza e a riqueza de detalhes da descrição do fabrico da erva no Norte do Rio Grande do Sul, feita por Inácio Capistrano Cardoso, justificam a longa transcrição de fragmentos que vem a seguir:

Ordinariamente dois a três ervateiros formam o seu contrato de parceria para a colheita, preparo e venda em comum da erva-mate. Entrando para o mato, escolhem para seu alojamento um lugar apropriado e depois de roçado e bem limpo, levantam o carijo. É este um galpão de trinta e seis a cinquenta metros quadrados, mais ou menos, sobre grossas forquilhas, com a competente cumeeira (e portanto de duas águas) aberto por todos os lados e coberto de palhas de jerivá ou de outra palmeira. [...].

Pronto esse rancho ou abarracamento, vão entrando pelo mato, já previamente explorado, e podando todas as árvores que encontram, ou sejam, os chamados paus em ser ou as chamadas socas.

Todos os galhos podados com as folhas (que nenhuma fica nas árvores) são picados pelos mesmos ou por outros parceiros e reduzidos a menores proporções, formando-se e atando-se em feixes com cipó ou fitas de taquara.¹⁰⁵

Na etapa seguinte, conforme Cardoso, se iniciava a secagem das folhas e ramos:

Depois são conduzidos todos os feixes para um lugar também roçado e limpo, na distância de meio a um quilômetro do carijo, que se chama o sapecadouro, da erva ainda verde.

Aí forma-se um parapeito, com altura pouco maior de um metro, resguardado, com uma

105 CARDOSO, Inácio Capistrano citado por SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909. p. 138.

espécie de paliçada de faxina e folhas verdes a fim de defender do fogo o parceiro ou parceiros, que tomam o trabalho de sapecar a erva.

Dispostos os feixes sobre um pau mais alto, acende-se por baixo uma fogueira com o fim de emurchecer ou secar a erva até que esta amareleça por completo.

A medida que isto se consegue e enquanto se sapecam outros feixes, um dos parceiros vai dando ao trabalho de quebrar os galhos já crestados ou sapecados, formando outros menores, entre duas estacas distanciadas quinze centímetros, e aí, apertando os novos feixes com o pé, atá-los com cipó ou fita de taquara como na operação precedente.¹⁰⁶

No sapeco ocorria a evaporação de cerca de 25% da umidade das folhas e inativação de enzimas presentes na planta que provocam, quanto ativas, alterações de cor e sabor na erva-mate.¹⁰⁷ A segunda secagem exigia um trabalho cuidadoso:

Depois de arrolhada, sapecada, quebrada e amarrada em feixes de trinta quilos, mais ou menos, são estes carregados às costas pelos parceiros até o carijo, evitando assim que a superveniência de uma chuva torrencial possa inutilizar-lhes o insano e porfioso trabalho já feito. Aí começa novo e não menos fatigante serviço. Tendo já preparado dentro do carijo os jiraus, compostos de três caibros cada um onde empilham, de três em três, os feixes da erva sapecada. Cada caibro com os feixes suporta o peso de seis arrobas mais ou menos, com o nome técnico de meio vão. Os meios vãos, em número de vinte, perfazem o total de cento e vinte arrobas de quinze quilos, mais ou menos, que é a conta usual de cada colheita, a menos que não seja maior o número de parceiros e mais extenso o carijo.

Uma vez cheios, os jiraus passa-se a aplicar o

106 Ibidem, p. 139.

107 DUTRA, Fabiana Lemos Goularte. *Compostos fenólicos e metilxantinas em erva-mate armazenada em sistemas de estacionamento natural e acelerado*. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Alimentos), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

fogo para acabar de secar a erva, conforme a urgência do serviço.

Os jiraus ou meios vão devem ficar em declive tendo da parte de dentro 1,5 metros, e da parte de fora 1,2 metros mais ou menos.

[...]

Em cada lado do carijo é colocado um cocho cheio d'água e com vasilha própria para atirar sobre o fogo, diminuir-lhe a intensidade das labaredas e evitar um incêndio, que tudo nulificaria.

Para melhor observar a fogueira, que deve abranger toda a linha de meios vão, é preferível à noite, durante a qual, todos os parceiros ficam em contínua vigilância para agir no interesse comum.¹⁰⁸

Por fim, eram necessários dois procedimentos para triturar a erva e torná-la pronta para o comércio ou o consumo:

Uma vez seca toda a erva, tanto as folhas como mesmo os pauzinhos dos galhos, trata-se do trabalho denominado a cancheação.

Apaga-se o braseiro do chão, que é varrido e molhado até arrefecer, arrancam-se os caibros, tira-se a erva que é colocada na cancha, e com o auxílio de dois paus denominados cancheadores, é batida, quebrada e reduzida a mínimas proporções.

[...]

Terminada a cancheação, passa-se a encher com essa erva os cestos ou jacás, com uns paus pontiagudos chamados socadores, até completarem um peso de quarenta e cinco a sessenta quilos, ou de três a quatro arrobas. Dois homens podem cancheiar e encestar por dia, de vinte a vinte e cinco arrobas de erva-mate.

Isso feito, são os jacás, depois de fechados, empilhados no carijo em jiraus, acima do nível do chão.

Assim feita, uma ou mais colheitas é a erva conduzida às costas de um animal, arreado para um monjolo ou engenho, onde é moída até ficar

108 CARDOSO, op. cit., p. 140-141.

em pó quase impalpável, como usam-na nas Missões e, ainda mais fina, no Rio do Prata. Concluída essa operação é acondicionada em surrões de couro seco, vulgarmente denominados terços, com o peso de duas a cinco arrobas, e essa é destinada ao comércio ou à exportação para outros municípios ou para o estrangeiro.¹⁰⁹

Da descrição de Cardoso é essencial destacar a mobilidade dos ervateiros e a possibilidade de utilizar, na maior parte do processo de preparo da erva, materiais que podiam ser encontrados na própria floresta: varas, paus, palha, cipós, fibras, tiras e lenha. Um regulamento de 1854, da província do Paraná, condenou o uso de folhas de xaxim ou de samambaia para envolver a erva-mate triturada, pois aumentava a umidade e o risco de estragar o produto. A proibição é um indício desta prática entre os ervateiros, que empregavam materiais abundantes no ambiente.¹¹⁰ Em outro documento se recomendou o uso de folhas de taquara bem secas, também disponíveis no ambiente florestal, para forrar os cestos.¹¹¹ Ferramentas simples como o facão e o machado eram suficientes para construir as estruturas necessárias para preparo da erva. Os animais de carga podiam ser trazidos ao erval. Somente o monjolo e o engenho eram estruturas mais permanentes, pois sua construção exigia maior trabalho e investimento, mesmo que pudessem ser construídos com materiais disponíveis na floresta. Ambos trituravam usando o impacto do peso de suas estruturas móveis de madeira, mas diferiam na capacidade de trabalho: enquanto o primeiro tinha um único conjunto de “braço” e pilão, o engenho ou soque tinha vários pilões. O movimento lento de subir e descer do monjolo, como um martelo, era obtido pela alternância entre o acúmulo e a liberação da água corrente em seu depósito. O viajante Henrique Ambauer Schutel considerou tosco este sistema e estimou que um monjolo não alcançava “moer duas arrobas de herva por dia”.¹¹² Ele representou, contudo, um avanço tecnológico importante em relação ao pilão manual. Em comparação, um engenho como aquele que Juan Ambrosetti conheceu nas proximidades de San

109 Ibidem, p. 141.

110 Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná pelo vice-presidente em exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan. 1856. Curitiba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856. p. 109.

111 Exposição, 1862. APPR.

112 SCHUTEL, Henrique Ambauer. *Itinerário de Cruz Alta ao Campo Novo*. 1867. p. 391.

Javier, com uma roda d'água de três metros de diâmetro, podia moer até 130 arrobas diárias de erva.¹¹³

O monjolo também podia triturar grãos e era usado em outras regiões do Brasil. O inglês Thomas Bigg-Wither ficou impressionado quando o viu no Paraná e o considerou “uma das mais primitivas e curiosas máquinas de poupar trabalho já inventadas”, mas não conseguiu compreender porque faziam um “enorme desperdício de energia” na sua construção, para obter “uma quantidade tão microscópica de trabalho”. Ele também expressou sua incompreensão e desprezo pelo modo de vida indígena e caboclo ao escrever, com sarcasmo: “o gênio que primeiro inventou esta máquina era bem mais inteligente do que as pessoas que continuam a usá-la”.¹¹⁴ Saber fabricar e instalar um monjolo, entretanto, exigia conhecimentos específicos, a começar pela escolha da madeira adequada, com rigidez suficiente para ser esculpida e não partir, pesada e resistente o bastante para suportar os impactos. Alguns documentos fazem referência à árvore monjoleiro (*Senegalia polyphylla*), com ocorrência silvestre no Paraná e em estados mais ao norte deste, também denominada de guarucaia ou angico-bravo, que possivelmente tinha madeira com a densidade e as características adequadas.¹¹⁵

A leitura de um processo cível de embargo, iniciado em 1856, mostra a importância que tinham os cursos de água como fonte de energia motora para triturar a erva. Paulino Arnaud, morador do Rincão Reúno de Campo Novo RS, reclamou na justiça contra Manoel Dias Toledo e Policena Prestes, pois “principiarão a construir um açude no leito de todo arroio, denominado Gravatahy, que serve de divisa entre ambos”. Desrespeitaram, assim, o limite das propriedades e fizeram “damno ao engenho que o suplicante possui a seis anos nas margens do dito arroio”.¹¹⁶ Em Santa Cruz de Canoinhas, o vizinho represou um

113 AMBROSETTI, Juan B. *Viaje á las Misiones argentinas e brasileiras por el alto Uruguay*. La Plata: Publicaciones del Museo, 1892. p. 21. (Tradução nossa). BNAR.

114 BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. *Pioneering in south Brazil: three years of forest and prairie life in the province of Paraná*. Londres: John Murray, 1878. p. 188-190. (Tradução nossa).

115 Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1.o de março de 1856 pelo vice-presidente em exercicio, Henrique de Beaurepaire Rohan. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856. p. 177. Relatório apresentado ao excellentissimo senhor Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo excellentissimo ex-presidente Dr. Antonio Augusto da Fonseca por ocasião de passar-lhe a administração da provincia do Paraná. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1869.

116 Processo cível de embargo no qual é autor Paulino Arnoux. Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1856. APERS.

curso de água e, conforme o processo judicial, foi agredido com um “rabo de tatu” pelo proprietário do monjolo.¹¹⁷

Depois de beneficiada, a erva era acondicionada em surrões de couro bovino costurado, com capacidade para conter de 30 a 120 Kg. A erva-mate consumida nos mercados platinos passava por um período de estacionamento, em geral de alguns meses a dois anos, durante o qual se acentuavam algumas características de sabor e aroma e se alterava a cor do produto, que passava a ser verde amarelado. De acordo com estudos recentes, estas características organolépticas se devem a concentração de compostos fenólicos (rutina, ácido 5-cafeoilquínico e ácido cafeico) durante o estacionamento.¹¹⁸

A Figura 19 é uma representação fotográfica do trabalho em um carijo no Rio Grande do Sul, na década de 1930 e coincide com o testemunho de Cardoso, inclusive nos detalhes técnicos da construção. Nela se pode observar a etapa de secagem final dos ramos e folhas da *Ilex* e observar poucos materiais estranhos à floresta: o machado, duas panelas de ferro, um balde, arreios para cavalo com estribo e objetos de uso pessoal, como o chapéu. O historiador Paulo Afonso Zarth, em um estudo inédito de História Agrária sobre o Planalto riograndense publicado em 1997, evidenciou esta característica da atividade ervateira e argumentou que a “coleta da erva-mate, desse modo, não exigia praticamente nenhum investimento: dependia apenas do trabalho”, permitindo a “produção do mate a custos muito baixos”¹¹⁹, tema que será retomado adiante.

117 Processo por agressão no qual são partes Antonio Auersvald e Jeronimo Antonio dos Santos. Distrito de Santa Cruz de Canoinhas, 1911. Comarca de Curitiba. MJC.

118 DUTRA, Fabiana L. Goularte; HOFFMANN-RIBANI, Rosemary; RIBANI, Marcelo. Determinação de compostos fenólicos por cromatografia líquida de alta eficiência isocrática durante estacionamento da erva-mate. *Química Nova*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 119-123, 2010.

119 ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997. p. 124-125.

Figura 19 - Carijo



Fonte: Museu Antropológico Diretor Pestana. Final da década de 1930.

O ervateiro, conceito que será discuto a seguir, precisava ter conhecimentos e habilidades inerentes a esta atividade extrativista e à vida na floresta, que começavam pela capacidade de se localizar no espaço, incluíam saber identificar a *Ilex paraguariensis* e diferenciá-la das plantas semelhantes do mesmo gênero botânico, exigiam alguma técnica de construção das instalações e passavam pela escolha da lenha adequada para a secagem. A “tarumã, a guabirobeira, a pitangueira do mato, a cerejeira, a cabriúva, o araçazeiro e o guabeju” são árvores das quais se obtinha lenha adequada para a secagem, pois deixa a “erva impregnada de um cheiro agradável e gosto menos amargo”, escreveu Cardoso.¹²⁰ Uma comissão paranaense especializada no assunto orientou para o “uso de madeira branca e nunca a resinosa como o pinho e a aroeira”.¹²¹ “Guabiroba, goamirim, araçá e sassafrás” eram as preferidas dos ervateiros segundo Maximiliano Beschoren.¹²² No início do século XX os autores alemães Franz Wilhelm Neger e Ludwig Vanino

120 CARDOSO, op. cit., p. 140.

121 Parecer a respeito do modo porque deve ser fabricada a erva-mate, 19 jan 1862. APPR.

122 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul: 1875-1887*. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 20.

registraram, como preferidas para secar erva no Sul do Brasil, a lenha das árvores que produzem o araçá, o guaviju ou guabiju, a guavirova ou guabiroba, a cereja [do mato] e a pitanga, isto é, espécies frutíferas da família *Myrtaceae*.¹²³ A escolha da madeira para a construção do carijo, resistente ao calor, também demandava conhecimento. A produção da erva-mate exigia ainda saber os tempos de cada etapa do processo, demandava a divisão das tarefas e a realização de atividades simultâneas, como cuidar do fogo do carijo e confeccionar os cestos de taquara. Cobrava a atenção de quem manejava o facão no alto de uma erva. Acidentes possivelmente aconteciam com alguma frequência, como permitem acreditar as circunstâncias da morte do ervateiro paranaense Jocelyn Alves de Brito, em 1890. Conforme a redação do promotor público da comarca de Curitiba, os acusados de homicídio relataram um estranho acidente de trabalho, no qual o falecido estava “ocupado no serviço de desgallar herva” e sua morte foi “proveniente do desastre de ter o infelis cahido de uma arvore, que [o acusado] encontrou derribada, e nessa queda ter-se ferido com a propria faca”.¹²⁴ Acampar e trabalhar na floresta durante semanas requeria saber se proteger do frio, evitar animais perigosos, levar consigo a alimentação e saber como obtê-la no ambiente. A caça, a pesca, a extração de palmito, a coleta de frutos e da semente da *Araucaria angustifolia*, o pinhão, onde ela está disponível, são algumas das possibilidades de alimentação na floresta. O antropólogo Roberto Carlos Abinzano apontou a coleta de mel de abelhas como uma forma adicional para se obter alimento nos ervais e nas florestas argentinas.¹²⁵ Possivelmente ele se baseou no testemunho de Carlos Spegazzini, que registrou: caçar e melar eram paixões dos ervateiros.¹²⁶ O conhecimento era transmitido pela oralidade e pela convivência dos ervateiros jovens com os mais experientes, em meio a floresta e ao trabalho cotidiano.

Por ervateiro se compreende, genericamente, a pessoa envolvida com a extração e o preparo da erva-mate. A base para a adoção deste

123 NEGER, Frantz Wilhelm; VANINO, Ludwig. *Der Paraguay-Tee (Yerba mate): sein Vorkommen, seine Gewinnung, seine Eigenschaften und seine Bedeutung als Genussmittel*. Stuttgart: Fr. Grub Verlag, 1903. (Tradução nossa). Ibero-Amerikanisches Institut, Berlin (IAI).

124 Apelação crime no qual Francisco José do Rosario é apelado, Tribunal da Relação de São Paulo, 1890. Museu da Justiça do Estado do Paraná (MJPR).

125 ABINZANO, Roberto Carlos. *Procesos de integración en una sociedad multiétnica: la provincia argentina de Misiones (1895-1985)*. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Sevilha, Sevilha, 1985.

126 SPEGAZZINI, Carlos. *Al traves de Misiones*. La Plata: Talleres de Joaquín Sese y Cia., 1914. p. 94.

conceito está na recorrência do termo na documentação pesquisada. José Paulo Eckert, em recente dissertação sobre “O povo dos hervaes”, em Santa Cruz do Sul RS¹²⁷, adotou esta denominação baseado no mesmo argumento. O conceito é, contudo, polissêmico porque se refere tanto ao trabalhador pobre contratado para “fazer erva” quanto àquele que, possuindo um engenho, contrata trabalhadores na época da coleta do mate. Pode se referir ainda à pessoa que extrai a erva-mate de forma autônoma, para seu consumo próprio ou para o comércio em pequena quantidade. Este indivíduo figura, por vezes, como a denominação de “erveiro” na documentação pesquisada.¹²⁸ O conceito varia nas pesquisas. Lurdes Grolli Ardenghi usou a designação ervateiros de forma mais restrita e com conotação política, se referindo ao “grupo que detém algum controle sobre a extração, comércio e transformação do produto e não, simplesmente o que executa a coleta como *tarefeiro*” (grifo no original), ou seja, um “grupo intermediário entre o campo e a mata, gozando de uma posição socioeconômica que lhes possibilitou, em parte, o controle do poder em áreas e momentos determinados”.¹²⁹

Nos territórios de colonização espanhola, embora a composição étnica e sociocultural dos trabalhadores dos ervais seja diferente, a palavra ervateiro pode ter o mesmo significado discutido aqui. Freire usou o termo *criollo*, geralmente empregado para nomear os descendentes de espanhóis nascidos na América, para se referir aos mestiços descendentes de espanhóis e índios no Paraguai colonial, muitos dos quais trabalhavam na extração de erva.¹³⁰

O inventário *post-mortem* do francês Luiz Perié fornece preciosas respostas para a construção do conceito de ervateiro: falecido em 1851, deixou como herança muitas peças de tecido de algodão, chita, holanda, morim, lenços, xales, guaiacas, calças, suspensórios, chapéus, botas, tamancos, acessórios para o cavalo como freios, estribos e esporas, utensílios para a casa como facas, colheres, garfos, canecas, pratos, tigelas de louça, chaleiras, copos, castiçais, espelhos, agulhas, pentes, balanças, tesouras, navalhas de barbear, baús, pólvora, espoletas, uma

127 ECKERT, José Paulo. *O povo dos hervaes: entre o extrativismo e a colonização* (Santa Cruz, 1850-1900). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

128 Código de Posturas de Passo Fundo, 1862. AHRs.

129 ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003. p. 51.

130 FREIRE, Paulo Cezar Vargas. *Mboroviré: a erva-mate no Paraguai colonial*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

espingarda, baralhos, fechaduras e argolas, ferramentas como machados e enxadas e ainda artigos de consumo como sal, fumo e outros identificados como diversos, bem como arrobas de erva-mate. Deixou também alguns poucos animais bovinos e equinos, bens imóveis como um galpão localizado “nas margens do arroio denominado Santo Christo”, uma casa coberta de capim, um pequeno rincão de campo e um “engenho de socar erva matte tocado por agua com seis morões avaliado pela quantia de seiscentos mil reis”.¹³¹ Do inventário se sabe que este ervateiro francês era proprietário do engenho, produtor de erva-mate e comerciante, vendendo aos moradores da região e àqueles que contratava para trabalhar aquilo que não podiam extrair da floresta.

Por outro lado, o ervateiro pobre é o personagem que a História denominou de caboclo ou lavrador nacional. No Sul do Brasil ele correspondeu, genericamente, ao grupo formado pelo encontro cultural e genético de luso-brasileiros ou hispano-brasileiros com indígenas e negros. Para o historiador Paulo Pinheiro Machado, o componente étnico não é essencial na definição desse “habitante pobre do meio rural”, mas sim a “condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência [...]”. Pinheiro adotou o sentido empregado pelos habitantes do Planalto catarinense, onde o componente religioso – ser devoto de São João Maria – também compunha o conceito.¹³² A origem étnica perde mais do seu significado quando a palavra é usada para se referir ao colono que adotou o modo de vida caboclo, prevalecendo o sentido cultural.¹³³ O conto escrito pelo imigrante João Weiss ilustra esta situação com evidente preconceito:

Nós não eramos dados à caça, que consideravamos desperdício de tempo. [...]. O fato é que os que assim não pensavam ficavam bastante atrasados nos trabalhos da roça e em seu progresso geral. Muitos emigrantes, entregando-se à tais extravagâncias, como classificavamos a caça e a pesca, tornavam-se perfeitos caboclos, dorminhocos e preguiçosos, vivendo em choupanas primitivas com uns pés de milho em

131 Inventário *post-mortem* de Luiz Perié. Cartório de órfãos e ausentes de Cruz Alta, 1851. APERS.

132 MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas* (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004. p. 48.

133 ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002. p. 172.

tôrno, um porco magro no chiqueiro e umas galinhas alimentado-se minhocas da terra de mato. Os caboclos se sentiam bem nesse seu primitivismo e que só era classificado como tal por nós, que viemos de ambiente de civilização avançada.¹³⁴

O caboclo, pessoa livre e pobre do mundo rural, se tornava ervateiro ao ser contratado para trabalhar no erval durante o inverno e assumia a condição de camponês nas demais estações do ano, produzindo alimentos para a sua existência. Este era um fator adicional, além do baixo investimento material exigido, que permitia extrair erva-mate com custos baixíssimos, argumentou Zarth.¹³⁵ Para o caboclo, trabalhar nos ervais representava a oportunidade de obter algum dinheiro e de comprar instrumentos de trabalho e bens de consumo.¹³⁶ Como percebeu o engenheiro Francisco Rave ao percorrer o Noroeste do Rio Grande do Sul em 1858: “A erva matte [é] o motor do commercio destes lugares e a sua exportação as diversas partes da Provincia occupão os habitantes de Missões. O ervateiro planta apenas sufficiente para satisfazer as suas necessidades e durante o resto anno se acha no centro dos mattos”.¹³⁷

O ervateiro qualificado para fazer o controle da secagem da erva recebia a denominação de “carijeiro” no Rio Grande do Sul e de “uru” no Paraná¹³⁸, indicando a divisão e a especialização do trabalho. O ervateiro podia estar acompanhado dos familiares, como relatou o inspetor geral da instrução pública do Paraná, Joaquim Ignacio Silveira da Mota, em 1857: “nos seus trabalhos ruraes, colheita e fabrico da herva mate se fazem acompanhar de toda a familia e tirão partido do serviço das proprias crianças de seis annos para cima”. Mota defendeu o ensino obrigatório para educar “a classe pobre do povo”, propôs a criação de casas de asilo e de escolas na província, onde ficariam os filhos dos lavradores e dos ervateiros durante a jornada de trabalho dos

134 WEISS, João. *Colonos na selva*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1949. p. 106.

135 ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997. p. 125.

136 Ibidem, p. 173.

137 RAVE, Francisco. Relatório dos campos do Serro Pellado, Ijuí e Uruguai explorados em 1857-1858. AHRs.

138 LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1969. p. 282.

pais. Reconheceu, entretanto, as dificuldades de executar tal proposta.¹³⁹ Como a extração da erva-mate era muito trabalhosa, realizada manualmente, se compreende a necessidade de envolver toda a família cabocla. Os filhos menores, não aptos ao trabalho, ficavam com os pais na floresta, situação algumas vezes retratada em fotografia, como na Figura 29. Um caso de violência contra a mulher indica sua presença como trabalhadora nos ervais. Em 1914, no distrito de Campo Novo RS, Demetrio Alves Rodrigues matou a tiros sua esposa, Luiza José da Cunha, grávida, pois ela se negou a carregar um feixe de erva-mate. Uma das testemunhas de defesa apontou a infidelidade conjugal de Luiza como motivo do crime, tentando atribuir-lhe a culpa, mas o argumento não impediu a condenação do réu.¹⁴⁰ O trabalhador assalariado e eventual também era denominado de jornaleiro, como respondeu o réu João Francisco quando lhe foi perguntado qual a “sua profissão ou meio de vida?” em processo crime criado a partir da acusação de roubo de gado no Rincão da Guarita RS.¹⁴¹

Houve casos em que criadores de gado, isto é, proprietários de campos voltados para a pecuária extensiva, se dedicaram também à atividade ervateira. O tenente coronel Feliciano Roiz da Silva, falecido em 1863, deixou como herança escravos, gado bovino, equino, burros e mulas, terras de campo e de cultivo, casas e um “engenho de soque de erva”, avaliado em um conto de réis, que fazia parte de um patrimônio total de 15:200\$000 réis, sem contar as dívidas ativas e passivas.¹⁴² Situação semelhante encontra-se no inventário de Theresa Maria de Jesus, que legou escravos, bois, vacas, cavalos, mulas, uma área de terras de campo com “duas léguas de comprido e meia de largura”, outro campo, uma “morada de casas sita na freguesia da Palmeira, coberta de telha, paredes de pau a pique” e um engenho de socar erva-mate com galpão, avaliado em um conto de réis.¹⁴³ Outro caso é do coronel Evaristo Teixeira do Amaral, que atuava como estancieiro, comerciante

139 Documentos a que se refere o vice-presidente da provincia do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1857. Curitiba, Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1857. p. 10-12. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago, 2001. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/619/> Acesso em: 15 abr. 2012.

140 Processo crime no qual é réu Demetrio Alves Rodrigues. Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1914. APERS.

141 Processo crime no qual são réus Salvador Luiz Fernandes, Fermino Luiz Fernandes, João Francisco e Julio Antonio Francisco. Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1890. APERS.

142 Inventário *post-mortem* de Feliciano Roiz da Silva, Comarca de Cruz Alta, 1863. APERS.

143 Inventário *post-mortem* de Theresa Maria de Jesus, Comarca de Cruz Alta, 1869. APERS.

e proprietário de “estabelecimento de preparo de herva matte” em Palmeira RS. Em 1892 ele cobrou na justiça o prejuízo havido com o roubo da cavallhada e de gado, danos aos ervais e por que “deixou de exportar mais de seis mil arrobas de erva”, quando foi forçado a abandonar sua casa de negócios e propriedade pela violência praticada no contexto da Revolução Federalista.¹⁴⁴ A conjugação da atividade pastoril com a ervateira, no século XIX, foi encontrada ainda no caso de Antonio Pereira Borges, de Cruz Alta RS, cujo engenho de mate correspondia a 400\$000 réis de um patrimônio bruto que ultrapassava 16 contos de réis.¹⁴⁵

O conceito de ervateiro é empregado aqui, portanto, com estes múltiplos significados. Muitas vezes está acompanhado de explicações adicionais, que detalham diferenças importantes como a existente entre o ervateiro Perié e os empresários do mate no Paraná, integrantes de uma elite econômica regional.

O significado econômico e social do mate pode ser compreendido a partir da leitura da correspondência das câmaras municipais. Em 1862 a câmara de Passo Fundo RS (município criado em 1857 a partir do território de Cruz Alta) atendeu ao pedido do Governo da Província e listou a produção agrícola local. Destacou os cultivos de milho e feijão e informou a existência de lavouras de arroz, trigo, mandioca, batatas, abóboras, morangas e melancias, mas estas em pequena quantidade. Comentou, por fim, que a produção não correspondia às necessidades locais, sendo preciso importar alimentos e justificou: “a maioria dos habitantes empregam-se com avidez no fabrico da herva matte”, atividade que coincidia com o tempo das colheitas.¹⁴⁶ Em documento de idêntico propósito, enviado no ano seguinte, a mesma câmara afirmou que as mulas e a erva-mate são os dois gêneros mais exportados pelo município e registrou uma baixa considerável dos preços destes produtos, que prejudicou a economia municipal.¹⁴⁷ Em 1864, outro destes documentos fez uma distinção importante: enquanto a criação de mulas era praticada pelos fazendeiros, a extração e o preparo da erva-mate foi a atividade “do homem pobre com o simples fructo de seu trabalho braçal, sem necessidade de fundos”. Nas palavras daquelas autoridades municipais: “assim se pode dizer, estabelecendo uma linha

144 Ação ordinária na qual é autor Evaristo Teixeira do Amaral e réus Ubaldino de Oliveira Machado e outro, Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1892. APERS.

145 Inventário *post-mortem* de Antonio Pereira Borges, Comarca de Cruz Alta, 1864. APERS.

146 Correspondência da Câmara Municipal de Passo Fundo, 7 nov. 1862. AHRS.

147 Ibidem, 8 jan. 1863. AHRS.

divisória, que a erva matte é o recurso da pobreza, e o commercio de bestas se entretem em um circulo de gentes mais abastadas”.¹⁴⁸

Vinte anos depois, a câmara municipal de Palmeira respondeu ao governo provincial de forma idêntica: a agricultura “é pouco desenvolvida já porque a maioria da população se emprega quasi que exclusivamente da fabricação da herva-matte que é exportada em grande escala”. Adicionou um segundo motivo para a fraca agricultura: “porque é necessário desenvolver o gosto pelo trabalho agrícola, o que só se obtém com ensino profissional”. A câmara propôs ainda, naquela correspondência, a criação de um estabelecimento de ensino agrícola destinado à “educação das classes pobres”.¹⁴⁹ A proposta de estatuto para o asilo agrícola definia como “preferíveis” os alunos orfãos, desvalidos e ingênuos, que não poderiam sair da instituição antes de completar os cinco anos de formação elementar e nas modernas técnicas agrícolas. Em 1886, outra correspondência informou as autoridades da capital sobre os poucos resultados do investimento de 14 milhões de réis na construção do asilo, da qual se destaca: “a casa edificada para a escola é uma imitação do galpão da olaria; o mais indolente morador de nossas mattas envergonhar-se-hia de habitar semelhante palheiro. Trabalhos de lavoura não existem, horta não tem e jardim menos!”¹⁵⁰

A produção da erva-mate também se ligou fortemente ao cotidiano e às formas de expressão dos caboclos ervateiros. Estar de “carijo armado”, por exemplo, era uma metáfora para estar enamorado. As expressões podiam assumir outros significados, inclusive jocosos ou ofensivos, como os versos populares encontrados pelo historiador Márcio A. Both da Silva em um processo crime de 1908, em Santo Ângelo RS, nos quais uma família com destaque social foi satirizada:

O Cidadão Jango Riba
No comércio é um graúdo
E o infame proceder
É de um cachorro lanudo [...]
A picucha e o neném
Estão de carijo armado
Mais o que já diz o povo
É que o carijo já está canchiado [...].¹⁵¹

148 Ibidem, 11 jan. 1864. AHRS.

149 Correspondência da Câmara de Santo Antonio da Palmeira, 4 maio 1883. AHRS.

150 Cópia do Projeto de estatutos para o asylo-agricola do municipio de Santo Antonio da Palmeira, 1883. AHRS.

151 SILVA, Marcio A. Both da. *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul*. Guarapuava: Unicentro; Niterói: UFF, 2011. p. 86.

3.3 FALSIFICAR ERVA

Fazer erva não significou, necessariamente, extrair folhas e ramos para fabricar um produto de boa qualidade. A análise dos documentos mostra a falsificação da erva-mate como um dos principais problemas no século XIX, bem como a falta de cuidado no preparo e na armazenagem. O botânico francês Aimé Bonpland, que viajou pela América acompanhando Alexander von Humboldt nas primeiras décadas daquele século, afirmou que a má qualidade da erva produzida no Brasil provinha do pouco cuidado que tinham os fabricantes e da introdução de plantas muito diferentes da *Ilex paraguariensis* na fabricação.¹⁵²

Para Zacarias de Góes e Vasconcellos, presidente da recém emancipada província do Paraná (separada de São Paulo em 1853), a falsificação iniciava nas etapas de coleta, secagem e cancheamento, mas era tolerada por muitos proprietários de engenho que compravam a erva pagando um preço menor. A erva de Paranaguá, como era conhecida no Uruguai e na Argentina, lá sofria a concorrência comercial da erva do Paraguai e das missões riograndenses porque estas tinham melhor qualidade. Mesmo assim a erva paranaense encontrava consumidores menos exigentes na campanha, que preferiam um produto mais barato. Depois de beneficiada, era ainda mais difícil de perceber a fraude, atribuída à ganância dos produtores. A solução estava, para o presidente, na criação de uma legislação mais severa e na inspeção.¹⁵³ No “Regulamento da Herva Mate”, criado em 1854, se escreveu simplesmente: “Art. 3º Não se lhe ajuntará herba alguma de diversa natureza”. Outros artigos do regulamento, contudo, revelam preocupação com a qualidade da erva, que: deve ser fabricada em carijo coberto para “não receber humidade”, precisa ser malhada sobre “forro conveniente para não se misturar terra ou qualquer outra materia estranha”, deve receber a primeira etapa de secagem no mesmo dia em que for sapecada, para não “fermentar” e não pode permanecer no carijo por mais de três dias depois de malhada. A punição prevista para os infratores era a multa, a ser dividida entre o denunciante e a câmara

152 BONPLAND, Aimé. Notas sobre la ventaja de cultivar la planta que produce el mate, de formar montes de ella y de mejorar la fabricacion de la yerba mate. 1849. Citado por: WHIGHAM, Thomas. *La yerba mate del Paraguay*. Asuncion: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1991. p. 87.

153 Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854.

municipal. Além de estimular a delação, o regulamento obrigava os inspetores de quarteirão a denunciar os infratores. A punição podia ser estendida aos compradores de “herva visivelmente viciada” e àqueles que fizessem “encommendas de mate misturado com herba de natureza estranha”.¹⁵⁴ Em 1855, o governo da província do Paraná atribuiu à falsificação uma das causas da decadência na exportação do mate, que se tornou desacreditado nos mercados do rio da Prata e sugeriu implantar a inspeção do produto como medida para combater a fraude. Desistiu da ideia, pois concluiu “não ser possível fiscalisar e conhecer, depois de moída e prompta para a exportação, se a herba foi ou não falsificada”.¹⁵⁵ O problema continuou existindo e frequentemente figurou nos documentos em tom de denúncia: “...fazem a erva em carijos descobertos, sujeitos as intemperies das estações, malhão-a sobre a terra, sem hum forro [...], misturão-a com outras ervas...”¹⁵⁶

O governo do Paraná concluiu, em 1858, que a diferença de qualidade entre a erva-mate do Paraguai e a local não era botânica, não estava na planta, mas sim nos métodos e cuidados de preparo. Segundo o presidente da província, os ervateiros paranaenses apressavam a secagem, expunham demais as folhas à fumaça, não protegiam adequadamente a erva cancheada da chuva ou da umidade atmosférica durante o transporte e tornavam a secá-la no engenho. No Paraguai, ao contrário, as folhas eram cortadas sem umidade entre as 9 e as 17 horas, secadas lentamente em fogo sem fumaça por até 18 horas e sempre protegidas da umidade. A erva, por fim, era bem acondicionada.¹⁵⁷ Existe uma evidente idealização no relato das práticas paraguaias, mas ele é revelador de importantes diferenças que explicam a superior qualidade da erva-mate lá produzida. Manoel Antonio Guimarães, que ocupava o cargo de presidente da província em 1873, afirmou igualmente que o regulamento de 1854 não era aplicado.¹⁵⁸

154 Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Paraná pelo vice-presidente em exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan. 1856. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856. p. 109-110.

155 Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Paraná pelo vice-presidente em exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan. 1856. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856. p. 54.

156 Correspondência recebida pelo Governo da Província do Paraná, 24 jan. 1856. APPR.

157 Relatório do presidente da província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858.

158 Relatório com que o exm. sr. vice-presidente da província, coronel Manoel Antonio Guimarães, abriu a 2ª sessão da 10ª legislatura da Assembléa Provincial do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1873. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1873. p. 18.

O código de posturas do município de Santo Antonio da Palmeira RS, escrito em 1875, também exprimiu o problema da falsificação na forma de proibição e punição:

Art. 48 - É prohibido fabricar erva matte de outra folha que não seja a legitima, ou misturada com a legitima, outra qualidade de folha: o contraventor incorrerá na multa de trinta mil reis e oito dias de cadeia, e perderá toda erva falsa, ou falsificada, que será immediatamente queimada.¹⁵⁹

A denominação erva caúna identificava o produto de sabor mais amargo do que o desejado, resultado da mistura de folhas de outras árvores, como a *Ilex dumosa* (Reissek), ou de “sapopema, capóróróca, voadeira, carrapicho, sete sangrias” e outras,¹⁶⁰ bem como da congonhinha¹⁶¹, orelha de mico, caverá e canela.¹⁶² Beschoren, ao percorrer o interior do Rio Grande do Sul, observou que os ervateiros de Campo Novo “misturam à erva folhas de canela, guabioba, etc.”.¹⁶³ Em 1867, o inspetor geral da saúde pública da província, Manoel Pereira da Silva Ubatuba, manifestou sua preocupação com os perigos à saúde da população existentes nos vinhos de má qualidade, na farinha de mandioca mal torrada que conservava os princípios venenosos e na “erva-matte de mistura com as diversas folhas que preparam para augmentar o producto sem conhecimento das propriedades que elas tem, produzem as colicas, primeiros signaes dos damnos que fazem”.¹⁶⁴ A análise química feita por Eunice Valduga e outros em 1997, revelou a presença de substâncias benéficas (flavonóides) na *Ilex dumosa*, usada na adulteração da erva-mate, mas também saponinas capazes de destruir

159 Código de Posturas de Santo Antonio da Palmeira, 1875. AHRs.

160 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, José Barboza Goncalves, em 24 de agosto de 1907. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1907. p. 219. AHRs

161 Correspondência de Antonio Ricardo Santos ao presidente da província do Paraná, 15 mar. 1866. APPR.

162 Relatório dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario do Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 151. AHRs.

163 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na provincia do Rio Grande do Sul: 1875-1887*. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 62.

164 Relatório da Inspetoria Geral da Saude Publica da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao presidente da mesma provincia. Porto Alegre: Typ. do Jornal Deutsche Zeitung, 1867.

as células sanguíneas que transportam o oxigênio.¹⁶⁵ Conforme o relato de José Luiz Esteves, inspetor florestal de Soledade, Passo Fundo e Palmeira RS, a caúna era fabricada para uso na tinturaria, mas acabava nos engenhos de erva-mate que pagavam 50% do valor do produto legítimo.¹⁶⁶

No Paraná, no ano de 1880, a polícia se ocupou de uma agenda muito variada de assuntos, como a prostituição, as “correrias de selvagens”, a tranquilidade pública e o comércio da erva-mate. A erva virou assunto de polícia porque, desde 1875, cabia às câmaras municipais e às autoridades policiais a fiscalização do mate, pois existiam ervateiros que a “sobrecarregam de paos e de outras hervas estranhas”, implicando na depreciação do produto e em “prejuízo da riqueza publica e dos proprios lavradores”. O chefe de polícia reconheceu, em seu relatório anual, que era impossível fiscalizar adequadamente a qualidade da erva que circulava pela província.¹⁶⁷ A presença de “paus” na erva-mate era um mal difícil de evitar, pois os galhos menores eram necessários para dar sustentação às folhas no carijo. Para tentar estabelecer um parâmetro do que era aceitável, sugeriu-se proibir que os galhos excedessem a espessura de um lápis.¹⁶⁸

Na mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 1894, o recente governo republicano do estado do Paraná registrou que teve sua atenção chamada pelo cônsul brasileiro em Montevideu sobre a falsificação da erva-mate. Escreveu estar ciente do problema e que tomara providências desde o início, afirmou que a honestidade distingue o comércio do Paraná e concluiu o assunto assegurando que “o abuso da falsificação, acha-se cortado pela raiz”.¹⁶⁹ É preciso ter alguma ingenuidade histórica para acreditar que o problema da falsificação do mate exportado iniciou na mesma época do governo republicano e foi radicalmente resolvido por ele. Pelo menos até o final da década de 1920, limite cronológico adotado nesta pesquisa, algumas das

165 VALDUGA, Eunice et al. Caracterização química da folha de *Ilex paraguariensis* St. Hil. (erva-mate) e de outras espécies utilizadas na adulteração do mate. *Boletim do Centro de Pesquisa de Processamento de Alimentos* (CEPPA), Curitiba, v. 15, n. 1, p. 25-36, jan./jun. 1997.

166 Relatório dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario do Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 151. AHRS.

167 Relatório da Secretaria de Polícia da Província do Paraná, 1 jan. 1881. APPR.

168 Parecer a respeito do modo porque deve ser fabricada a erva-mate, 19 jan 1862. APPR.

169 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Primeiro Vice-Governador Dr. Vicente Machado da Silva Lima em 18 de maio de 1894, Curitiba: Companhia Impressora Paranaense, 1894. p. 11-12.

mensagens anuais dos governadores, dirigidas ao poder legislativo, ainda faziam referência aos problemas da falsificação, da falta de cuidado no preparo e da má conservação da erva-mate paranaense. Eles ainda eram relatados, entretanto, como problemas que foram solucionados, graças à legislação e à severa fiscalização do governo.¹⁷⁰

Nos rótulos das barricas de erva-mate exportadas se pode encontrar expressões como “herva mate genuína - producto altamente selecionado”, “Yerba mate super-extra”, “Herva mate extra superior”, “Super-extra de especial e puríssima herva mate”. As palavras “extra” e “especial” correspondiam a níveis das categorias de padronização, mas as demais expressões eram argumentos afirmativos da qualidade do produto, visando destacá-lo das ervas falsificadas ou de qualidade inferior. O rótulo da erva-mate vendida sob a “marca registrada” Heroína, produzida por Brockmann, Celestino & Cia. em Rio Negro PR, destacou em letras maiores o nome do fabricante, a procedência paranaense e a expressão “Qualidade garantida”. Por fim, a frase impressa em espanhol: “Esta marca é elaborada com as melhores ervas do Estado do Paraná” completou o argumento.¹⁷¹ José Humberto Boguszewski, em sua dissertação de mestrado, fez uma interessante análise iconográfica de um conjunto de rótulos de empresas ervateiras do Paraná. Embora sua interpretação não o considere, acredita-se que o esforço argumentativo dos fabricantes para ganhar credibilidade em meio as falsificações e a baixa qualidade era um elemento essencial na composição gráfica e textual dos rótulos.¹⁷²

A produção da erva-mate, utilizando os meios e os procedimentos de baixa tecnologia antes descritos, permaneceu pouco alterada no Rio Grande do Sul até o início do século XX. No Paraná, contudo, aconteceram mudanças tecnológicas importantes durante a segunda metade do século XIX. Uma delas foi o barbaquá, que consistiu em uma instalação mais elaborada em comparação ao carijo, pois fazia a separação entre o calor e a fumaça gerados pela queima da lenha. Assim, mais calor e menos fumaça chegavam aos ramos e folhas durante a secagem. Obtinha-se uma erva-mate de melhor qualidade, com sabor

170 Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo em 1 de fevereiro de 1930. Curitiba: sn. 1930. p. 101.

171 Rótulos de barricas das empresas Emilio von Linsingen & Cia., de Rio Negro PR e Firmino Pacheco Sobrinho & Cia., de Três Barras PR. Acervo pessoal de Maria da Glória Foohs, Rio Negro PR. Coleção de rótulos do Museu Paranaense, Curitiba PR.

172 BOGUSZEWSKI, José Humberto. *Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

mais agradável e, embora desconhecida dos ervateiros na época, com menor quantidade de benzopireno, substância nociva à saúde humana, originada na combustão da lenha e que aderiria à erva.¹⁷³

Outra inovação para aumentar a produtividade do trabalho de beneficiamento da erva foi “ouriço”, um cone de madeira densa com grandes dentes que girava sobre um assoalho perfurado e triturava os ramos e folhas da erva.¹⁷⁴ Há uma versão deste equipamento na forma de uma grande roda vertical dentada, que rolava em círculos sobre o material a ser fragmentado. Estes trituradores ocuparam, com grande vantagem e em algumas regiões, o lugar do malho e do facão de madeira usados para “canchear” manualmente a erva. A generalização da cancha de madeira furada, no final da década de 1920, permitiu obter uma erva mais uniforme a partir de um “trabalho perfeitamente higienico”.¹⁷⁵ A paulatina substituição do surrão de couro bovino pela barrica de pinho (madeira da *Araucaria angustifolia*) como embalagem para a erva-mate exportada melhorou, além da aparência, o seu acondicionamento. Ela coincidiu com a exploração das áreas florestais do Sul do Brasil e com o desenvolvimento da indústria madeireira, um dos fatores de desmatamento da Floresta Ombrófila Mista segundo Miguel Xavier de Carvalho.¹⁷⁶ As inovações aconteceram durante toda a segunda metade do século. Em 1858, o governo do Paraná ofereceu um prêmio de 6:000.000 réis a “quem estabelecesse uma maquina para o fabrico do mate, que se avantajasse 30 por cento sobre o methodo praticado na provincia”. João Antonio Pereira montou uma máquina movida a vapor em Antonina e requereu o prêmio. O governo, após avaliação realizada por uma comissão, concluiu que a dita máquina de socar aumentava muito a produtividade, sem melhorar, contudo, a qualidade do produto.¹⁷⁷ Francisco de Camargo Pinto pediu ao imperador D. Pedro II,

173 VIEIRA, Manoela Alano. *Análise de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs) nas etapas do processamento da erva-mate (Ilex paraguariensis) e caracterização química dos resíduos da trituração para o desenvolvimento de produto*. Tese (Doutorado em Ciência dos Alimentos), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

174 Acervo do Museu da Erva-Mate/Museu Histórico Orty de Magalhães Machado, Canoinhas SC.

175 Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo em 1 de fevereiro de 1930. Curitiba: sn. 1930. p. 110.

176 CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Os fatores do desmatamento da Floresta com Araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira. *Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 32-52, ago. 2011.

177 Relatório do presidente da provincia do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial. 1859. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859. p. 41. Ofício n. 151 da Tesouraria Provincial ao presidente da provincia do Paraná, sd. APPR.

em 1879, o privilégio exclusivo para fabricar e vender uma peneira mecânica para beneficiar erva-mate que inventou. O mesmo “constructor de machinas”, como ele se autodenominou, inventou ainda uma máquina para marcar barricas e uma prensa para “enbarricar e ensurrar mate”.¹⁷⁸ Em 1881, Frederico Martinho Bahls pediu ao Governo do Paraná para encaminhar um requerimento ao Ministro da Agricultura do Império, no qual solicitou o privilégio, por 20 anos, para fabricar “carijos próprios para preparar a herva matte sem fumaça, nem humidade”.¹⁷⁹ Este conjunto de equipamentos e inovações, que hoje pode ser visto pelo historiador como parte de um acervo e de uma cultura material, exigiram maior capacidade de investimento econômico e não estiveram à disposição do ervateiro pobre. A modernização prosseguiu nos grandes engenhos, alterando os processos de produção da erva-mate para a lógica industrial.

3.4 A INDÚSTRIA DO MATE

Em parte dos estados do Paraná e de Santa Catarina a produção da erva-mate foi organizada, ainda no final do século XIX, na forma industrial. Destacou-se a Companhia Industrial Catarinense, fundada em 1890 por Abdon Batista, Ernesto Canac e Procópio Gomes de Oliveira pela fusão de suas empresas e de outras que se ligaram em uma sociedade anônima. Com matriz e indústria em Joinville, filial e indústria de mate instaladas em Buenos Aires e armazéns em cidades do Planalto catarinense e do Paraná, a Companhia atuou na produção e exportação de erva-mate e na exportação e importação de outros produtos agrícolas e manufaturados. Sua rede de comércio incluiu ainda São Paulo, Rio de Janeiro, o Uruguai e o Chile. Em 1892 ela incorporou o Banco Industrial e Construtor do Paraná, passando a operar também no setor financeiro. Os principais acionistas e diretores da Companhia (Batista, Canac e Gomes de Oliveira) tiveram expressiva presença na vida política de Santa Catarina. A Companhia foi dissolvida em 1905, com um capital muito superior ao investido na fundação.¹⁸⁰ Também no

178 Correspondência de Francisco de Camargo Pinto a D. Pedro II, 24 abr. 1879. Certificado de depósito de projeto no Archivo Publico do Imperio, 29 nov. 1878. Desenho de uma machina para marcar barricas, 1899. Museu Paranaense.

179 Requerimento de Francisco M. Bahls ao Presidente da Província do Paraná, 23 jan. 1881. APPR.

180 ALMEIDA, Rufino Porfírio. *Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira - o estudo da Companhia Industrial*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

Leste do Paraná se destacou a indústria de erva-mate de Agostinho Ermelino de Leão Júnior e Maria Clara de Abreu Leão, fundada em 1901, seguida por diversas outras.¹⁸¹

Em Mafra SC e Rio Negro PR atuaram Jordan, Gerken & Cia., com matriz em Joinville, que se anunciaram como “Exportadores de Herva Matte em vasta escala para as Republicas do Chile, Argentina e Uruguay e para o Sul do Brasil”. Nas mesmas cidades estava estabelecido, desde 1908, Emilio von Linsingen & Cia., indústria que beneficiava erva-mate, a vendia para o mercado interno e a exportava sob as marcas “Primavera”, “Saphira”, “Dona Elisa”, “Susana” e “Ely-sito”. Ainda em Rio Negro, desde o final do século XIX, atuava a empresa Alfredo de Almeida Junior que, conforme sua propaganda de 1929, era dotada “de machinismos modernos movidos á vapor e com um motor de 16 cavalos, mantendo em serviço interno uma media de 25 operarios e 26 no serviço de fabricação de barricas e outros involucros”.¹⁸²

Conforme Romario Martins, ao se instalar a província do Paraná, em 1853, existiam 90 engenhos hidráulicos em operação no seu território. No município de Campo Largo PR, 18 engenhos beneficiavam a erva-mate em 1878, todos movidos pela força da água.¹⁸³ Uma mudança tecnológica fundamental foi a introdução de motores a vapor nos engenhos, iniciada nas empresas de Ildefonso Pereira Correia (o Barão do Serro Azul), situadas em Antonina e Curitiba. Os melhoramentos técnicos nos secadores, pilões, peneiras, misturadores... enfim um conjunto de máquinas, combinadas com o motor a vapor, constituíram a indústria de beneficiamento do mate.¹⁸⁴ O novo motor exigiu a queima de grandes volumes de lenha, obviamente extraídos das florestas nativas. A sobra do beneficiamento da erva também serviu de combustível, mas correspondeu a pequena fração do material necessário. O uso deste motor aumentou o risco de incêndio, como o ocorrido no engenho São Lourenço, em Curitiba, em 1905. Durante a investigação policial os peritos observaram que o engenho era bem construído, de alvenaria, tinha assoalho com barrotes de imbuia e concluíram que o

181 Instituto do Matte do Estado do Paraná. *O Matte*, Curitiba, n. 1, set. 1929. p. 16. MP.

182 Centenario da Colonização Alemã: Rio Negro - Mafra, 1829-1929. Curitiba: Editora Olivero, 1929. p. 148-192. Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC) e Acervo pessoal de Maria da Glória Foohs.

183 Correspondência da Câmara Municipal de Campo Largo ao presidente da província do Paraná, 19 mar. 1878. APPR.

184 MARTINS, Romario. *Ilex-mate: chá sul-americano*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926. p. 200-201.

incêndio fora causado por fagulhas da máquina sobre a erva estocada. De acordo com o testemunho de um trabalhador, havia uma bomba de água instalada no local para combater o fogo que, depois de acionada, não foi suficiente para apagar as chamas. O mesmo trabalhador informou que revistava o engenho todas as noites para se certificar da ausência de fogo e de cheiro de erva queimada. Todas as testemunhas ouvidas atribuíram o início do incêndio às fagulhas do motor a vapor. Para a companhia seguradora o estabelecimento tinha o valor de 128 contos de réis, dos quais 15 contos correspondiam às máquinas nele existentes.¹⁸⁵ Há registro de outros incêndios de engenho de mate na capital, como o ocorrido em 1879, cujo prejuízo foi calculado em 10 ou 12 contos de réis.¹⁸⁶

A indústria do mate exigiu a concentração de capital. A erva-mate esteve na origem da riqueza das principais famílias do Paraná, ela fez “viscondes e barões, criando a pequena aristocracia titulada da sociedade paranaense, a exemplo do que ocorreu com o café em São Paulo, a cana-de-açúcar no Nordeste e o cacau na Bahia. O Visconde de Nacar e o Barão do Cêrro Azul devem os seus brasões ao mate”, escreveu o jornalista Samuel Guimarães da Costa.¹⁸⁷ A historiadora Raquel de S. Thiago chamou de “oligarquia do mate” o restrito grupo que muito se beneficiou da exportação da erva em Santa Catarina.¹⁸⁸ Carlos Ficker atribuiu ao mate a formação das “primeiras fortunas”, que permitiram a fundação de grandes estabelecimentos comerciais em Joinville SC e sua industrialização.¹⁸⁹ José Augusto Leandro sugeriu que parte do capital investido na indústria da erva-mate no Paraná veio do comércio de escravos e cita o caso do proprietário de engenhos em Morretes, Manoel Antonio Guimarães, que “foi o principal gerenciador do tráfico de escravos no Paraná no período do comércio ilegal”.¹⁹⁰

185 Autos da investigação policial no engenho São Lourenço, 1905. Museu da Justiça do Estado do Paraná (MJPR).

186 Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 4 de junho de 1879 pelo exmo presidente da província, o bacharel Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. Curitiba, Typ. Perseverança, 1879. p. VI.

187 COSTA, Samuel Guimarães da. Economia ervateira. s. n., s. d. Citado por LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1969. p. 332.

188 THIAGO, Raquel de S. A oligarquia do mate. *A Notícia*, Joinville, 12 dez. 1984. AHJ.

189 FICKER, Carlos. A erva-mate e a industrialização de Joinville. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 2, p. 37-40, fev. 1963. p. 39.

190 LEANDRO, José Augusto. Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá. *Esboços*, Florianópolis, v. 10, n. 10, 2002. p. 117.

Ao lado dos melhoramentos tecnológicos que prosseguiram, outras relações de trabalho foram estabelecidas. Em 1929, por meio de sua publicação oficial, *O Matte*, o Instituto do Mate do Estado do Paraná defendeu que “a observação dos princípios de Taylor deve orientar todo o progresso economico”. O redator principal, que assinava com o pseudônimo de “Ildefonso do Serro Azul”, possivelmente era Ildefonso Correia (1888-1949), filho do Barão de Serro Azul. No primeiro número da publicação havia uma lista com 36 empresas paranaenses ligadas ao mate, ordenadas em lógica decrescente pela quantidade exportada: Leão Júnior e Cia. figurava como a primeira, seguida pela empresa de Francisco F. Fontana, que ocupava o cargo de presidente do Instituto.¹⁹¹

A partir de concessão do governo brasileiro para a exploração de ervais, feita em 1882, Tomas Larangeira passou a atuar no território do que hoje corresponde ao Sudoeste do Mato Grosso do Sul e ao Oeste do Paraná. A empresa Matte Larangeira e sua sucessora, a Larangeira, Mendes e Cia., tinham exclusividade para fazer a extração e o beneficiamento de erva-mate em grande escala no Mato Grosso e se articulavam com uma filial em Buenos Aires. Além da ferrovia que levava ao Porto Murtinho, nas margens do rio Paraguai, sua estrutura de exportação de erva-mate incluiu uma ferrovia privada que ligou Guaíra a Porto Mendes Gonçalves, ao Sul do salto das Sete Quedas, em um trecho onde o rio Paraná tinha corredeiras que impediam a navegação. Um elaborado maquinário movido a vapor e uma zorra sobre trilhos permitiam o carregamento da erva-mate, a descarga de outros produtos e o embarque de pessoas em Porto Mendes Gonçalves, apesar do acentuado declive na margem do rio. O produto minimamente processado (erva cancheada) seguia pelo rio Paraná até Posadas em barcas atreladas a lanchas a vapor. A erva prosseguia então por ferrovia a Buenos Aires, onde era beneficiada e comercializada.¹⁹² O Museu Histórico Pe. José Gaertner, situado no município de Mal. Cândido Rondon PR, guarda parte importante do maquinário utilizado pela Larangeira, Mendes e Cia. para o embarque fluvial da erva-mate e permite compreender a lógica industrial segundo a qual ela operava.

De acordo com o estudo inédito do historiador Paulo Cimó Queiroz, com os capitais aportados pelo Banco Rio e Mato Grosso, uma

191 Organização científica do trabalho industrial. *O Matte*, Curitiba, n. 1, p. 5, 1929. MP.

192 ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Eduel, 1997. WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensos e colonos: história do oeste paranaense*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987. BIANCHINI, Odaléa da Conceição D. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 2000.

sociedade anônima, a “Companhia Mate Laranjeira pôde expandir sua infraestrutura e sua produção e, em seguida, seus lucros”. Os capitais foram investidos, sobretudo, na instalação do Porto Murtinho e na criação da estrutura de exportação de erva-mate. Na avaliação de Queiroz, “sem os capitais reunidos pelo banco, não teria sido possível que uma única empresa lograsse explorar, com eficiência, a vasta concessão obtida por Laranjeira”.¹⁹³

Conforme pesquisa do antropólogo argentino Alberto Alcaraz, o imigrante Domingo Barthe pode ser visto como um representante paradigmático dos empresários ervateiros, pois exerceu considerável influência econômica, política e estatal, especialmente em Posadas, que se tornou um centro de comércio, de afluxo de pessoas, de contatos interétnicos e de contratação de mão de obra para as *obrages* e ervais da região no final do século XIX.¹⁹⁴

Também o argentino Julio Tomas Allica e a *Compañia de Maderas del Alto Parana*, ligada com a inglesa *The Alto Paraná Development Company Ltda.*, proprietária da Fazenda Britânia, atuavam na margem esquerda do rio Paraná, em território brasileiro, extraindo erva-mate e madeiras de qualidade. Estas empresas, a Laranjeira, Mendes e Cia. e outras grandes firmas argentinas (Nuñez y Gibaja, Martinez y Co., Juan B. Molla y Co.) utilizavam o sistema de *obrages*. O proprietário ou concessionário das terras e organizador da *obraje*, o *obragero*, contratava trabalhadores assalariados, os *mensus*, geralmente descendentes dos Guaraní que viviam no Paraguai ou Norte da Argentina, para fazer a extração e o transporte de bens florestais. A falta de outros trabalhos remunerados, a antecipação do pagamento, o isolamento pela distância, o baixo salário, as dívidas anotadas que aumentavam a cada compra no *barracón* do *obragero* e a coação pela violência física do capataz mantinham os vínculos de subordinação e dificultavam muito a saída dos *mensus* daquela situação de exploração. As *obrages* eram, por outro lado, um lucrativo sistema que contou com uma infraestrutura de portos, transporte e comunicação própria de cada empresa. A Figura 20 permite localizar as principais *obrages* existentes no Oeste do Paraná no início do século XX. Elas existiram até a década

193 QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Joaquim Murtinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan./jun. 2010. p. 137-138.

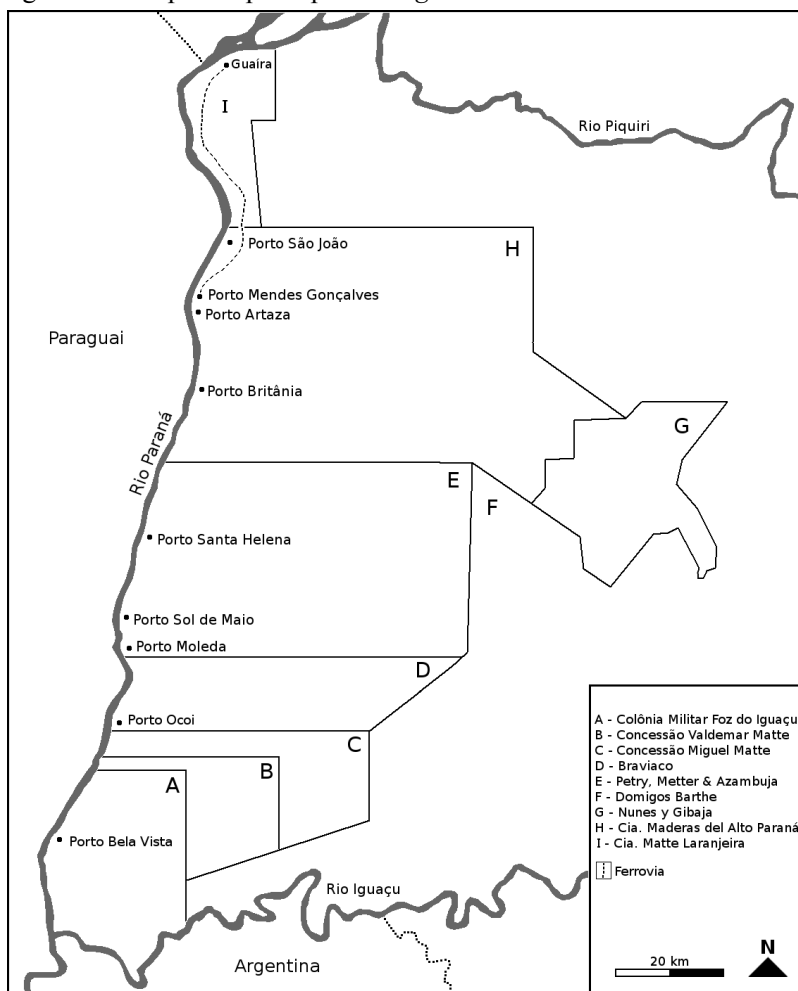
194 ALCARAZ, Alberto. *Domingo Barthe: la gestación de una “elite” propietaria de tierras en el Territorio Nacional de Misiones entre 1870-1920 y la explotación yerbatera-maderera en el Alto Paraná*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2013.

de 1930, quando se tornaram menos viáveis economicamente e o governo brasileiro adotou uma política de apoio à expansão de colonos e de empresas colonizadores do Sul do Brasil para Oeste paranaense.¹⁹⁵

No Paraguai muitos ervais foram privatizados na segunda metade do século XIX e formou-se a Companhia Industrial Paraguaia. Rafael Barrett escreveu, com estilo semelhante a Émile Zola em *Eu acuso*, um conjunto de textos denunciando o tratamento desumano da empresa aos trabalhadores e as péssimas condições de trabalho nos ervais, que contavam com o respaldo da legislação paraguaia. Conforme Barrett sete ou oito mil léguas [quadradas] de ervais foram entregues à Companhia Industrial, à Mate Laranjeira e a outros arrendatários e latifundiários do Alto Paraná.¹⁹⁶

195 WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

196 BARRETT, Rafael. *O que são os ervais*. Tradução de Alai Garcia Diniz. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2012.

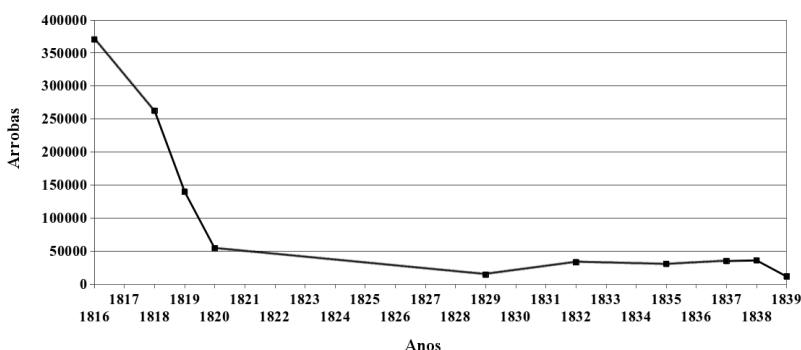
Figura 20 - Mapa das principais *obrages* no Oeste do Paraná

Fonte: Recriado pelo autor a partir de WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 64.

3.5 OS FLUXOS

O grande fluxo de erva-mate do Paraguai para Buenos Aires e Montevideu, via rio Paraná, foi parcialmente interrompido durante o governo de José Gaspar de Francia (1814-1840), que adotou uma política nacionalista de restrição às exportações de erva-mate e de desvinculação dos comerciantes da capital Argentina.¹⁹⁷ O Gráfico 1, mesmo sem uma série completa, apresenta dados sobre a exportação do produto paraguaio naquele período e revela uma drástica redução, mas não a sua completa suspensão. A produção de erva-mate no Paraguai passou então a abastecer principalmente o mercado interno.

Gráfico 1 - Exportação de erva-mate pelo Paraguai



Fonte dos dados: WHIGHAM, Thomas. *La yerba mate del Paraguay*. Asuncion: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1991. p. 34. O peso foi convertido de arrobas paraguaias para arrobas brasileiras.

Existem poucos dados disponíveis sobre a exportação de mate do Brasil neste período. Sabe-se que o Rio Grande do Sul ampliou de 79.000 para 184.240 arrobas a venda de erva-mate entre 1821 e 1822.¹⁹⁸ Conforme o charqueador e político riograndense Antônio José Gonçalves Chaves (1781-1837), foi precisamente neste tempo que aumentou a extração de mate no Sul do Brasil e os fluxos a partir de portos brasileiros se intensificaram para abastecer os mercados platinos e o Chile. Chaves demonstrou sua reprovção à política centralizadora

¹⁹⁷ WHIGHAM, Thomas. *La yerba mate del Paraguay*. Asuncion: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1991.

¹⁹⁸ Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul, n. 8, dez. 1922. APERS.

de Francia, mas sugeriu aproveitar a “sonolência dos paraguaios” para preservar, aumentar e melhorar o comércio brasileiro do mate.¹⁹⁹ No período dos dois governos seguintes, de Carlos Antonio López (1844-1862) e Francisco Solano Lopez (1862-1870), aquele país voltou a exportar erva-mate, mas não retornou aos níveis anteriores. Entre 1856 e 1860 o governo estabeleceu uma política de supervalorização e de preço fixo para seu produto, o que beneficiou os exportadores brasileiros.²⁰⁰ A Guerra do Paraguai ou da *Triple Alianza* (1864-1870) inviabilizou temporariamente a exportação do mate paraguaio. O grande fluxo pelo rio Paraná rumo ao sul voltou existir com intensidade após a guerra, quando empresários argentinos e paraguaios exploraram ervais da região na forma de *obrages*, com destaque para a empresa de Julio Tomas Allica e para a Larangeira, Mendes e Cia.²⁰¹

No inventário *post-mortem* de Luiz Perié, parte das extensas listas de dívidas ativas e passivas, ou seja, dos créditos que o ervateiro tinha por receber e aquelas que devia pagar, respectivamente, foi especificada em arrobas de erva-mate “moída e ensurrada”, revelando a importância deste produto na economia regional da época. A erva serviu de moeda e se tornou uma referência de valor. Inclusive o pagamento devido ao mestre carpinteiro João Cazes pela fabricação do caixão do sepultamento de Perié foi registrado, cobrado e pago em arrobas de erva. Muitas das contas que geraram as dívidas ativas foram apontadas em livros específicos e podem indicar uma relação de dependência e atrelamento dos trabalhadores ao ervateiro. As listas de devedores e credores revelam também que Perié manteve ligações comerciais com pessoas de diversos lugares, como São Borja, Cruz Alta e Porto Alegre, no Brasil; Buenos Aires, Corrientes, Santo Tomé, Santa Fé e Loreto, na Argentina; Montevideu no Uruguai e Encarnación, no Paraguai. O ator dramático Pepe Montero, de Buenos Aires, por exemplo, devia ao ervateiro a quantia de 8\$200 réis, valor irrisório se comparado à dívida de um contrerrâneo seu, que chegou a 1:510\$360 réis.²⁰² A erva-mate também foi usada como referência de valor para registrar a venda que fez Joana Evangelista Maciel, de um engenho situado em Giruá RS, a

199 CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978. p. 200.

200 WHIGHAM, Thomas. *La yerba mate del Paraguay*. Asuncion: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1991.

201 WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

202 Inventário *post-mortem* de Luiz Perié, op. cit., p. 47-48; 76-77;

João Batista Paes pela quantia de 330 arrobas de erva-mate ensurrada.²⁰³ Quarenta anos depois, Pedro Pacheco de Oliveira, testemunha em um processo crime, disse ter pago “dezoito arrobas de herva cancheada” por uma vaca, supostamente roubada.²⁰⁴

Conhecer as ligações comerciais do francês Perié, que migrou para o Brasil no início do século XIX e se dedicou a explorar um erval nativo localizado no extremo Oeste da província do Rio Grande do Sul, permite pensar nos fluxos deste produto naquele tempo. Em um primeiro olhar, a região do erval de Santo Cristo, distante cerca de 500 Km de Porto Alegre, parecia isolada e desabitada. A ligação com o rio Uruguai, a proximidade com a bacia do rio Paraná e a localização relativa dos mercados consumidores de mate exigem que se olhe com mais atenção e perceba o Oeste da província de São Pedro do Rio Grande do Sul como parte de um espaço habitado e dinâmico. Temístocles Linhares, se baseando em uma publicação citada por Demersay, escreveu que:

Em meados do século passado, no Rio Grande do Sul, havia muita gente trabalhando em mate. Só nas missões brasileiras, no ano de 1856, o número de pessoas chegava a 6.000, ganhando, em média, dois patações por dia, ou seja, um salário de 4\$000. De 1º de julho de 1857 a 30 de junho de 1858, pelo pórto de Itaqui, pequena cidade à margem do rio Uruguai, saíram, por via fluvial, com destino à Argentina, 1.324.593 Kg de mate. Com as remessas feitas pelo lado da Banda Oriental do Uruguai, não compreendidas nesses algarismos, atingia-se um total de 3.248.000 kg, mais de três vezes o que o Paraguai exportava em 1858.²⁰⁵

A quantidade de mate exportado por Itaqui no período de um ano (1857-58), informada por Linhares, isto é, cerca de 88.300 arrobas, mostrou a importância econômica do produto, mesmo não coincidindo com os dados registrados pelo governo daquela província: 79.722 arrobas exportadas em 1853; 97.671 arrobas em 1855 e 157.424 arrobas

203 Inventário *post-mortem* de Luiz Perié, op. cit., p. 67.

204 Processo crime no qual são réus Salvador Luiz Fernandes, Fermino Luiz Fernandes, João Francisco e Julio Antonio Francisco. Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1890. APERS.

205 LINHARES, op. cit., p. 105.

em 1857.²⁰⁶ Conforme as crônicas do ítalo-argentino Benito Zamboni, publicadas em jornal no início do século XX, a picada de San Javier ligava, serpenteando, a localidade Argentina de Santa Ana com o vila de San Javier, na margem do rio Uruguai. Funcionava como uma via de comunicação entre o Brasil e o Paraguai, por meio da província de Misiones, por onde também podia circular erva-mate.²⁰⁷

A câmara municipal de Cruz Alta RS sugeriu ao governo da província, em meados do século XIX, a abertura de uma estrada e picada ligando diretamente os ervaais de Palmeira e Santo Ângelo ao rio Uruguai, visando diminuir a distância percorrida no transporte terrestre da erva-mate até os portos de Itaqui ou São Borja. A sugestão se baseava na experiência das reduções jesuítas e apontava a possibilidade do caminho percorrer os campos de Giruá, cruzar os matos da bacia do rio Comandá e chegar ao passo de San Javier, onde a erva seria embarcada e transportada pelo rio Uruguai. Aquela câmara se queixou da dificuldade de viabilizar tal projeto e pediu maior atenção do governo provincial.²⁰⁸ O tema voltou a aparecer em 1851 quando se reiterou, em relatório, a necessidade de abertura da dita “estrada de carretas ao Uruguai, no centro dos ervaes mais ricos d'este Municipio”.²⁰⁹ Não se sabe exatamente quando a estrada foi aberta, mas no mapa publicado pelo cronista Hemetério Velloso da Silveira em 1909 (Figura 15) há uma representação cartográfica dela.²¹⁰

Em 1849 a câmara de Cruz Alta RS argumentou, junto ao governo da província, ser da mais urgente necessidade a construção de uma ponte sobre o rio Ijuí, no caminho pelo qual se exportava toda a erva fabricada nos ervaais de Santo Ângelo, Santo Cristo e Giruá. Argumentou ainda que a ponte, sendo de madeira e bem construída, dura muito.²¹¹ Dez anos depois o engenheiro Francisco Nunes de Miranda foi designado pelo governo daquela província para elaborar o projeto de construção daquela ponte sobre o rio Ijuí. Conforme Miranda “sóbe a mais de 4000 o numero de carretas que por ahi passam annualmente e é tal o de cavalleiros e trópas que por este passo

206 Relatório do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858. p. 10.

207 ZAMBONI, Benito. *Escenas familiares campestres*. Posadas: UNaM, 1999. p. 250-251.

208 Correspondência da Câmara de Cruz Alta, 22 fev. 1850. Arquivo Histórico de Cruz Alta (AHCA).

209 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 21 ago. 1851. AHCA.

210 SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909.

211 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 29 jan. 1849. AHCA

transitam que elle pode ser considerado como o mais frequentado da fronteira”.²¹² A necessidade da ponte se justificava também na coincidência entre o período das chuvas e a época de extração e transporte do mate, quando a balsa que fazia a travessia parava de funcionar e “os carreteiros estacionão junto as margens do rio e ahi esperam que o rio baixe...” ou seja, este “passo dá transito a maior parte das hervas que sahem annualmente dos heruaes de Nhumcorá, Campo Novo, Sta. Roza e Sto. Christo”²¹³ em direção ao porto fluvial de Itaqui. Cansanção de Sinimbú, presidente da província do Rio Grande do Sul, registrou igualmente que as duas principais produções do vastíssimo município de Espírito Santo da Cruz Alta, na metade do século XIX, eram mulas destinadas ao comércio em Sorocaba SP e erva-mate. Esta última se destinava à exportação por Itaqui, mas também era vendida em diversos lugares, conforme a vizinhança dos locais de fabricação, indicando a existência de um mercado consumidor interno e regional.²¹⁴ A campanha riograndense era outro importante destino para erva-mate produzida naquele município.²¹⁵ Luiz Alves de Oliveira Bello registrou, no diário escrito em 1856 durante a excursão eleitoral pelo interior do Rio Grande do Sul, que a arroba de erva-mate custava 5\$000 réis em Cruz Alta, 6\$000 em São Borja e 7\$000 réis em Itaqui. Este último porto tinha a vantagem de estar situado em um trecho do rio Uruguai que permanecia navegável na maior parte do ano, enquanto o porto de São Borja era prejudicado no tempo da seca.²¹⁶ O inventariante dos bens deixados pelo finado Anacleto Ferreira Baptista, comerciante em Cruz Alta RS, discriminou as 500 arrobas de erva-mate que estavam em Itaqui das 300 arrobas guardadas na Guarita, ou seja, diferenciou os lugares de produção e de exportação.²¹⁷ Em 1862 o presidente da província do Paraná, cujo território naquele tempo se estendia até a margem direita do rio Uruguai, relatou a exportação de madeiras e erva-

212 MIRANDA, Francisco Nunes de. *Descripção do projecto da ponte do Ijuhy-Grande na estrada dos Hervaes para o Rincão dos Povos*. 1859. AHRs.

213 Ibidem.

214 Relatório do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854. p. 51.

215 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 14 ago. 1852. AHCA.

216 BELLO, Luis Alves Leite de Oliveira. Diário de uma excursão eleitoral feita pelo interior da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - 1856. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 79, set. 1940. p. 26-27; 45.

217 Inventário post-mortem de Anacleto Ferreira Baptista, Comarca de Cruz Alta, 1867. APERS.

mate em chalanas que carregavam até 600 arrobas, por meio daquele rio.²¹⁸ Acredita-se que existiu um fluxo de erva e pessoas entre os ervais do Norte do Rio Grande do Sul e o Paraná, transpondo o rio Uruguai. Isto se deduz da correspondência enviada pelo “passador do Goyo-En”, Antonio de Souza Rego, perguntando ao presidente paranaense se devia “continuar a dar passagem aos herbateiros” e moradores próximos ou somente aos viajantes.²¹⁹ Também Frederico de Mascarenhas Camello, ervateiro instalado no alto rio Uruguai junto ao passo de Goyo-En, enviou ao presidente da província do Paraná, em 1863, um pequeno surrão contendo uma amostra da erva-mate que produziu. É importante notar que, para avaliar seu produto, ele tomou como referência a erva do Paraguai, tida como a de melhor qualidade naquele tempo.²²⁰

Em 1860, ervateiros de Campo Novo RS iniciaram a exploração do grande erval do Pari, situado junto ao rio Turvo, no extremo Norte da província. A primeira providência foi abrir uma picada para cargueiro, isto é, para mulas, por meio da qual se fez o transporte da erva até os engenhos. Tratava-se de um erval considerado “em ser”, ou seja, supostamente nunca explorado pelo trabalho humano. Conforme o relato do juiz de paz João dos Santos Paiva, depois de concluída a picada, uma comissão de mais de 35 pessoas visitou aquele erval e “tiverão o prazer de andar em diferentes rumos somente por baixo de herva que nunca fora trabalhada”. Oito anos antes, entretanto, o militar José Joaquim de Oliveira entrou até o Pari e encontrou matos queimados, um erval em regeneração e outro erval que estimou ser capaz de produzir 60 mil arrobas. Obteve dos índios a informação de que aquele erval se estendia muito longe. Havia ainda outra picada que levava ao Pari, aberta anos antes nas proximidades do rio Guarita.²²¹ Sob o olhar da civilização centrada em si mesma, o erval do Pari estava intocado. Mesmo que os indígenas o conhecessem, soubessem informar seu tamanho e interagissem com a floresta, aquele lugar continuava virgem até que os caminhos abertos a facão e machado permitissem o transporte da erva-mate para os engenhos.

218 Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo exm. sr. dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862. Curitiba, Typ. do Correio Oficial, 1862. p. 97.

219 Ofício da Thesouraria da Fazenda Provincial ao presidente da província do Paraná, 1 fev. 1866. APPR.

220 Correspondência de Frederico de Mascarenhas Camello ao presidente da província do Paraná, 5 jun. 1863. APPR.

221 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 29 dez 1859, 13 jan. 1860 e 23 abr. 1860. AHRS.

No demonstrativo de despesa do ano de 1877, a câmara municipal de Palmeira RS justificou um pedido de verba no valor de 10 contos de réis, argumentando ser de “summa necessidade de resultados incalculáveis uma comunicação de Campo Novo, neste município, com o Alto Uruguay, atravessando enormes hervaes, a principal riqueza ao alcance da classe pobre”. Desejava-se abrir uma picada que facilitasse o acesso aos ervais nativos, permitisse o escoamento da erva-mate e servisse como via de comunicação com Nonoai e o Paraná.²²²

Na década de 1870 Beschoren avaliou em 18.000 arrobas anuais a quantidade de erva extraída em Nonoai que descia o rio Uruguai até São Borja e Itaqui ou que era transportada por mulas para Passo Fundo e Palmeira. Esta informação revela a existência de um fluxo ervateiro na parte alta daquele rio, que dependeu do volume de chuvas para transpor o salto do Yucumã ou do Moconá, isto é, aquele trecho do rio se tornava navegável para as barcas nos períodos mais chuvosos do ano, que podia coincidir com a época de coleta do mate.²²³

Do rincão do “Herval Seco”, no Planalto riograndense, seguia chá mate para o mercado platino. A extração e o beneficiamento eram realizados por um grande engenho com vinte trituradores e cinco monjolos, cuja exportação era de 40 a 50 mil arrobas de mate por ano.²²⁴ A denúncia da câmara de Palmeira RS, em 1888, de que comerciantes da colônia militar Alto Uruguai compravam erva-mate em Campo Novo e a revendiam na Argentina sem pagar o imposto, indica um fluxo diferente daquele geral e a prática de contrabando.²²⁵

Em 1855 um abaixo-assinado dos moradores do distrito de Botucaraí e da freguesia da Soledade pediu ao governo da província que os desligasse de Cruz Alta e os vinculasse ao município de Rio Pardo, pois para lá transportavam com maior facilidade a erva-mate produzida.²²⁶ Conforme a presidência do Rio Grande do Sul, as ervas “da Soledade vão parte para Cachoeira, Rio Pardo, Taquary, Porto Alegre e parte para os portos do Uruguay; as de Camaquan vão para S. Jeronymo e Porto Alegre. Além disso todos os hervaes fornecem hervas

222 Correspondência da Câmara de Santo Antonio da Palmeira, 26 mar. 1877. AHRS.

223 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul: 1875-1887*. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 46.

224 Ibidem, p. 88.

225 Correspondência da Câmara de Santo Antonio da Palmeira, 19 abr. 1888, AHRS.

226 Abaixo assinado dos moradores do distrito de Butucarahy e da freguesia da Soledade enviado à Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul. Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 28 out. 1855. AHRS.

para o consumo dos diferentes pontos da Província”.²²⁷ Um importante fluxo de erva-mate seguia, portanto, da região central do Rio Grande do Sul, pelo rio Jacuí rumo à Capital e de lá para outros mercados. Avé-Lallemant registrou, na metade do século XIX, a importância deste rio para a navegação regional e a existência de um grande engenho de mate em Rio Pardo RS, com 46 pilões de ferro em movimento, capaz de triturar mais de 100 arrobas de erva por dia.²²⁸

A erva-mate extraída nos ervais de Passo Fundo e no Centro-Norte da província do Rio Grande do Sul percorria caminhos interiores e em direção à capital. Em 1861, a câmara municipal de Passo Fundo RS solicitou permissão ao governo provincial para construir uma ponte no rio Jacuizinho, na estrada entre aquela vila e Soledade RS. Justificou a “urgêntissima necessidade” da ponte por estar localizada em uma estrada geral, com comércio ativo, que servia ao transporte da erva-mate para fora do município.²²⁹

De acordo com a pesquisa da geógrafa Maristela Ferrari, a região de fronteira entre a Argentina e os estados de Santa Catarina e Paraná foi marcada, no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, por interações transfronteiriças, nas quais a extração e o comércio de erva-mate tiveram grande importância, bem como diversos outros produtos, especialmente porcos, farinha de trigo e mulas. Da região de Campo Erê e Clevelândia, por exemplo, um fluxo de erva-mate seguia para a província de Misiones, acentuando as interações com San Pedro e promovendo a formação de pequenos núcleos urbanos de fronteira, como Barracón e San Antonio.²³⁰

A erva-mate extraída no Planalto paranaense, que no século XIX incluía o Norte do atual estado de Santa Catarina, seguia rumo aos portos de Antonina e Paranaguá, onde era embarcada para a Argentina, Uruguai e Chile e recebida nos portos de Buenos Aires, La Plata,

227 Relatório com que o excellentissimo Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, presidente d'esta provincia passou a administração da mesma ao exmo. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcellos. 1869. p. 4.

228 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980. p. 167.

229 Correspondência da Câmara Municipal de Passo Fundo, 1 jan. 1861. AHRs.

230 FERRARI, Maristela. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (século XX e XIX)*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Rosario de Santa Fé e Valparaíso.²³¹ Conforme dados oficiais do ano de 1856, 24 navios nacionais e 32 estrangeiros realizavam a navegação de longa distância a partir dos portos do Paraná. Destes, 46 navios seguiam para a Argentina e o Uruguai e seis para o Chile. Eles transportavam principalmente erva-mate, arroz, madeira e aguardente, bem como bombas para tomar mate. A erva correspondeu a 93,8% do valor total das exportações. Naquele mesmo ano a navegação de cabotagem envolveu 78 navios que conectaram o Paraná com Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.²³² Do Paraná para o Rio de Janeiro seguiam inclusive folhas de *Ilex* que eram consumidas na forma de chá. Mato Grosso, São Paulo, Amazonas, Pará, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte figuram nos documentos como compradores de pequenas quantidades de erva-mate.²³³

Antes o caminho do Itupava e depois a estrada da Graciosa foram as principais vias de transporte para descer através da serra até o litoral, passando pela vila de Morretes. No final daquele século, a implantação da ferrovia ligando Paranaguá e Curitiba qualificou a rede de transporte do mate destinado à exportação.²³⁴ Outro fluxo de erva, presente a partir da segunda metade do século XIX, partia dos ervais da região que atualmente corresponde aos municípios de Canoinhas, Porto União, União da Vitória e Três Barras e seguia pelos rios Iguaçu e Negro em direção aos engenhos de Curitiba e depois para os portos paranaenses. Parte da erva, contudo, era transportada para o litoral catarinense. Na primeira década do século XX aumentou a fiscalização sobre o pagamento dos impostos em Rio Negro PR, o que não impediu o fluxo

231 Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. p. 68. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima, presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª sessão da 7ª legislatura em 1º de fevereiro de 1905. Curityba: Typ. da Livraria Economica, 1905. p. 15.

232 Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da província do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857 pelo vice-presidente, José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curityba: Typ. Paranaense de C.M. Lopes, 1857. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da província, o illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Polidoro Cezar Burlamaque. Curityba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1867.

233 Relatório enviado pelo Palacio da Presidencia [do Paraná] em 29 de dezembro de 1888, por Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. p. 35. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, a 11 de agosto de 1929, pelo doutor Adolpho Konder, presidente do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, sn. 1929. p. 36.

234 MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. *Ferrovia*: patrimônio cultural. Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. p. 52.

na forma de contrabando para Santa Catarina.²³⁵ Conforme Antonio Dias Mafra, houve uma disputa entre os dois estados pelo acesso aos ervaais do vale do rio Negro, pelo controle do fluxo da erva-mate que seguia para os portos de cada estado e também uma disputa territorial.²³⁶

A abertura da estrada Dona Francisca, cujos penosos trabalhos foram realizados durante a segunda metade do século XIX, facilitou o escoamento da erva-mate coletada no Planalto Norte catarinense e no Planalto curitibano em direção ao litoral. A exportação era feita pelo porto de São Francisco do Sul.²³⁷ A construção da ferrovia ligando o Planalto ao porto, no início do século XX, aumentou a velocidade e a capacidade de carga no transporte da erva-mate para exportação. Para Goularti Filho e Moraes, ainda nos anos oitocentos iniciou a combinação e a sobreposição de meios para transportar a erva: a navegação fluvial, a estrada Dona Francisca, a ferrovia e o porto de São Francisco do Sul foram parte da estrutura necessárias ao crescente fluxo do produto.²³⁸ Por outro lado, a erva do Planalto sul, que corresponde aos vales dos rios Uruguai, Pelotas, Canoas, Peixe e Chapecó, escoava para o Rio Grande do Sul, onde participava de um circuito integrado ao comércio de mulas.²³⁹ A dificuldade para transportar a erva-mate cancheada estava mais no seu volume do que no peso. Ao contrário, a erva beneficiada e compactada nos surrões diminuía seu volume, mas se tornava relativamente mais pesada.

O grande fluxo dos estados do Sul do Brasil para os mercados do rio da Prata foi parcialmente modificado pela política de proteção criada na Argentina na década de 1910. Uma tarifa de 15 pesos incidiu sobre erva-mate cancheada (minimamente triturada), enquanto a erva beneficiada (reduzida a pó) era tributada em 40 pesos para entrar

235 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª sessão da 10ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1911. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1911. p. 14.

236 MAFRA, Antonio Dias. *Aconteceu nos ervaais*: a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate – região sul do vale do rio Negro. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade do Contestado, Canoinhas, 2008.

237 Gazeta de Joinville, 3 jan. 1883, p. 3 e 14 maio 1905, p. 9.

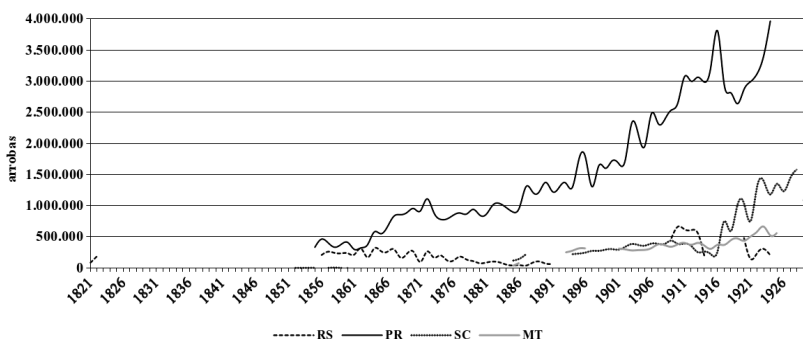
238 GOULARTI Filho, Alcides; MORAES, Fábio Farias. A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes. In: *Anais do V Encontro de Pós-graduação em História Econômica. Brasília*: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2010. Disponível em: <<http://scientia.clomatica.com/index.php/vencontrohistoriaeconomica/Vencontro/index>> Acesso em: 15 set. 2011.

239 MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004. p. 70.

naquele país.²⁴⁰ Com isso ganhavam as indústrias argentinas de beneficiamento. Santa Catarina, por exemplo, exportou cerca de 373 mil arrobas de erva-mate beneficiada e mais de um milhão de arrobas de erva cancheada em 1928.²⁴¹

O Gráfico 2 é uma representação dos dados disponíveis sobre a exportação de erva-mate pelos três estados do Sul do Brasil e pelo Mato Grosso durante o período estudado. Eles não incluem, entretanto, a produção para consumo interno de cada estado.

Gráfico 2 - Exportação de erva-mate no Sul do Brasil



Fonte dos dados: Relatórios dos presidentes de província. Mensagens dos presidentes de província/estado. MARTINS, Romário. *Ilex-mate: chá sul-americano*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926. LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969. LEÃO, Ermelino Agostinho de. *O chá do Paraná ou herva matte do Brasil*. Curitiba: 1931. Instituto do Mate de Santa Catarina. Relatório da Directoria apresentado á Assembléa Geral Ordinaria de 15 de janeiro de 1929. Joinville: sn., 1929. Museu do Judiciário Catarinense. Instituto Euvaldo Lodi. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: sn., 1986. p. 309-310. Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul, n. 8, dez. 1922. APERS.

Interpretando o gráfico se percebe que as exportações de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul tiveram oscilações de quantidade, mas se mantiveram na faixa de até 500 mil arrobas anuais durante todo o

240 Mensagem enviada á Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª sessão ordinaria da 8ª legislatura em 20 de setembro de 1914. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'A Federação, 1914.

241 Instituto do Mate de Santa Catarina. Relatório da Directoria apresentado á Assembléa Geral Ordinaria de 15 de janeiro de 1929. Joinville: sn., 1929. MJC.

século XIX. Santa Catarina duplicou a exportação de mate a partir de 1916, tendência que o Rio Grande do Sul não acompanhou. O crescimento e a escala de produção e exportação de erva-mate alcançados pelo Paraná impressionam quando comparados aos outros estados brasileiros. O aperfeiçoamento técnico e a industrialização da atividade ervateira a partir da década de 1860 permitiram extrair, processar e manter um volumoso fluxo de mate para diversos mercados. Representaram, por outro lado, uma crescente pressão sobre os ervais nativos e sobre as florestas, cuja conservação será discutida a seguir.

3.6 CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Manifestações exprimindo a necessidade de conservação dos ervais nativos no Sul do Brasil começaram a aparecer na documentação consultada na primeira metade do século XIX. Neste caso considera-se aquela que acontece *in situ* e “significa a conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características”.²⁴²

A câmara de Cruz Alta RS, imenso município criado em 1833 a partir de Rio Pardo (ver Figura 13), manifestou preocupações com “os estragos das matas publicas e mesmo particulares” e tentou punir “aqueles que tiverem derrubado paús de erva” em 1845.²⁴³ Em correspondência de 1849, dirigida à Assembleia Legislativa provincial, escreveu que

A mais palpitante necessidade d'este Município é obstar a total destruição de seus ricos ervais, os quais se não são os unicos da Província são os melhores e as mais ricos. Como todos elles são do publico, todos tem o direito de colher e fabricar o mate, e sendo do interesse dos fabricantes colher e fabricar o maior numero possivel, em menos tempo não curão da conservação dos ervaes; antes os estragão e arruinão, não só decepando as arvores como desfolhando-as em estações impróprias, ou quando as arvores não podem ainda suportar novas colheitas. Em vão tem a

242 Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). 1992. Disponível em: <<http://www.cdb.gov.br/cdb>>. Acesso em: 9 jun. 2011. p. 9.

243 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 16 jul. 1845 e 22 abr. 1845. AHCA.

Camara prohibido por suas Pusturas [...], porem faltando-lhe meios de fiscalisar os ervaes nos centros das matas tornarão-se inuteis essas Pusturas, e ricos ervaes os mais proximos das povoações já se achão arruinados; não se tomando providencias no decurso de alguns annos, só apparecerão os vestigios dos ricos ervaes de Missões.²⁴⁴

Uma forma utilizada pelos ervateiros para burlar a legislação e tentar escapar da fiscalização, quando ela existia, era se dirigir aos ervais no período proibido sob o pretexto de triturar a erva cortada na estação própria.²⁴⁵ As autoridades municipais de Cruz Alta fizeram reformas no código de posturas de 1835 visando torná-lo mais adequado a promover a conservação dos ervais nativos e o encaminhou para avaliação pelo poder legislativo provincial. Queixaram-se, contudo, da necessidade de ter e de pagar os fiscais. Em outra correspondência voltaram a tratar do “aniquilamento” dos ervais, denunciando à Assembleia Legislativa da província que os ervateiros derrubavam as árvores de *Ilex* para facilitar o trabalho de coleta dos ramos e folhas. Em 1850, baseando-se no novo código de posturas, enfatizaram mais uma vez que:

se tomou as providencias, julgadas adequadas, para obstar a total destruição dos ricos ervaes deste Municipio, os maiores da Província e principal fonte de riqueza do Municipio, os quaes sendo comuns e trabalhando n'elles quem quer, só procurarão tirar interesse, sem se importarem de os destruirem, quando isso lhes facilita o trabalho, de modo a já os mais próximos as povoações estão inteiramente destruídos, e todos a serão em poucos annos se uma vigilante fiscalização se não estabelecer em todos elles.²⁴⁶

A câmara pediu permissão para pagar uma gratificação de 240\$000 réis anuais para cada um dos fiscais nos distritos de Santo Ângelo, Palmeira e Soledade, encarregados de punir os transgressores do código de posturas. Um aumento da arrecadação de impostos

244 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 29 jan. 1849. AHCA.

245 Ibidem, 14 out. 1848. AHCA.

246 Ibidem, 1 fev. 1850. AHCA.

permitiria elevar a gratificação no ano seguinte, acreditavam as autoridades municipais, que adotaram a estratégia inicial de cobrar o tributo e fiscalizar nos próprios ervais e não montar barreiras nas estradas. De acordo com o novo código, os vários fiscais estavam subordinados ao fiscal da vila de Cruz Alta, que percorria os diversos distritos e ervais e, por isso, merecia maior gratificação.²⁴⁷ O controle sobre a exploração dos ervais esbarrou ainda em questões de direito tributário quando se optou por classificar o “imposto municipal sobre as pessoas que fabricarão erva-matte nos ervais publicos d'este Municipio, com o titulo de licença”. Sobre as licenças incidia, entretanto, também o imposto do selo e - para evitar a dupla tributação - a cobrança feita aos ervateiros passou a ser classificada como patente. Como faltava a certeza de que a patente estava isenta do imposto do selo, a câmara de Cruz Alta recorreu ao governo da província em busca de uma solução para a dúvida.²⁴⁸

As instruções provisórias redigidas pela presidência da província em 1859 e assumidas formalmente pela câmara de Cruz Alta determinavam que o fiscal de ervais era obrigado a fazer cumprir as posturas e também

Art. 2º [...] Parágrafo 1º - A percorrer uma vez cada anno o municipio todo, afim de bem cumprir as obrigações que ao diante seguem. Parágrafo 2º - A fazer correições nos heruaes publicos do municipio, ao menos tres vezes cada anno; uma ao começar da safra da herva, outra ao findar-se ella, e outra depois della concluida. Nestas correições visitará os carijos, os heruaes, engenhos, monjolloes, e quaesquer depositos de herva, afim de cumprir as disposições do titulo 16 do codigo das posturas.²⁴⁹

Além destas, o fiscal de ervais acumulava outras atribuições como vigiar a conservação de estradas e passos, coligir informações, redigir relatórios, arrecadar impostos e inspecionar o trabalho dos

247 Ibidem, 1 fev. 1850. AHCA.

248 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 14 maio 1850, AHCA.

249 Acto de 4 de novembro de 1859, aprovando provisoriamente as instruções que devem reger na arrecadação e fiscalização do imposto da herva matte, em todo o municipio da villa da Cruz Alta. Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 1859. AHRs.

demaís fiscais. Tinha, por outro lado, o direito de receber um percentual sobre as multas aplicadas e sobre o contrabando apreendido.²⁵⁰

Em 1858 a câmara de Cruz Alta enviou uma correspondência ao presidente da província encaminhando a cópia do ofício do subdelegado da Palmeira que informava a “decadência em que vão os herveas daquele distrito”. A câmara confirmou a situação precária daqueles ervais e de outros no município, solicitou “qualquer medida que tenda a cortar de raiz esses malles”, mas não concordou com a solução apontada pelo subdelegado, isto é, as autoridades locais não aceitaram que “o interdicto dos herveas seja um meio efficaz” de resolver o problema, mesmo estando ela prevista no código de posturas. Contra a proposta de interdição a câmara argumentou existir falta de fiscais qualificados, fabricantes disseminados em todas as serras e desobediência dos ervateiros mais ousados que continuam trabalhando impunemente. Como solução apontou: “Hum inspector geral dos herveas, fiscais e guardas municipais bem pagos, é quanto basta por em quanto; ou então, urge que os herveas sejam dados ou vendidos aos particulares, divididos em lotes medidos e demarcados”.²⁵¹

Outras câmaras municipais tentaram proteger os ervais nativos por meio do código de posturas, adicionando artigos que tratavam especificamente do tema. A câmara de Passo Fundo RS o fez em 1863, a câmara de Taquari RS em 1873 e a de Palmeira em 1875 e 1886.²⁵² O código de posturas de Palmeira, baseado no de Cruz Alta,²⁵³ continha um capítulo que regulamentava a atividade ervateira e vários artigos que visavam conservar os ervais, com destaque para:

Art. 45 - É prohibido cortar, ou [de] qualquer forma destruir as arvores da erva matte: o contraventor incorrerá na pena de trinta dias de cadêa e 10\$000 réis por cada uma arvore que cortar ou destruir.

Art. 46 - É prohibido fazer roça contigua a herveas, ou em mattas onde tenha erva, e queimalas sem ter feito um acêiro pelo menos de sette metros bem limpo para impedir incendiar-se o

250 Ibidem.

251 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 7 jan. 1858. AHRs.

252 Correspondência da Câmara Municipal de Passo Fundo, 12 jan. 1863. Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, 10 jun. 1873. Código de Posturas de Santo Antonio da Palmeira, 1886. AHRs

253 Código de Posturas de Cruz Alta. Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 14 ago. 1852. AHRs.

herval. Entende-se por lugar contigua ao herval, distante da roça ao menos quinhentos metros: o contraventor incorrerá na multa de 30\$000 réis, se pôr falta de aceiro incendiar-se o herval ou parte delle, além das penas do artigo antecedente.

Art. 47 - É prohibido colher erva matte em herval publico, que, pelo seu estado de ruina, tenha a Camara interdicto sua colheita: o contraventor incorrerá na pena de oito dis de cadêa e 30\$000 réis de multa.²⁵⁴

Durante o século XIX diversos viajantes, cronistas e funcionários do Estado alertaram para os danos feitos aos ervais nativos. O engenheiro Francisco Rave percorreu parte das terras do lado esquerdo da bacia do rio Uruguai em 1858 e registrou que:

Dá penna ver o estrago que se pratica nestes ervaes, sem reflexão cortão as arvores de menos de quatro annos; fazem as vezes tanta erva, que a metade fica no matto por falta de meios de transporte, e tudo sem considerar que este ervaes ficão sempre mais pobres que pode chegar o momento em que este genero de exportação tão importante para a Provincia deixa de existir [...].²⁵⁵

O engenheiro Francisco Miranda escreveu em seu relatório de 1859:

A poda que os erveiros são obrigados a fazer quando decotam as árvores para utilizar seus galhos longe de ser benéfica é ao contrário prejudicial, e ruínosa, porque sendo feita com facões e sem o menor cuidado os galhos grossos e às vezes os troncos ficam rachados e o ar pondo-se em contato immediato com a seiva danifica-a e a árvore seca; além de que quando a árvore tem tal altura que torna difficil a subida derrubam-na ela morre ou fica por muitos anos estéril.

[...]

254 Código de Posturas de Santo Antonio da Palmeira, 1886. AHRS.

255 RAVE, Francisco. Relatório dos campos do Serro Pellado, Ijuí e Uruguai explorados em 1857-1858. AHRS.

A vista disto e da destruição que eles impensadamente levam aos ervais em que trabalham, deve-se concluir que esses ervais tendem a extinguir-se e que no dia em que se reconheça que a erva tem completamente desaparecido, essa população pobre, sofrerá um abalo imenso. Não me parece entretanto muito fácil obstar a devastação dos ervais e promover sua cultura.²⁵⁶

Miranda informou ainda que um erval na região da Guarita RS, que foi muito danificado, baixou a produção de 16.000 arrobas de erva em seu auge para apenas 6.000 arrobas em 1859.²⁵⁷ Maximiliano Beschoren notou que os ervateiros de Campo Novo RS fabricavam erva o ano todo, “não observam os períodos de colheita”, ocorrendo o mesmo “em toda a região montanhosa, onde os ervateiros trabalham em terras devolutas”, pois eles

Não se conscientizam de que precisam cultivar a floresta ervateira, dispensando-lhe todo o cuidado. Não se dão conta de que mesmo não sendo os donos da terra, vivem da produção que lhes dá tanto lucro, extraída do terreno que pertence a “todos nos” (grifo no original).²⁵⁸

As autoridades de Cruz Alta transformaram as posturas municipais na Lei n. 550 de 1863, na qual se manteve um capítulo para tratar dos ervais, do fabrico e da exportação da erva-mate. Na lei houve uma alteração no tempo permitido para a safra, que passou a ser do início de março ao final de agosto, sendo o último mês reservado exclusivamente ao processamento da erva cortada antes. Ela detalhou o procedimento de identificação dos surrões, por meio de ferro em brasa com a marca do proprietário do engenho ou monjolo, registrada em livro próprio da câmara. Tornou-se possível, assim, saber a procedência da erva comercializada, visando controlar a falsificação e a má qualidade. O artigo que previu punição para o ervateiro que introduzisse pedra ou

256 MIRANDA, Francisco Nunes de. *Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberidade e cultura*. 1859. AHRs.

257 Ibidem.

258 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul: 1875-1887*. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 62.

qualquer outro material nos surrões, a fim de aumentar seu peso, é uma indicação de que esta prática existiu.²⁵⁹

Um intervalo de três a cinco anos entre uma coleta e outra, no mesmo erval, era outra exigência das câmara municipais para permitir a recuperação vegetal da *Ilex*. Isso trazia, contudo, alguns inconvenientes para os ervateiros, pois eles

penetrão nos matos até os herveas por caminhos estreitos (piques) feitos por elles mesmos, cortando as arvores á fouce ou facão, na largura apenas necessária para dar passagem a um cavallo ou besta carregada; [...] As arvores aproveitadas em um ano só depois de 4 a 5 podem fornecer novos ramos com folhas de consistencia regular. É muitas vezes preciso abandonar um herval durante esse tempo e então os piques se fechão com a vegetação forte dos matos, de modo que precisão ser abertos de novo quando se volta aos herveas.²⁶⁰

Uma combinação de causas naturais e da ação humana também pode ter dificultado a conservação dos ervais. Beschoren registrou um grande incêndio em Santo Antonio da Palmeira RS no ano de 1877, no qual “a fumaça concentrava-se formando densos novelos, para elevar-se com mais furor para o céu, iluminando temporariamente por fulminantes e estremecedoras labaredas. Queimavam as ricas florestas de erva, concedidas a centenas de famílias, que tinham aí um meio de vida”.²⁶¹ Neste caso, dois fatores naturais, a seca daquele ano e a morte das taquaras (*Guadua trinii*) após a floração, foram associados com o descontrole no uso do fogo. Quando não há seca, a floresta “é tão suculenta e aquosa que o fogo dificilmente encontraria alimento”, mas naquele ano, mesmo com as medidas previstas no código de posturas para que o fogo não atingisse os ervais, Beschoren viu

...a verdadeira selva, numa situação quase impossível: os troncos das árvores estavam quentes, a mata completamente murcha, as folhas

259 RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 550 de 20 de maio de 1863. In: *Coleção das leis e resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1863.

260 Relatório com que o excellentissimo Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, presidente d'esta provincia [Rio Grande do Sul] passou a administração da mesma ao exmo. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcellos. 1869. p. 4.

261 BESCHOREN, op. cit., p. 79.

secas pendendo tristemente. O chão quente, sulcos rasgados em largas fendas, o ar envolvido por um calor sufocante, os pequenos regatos totalmente secos, os maiores com apenas algumas poças, em longos entremeios.²⁶²

A natureza, com seus longos ciclos de florescimento, morte e renascimento da taquara ou com estiagens prolongadas por meses, é compreendida como uma participante que age na história humana. Como afirmou Donald Worster, é preciso ir fundo, “até encontrar a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história”.²⁶³ Estudos contemporâneos sobre desastres ambientais feitos por Eunice Nodari e Marcos Espindola apresentam esta dimensão, que pode ser considerada na interpretação do ocorrido na Palmeira de 1877, isto é, um desastre ambiental é um “fenômeno ao mesmo tempo físico e humano, sob a perspectiva de que a natureza hoje existente é resultado da ingerência humana, que rompe abruptamente uma 'normalidade' anterior estabelecida”.²⁶⁴

As manifestações de preocupação com a conservação dos ervais prosseguiram no século XX. Para os organizadores da Exposição Estadual de 1901, realizada em Porto Alegre, o decréscimo na exportação de erva-mate na última década do século XIX

põe clara a cruel devastação feita nas nossas mattas, onde ella expontaneamente nascia e vegetava, facto este que está reclamando a mais séria atenção do governo, que, sem duvida, decretará leis proctetoras que débellem a crise que ameaça essa riquissima industria, factor profundamente interessado na vida e prosperidade de todo o território rio-grandense.²⁶⁵

O governo do estado do Rio Grande do Sul tentou centralizar e, novamente, normatizar a extração de erva-mate. Do “Regulamento para

262 Ibidem, p. 79.

263 WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, n. 8, 1991, p. 198-199.

264 ESPINDOLA, Marcos A.; NODARI, Eunice S. Desastres ambientais e políticas públicas em Santa Catarina. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1.

265 Catálogo da Exposição Estadual de 1901: Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Officina Typographica de Gundlach e Becker, 1901. p. 145.

exploração e conservação dos hervaes de dominio do Estado”, de 1903, se transcreve alguns artigos para análise:

Artigo 6º - O córte dos hervaes só será permittido de 1º de Abril a 31 de Agosto, ficando suspenso o trabalho de 1º de Setembro a 31 de Março, sob pena de multa de 1:000\$000 e perda da herva fabricada, além da rescisão do contracto na reincidencia.

Artigo 7º - É expressamente prohibido derrubar a arvore da herva-matte. O infractor incorrerá na multa de 100\$000 réis, que será quadruplicada na reincidencia. Na segunda reincidencia será rescindido o contracto.

Artigo 8º - É prohibido colher herva de arvores, cujo praso da ultima póda seja inferior a tres annos. [...].

Artigo 9º - É prohibido o córte de outra qualquer arvore, exceptuando aquellas cuja madeira seja necessaria para as installações da exploração, e ainda neste caso limitado ao estrictamente indispensavel. [...].

Artigo 10 - É expressamente prohibido fazer roças na area dos hervaes [...].

Artigo 11 - É egualmente prohibida a construção de habitações permanentes nos hervaes, sob pena de demolição immediata e 500\$000 [réis] de multa.

Artigo 12- É expressamente prohibido roçar e queimar a distancia menor de 1500 metros dos hervaes, sem fazer-se previamente um aceiro de largura nunca inferior a 10 metros, de modo a evitar o incendio do herval. [...].

Artigo 13 - Depois de prompto o aceiro será feita a communicação ao arrendatário do herval, que apoz exame e inspecção, dará uma declaração escripta á pessoa que o fez, dizendo si está ou não o aceiro nas condições exigidas, cabendo a esta recorrer ao Governo, si porventura entender que a declaração do arrendatario não é verdadeira e a prejudica. Si feita a declaração pelo arrendatario de que o aceiro satisfaz as condições exigidas,

der-se o incendio do herval, caberá a elle a responsabilidade, incorrendo por isso nas penas do artigo antecedente, além da rescisão do contracto.²⁶⁶

O regulamento reproduziu a lógica dos códigos de postura municipais e manteve a fiscalização e a punição como estratégias para a conservação dos ervais públicos. Por outro lado, tornou o controle dos incêndios mais burocratizado e evidenciou o uso corrente do fogo como recurso para limpar terrenos recém desmatados ou induzir a renovação das pastagens nos campos de pecuária. Ele trouxe, contudo, duas mudanças em relação aos códigos de posturas: alterou os tempos de proibição de corte da *Ilex* e vinculou a exploração dos ervais públicos aos contratos de arrendamentos para empresários privados, como medida para conter a destruição. Em relação ao código de Palmeira RS, que proibia o corte de outubro a fevereiro, houve um aumento de dois meses na proibição. O regulamento, entretanto, permitiu nova coleta em um mesmo erval a cada três anos, enquanto a câmara de Palmeira exigia o intervalo de quatro anos. No ano seguinte, 1904, o regulamento foi alterado para reduzir o período de proibição do corte, que passou a ser de 1º de outubro a 31 de dezembro, ou seja, não era permitido extrair erva-mate somente durante três meses do ano. Ao novo regulamento foram acrescentados oito artigos para enquadrar os ervais situados em terras privadas, cujo proprietário ou posseiro legitimado deveria declarar a existência do erval e quem fazia a sua exploração.²⁶⁷

Analizando 184 declarações de existência de erval disponíveis em arquivo, manuscritas por moradores da região de Passo Fundo e Soledade RS em obediência ao decreto que aprovou o novo “Regulamento para exploração e conservação dos hervaes de dominio do Estado” (n. 704/1904), se pode compreender tanto a forma como os ervateiros responderam às exigências estatais quanto a sua situação socioeconômica. 121 declararam que faziam, eles próprios, a exploração do erval, oito declararam que arrendavam a extração a terceiros e 55

266 Relatório dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, João José Pereira Parobe, em 31 de julho de 1903. Porto Alegre: A Federação, 1903. p. 23-24. AHRs.

267 Relatório dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, João José Pereira Parobe, em 24 de agosto de 1904. Porto Alegre: A Federação, 1904. p. 22-23. AHRs.

nada informaram. 35 ervateiros rogaram a outro que assinasse o documento em seu lugar, pois não eram minimamente alfabetizados. Muitas das declarações assinadas pelos declarantes repetem a caligrafia ou a forma argumentativa de um escrevente ou advogado que, possivelmente, os ajudou a cumprir a exigência legal.

Tabela 1 - Registro de ervais privados no Rio Grande do Sul

Arrobas de erva-mate produzidas	Declarações n	Percentual sobre o total
1 a 1000	134	72,83
1001 a 2000	18	9,78
2001 a 3000	7	3,80
3001 a 4000	7	3,80
mais de 4000	7	3,80
não declararam	11	5,98
Total	184	100 %

Fonte: Declarações visando o registro de ervais privados em atendimento ao decreto n. 704 de 1904. 1904-1905. AHRS.

A Tabela 1 reúne informações sobre a produção de erva-mate informada, por aproximação, pelos declarantes. A imensa maioria dos ervateiros (72,83 %) eram pequenos extrativistas de erva. Adotando um recorte ainda mais detalhado dos extremos, não apresentado na tabela, se tem 95 declarações (51,63 % do total) na faixa de até 500 arrobas produzidas. Um caso ilustrativo é o de Porcino Nunes de Camargo, que de um erval com área de 50 alqueires extraía de 50 a 60 arrobas de “herva de quatro annos” e declarou “que é proprietário, só não tem título, e que elle proprietario é que faz a erva para si”. No outro extremo, em três declarações há registro de produção acima de 10.000 arrobas. Do total, 71 ervateiros informaram indiretamente que cuidavam da conservação dos ervais ou que cumpriam a legislação, especificando que a coleta era feita “de quatro em quatro annos”, “em época própria” ou “de maio em diante”.²⁶⁸

²⁶⁸ Declarações visando o registro de ervais privados em atendimento ao decreto n. 704 de 1904. 1904-1905. AHRS.

O arrendamento de ervais públicos de Passo Fundo RS à empresa Krieger & Irmãos rendeu para os cofres públicos, no ano de 1903, quase 25 contos de réis. De acordo com a informação oficial, a empresa exportou para a Argentina naquele período cerca de 82 mil arrobas de erva-mate, o que corresponde ao pagamento de 300 réis de arrendamento por arroba,²⁶⁹ valor muito superior aos 40 réis por arroba cobrados como imposto em 1852 pela câmara de Cruz Alta, mesmo considerando a inflação do período.²⁷⁰ Os ervais de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Soledade, Palmeira e Guaporé foram arrendados para a empresa Otero, Gomes & Cia. pela quantia de 400 réis por arroba. Em Passo Fundo e Lagoa Vermelha firmou-se contrato de arrendamento com Estevam Vega e Abelardo Marques.²⁷¹ A exploração dos ervais de Conceição do Arroio e São Domingos das Torres, (parte de maior altitude que pertenceu, respectivamente, aos municípios de Osório e Torres RS), foi contratada com Hugo Bade.²⁷² O arrendamento de ervais públicos não foi uma exclusividade do Rio Grande do Sul: no Paraná os registros de receita decorrente dos pagamentos e o orçamento do Estado permitem acreditar que eles também foram praticados. Virgílio Corrêa Filho fez referência à possibilidade de arrendamento de um milhão de hectares de terras com ervais pertencentes ao Estado do Paraná na década de 1920.²⁷³ O deputado Romario Martins limitou a cinco mil hectares a área máxima de cada arrendatário no Projeto do Código da Erva-mate apresentado ao poder legislativo paranaense em 1926.²⁷⁴ Em Santa Catarina, a partir de 1906, existiram contratos para a extração, preparo em barbaquá e exportação de erva-mate entre o Estado e Fabricio Vieira, Cyrillo Borges & Otero e Gomes & Cia.,

269 Relatório dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, João José Pereira Parobe, em 24 de agosto de 1904. Porto Alegre: A Federação, 1904. p. 132. AHRs.

270 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 10 ago. 1852. AHCA.

271 Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, José Barboza Gonçalves em 24 de agosto de 1907. Porto Alegre: O Globo, 1907. p. 22. AHRs.

272 Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário do Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 4. AHRs.

273 CORRÊA FILHO. Virgílio. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1957. p. 68.

274 PARANÁ. *Código da Herva-mate*: projecto do deputado Romario Martins. 1925. p. 5. MP.

principalmente nos municípios de Campos Novos, Curitiba, Lages e São Joaquim.²⁷⁵

Em 1906, o governo do Rio Grande do Sul criou a Polícia Florestal visando fazer cumprir seu regulamento. Embora manifestasse preocupação com as florestas de um modo geral, as autoridades dividiram o estado em zonas de acordo com a ocorrência da *Ilex*, nomearam inspetores e prometeram uma rigorosa fiscalização dos carijos e barbaquás para diminuir a falsificação.²⁷⁶ Outra estratégia governamental foi atribuir o cargo de fiscal de ervais aos chefes da Comissão de Terras, que recebiam 5% do valor arrecadado em multas.²⁷⁷ A situação dos ervais, contudo, continuava a mesma. “É incrível a devastação feita nos mattos e herveas do dominio do Estado”, escreveu em 1908 o diretor interino da Diretoria de Terras e Colonização, Torres Gonçalves, que relatou ainda: “a herva é extrahida durante todo o ano, sem descanso para a arvore, e de uma maneira brutal, chegando se a cortar o pé, e isso sempre feito em grandes extensões, para mais fácil colheita!”²⁷⁸ A experiência com a Polícia Florestal teve vida curta e ínfimos resultados, terminando em 1907. Os relatos oficiais continuaram expressando, de forma recorrente, a ineficiência das políticas estatais para conservar florestas e ervais. O diretor interino da Estação Agrônômica Experimental do Estado, Augusto Gonçalves Borges, por exemplo, lastimou a devastação da preciosa planta no território riograndense, pois soube que “existem logares em que outr’ora os

275 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, presidente do Estado do Paraná, na primeira sessão da 15ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1920. Curitiba: Typ. da Republica, 1920. p. 4. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª sessão da 16ª legislatura. Curitiba: sn., 1923. p. 13. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 18 de setembro de 1906 pelo coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, presidente do Congresso Representativo, no exercício das funções de Governador do Estado. Florianópolis: Gab Typographico d'O Dia, 1906.

276 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, José Barboza Gonçalves em 24 de agosto de 1907. Porto Alegre: O Globo, 1907. p. 218-219. AHRs.

277 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Candido José de Godoy, em 27 de agosto de 1909. Porto Alegre: O Globo, 1909. p. 6-7. AHRs.

278 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Candido José de Godoy em 28 de agosto de 1908. Porto Alegre: O Globo, 1908. p. 89-105. AHRs.

hervaes formavam florestas densas, que hoje estão reduzidas a simples capoeiras”.²⁷⁹ Chegou-se a propôr a interdição dos ervais públicos durante, pelo menos, oito anos e a redução do período de corte para quatro meses ao ano como medida para o seu “salvamento”. Relatos de desmatamento e alertas sobre a “faina devastadora” dos madeireiros ocupam, com semelhante destaque, as páginas dos relatórios oficiais.

Em 1910, o diretor Torres Gonçalves, depois de uma breve explicação sobre o funcionamento e a importância das florestas para as pessoas, relativizou o problema argumentando que no Rio Grande do Sul “existe ainda uma área devoluta de cerca de 35.000 quilômetros quadrados, quasi que constituída de terras só de matto”, perfazendo metade da superfície do estado e, portanto, não existiam “motivos para alarmar-se com a devastação effectuada nas suas mattas se instituir desde já as medidas essenciais de defesa e proteção ao seu alcance”. Propunha medidas preventivas e repressivas, que listou: delimitar as florestas protetoras, “acabar com o *intruso*, o maior inimigo das florestas”, discriminar as terras públicas das privadas, desenvolver o serviço de inspeção florestal, controlar o desmatamento nas colônias, fomentar o replantio de matos, divulgar estas medidas e solicitar a cooperação das autoridades municipais.²⁸⁰ Ele esteve a frente daquela diretoria de 1908 a 1928 e, como argumentou Breno Antonio Sponchiado, as diretrizes de seu projeto de colonização foram fortemente marcadas pelas ideias positivistas.²⁸¹ Torres Gonçalves se assemelha, em parte e em outro tempo, ao grupo de autores brasileiros pesquisado por José Augusto Pádua, que tinham um denominador comum “essencialmente político, cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista”. Eles

não defenderam o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético ou espiritual, mas sim devido a sua importância para a construção nacional. Os recursos naturais constituíam o grande trunfo para o progresso futuro do país

279 Ibidem. p. 151.

280 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Candido José de Godoy, em 10 de setembro de 1910. Porto Alegre: O Globo, 1910. p. 137-141. AHRs.

281 SPONCHIADO, Breno Antonio. *O positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

devendo ser utilizados de forma inteligente e cuidadosa. A destruição e o desperdício dos mesmos eram considerados uma espécie de crime histórico, que deveria ser duramente combatido.²⁸²

Ao atribuir grande parte da culpa aos caboclos, os intrusos, o diretor revelou as tensões socioambientais presentes nas áreas de fronteira agrícola, que coincidiam com a fronteira entre a floresta e os espaços tomados para a agricultura pelos projetos de colonização, tema que será discutido no próximo capítulo.

A proposta de criar reservas de florestas do Estado, cobrindo de 25 a 50% da área a ser colonizada, foi implantada na colônia Erechim (com sede em Boa Vista do Erechim), situada no extremo Norte do Rio Grande do Sul.²⁸³ Como se pode observar na Figura 21 a região era formada por um mosaico de diferenças: territórios indígenas, a área da colônia, campos de pecuária, florestas e uma ferrovia que ligava Itararé SP com Santa Maria RS, conforme projeto assumido pela *Brazil Railway Company*. As florestas protetoras podem ser vistas como áreas conservadas, mas não cumpriram plenamente seu papel ecológico porque eram fragmentadas, dificultando o fluxo gênico e a presença de animais que necessitavam de grandes áreas contínuas.

282 PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1876-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 13.

283 Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, Candido José de Godoy, em 10 de setembro de 1910. Porto Alegre: O Globo, 1910.

Estado”. Em algumas regiões, como o vale do rio Forquilha, em Lagoa Vermelha RS, a extração de erva pelos arrendatários e a fiscalização se tornaram difíceis, afirmavam as autoridades, pelo “facto de não existirem precisamente hervaes, porém pés de erva espalhados em maior ou menor quantidade n'uma zona extensa”.²⁸⁴ O fiscal de Passo Fundo RS, engenheiro Serafim Terra, foi dramático em sua avaliação:

Os hervaes do dominio do Estado, explorados pela empreza arrendatária Marquez, Vega & Compa., estão estragadissimos, o seu estado é precario e contristador. Em periodo relativamente muito curto - 1903 a 1908 - ficaram reduzidos a muito menos da metade.

Por toda parte arvores seccas ou cortadas pelo grosso attestam o trabalho vandalico de destruir sem outra preocupação que o interesse do maximo lucro, alliado ao minimo tempo.²⁸⁵

Terra, além de dizer que o estado dos ervais provocava tristeza, atribuiu à ganância da empresa arrendatária a causa dos danos, diferindo da explicação encontrada em outros relatórios que ligava a destruição com a falta de cuidado e a imperícia dos trabalhadores. Pelo menos no caso dos ervais de Passo Fundo, as empresas tentavam se eximir da responsabilidade, pois não colhiam a erva diretamente. Elas pagavam aos trabalhadores por arroba extraída, forçando-os a coletar grandes quantidades da planta no menor tempo possível para atingir renda suficiente para sua sobrevivência. Por outro lado, os arrendatários pressionavam as autoridades para diminuir o período anual de proibição do corte, comprometendo os ciclos vitais de reprodução e renovação vegetal da *Ilex*. As queixas vinham também de ervateiros privados. Manoel Teixeira da Roza, proprietário de duas áreas de terra naquela região, informou à Comissão de Terras que a empresa Krüger explorava um erval seu sem consentimento.²⁸⁶

A dimensão socioambiental do problema estava clara para, pelo menos, parte dos governantes. Em 1909, o engenheiro Lindolpho Alipio

284 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Candido José de Godoy, em 27 de agosto de 1909. Porto Alegre: O Globo, 1909. p. XXII. AHRS.

285 Ibidem, p. 110.

286 Declarações visando o registro de ervais privados em atendimento ao decreto n. 704 de 1904. 1904-1905. AHRS.

R. da Silva, chefe da Comissão de Terras e fiscal de ervais, relatou a situação de estrago destes na região de Soledade RS e reconheceu a dificuldade de fiscalizar, mas argumentou que:

Jamais se deve pensar em ordenar que seja expurgado dos herveas do Estado esse grande número de intrusos, de industrialistas por conta própria; tal medida atiraria às estradas um exercito de homens que não conhecem outro meio de vida que não seja a colheita da herva; e d'ahi resultaria um grande embaraço para a administração municipal, e quiçá para a estadual.²⁸⁷

Silva se preocupou com os problemas sociais que viriam da exclusão da população humana pobre que obtinha seu sustento nos ervais públicos e propôs dividir aquelas terras em lotes, proporcionando aos caboclos a compra da propriedade privada facilitada pelo Estado. Ele sugeriu enquadrar os caboclos na lógica da colonização em minifúndios, isto é, transformá-los em colonos, acreditando na premissa de que o proprietário privado cuida melhor dos ervais. A ideia de assimilar e corrigir o caboclo, evitar seu frequente deslocamento espacial e “transformal-o no cidadão operoso de amanhã”²⁸⁸ reapareceu em diversos relatórios da Comissão de Terras e Colonização. Os inspetores florestais tinham, neste contexto, o papel de evitar a exploração de madeiras em matos do Estado e impedir o estabelecimento irregular nas terras devolutas. As autoridades estaduais classificaram a população cabocla sem terras, a quem chamavam de “intrusos”, como os “maiores inimigos das florestas” e desejaram sua “extincção gradual”. Sugeriram agir “inclusive sobre os seus cerebros, estimulando nelles o amor á propriedade e reduzindo seus hábitos de destruição”.²⁸⁹

287 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Cândido José de Godoy, em 27 de agosto de 1909. Porto Alegre: O Globo, 1909. p. 112. AHRs.

288 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Cândido José de Godoy, em 10 de setembro de 1910. Porto Alegre: O Globo, 1910. p. 107. AHRs.

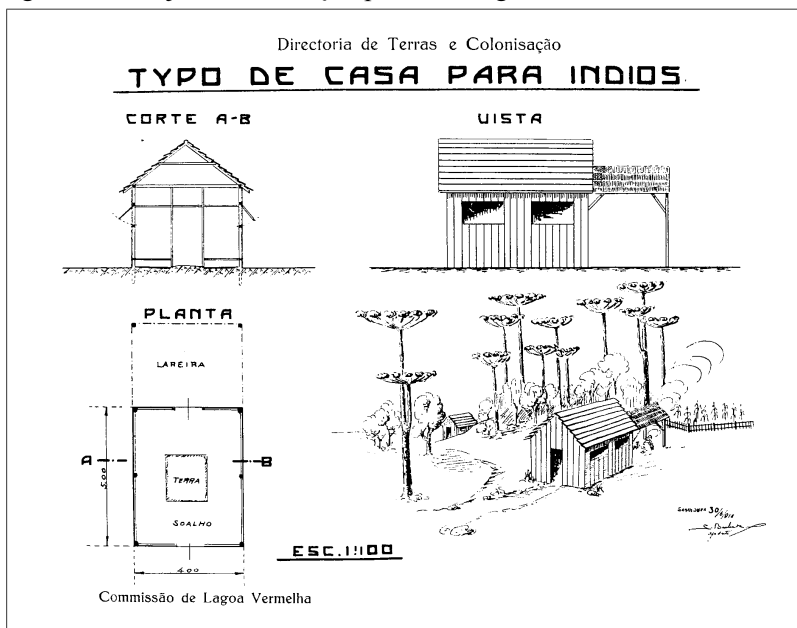
289 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 130; 149. AHRs.

As populações indígenas que habitavam o Norte do estado, das etnias Guarani e Kaingang, eram vistas pelo governo estadual como “indivíduos cujos cerebros estão para os ocidentais como o das crianças em relação aos adultos”.²⁹⁰ Precisavam, portanto, da “proteção fraterna” do Estado. As políticas públicas os tratavam de modo semelhante aos caboclos e visavam sua transformação em “civilizados”, sujeitos produtivos e fixos em seus respectivos e pequenos toldos. Evidência dessa semelhança no tratamento foi a criação, em 1910, do “Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” em âmbito federal.²⁹¹ A proposta de construção de casas para indígenas e caboclos, a partir de projetos elaborados pela Diretoria de Terras e Colonização (Figuras 22 e 23), com a assistência de carpinteiros das comissões locais, também é reveladora da semelhança no tratamento dado a estes dois grupos sociais.

290 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Sergio Ulrich de Oliveira, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em setembro de 1926. Porto Alegre: A Federação, 1926. p. 440. AHRS.

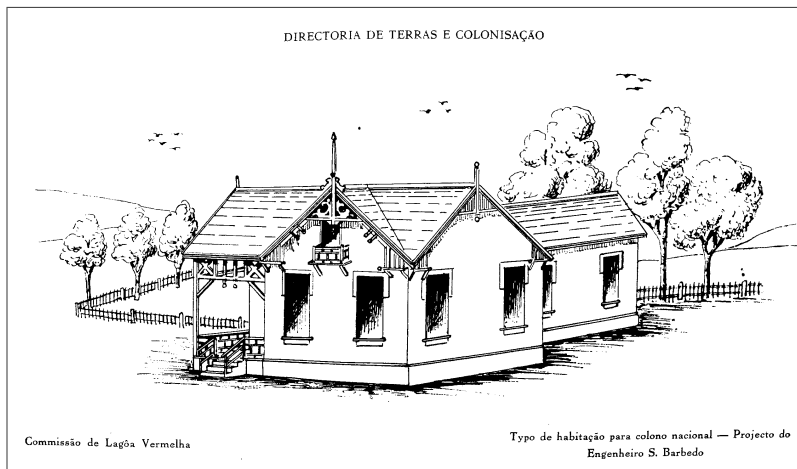
291 Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 153. AHRS.

Figura 22 - Projeto de habitação para os indígenas



Fonte: Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 13 de agosto de 1918. Porto Alegre: A Federação, 1918. p. 310. AHRs.

Figura 23 - Projeto de habitação para o “colono nacional”



Fonte: Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: A Federação, 1919. p. 430. AHRs.

Também em 1910, depois de elogiar o manejo de ervais por seus proprietários, o chefe da Comissão de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul, Torres Gonçalves, sugeriu outra medida para a conservação dos ervais públicos: a privatização.²⁹² No relatório de 1911 ele listou sete razões em defesa da privatização dos ervais, com destaque para “a fatal transferencia das terras do dominio publico ao dominio privado, em consequencia do incessante crescimento da população, [...] só cabendo á Administração presidir essa transferencia...” Anunciou, a seguir, o início de uma experiência de privatização em Soledade.²⁹³ O inspetor florestal de Soledade, Passo Fundo e Palmeira RS, José Luiz Esteves, também elogiou a qualidade dos ervais privados, relatou que

292 Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, Cândido José de Godoy, em 10 de setembro de 1910. Porto Alegre: O Globo, 1910. p. 141-143. AHRs.

293 Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário do Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 150. AHRs.

parte dos ervais públicos estavam em mau estado e atribuiu os estragos ao uso do fogo e ao corte feito pelos “intrusos” nos meses de janeiro e fevereiro. O fogo se alastrava para os ervais em períodos de seca prolongada, como aquela que atingiu novamente o estado em 1910-1911, quando os ervais da serra de Marau foram muito prejudicados. Um testemunho interessante sobre a situação das florestas e dos ervais no Rio Grande do Sul no início do século XX é o do encarregado do Consultório Agropecuário da Secretaria de Obras Públicas, que empreendeu uma viagem de observação de Carlos Barbosa à Lagoa Vermelha RS. Para aquela autoridade, sobre os matos entre Bento Gonçalves e Alfredo Chaves (hoje Veranópolis RS) “não é exagerado dizer que 70 ou 80% das mattas antigas desapareceram e que destes 70 ou 80% não há mais que 20% da superfície em cultura; o resto forma brenhas, poteiros ou está completamente desnudado”. Adiante, junto ao vale do rio das Antas, viu uma ativa extração de madeira, especialmente o pinho, realizada por numerosas serrarias, observou abundantes plantações de milho e grandes pinheirais ainda não explorados. Registrou ainda a presença de erva-mate nativa mesclada com a araucária, sugeriu sua exploração metódica acompanhada do replantio e defendeu a privatização dos ervais estatais no lugar do seu arrendamento como medida de conservação. Sintonzou, assim, seu discurso com a proposta do chefe da Comissão de Terras e Colonização.²⁹⁴

No relatório de 1912, as autoridades encarregadas das obras públicas do Estado registraram a iniciativa de conceder lotes privados com ervais na colônia Erechim e a drástica redução, em dez anos, de 80.000 ou 100.000 para 20.000 arrobas anuais de erva-mate em Passo Fundo. Atribuíram a redução aos estragos causados pelos arrendatários. A empresa Marques, Vega & Cia. argumentou que os ervais se achavam, em geral, doentes, desfolhados e com pouco rendimento devido ao ataque da larva conhecida como torotama ou coruquerê (*Alabama argillacea*, Hübner). Mesmo assim, o contrato de arrendamento foi prorrogado por mais três anos.²⁹⁵ Ele foi parcialmente rescindido pelo governo estadual em 1913, por não cumprimento da cláusula sobre a conservação dos ervais, mas os empresários não foram responsabilizados pelos danos. Na avaliação do chefe da Seção Florestal

294 Ibidem, p. 152; 327-337.

295 Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário do Estado, Cândido José de Godoy, em 13 de setembro de 1912. Porto Alegre: O Globo, 1912. p. 149-150. AHRs.

de Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Palmeira, Lindolpho Alipio Rodrigues da Silva, eles resultaram de “uma condição fatal da exploração por tarefeiros, de que se serviam, disseminados em uma enorme zona”. A rescisão foi parcial e de resultados muito duvidosos, porque a empresa pôde continuar a exploração dos ervais nativos não danificados mediante o pagamento de adicional e sob uma fiscalização anunciada pela autoridade local como mais intensa. Mesmo assim a Marques, Vega & Cia. iniciou o corte em fevereiro de 1914, ou seja, muito antes do período autorizado que começava em maio.²⁹⁶ Naquele mesmo ano a empresa foi punida com a perda da caução de cinco contos de réis, por estragos feitos aos ervais em Passo Fundo e Lagoa Vermelha. O governo do estado, entretanto, para “auxiliar a existencia de uma grande industria por ella creada e mantida”, assegurou a continuidade do contrato até 1916 mediante a elevação do arrendamento de 600 para 800 réis por arroba e a ameaça de multa em caso de danos às árvores.²⁹⁷

Um exemplo da tolerância que marcou a atuação do Estado e dos fiscais pode ser lida nos próprios documentos oficiais. Ainda conforme o chefe de seção, Lindolpho Alipio:

Tambem tem soffrido embargos pequenas quantidades de herva matte colhidas em hervaes do Estado, cujos exploradores, depois de admoestados e de prometerem não fazer mais cortes indevidos, têm tido licença para carregar-as. A não fazer essas insignifiantes (sic) concessões a herva ficaria perdida dentro dos mattos, sem proveito de ninguem.²⁹⁸

O governo estadual criou, em 1913, o “Serviço de Conservação e Exploração da Mattas do Dominio do Estado”, cujo objetivo principal era planejar e organizar a extração de madeira, ou seja, aproveitar “a

296 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: O Globo, 1914. p. 144-236. AHRS.

297 Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Alves, secretario de Estado, interino, dos Negocios das Obras Publicas em 14 de setembro de 1917. Porto Alegre: O Diário, 1917. p. 399. AHRS.

298 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: O Globo, 1914. p. 235. AHRS.

riqueza florestal do Estado, que actualmente representa um capital morto e sujeito mesmo a ser parcialmente inutilizado sem um serviço methodico de aproveitamento das terras”. Ele estava ligado à Diretoria de Terras e Colonização e teve outros objetivos: controlar e disciplinar os “intrusos” e outros trabalhadores, empregando-os na atividade madeireira, conservar as florestas e estimular o cultivo de árvores madeiráveis por particulares. Em um esquema simplificado do funcionamento deste serviço, estava clara a proposta de classificar as florestas do Estado em três categorias: as protetoras, as destinadas a exploração seletiva madeireira e as destinadas aos projetos de colonização. As florestas da segunda categoria passariam à terceira na medida em que as árvores de maior porte e qualidade fossem cortadas. Os ervais seriam explorados na época apropriada e replantados. Uma polícia específica controlaria o uso do fogo nas áreas próximas aos matos, coibiria o roubo de madeira, afastaria os “intrusos” das florestas protetoras e regularizaria a situação dos ditos mais antigos nas florestas de exploração.²⁹⁹ As florestas protetoras cumpririam o papel de regular o clima e, principalmente, serviriam como reservas de madeira para as necessidades futuras. A função hidrológica das florestas estava claramente expressa nos documentos a partir de 1916, isto é, se reconheceu que elas eram importantes também porque faziam parte dos ciclos da água na natureza e a regulamentação previu a proteção para o mato próximo das nascentes de cursos de água, nas margens dos rios e às florestas protetoras.³⁰⁰ No horizonte dos engenheiros da Diretoria de Terras estava, entretanto, o projeto de aproveitar o potencial hidráulico do Norte do estado para a geração de energia elétrica, baseado em um levantamento detalhado das quedas existentes. Para eles a manutenção da floresta estava diretamente ligada ao escoamento regular das águas pelos rios, mesmo em períodos de pouca chuva.³⁰¹ Baseado no raciocínio

299 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretario do Estado, João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913. Porto Alegre: Livraria do Commercio, 1913. p. 76-95. AHRs.

300 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Alves, secretario de estado, interino, dos Negocios das Obras Publicas em 9 de setembro de 1916. Porto Alegre: A Federação, 1916. p. 203. AHRs.

301 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Antonio Mariano Loureiro Chaves, secretario de Estado, interino, dos Negocios das Obras Publicas em 28 de julho de 1925. Porto Alegre: A Federação, 1925. p. 390-391. AHRs. Mensagem enviada á Assembléa dos representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 1ª sessão ordinaria da 10ª legislatura, em 22 de setembro de 1925. p. 39.

de que a venda de madeira de pinho é lucrativa e de que as terras cobertas por florestas de araucárias são menos férteis do que o solo da Floresta Estacional Decidual, aquelas seriam excluídas das áreas destinadas à colonização.³⁰²

O Serviço Florestal contou, logo depois, com uma serraria do Estado que foi instalada na colônia Erechim para cortar e beneficiar madeiras como pinho, cabreúva, louro, angico, canjerana, várias canelas, açoita cavalo e ipê. Extraiu-se também lenha para a viação férrea, que utilizava ou transportava a madeira na forma de dormentes, tábuas, postes, barrotes, pranchas ou toras.³⁰³ Estimou-se que a conservação das linhas ferroviárias do estado, cerca de 2.900 Km na época, exigia o uso anual de aproximadamente 600.000 dormentes.³⁰⁴ O termo devastação foi usado pelas autoridades da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas e significou a derrubada de mato além da necessidade, o corte excessivo sem o aproveitamento metódico da madeira, aquela que não conciliava aproveitamento de madeiras de ótima qualidade, colonização e desmatamento para a agricultura.³⁰⁵ A ideia de reflorestar o solo desmatado começou a aparecer discretamente nos relatórios daquela secretaria a partir de 1925, mas apontou para o cultivo de espécies exóticas como as do gênero *Eucalyptus*.³⁰⁶

A exploração de madeiras nas florestas do Estado também foi realizada por empresários particulares. Em 1916, Otto Röde e Atílio

302 Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: O Globo, 1914. p. 134. AHRS.

303 Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente em exercício do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915. Porto Alegre: A Federação, 1915. p. 481-486. AHRS.

304 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Alves, secretário de estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas em 9 de setembro de 1916. Porto Alegre: A Federação, 1916. p. 203. AHRS.

305 Ibidem, p. 119.

306 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Antonio Mariano Loureiro Chaves, secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas em 28 de julho de 1925. Porto Alegre: A Federação, 1925. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engo. Civil João Fernandes Moreira, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em julho de 1930. Porto Alegre: A Federação, 1930. AHRS.

Assoni firmaram contrato e extraíram o equivalente a 4:368\$773 réis.³⁰⁷ A partir de 1925 o governo estadual formalizou o arrendamento de matos públicos. A “safra de madeiras”, expressão usada nos documentos consultados, ficou a cargo de dois empresários que passaram a explorar áreas de cinco mil e um mil hectares, respectivamente, na colônia Santa Rosa. Cedro, louro, ipê e cabreúva eram as espécies madeiráveis cuja extração foi contratada.³⁰⁸ Em 1927 abriu-se nova concorrência pública que resultou em contrato para exploração das florestas do Estado por Pedro Garcia de Figueiredo, também na colônia Santa Rosa.³⁰⁹ Havendo compradores, os próprios colonos faziam a extração seletiva de madeiras em seu lote. O cedro, por exemplo, era vendido aos balseiros que atuavam nas margens e nas águas do rio Uruguai. O insuficiente número de guardas florestais e os frequentes roubos de madeiras aparecem como problemas no relatório de 1930 do Serviço Florestal.³¹⁰

O tema da incorporação dos lavradores nacionais ao mundo de ordem e progresso imaginado pelo governo estadual voltou a ser tratado com ênfase no relatório de 1914 da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Valorizaram, então, o conhecimento dos nacionais no manejo da *Ilex* nativa, especialmente a prática do “limpo”, isto é, a retirada de vegetação densa e sem valor econômico próxima da erveira, para facilitar seu crescimento, bem como a técnica de transplante de mudas de lugares com maior densidade para outros, mais espaçosos. Deste modo melhoravam a distribuição e as condições para o desenvolvimento da planta. Nos planos governamentais, os nacionais fixados como proprietários em seus lotes contribuiriam para a conservação dos ervais e para a economia estadual. Outra forma

307 Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Alves, secretario de Estado, interino, dos Negocios das Obras Publicas em 14 de setembro de 1917. Porto Alegre: O Diario, 1917. p. 399. AHRS.

308 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Sergio Ulrich de Oliveira, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em setembro de 1926. Porto Alegre: A Federação, 1926. p. 449-450. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Augusto Pestana, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 25 de julho de 1927. Porto Alegre: A Federação, 1927. p. 500. AHRS.

309 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engo. Civil João Fernandes Moreira, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em 31 de maio de 1928. Porto Alegre: A Federação, 1928. p. 431-432. AHRS.

310 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engo. Civil João Fernandes Moreira, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas, em julho de 1930. Porto Alegre: A Federação, 1930. p. 749-765. AHRS.

proposta para a incorporação desta população foi a utilização de seus conhecimentos e habilidades no serviço de exploração florestal.³¹¹

A presença de “intrusos” continuava a ser um problema para a administração estadual. Nesta categoria estavam principalmente os lavradores nacionais pobres, mas também colonos que migravam de áreas de colonização anterior e se instalavam em terras públicas sem se submeterem a ordem estatal. Estimou-se em 50 mil pessoas, pelo menos, o número de “intrusos” que viviam, em 1914, nas florestas do Estado. Na região de Santa Rosa, rica em ervais e vista como a nova fronteira de colonização, viviam cerca de três mil deles. Na avaliação das autoridades, os “intrusos” seguiam a lógica de tentar obter a posse de terra por meio do desmatamento, ou seja, a limpeza do terreno e seu cultivo corresponderia ao direito de uso do solo. O relato oficial mencionou ainda os esforços para coibir o comércio clandestino de madeiras e as normas criadas pelo Serviço de Conservação e Exploração das Mattas de Domínio do Estado para o uso das florestas e dos ervais nos lotes concedidos pelo Estado. Elas exigiam basicamente: o corte seletivo das árvores adultas, a limitação da derrubada para agricultura a terça parte da área total do lote e a restrição da coleta de erva-mate à época recomendada.³¹²

O discurso das autoridades mesclou preconceito étnico ou racial com a ação reguladora em seu projeto de “protecção aos nacionaes”, como se pode notar no fragmento transcrito a seguir:

A inferioridade do elemento nacional do interior é unicamente no ponto de vista industrial, justamente o menos importante, como o mais modificavel, dos tres aspectos fundamentaes da nossa natureza - sentimento, intelligencia e actividade. E a responsabilidade dessa inferioridade não lhe cabe, pois provém do atrazo industrial das regiões que habita, constituindo assim um phenomeno antes social do que individual. Basta que se realise o melhoramento das condições industriaes dessas regiões para que as respectivas populações levantem rapidamente o

311 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: O Globo, 1914. p. 109-135. AHRs.

312 Ibidem.

nível das suas aptidões praticas, como já tem isso acontecido tantas vezes no Rio Grande do Sul.³¹³

Prevalecia o temor de que, se o governo despejasse os milhares de caboclos das terras públicas e privadas, iniciaria um conflito social semelhante ao que aconteceu em Santa Catarina e no Paraná, conhecido genericamente como Guerra do Contestado (1912-1916).³¹⁴ Na colônia Santa Rosa, fundada em 1914, o projeto de transformar lavradores nacionais em colonos incluiu a legitimação de posses, a venda de terras a preços reduzidos, a alienação da propriedade por cinco anos para evitar a comercialização do lote adquirido, a oferta de trabalho assalariado na abertura de estradas e o fornecimento de um projeto de habitação (Figura 23) “com o intuito de induzil-os a procurarem um modesto conforto, o que constitue um dos maiores estimulantes para a actividade”.³¹⁵ Por outro lado, a ação estatal contra os “intrusos” incluiu a derrubada de suas habitações e a retirada compulsória dos ocupantes das terras públicas.³¹⁶ Um edital de 1919, publicado pela Secretaria de Obras Públicas, previa o despejo dos “intrusos recentes” tanto de terras públicas quanto das privadas.³¹⁷

O suposto êxito da colonização de Santa Rosa com os “colonos nacionais”, que correspondiam a quase dois terços da população naquele momento, foi comemorado na “Festa dos Nacionais”, realizada em 24 de fevereiro de 1918, ocasião na qual inaugurou-se a ligação ferroviária com Santo Ângelo RS.³¹⁸ Um dado apresentado para indicar o sucesso das medidas da proteção aos lavradores nacionais, para

313 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente em exercicio do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915. Porto Alegre: A Federação, 1915. p. 89. AHRS.

314 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercicio, do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Alves, secretario de estado, interino, dos Negocios das Obras Publicas em 9 de setembro de 1916. Porto Alegre: A Federação, 1916. p. 119. AHRS.

315 Relatório da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente em exercicio do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915. Porto Alegre: A Federação, 1915. p. 103-104. AHRS.

316 Ibidem, p. 490.

317 A Voz da Serra, 16 ago. 1919. p. 3. Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo.

318 Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretario de Estado dos Negocios das Obras Publicas em 13 de agosto de 1918. Porto Alegre: A Federação, 1918. p. 310. Idem, 1919. p. 432. AHRS.

confirmar sua capacidade de se fixarem a terra e de adquirir hábitos regulares de trabalho, foi o aumento de três para nove mil nacionais vivendo na colônia Santa Rosa entre 1915 e 1926, motivado pela imigração de população de outras regiões do estado. Conforme o governo, contribui para isso a extinção do pagamento de percentuais sobre a venda de lotes aos chefes do serviço de colonização, que davam preferência aos colonos estrangeiros, dispostos a pagar mais pela terra.³¹⁹ Embora a expressão “nacional” pudesse designar também o filho do imigrante estrangeiro nascido no Brasil, não parece ser este o sentido empregado pelas autoridades estaduais em seus relatórios, que se referiam, especificamente, ao lavrador nacional ou caboclo.

O mesmo governo afirmou que a proteção aos nacionais era um dever cívico, que visava estimular a vida sedentária, a atividade regular, a cultura do solo, a aproximação com os colonos de outras nacionalidades, o “egoísmo natural, á procura de justo grão de conforto, em proveito proprio e da collectividade”.³²⁰ Na avaliação de Marcio A. Both da Silva, que estudou a vida rural na região de florestas do Planalto do Rio Grande do Sul, as medidas governamentais estavam ligadas com os interesses de grupos sociais hegemônicos, principalmente o de definir a propriedade da terra. Quando os caboclos se tornavam colonos, a ideia defendida por Torres Gonçalves era confirmada, isto é, eles eram tão aptos ao trabalho agrícola produtivo e regular quanto os colonos. Entretanto, “quando não cumpriam com as expectativas, continuavam *nacionais*, ou seja, seminômades, bandidos, vadios, incivilizados, etc...”³²¹

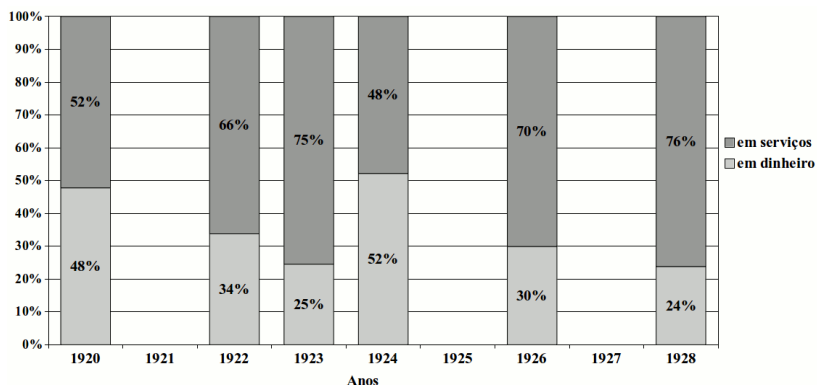
Para estimar se o discurso presente nos relatórios esteve próximo da realidade vivida nas colônias se pode observar a composição da receita da Diretoria de Terras e Colonização, representada nos Gráficos 3 e 4 e na Tabela 2.

319 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Sergio Ulrich de Oliveira, secretário de Estado dos Negócios das Obras Publicas, em setembro de 1926. Porto Alegre: A Federação, 1926. p. 442. AHRs.

320 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engo. Civil João Fernandes Moreira, secretário de Estado dos Negócios das Obras Publicas, em 31 de maio de 1928. Porto Alegre: A Federação, 1928. p. 424. AHRs.

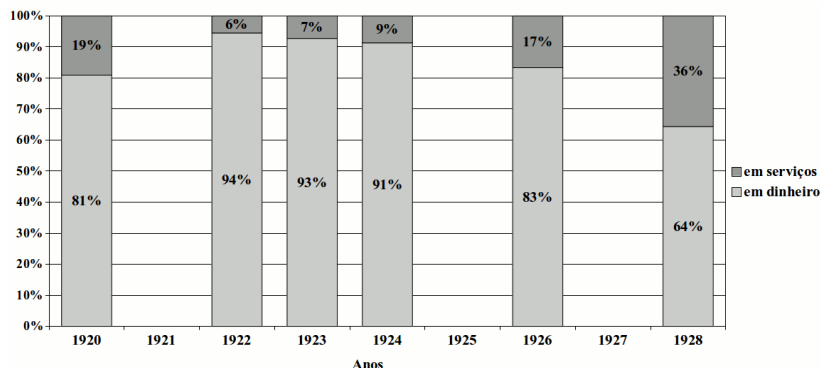
321 SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava: Unicentro; Niterói: UFF, 2011. p. 208.

Gráfico 3 - Composição da receita da Diretoria de Terras e Colonização
Formas de arrecadação da dívida em Santa Rosa RS*



Fonte: Relatórios apresentados aos presidentes do estado do Rio Grande do Sul pelos secretários de estado dos Negócios das Obras Públicas de 1920 a 1929. AHRs. *A partir de 1924 a Comissão de Terras de Santa Rosa incorporou o trabalho da comissão da colônia Guarani.

Gráfico 4 - Composição da receita da Diretoria de Terras e Colonização
Formas de arrecadação da dívida em Passo Fundo RS*



Fonte: Relatórios apresentados aos presidentes do estado do Rio Grande do Sul pelos secretários de estado dos Negócios das Obras Públicas de 1920 a 1929. AHRs. *A partir de 1924 a Comissão de Terras de Passo Fundo assumiu o trabalho da Comissão de Soledade.

Tabela 2 - Composição da receita de Diretoria de Terras e Colonização em 1920 (em percentual)

Colônia	venda de lotes	madeiras	erva-mate	outros
Erechim	97,61	1,55	0,72	0,12
Guarani	99,37	0	0	0,63
Lagoa Vermelha	100,00	0	0	0
Palmeira	100,00	0	0	0
Passo Fundo	100,00	0	0	0
Santa Rosa	99,96	0,04	0	0
Soledade	98,90	0,85	0,20	0,05

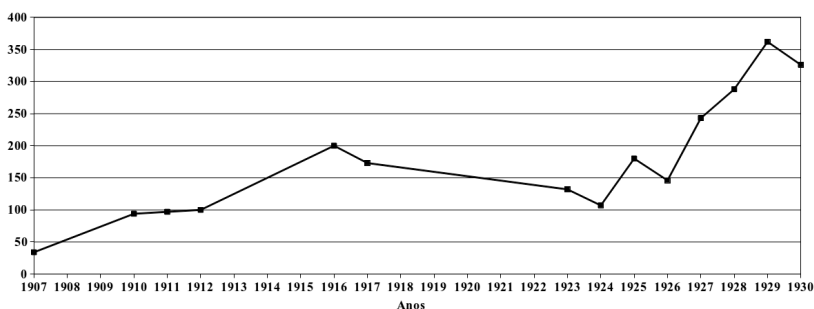
Fonte: Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo engenheiro Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 16 de agosto de 1921. Porto Alegre: A Federação, 1921. p. 489. AHRs.

Comparado à arrecadação da Comissão de Terras de Passo Fundo/Soledade, a forma de pagamento da dívida colonial em Santa Rosa/Guarani, entre 1920 e 1928, foi fortemente marcada pela prestação de serviços, pois correspondeu, em geral, a mais de 50% do valor pago, chegando a ultrapassar os 70% em alguns anos. Em Passo Fundo/Soledade a mesma modalidade de pagamento não passou dos 36%. Estes dados revelam, por um lado, que a colonização daquela região aconteceu de modo específico, diferenciada pela venda de lotes coloniais ao caboclos, confirmando o discurso presente nos relatórios. Por outro lado, o predomínio da aquisição de lotes rurais pagos em serviços não significou que os caboclos se tornaram agricultores sedentários, enquadrados na lógica colonial. Ao contrário, ele pode indicar a ausência de produção agrícola voltada para o mercado como maneira de obter dinheiro para o pagamento do lote.

As informações contidas na Tabela 2 mostram que, mesmo recebendo ênfase nos relatórios da Diretoria de Terras e Colonização, a receita proveniente da extração de madeiras e de erva-mate, durante o ano de 1920, foi minúscula em comparação ao arrecadado com a venda de lotes. O Gráfico 5 representa os dados coletados por Liliane Wentz e revela um importante crescimento do número de madeiras particulares em Passo Fundo durante a década de 1920, quando as

“serrarias multiplicaram-se e colocaram abaixo pinheirais centenários”, ampliando “uma atividade que produziu importantes riquezas para empresas e famílias, prolongando-se até meados de 1950”.³²² Todos estes dados levam a acreditar que os maiores beneficiados na atividade extrativista foram as empresas privadas e que os ervaais nativos diminuíram muito nas áreas de colonização nas décadas iniciais do século XX. Os contratos de arrendamento, que antes renderam aos cofres públicos valores consideráveis, foram encerrados depois que os ervaais estavam estragados pela exploração intensiva e deixaram de ser economicamente viáveis.

Gráfico 5 - Número de madeireiras registradas em Passo Fundo entre 1907 e 1930



Fonte: WENTZ, Liliane Irma Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul, 1902-1950*. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 72.

A conservação dos ervaais nativos no Rio Grande do Sul não pode ser plenamente compreendida sem a relação com o processo de privatização das terras florestais, iniciado na década de 1860, a partir da aprovação da Lei de Terras de 1850 e de sua regulamentação em 1854, que definiam a compra como única forma de aquisição. De acordo com o historiador Paulo A. Zarth, se antes da lei

a condição de terras públicas permitia o acesso dos agricultores pobres ao extrativismo e às roças, por outro lado essa mesma condição era muito instável à medida que a terra estava sujeita a processo de privatização pelas elites locais, que

322 WENTZ, Liliane Irma Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul, 1902-1950*. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 71.

aos poucos transformaram os ervateiros em proletários sem terras [...].³²³

Com base em novos mecanismos legais e jurídicos, as terras florestais nas quais estavam situados os ervais nativos foram gradativamente privatizadas nas décadas seguintes, em um processo complexo que não aconteceu sem arbitrariedades, fraudes e conflitos. Câmaras municipais, ervateiros, agricultores, latifundiários e comerciantes se envolveram em disputas sobre a propriedade e o uso dos matos e dos ervais que, por fim, impediram o acesso da população pobre a eles.³²⁴ Conforme o geógrafo Nazareno José de Campos, as terras de uso comum, categoria na qual se pode incluir alguns espaços dos ervais riograndenses, foram também desaparecendo da legislação brasileira durante a Primeira República, passando a condição legal de terras devolutas e, por isso, em condições de serem apropriadas.³²⁵

Além dos ervais públicos, a existência de terras de uso comum no Norte do Rio Grande do Sul fica evidente ao se observar a documentação sobre o conflito que se estabeleceu em 1856, depois que o ervateiro e subdelegado de polícia José Antonio da Cruz,

usando de criminosa ambição tentou vedar a servidão dos campos aos de mais herbateiros, elle, seus familiares, e mais outros, invadindo o Campo Novo com grande copia de animais de criar, fechando rincões para invernadas, trancando passos e caminhos e praticando outros mais actos vexatorios do uso-fructo que o público tinha desse campo desde que foi descoberto e franqueado [...].³²⁶

O Campo Novo era, na época, o mais rico erval do município de Cruz Alta. Consistia em uma grande campina circundada por concentrações de *Ilex*, de onde se extraía cerca de cem mil arrobas de erva-mate a cada ano, beneficiadas em 16 engenhos lá instalados. Estes engenhos e a população que residia no lugar possuíam expressivo número de animais, cerca de dez mil, que pastavam em campos de uso

323 ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997. p. 59.

324 Ibidem, p. 60-67.

325 CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-socioespacial*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. p. 262.

326 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 1856. AHRs.

comum. Conforme o geógrafo Nilo Bernardes, no Planalto riograndense os campos estavam “muito recortados pelas faixas de mata que avançam pelos vales e galgam as coxilhas, mas comunicando-se entre si por largos corredores, semelhantes aos estreitos de um arquipélago”.³²⁷ Esse mosaico de vegetação, intercalando campo e floresta, influenciou as formas de ocupação humana do Planalto e acrescentou complexidade aos sucessivos processos de repovoamento daqueles ambientes.

A tentativa de apropriação privada no Campo Novo, baseada na Lei de Terras e usando o recurso da legitimação das posses anteriores a 1850, gerou uma reação da câmara municipal, que a denunciou à Assembleia Legislativa estadual, pois ela tinha interesse em manter o controle sobre os ervais e a arrecadação de impostos.³²⁸ O ocorrido também revoltou parte da população local. Representantes dos moradores, negociantes e ervateiros dirigiram um abaixo-assinado à presidência da província, no qual narraram a trajetória histórica de ocupação daquele lugar desde a década de 1830, relataram o enfrentamento com a população indígena que resistiu a presença dos ervateiros, contaram sobre o reconhecimento de seu trabalho pelas autoridades municipais, informaram a existência de cerca de 140 famílias que somavam 700 moradores e estimaram um aumento de população para mais de duas mil pessoas no período da safra da erva. Argumentaram a necessidade dos campos comuns para alimentar os milhares de animais que utilizavam, isto é, mulas que carregavam a erva do interior da floresta até os engenhos, bois que puxavam carretas ou eram abatidos para obter-se carne e também cavalos de montaria. Por fim, expressaram sua revolta com a atitude de José Antonio da Cruz, classificando-a como prejudicial à economia local e pediram providências, a menos que se “queira subordinar o interesse geral às egoísticas pretensões d'esse individuo”.³²⁹

O historiador inglês Edward P. Thompson estudou a vida de trabalhadores na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, contexto no qual seus textos e argumentos devem ser compreendidos. Uma transposição cuidadosa, contudo, pode contribuir na compreensão dos conflitos vividos pelos ervateiros riograndenses. Conforme Thompson, existiram direitos de uso das áreas comuns pelos camponeses ingleses que estavam baseados nos costumes, nas práticas cotidianas e na tradição

327 BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997. p. 46.

328 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 1856. AHRS.

329 Ibidem, 12 set. 1856.

oral. O respeito aos direitos costumeiros e o acesso às terras comunais podiam ser essenciais para o sustento dos camponeses. O cercamento daquelas terras, a erosão dos usos do direito comum e as mudanças nas relações sociais eram parte de um longo processo de penetração capitalista na economia camponesa.³³⁰ Respeitadas todas as diferenças de contexto, é possível afirmar que também os autores daquele abaixo-assinado do Campo Novo (1856) basearam seu direito em normas tradicionais e práticas costumeiras que, depois da criação da Lei de Terras, foram se tornando insuficientes para permitir o acesso aos espaços por eles utilizados.

Zarth analisou outros casos de apropriação de terras naquela mesma região, especialmente um de 1876, que resultou no apelo direto dos moradores ao imperador brasileiro e explicou que:

A privatização dos ervais públicos e das terras de florestas iniciou-se numa fase posterior à apropriação dos campos nativos. Esta fase foi uma etapa de longa luta na qual os coletores de erva acabaram por submeter-se à força dos usurpadores que controlavam várias instâncias do poder público e não vacilaram em usá-las em proveito próprio.³³¹

Vários outros estudos recentes detalharam este processo na ótica da História Agrária. Para José Antonio Moraes do Nascimento a terra de uso comum ou de “servidão coletiva de grande número de pessoas foi extinta, surgindo em seu lugar a propriedade privada individual de poucos proprietários”.³³² Lurdes Grolli Ardenghi mostrou como caboclos agiram com violência, em 1924, contra os agrimensores da companhia privada que fundou a colônia Sarandi em terras que eles ocupavam há décadas. No contexto do conflito político de 1923, a disputa foi resolvida com a expulsão dos caboclos, vistos como

330 THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

331 ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997. p. 59.

332 NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. Terra de servidão coletiva no Alto Uruguai, da província do Rio Grande do Sul. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 9, n. 1, jan./jun. 2009. p. 67.

intrusos.³³³ As disputas pelo acesso à terra e aos bens ambientais tiveram, portanto, uma face violenta e foram muito além da redação de abaixo-assinados, de denúncias e de embates judiciais. Conforme Marcia Caron, a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda, que atuou no Norte do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, tratou a presença de caboclos nas terras destinadas à colonização como um incômodo, que resolveu associando-se às autoridades locais para forçar a compra da área ocupada ou o despejo dos “intrusos”.³³⁴ Dos oitenta processos de medição de terras e legitimação de posse (com base na Lei de 1850) analisados por Helen Ortiz em Soledade RS, cinquenta deles contém informações sobre o extrativismo de erva-mate, precedido pelo cultivo de feijão e milho, seguido pela produção de outros gêneros primários e acompanhado pela criação de gado. Contudo, em 75% dos casos estudados a área legitimada era superior a 500 hectares e a ausência dos proprietários chegava a 51%, isto é, eles não moravam na propriedade e nela trabalhavam capatazes, agregados, peões e escravos. Conforme Ortiz, a legitimação da posse aconteceu, muitas vezes, por meios fraudulentos e implicou na expropriação dos legítimos posseiros.³³⁵

Os caboclos foram acusados de destruir os ervais. Beschoren chegou a escrever: “A maior parte dos bens nacionais foram devastados irresponsavelmente pela população, apesar de haver fiscais, empregados pelo governo, com obrigação de observar a exploração dos ervais, para que fosse feita de maneira controlada”.³³⁶ É essencial notar, contudo, que a privatização dos espaços de uso comum, das terras florestais e dos ervais públicos significou, além de uma questão agrária, a desestruturação de um sistema produtivo baseado em costumes e normas tradicionais que permitia, mesmo que não plenamente, a conservação dos ervais nativos, sua exploração por longo período e a sobrevivência de muitos trabalhadores pobres que não tiveram condições de se

333 ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003. p. 174-183.

334 CARON, Márcia dos Santos. *Mapear, demarcar, vender: a ação da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda no Alto Uruguai gaúcho, 1915/1930*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009. p. 112-124

335 ORTIZ, Helen S. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1850-1889)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006. p. 154-190.

336 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul: 1875-1887*. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 22,

tornarem proprietários. Por outro lado, a expropriação dos posseiros significou o aumento do número de pessoas sem terras que migrou para o Norte do estado e da pressão sobre os ervais nativos daquela região. O consumo de erva-mate aumentou nos anos 1800 e os caboclos, aqueles que entravam na floresta, envolveram-se mais em um sistema de produção e comércio que exigiu quantidades crescentes do produto. Deve-se então concordar com a interpretação de Zarth, para quem:

um dos indícios da destruição dos ervais nativos pelos ervateiros, se considerarmos verdadeiras as críticas dos cronistas e autoridades municipais, é justamente o aumento da exploração do mate para o mercado. O estímulo do mercado pode ter colaborado com força para desarticular o modo de vida da população tradicional.³³⁷

Em 1968, o biólogo Garrett James Hardin publicou o artigo *A tragédia dos comuns* na revista *Science* e nele defendeu que os recursos mantidos em comum estão condenados à superexploração, à tragédia, pois ninguém os protege. Além disso, argumentou: “a única maneira de preservar e cultivar outras e preciosas liberdades é abrir mão da liberdade de procriar”.³³⁸ Thompson contrapôs as “teses sombrias” de Hardin afirmando que elas derivaram de argumentos dos defensores ingleses dos cercamentos dos campos e das ideias de Thomas Malthus. Os camponeses, segundo Thompson, souberam desenvolver restrições e limites ao uso das áreas comuns.³³⁹ As práticas existentes nos faxinais do Sul do Brasil mostraram que os argumentos de Hardin não podem ser aplicados aos ervais de uso comum. Ao estudar a realidade do Paraná, Chang Man Yu denominou de sistema faxinal uma forma particular de aproveitamento da floresta conjugada com as áreas circunvizinhas, “cuja peculiaridade se assenta sobre o uso comum das terras de faxinal para a criação extensiva e para o extrativismo de erva-mate”, mas também para a extração secundária de madeira e a policultura alimentar. Estes sistemas coletivos de utilização da terra e de manejo florestal, muito presentes no século XIX, são casos de auto-organização dos caboclos, baseada em tradições e em concepções próprias de propriedade e de

337 ZARTH, Paulo. Agricultura e impactos ambientais. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 71.

338 HARDIN, Garrett J. The Tragedy of the Commons. *Science*, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 13 dec. 1968. (Tradução nossa). Disponível em: <www.sciencemag.org>. Acesso em: 13 out. 2012.

339 THOMPSON, op. cit., p. 93.

responsabilidade.³⁴⁰ Um testemunho da capacidade de organização dos caboclos no Rio Grande do Sul é o relato do cronista Evaristo de Castro, no qual ele descreveu a racionalidade do trabalho coletivo combinado com o lazer, presente no final do século XIX.³⁴¹

Ao final do período estudado o contexto de produção e comercialização do mate havia mudado significativamente, com implicações sobre a conservação dos ervais. Na “secção commercial” do jornal *O Nacional* de 1925, editado em Passo Fundo RS, o autor apócrifo contrapôs o “patriótico” cultivo de erva-mate na Argentina à destruição dos ervais nativos no Brasil, feita “impatrioticamente, barbaramente, sem olharmos para o dia de amanhã”. Enquanto na Argentina, a principal compradora do produto brasileiro, havia crédito bancário para fomentar a atividade e imensos ervais plantados, argumentou ele, “nós destruimos os heruaes naturaes que possuímos, sem cogitarmos de substituí-los, amplíal-los! [...] Plantemos herva-matte!”³⁴² Além de denunciar a negligência na conservação dos ervais, a comparação serve para compreender que o cultivo da *Ilex* não se resumiu ao domínio das técnicas de germinação da semente e transplante de mudas. A existência de ervais nativos no Brasil, ainda na metade da década de 1920 e o fraco controle governamental mantinham a extração mais rentável que a plantação. Os ervateiros argentinos informaram ter aumentado sua produção de 5.000 para 22.500 toneladas entre 1920 e 1929, sem atender a necessidade interna e responsabilizaram os produtores brasileiros pela redução do preço da erva-mate. Organizados na Associação Argentina de Plantadores de Erva-Mate, eles pediram ao governo, sem sucesso, a elevação da tarifa do imposto de importação e o aumento das exigências sanitárias.³⁴³ O autor do texto do jornal citado fez uma análise superficial da questão e pensou exclusivamente na situação do Rio Grande do Sul, onde os ervais estavam menos conservados. Em Santa Catarina e no Paraná, de onde o país vizinho importava a maior parte da erva-mate, ainda existiam extensos ervais nativos no período e os empresários daqueles estados praticaram *dumping*, isto é, venderam o produto abaixo do custo de produção para prejudicar os cultivadores argentinos. De qualquer

340 CHANG, Man Yu. Faxinais no Paraná. *Geografia*, Londrina, v. 3, n. 3, 1985. p. 86.

341 CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da região missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typ. do Commercial, 1887. p. 278-279.

342 *O Nacional*, 18 jul. 1925, p. 3. Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo.

343 *Ibidem*, 20 fev. 1930, p. 2; 22 jan. 1931, p. 4.

modo, as exportações brasileiras de erva-mate para Buenos Aires diminuíram a partir de 1933.³⁴⁴

3.7 CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS NO PARANÁ, SANTA CATARINA E MATO GROSSO

No Paraná as manifestações oficiais sobre a conservação dos ervais nativos iniciaram logo após a criação da província, em 1853. Dois temas eram centrais em um ofício enviado pela câmara municipal de Curitiba ao governo provincial em 1856: os “meios mais convenientes e eficazes para o fim de impedir-se o corte da herva mate fôra do tempo e obstar-se a falsificação d'este genero”. O meio apontado pela câmara para a conservação era, simplesmente, “regularizar o córte”, mas a justificativa para tal medida revela conhecimento biológico, isto é, o corte da planta fora da estação própria “importaria o seu definhamento”.³⁴⁵ A proibição era necessária

nos mezes em que o arbusto está brotando ou com o broto ainda novo, pois que em tal tempo o arbusto ressen-te-se d'essa contrariedade ao desenvolvimento da vegetação, e as suas folhas não tem a necessaria madureza e succo para tornar-se propria ao uzo a que é destinada, verdades que o povo, fascinado pelo interesse no momento, parece desconhecer.³⁴⁶

A mesma compreensão dos tempos e ritmos da natureza pode ser encontrado em outro documento de 1856, dirigido ao governo do Paraná, no qual se discutiu o valor jurídico das ações do Estado e o parecerista argumentou: “a colheita de mate que se prohi-be fazer em certo tempo do anno, não é sinão a que tras consigo destruição de uma verdadeira e abundante colheita feita em tempo opportuno”.³⁴⁷ Parte considerável dos textos oficiais que tratam dos ervais nativos argumentaram, contudo, a necessidade de sua conservação por razões econômicas, exprimindo-se assim: “Sendo a herva mate o principal ramo de industria e commercio d'esta Provincia...”³⁴⁸ As medidas de

344 LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1969. p. 358.

345 Correspondência da Câmara Municipal de Curitiba, 4 abr. 1856. APPR.

346 Ibidem.

347 Correspondência de Luis Francisco [ilegível] ao governo da província do Paraná. 20 abr. 1856. APPR.

348 Correspondência da Câmara Municipal de Curitiba, 4 abr. 1856. AHPR.

proteção possivelmente não tiveram os resultados esperados. O fiscal da vila de Guarapuava, em 1861, dirigiu ofício ao presidente da província denunciando que os ervateiros que exploravam as matas situadas entre Palmas e Nonoai estavam estragando os ervais, pois “se vê algumas alves de érva mate deribadas a machado”.³⁴⁹ Em 1881 a câmara municipal de Arraial Queimado enviou ofício ao presidente da província do Paraná solicitando ampliação do tempo de corte da erva-mate.³⁵⁰ Naquele mesmo ano, possivelmente recebendo pressões de empresários do mate, o Governo e a Assembleia Legislativa paranaenses permitiram o corte da erva-mate de 1º de janeiro a 30 de setembro, isto é, autorizaram o extrativismo também no período menos favorável à planta: o verão.³⁵¹ A exploração descontrolada dos ervais nativos coincidiu com o aumento na extração de madeiras, especialmente o pinho. A diminuição dos ervais foi percebida como uma contradição por autores que visitaram o Sul do Brasil, como Sebastião Ferreira Soares, que dedicou um capítulo ao mate em seu livro de 1860. Na sua percepção:

...já houve muito maior quantidade desta arvore em outros tempos, e sensivelmente se vai reconhecendo a sua diminuição, e de todo terá de desaparecer se em tempo não tratar-se do seu plantio, e mesmo da conservação das que existem nas selvas. É difficil de acreditar-se, porém é uma verdade incontestavel, que uma arvore que offerece espontaneamente os seus produtos para uma industria tão importante [...] tenha sido e continue a ser destruida por aquelles mesmos que della tirão os meios de sua subsistencia, e talvez os capitaes que accumulão.³⁵²

Na compreensão das autoridades do início do século XX, erva-mate foi “o grande bem do Paraná”, constituiu a “columna de ouro da nossa riqueza economica; della emana as nossas principaes fontes de

349 Correspondência de João Manoel da Silva para Antonio Barbosa Gomes Nogueira, 8 maio 1861. APPR.

350 Correspondência da Câmara Municipal de Arraial Queimado para José Pedrosa, 15 mar. 1881. APPR.

351 Decreto da Assembleia Legislativa do Paraná, 21 mar. 1881. Carta de lei da Presidência do Paraná, 22 mar. 1881. APPR.

352 SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimentícios no Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typografia de J. Villeneuve e Comp., 1860. p. 94.

renda; nella assenta todo o engrandecimento, a prosperidade do Paraná”. A necessidade de conservação dos ervais significou pouco diante de um discurso oficial como este: “Possue o Paraná viveiros inesgotáveis de mate, hervaes riquíssimos, que represantam copiosos mananciais de materia prima necessaria ao desenvolvimento da industria, por mais ampla que se torna o consumo de nosso principal producto”.³⁵³ Ao final da década de 1920, quando o governo e as indústrias madeireiras decidiram “defender o patrimônio florestal do Estado”, eles redigiram uma proposta para restaurar as florestas devastadas, regulamentar as derrubadas para a agricultura, multiplicar os hortos florestais, regular o corte de árvores para a indústria, entre outras medidas. A sugestão mais reveladora da sobreposição dos interesses econômicos aos cuidados com a conservação das florestas foi a de estudar e cultivar essências exóticas que se adaptassem ao clima local, especialmente as semelhantes à *Araucaria angustifolia* que tivessem aceitação nos mercados internacionais. Nas regiões de ervais onde havia extração de madeira, se sugeriu adensar o erval existente por meio do plantio da *Ilex*.³⁵⁴

Em 1926, o deputado Romario Martins propôs reunir e reordenar a legislação ervateira paranaense por meio do Código da Erva-mate. Definição de erval, formas de exploração, fiscalização, tipos comerciais de erva-mate e punições aos infratores constavam no projeto de código apresentado à Assembleia Legislativa. Quanto a conservação dos ervais, Martins redefiniu o período anual de coleta (de 15 de maio a 15 de outubro) com a possibilidade de antecipar em um mês seu início, especificou que o corte devia ser feito de modo “que os galhos não lasquem” e que o ponto cortado “não receba acção directa dos raios solares, da chuva e da geada”, estabeleceu em três anos o intervalo mínimo entre cada coleta e protegeu os pinheiros existentes em ervais, que deveriam “ser zelosamente conservados em beneficio das herveiras, que são plantas umbrophilas que nelles têm sua natural e necessaria protecccção”.³⁵⁵

Nos arquivos de Santa Catarina existem poucos documentos que respondem à questão de como os governantes e os ervateiros

353 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhos da Rocha, presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª sessão da 16ª legislatura. Curitiba: sn. 1922. p. 43.

354 Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao instalar-se a 2ª sessão da 19ª legislatura. Curitiba: sn., 1929. p. 51.

355 PARANÁ. *Código da Herva-mate*: projecto do deputado Romario Martins. 1925. p. 7-8. MP.

promoveram e compreenderam a conservação de florestas e ervais nativos no estado. Na forma de pensar do presidente Ernesto Francisco de Lima Santos:

A vastidão de tantas mattas admiraveis provocando o machado do cultivador; a uberidade deste solo que, desafiando os rasgões profundos do arado, ambiciona receber a semente para dar-lhe um germinação vigorosa; a magestade de tantos rios que facilmente se prestam ao transporte rapido de mercadorias, reclamam, por certo, uma lavoura gigante e mais compativel com as forças productivas da natureza.³⁵⁶

No texto romântico deste presidente, que governou durante poucos meses do ano de 1882, a mata, o solo e os rios ganharam atributos humanos. Eles provocam, desafiam, ambicionam e reclamam, isto é, agem como se esperassem e desejassem uma ação transformadora. Santos possivelmente representou a forma de pensar de uma parte dos governantes e dos empresários da província, que viam as florestas como repositórios de bens ambientais aguardando a exploração econômica.

Assim como no Rio Grande do Sul, após a Lei de Terras de 1850 intensificou-se a apropriação privada de áreas devolutas em Santa Catarina, inclusive de espaços florestais e de ervais nativos. Conforme Paulo Pinheiro Machado, nos Planaltos médio e norte o predomínio de florestas, ervais e faxinais sobre os campos “contribuiu, inicialmente, para a maior presença social de posseiros e sitiantes independentes”.³⁵⁷ No início do século XX a luta pela terra esteve vinculada ainda com a expansão da fronteira agropecuária para o oeste, a atuação das companhias colonizadoras privadas, bem como da *Brazil Railway* e da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que promoveram a grilagem e a usurpação de terras dos posseiros. Com a implantação do transporte ferroviário decaiu o comércio ligado ao caminho das tropas e instalou-se uma depressão econômica na região.³⁵⁸ Possivelmente este conjunto de profundas mudanças, ao qual somou o conflito do

356 Exposição com que ao Exmo. Sr. Doutor Joaquim Augusto do Livramento, 3º vice-presidente, passou a administração da provincia o Exmo. Sr. Doutor Ernesto Francisco de Lima Santos em 30 de junho de 1882. Desterro: Gabinete Typographic, 1885. p. 88.

357 MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004. p. 335.

358 Ibidem, p. 337.

Contestado, se refletiu na conservação dos ervaais catarinenses, pois desarticulou as tradicionais formas de extração de bens florestais e de organização social cabocla.

De acordo com Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, a *Lumber* atuou na extração e exportação de madeira de araucária no Sul do Brasil, empregando tecnologia sofisticada para os padrões da época. Ela se dedicou também, por um breve período no início do século XX, à extração e ao comércio de erva-mate no Norte de Santa Catarina.³⁵⁹ Para Alexandre Tomporoski, “além de explorar os vastos ervaais nativos localizados nas terras recebidas na concessão ou posteriormente adquiridas, a *Lumber* também comprava a *Ilex* de atravessadores locais, os quais acumulavam grandes quantidades adquiridas junto a pequenos produtores/coletores”. A estrutura própria de barracões, ferrovias e barcos tornou a Companhia mais competitiva em relação aos empresários locais. Entretanto, toras gigantescas eram arrastadas até a margem dos ramais ferroviários e “destruíam toda a vegetação que estivesse em seu caminho, árvores menores, espécies economicamente menos interessantes e também grandes quantidades de árvores de erva-mate.”³⁶⁰ O autor não citou a fonte desta informação, mas possivelmente se baseou no filme publicitário da Companhia, produzido em 1922 por Alberto Botelho, no qual a extração de madeira em escala industrial foi retratada.

Também Marlon Brandt fez uma abordagem socioambiental das mudanças que ocorreram nos campos do Planalto de Santa Catarina no final do século XIX e início do XX, com especial atenção para as terras de uso comum. Conforme ele, as áreas florestais eram importantes na criação de porcos a solta, pois os animais se alimentavam do pinhão. Contudo,

A população posseira, despojada de suas terras e dos espaços onde era possível o uso da terra em comum, acabou sendo forçada a optar por dois caminhos: a inserção na nova lógica econômica, como agregados ou assalariados em alguma

359 CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

360 TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Entre o patrão e o coronel: a atuação da Lumber Company e as disputas políticas no pós-Contestado, 1917-1920. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 3. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

serraria, ou a busca de novas terras, cada vez mais distantes, onde pudessem se apossar de uma porção de terras e permanecer com o costume da criação à solta. Os criadores proprietários de pequenas porções de terra, por sua vez, sentiam a redução cada vez maior dos espaços de uso em comum, o que impedia o livre trânsito dos seus animais, sobretudo os porcos, agora confinados em mangueiras e chiqueiros, à maneira dos colonos.³⁶¹

A primeira providência do governo estadual para a conservação dos ervais foi a criação de Lei n. 700/1906, que limitou a coleta ao período de maio a setembro, exigiu o intervalo de três anos entre cada safra, proibiu o uso de ervas nocivas na fabricação e possibilitou que o denunciante de uma infração recebesse a metade da multa imposta.³⁶² Uma segunda medida claramente voltada para a conservação dos ervais foi a criação da Lei n. 1487 de 1925, que fixou punições àqueles que coletassem fora do prazo ou falsificassem a erva-mate. Sua regulamentação, contudo, aconteceu somente em 1927 e teve como principais medidas: a restrição do corte ao período de primeiro de maio a 15 de outubro de cada ano, a definição do valor das multas a serem aplicadas aos proprietários, assalariados e comerciantes infratores, a especificação dos procedimentos a serem adotados no caso de apreensão de erva falsificada e o detalhamento de práticas de manejo florestal. Esta última medida trouxe para o texto legal o conhecimento dos ervateiros, pois exigia que o corte fosse realizado de baixo para cima, a fim de evitar lascas na parte do galho que permanecia na erveira. Ela também permitia a coleta em um mesmo erval a cada três anos e proibia a derrubada de árvores de *Ilex*, tendo como única exceção a necessidade de abrir estradas de rodagem. Treze dos vinte artigos do decreto

361 BRANDT, Marlon. *Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012, p. 193.

362 SANTA CATARINA. *Lei n. 700 de 27 out. 1906*: regulamenta o corte da erva-mate no Estado de Santa Catarina e define as formas de fiscalização. Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (CMALSC).

tratavam da aplicação de multas ou de outra sanção, revelando que a lógica punitiva orientou os legisladores.³⁶³

No Mato Grosso, conforme Gilmar Arruda, a Companhia Matte Larangeira conquistou o poder de exercer uma função pública na área dos ervais concedidos pelo Estado. Especialmente a partir de 1894, ela devia zelar pela conservação das matas e ervais, não permitindo que estranhos se estabelecessem sem a sua autorização. Na prática, a Companhia não priorizou a conservação dos ervais e da floresta, mas manteve a exclusividade sobre aquele espaço.³⁶⁴ A própria concessão de 1882, feita a Thomaz Larangeira por dez anos, continha cláusulas de proteção ambiental, pois proibiu a extração de madeira para o comércio e não autorizou a caça e a pesca sem licença da autoridade municipal ou em época imprópria. Ela continha ainda uma cláusula que obrigava o concessionário a remeter ao Museu Nacional amostras de vegetais, animais e minerais, assim como artefatos indígenas que parecessem úteis à ciência. Por outro lado, o texto da concessão permitia a colheita no mesmo erval depois de decorridos apenas dois anos.³⁶⁵

3.8 CONSERVAÇÃO DOS ERVAIS NA ARGENTINA E NO PARAGUAI

Na Argentina as ações visando a conservação dos ervais nativos não foram muito diferentes daquelas realizadas no Brasil. Os “excessos horrendos cometidos pelos beneficiadores de erva” e a regulamentação governamental existiram, pelo menos, desde 1810, sob o governo de Manuel Belgrano.³⁶⁶ Na década de 1830 a província de Corrientes incorporou o território de Misiones e criou uma lei específica para

363 Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, a 22 de julho de 1927, pelo Dr. Adolpho Konder, governador do Estado de Santa Catharina. Florianópolis: sn., 1927. SANTA CATARINA. Lei n. 1487 de 17 de agosto de 1925: autoriza a regulamentação da colheita da herva matte. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927. SANTA CATARINA. Decreto n. 29, de 27 de abril de 1927: regulamenta a Lei 1487/1925 e cria o Regulamento para a colheita da herva mate. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927. Arquivo Histórico de Joinville.

364 ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: EDUEL, 1997. p. 34-35.

365 BRASIL. Decreto n. 8799 de 9 de dezembro de 1882. Concede permissão a Thomaz Larangeira para colher herva-matte na Província de Mato Grosso. Citado por: ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: INSTITUTO EUVALDO LODI. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: sn., 1986. p. 195-310.

366 ARGENTINA. Reglamento para la administracion de los pueblos de Misiones, 1810. Transcrito por: AMABLE, Maria Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989. p. 181. (Tradução nossa).

regular o acesso aos ervais, cobrar impostos e promover a sua conservação, na qual proibiu o corte das árvores de erva-mate. Em 1864 o governo correntino promulgou um regulamento, cujo foco principal era o controle do acesso aos ervais. A opção pela conservação estava claramente expressa na definição de um período anual para a coleta, na exigência do intervalo de quatro anos entre um corte e outro e na proibição de remover o broto principal do centro da árvore, considerado essencial para a recuperação da planta. Também em 1876 a província de Corrientes legislou sobre o mate e repetiu grande parte das regras contidas nos documentos anteriores. Manteve a proibição de cortar o galho principal da árvore, chamada de *banderola*, bem como a restrição ao corte raso, ao cultivo agrícola e às habitações permanentes no interior dos ervais. As punições previstas para os infratores incluíam, além de multa, o confisco da erva produzida e o impedimento de entrar nos ervais por até três anos. O regulamento previa ainda que parte da multa imposta fosse paga em benefício do delator.³⁶⁷

Alejo Peyret, um escritor franco-argentino do século XIX, considerou as medidas legais insuficientes e argumentou: “Como pode um funcionário, que não tem mais de cinquenta patações de soldo, vigiar a extensíssima selva de Misiones?”³⁶⁸ Para Carlos Bossetti, comissário geral encarregado da fiscalização na década de 1880, as autoridades pouco conheciam sobre a região ervateira. Ele defendeu a privatização ou o arrendamento como formas de conservar os ervais argentinos. Os de Payí, situados então no Nordeste de Misiones e tomados aqui como exemplo extremo, estavam quase destruídos na avaliação de Peyret.³⁶⁹ A partir da década de 1880, quando Misiones se tornou um território da Federação Argentina, uma nova legislação sobre os ervais foi escrita. Em geral ela ratificou o regramento anterior, mas novos aspectos foram incorporados, tais como a proibição da venda de terras com ervais e, em 1894, a divisão do conjunto de ervais em quatro seções, nas quais se faria a rotação, isto é, a cada ano somente uma das seções estava liberada para a exploração. A legislação sobre os ervais argentinos continuou em constante reelaboração: em 1896 foi publicado um amplo regulamento nacional, em 1903 criou-se uma Lei de Terras que permitiu

367 CORRIENTES. Ley de 29 de octubre de 1832. CORRIENTES. Reglamento para los yerbales de las Misiones de 7 de enero de 1864. CORRIENTES. Reglamento de 20 de noviembre de 1876. Transcritos por: AMABLE, María Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989. p. 57-64; 125-143.

368 PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881. p. 83; (Tradução nossa). BNAR.

369 Ibidem, p. 87.

a venda e o arrendamento de ervais e se decretou um novo regulamento para a exploração de bosques e ervais, um decreto de 1906 considerou os ervais sujeitos a mesma proteção das áreas florestais e em 1907 outro regulamento redefiniu as regras para a concessão de ervais, abertura de picadas e instalação de roçados.³⁷⁰

O botânico e micólogo Carlos Spegazzini constatou, no início da década de 1910, que a maioria dos ervais da província de Misiones estavam destruídos ou estragados. A única exceção eram os ervais de San Antonio, cuja exploração havia então recentemente iniciado. Os danos eram causados tanto pela população pobre e desocupada quanto pelas grandes empresas ervateiras. Os pobres “não tendo outro meio de subsistência, se dirigiam às florestas e colhiam algumas arrobas de erva que vendiam aos comerciantes de suas respectiva colônias ou povoados” e o faziam a preços irrisórios, escreveu ele. As empresas, usando o sistema de *obrages*, exigiam dos trabalhadores tarefeiros a extração de um mínimo de seis arrobas diárias de folhas e ramos da *Ilex*. Para aumentar a produtividade do trabalho, os cuidados com a erveira eram mínimos. Somente em lugares muito visíveis, como ao lado de uma picada principal, os tarefeiros mantinham a *banderola*. Para Spegazzini não havia dúvida de que os ervais nativos de Misiones estavam condenados a desaparecer.³⁷¹

Na *Ley de bosques y yerbales*, enviada como projeto ao Congresso Nacional Argentino em 1915, se aspirou “resolver de modo definitivo e as múltiplas e complexas questões relacionadas com a propriedade selvícola”, integrando exploração, conservação, replantio, fiscalização e administração de florestas pertencentes ao Estado. No alcance da lei estavam os ervais e também as concentrações do quebracho colorado (*Schinopsis balansae* Engl.), localizadas no Centro-Norte argentino, importantes fontes de tanino para o curtume, bem como

370 ARGENTINA. Ley de venta de tierras y division de los territorios nacionales, 1882.

ARGENTINA. Decreto prohibiendo la venta de terrenos de yerbales, poniendo en vigencia el reglamento de 1876 y pasando al Ministerio de Hacienda el conocimiento de los asuntos relativos á yerbales, 1894. ARGENTINA. Decreto reglamentando la elaboración (sic) de los yerbales y creando su inspección, 1894. MISIONES. Reglamentando de yerbales, 1894. In: *La tierra pública e su colonización*. Buenos Aires: Imprenta del Congreso, 1894. BNAR. ARGENTINA. Decreto de 27 de marzo de 1896. ARGENTINA. Ley n. 4167 de 8 de enero de 1903, Ley de Tierras. ARGENTINA. Decreto de 18 de diciembre de 1903. ARGENTINA. Decreto de 1906. ARGENTINA. Reglamento de 6 de setiembre de 1907. Transcritos por: AMABLE, Maria Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989. p. 150-178. BNAR.

371 SPEGAZZINI, Carlos. *Al traves de Misiones*. La Plata: Talleres de Joaquin Sese y Cia., 1914. p. 77; 86; 91-92. (Tradução nossa).

as áreas de ocorrência de madeiras de boa qualidade. O discurso que acompanhou o projeto de lei denominou as florestas de “riqueza pública” e argumentou que os ecos da maior prosperidade do país “chegam às florestas distantes, que pouco a pouco deixam de ser exclusivamente guarida das tribos selvagens e dos animais ferozes, para brindar seus tesouros ao homem de labor que se dirige para trabalhar neles, sob o amparo das leis liberais da República”. O projeto de lei continha um levantamento das florestas do estado, nas quais a livre exploração foi proibida. Por outro lado, ele definiu as regras para a concessão de áreas que variavam 100 a 40.000 hectares. Redigiu-se uma seção exclusiva para tratar da extração ervateira, na qual o erval foi definido na perspectiva da exploração econômica como: “todo conjunto de árvores de erva-mate [...] que permita a formação de um acampamento ervateiro, podendo ser o mínimo até três plantas por hectare, que chegaram ao seu completo desenvolvimento”. Os artigos seguintes situaram as zonas ervateiras, normatizaram o beneficiamento, regeram as concessões e visaram a conservação dos ervais. Nota-se um afrouxamento no texto legal: o artigo 46 permitiu que o Ministério da Agricultura, após avaliação, ampliasse até setembro o período de corte. O mesmo ministério também podia permitir a coleta das folhas de plantas jovens em ervais densos. Os roçados e a pecuária de subsistência próximos à floresta continuaram permitidos, mas não se podia usar o fogo para a limpeza do terreno da clareira. O artigo 52, por outro lado, classificou como “cortada sem autorização” a árvore de *Ilex* que fosse queimada em sua base ou sofresse algum tipo de dano. A erva-mate voltou a aparecer com destaque na parte da Lei que especificou as multas aos infratores.³⁷²

Para Ernesto Daumas, a exploração desordenada e intensiva dos ervais nativos argentinos levou ao desaparecimento da erva-mate nacional do mercado local no fim do século XIX.³⁷³ A conservação daqueles ervais também não foi assegurada pela legislação criada no início do século XX. A partir de então o cultivo da erva-mate e a formação de ervais “artificiais” conferiu uma nova lógica à atividade, que será discutida no próximo capítulo.

No Paraguai os esforços para a conservação dos ervais nativos foram marcados pela criação, em lei de 1912, da *Comissão Inspectora*

372 ARGENTINA. *Ley de bosques y yerbales*: proyecto, 1915. Buenos Aires: Talleres Gráficos del Ministerio de Agricultura de la Nación, 1915. p. 20; 57-86. (Tradução nossa). BNAR.

373 DAUMAS, Ernesto. *El problema de la yerba mate*. Buenos Aires: Asociación Argentina de Plantadores de Yerba Mate; Compañía Impresora Argentina, 1930. p. 6. BNPY.

de *Yerbales*, composta por cinco pessoas. Esta lei definiu que um mesmo erval não podia ser cortado antes do decurso de três anos da última coleta e restringiu o corte ao período de primeiro de janeiro a 31 de agosto. Guias de arrecadação de impostos, livros de registro, atribuições dos agentes e a previsão de punições aos infratores figuram nos demais artigos da lei. Cinquenta por cento do valor de cada multa podia ser dividido entre o denunciante, os apreensores e seu chefe. A regulamentação da lei, feita por decreto em 1913, detalhou a forma como deviam ser registrados os ervais. Outro decreto, este de 1915, completou a regulamentação ao permitir e estabelecer regras para o arrendamento de ervais públicos a exploradores privados. No ano seguinte, 1916, um decreto presidencial exigiu dos proprietários de terras contendo ervais não registrados a comprovação de que estes se formaram depois do registro. O texto legal usa as expressões “naturais” ou “artificiais” para diferenciar os ervais nativos dos cultivados, evidenciando a ampliação do cultivo. Neste conjunto de medidas legais se percebe um esforço do Estado para, prioritariamente, controlar a arrecadação de impostos e ampliar a receita proveniente da atividade ervateira. A conservação dos ervais nativos, embora presente, recebeu menor atenção.³⁷⁴

3.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou claro que os ervais nativos não podem ser desvinculados da floresta quando se quer compreender a história ambiental da erva-mate. Os ervais eram floresta e seu extrativismo assemelhava-se ao corte da madeira, menos em um aspecto essencial: renovavam-se com maior rapidez. Enquanto uma árvore de madeira densa leva décadas para atingir o tamanho desejado pela indústria madeireira, a *Ilex* se renova em ciclos de quatro anos.

Existe uma importante semelhança na forma como a conservação dos ervais nativos foi tratada pelas câmaras municipais e pelos governos dos três estados do Sul do Brasil, da Argentina e do Paraguai. Todos eles criaram leis e normas para regular o acesso aos ervais, controlar sua exploração e punir os infratores. E o fizeram repetidas vezes, ou seja, reelaboraram constantemente a legislação, acompanhando as mudanças conjunturais ou cedendo às pressões dos grupos sociais envolvidos e das empresas ervateiras. Em todos os casos a existência da legislação e a

374 PARAGUAY. *Leyes y decretos vigentes sobre tierras, montes y yerbaes fiscales*. Asuncion: Talleres Gráficos del Estado, 1919. p. 37-47. BNPY.

atuação do Estado parecem ter sido insuficientes para conservar os ervais nativos. Quando muito, ajudaram a retardar sua transformação em espaços cultivados.

A conclusão mais plausível é a de que um conjunto de complexas mudanças políticas, econômicas e sociais que vinham ocorrendo na segunda metade do século XIX e início do XX, inviabilizaram tanto o modo de vida das populações que viviam do extrativismo do mate quanto a existência dos ervais nativos.

4 COLONOS ERVATEIROS

...em pouco [mais] de dois anos apenas
regredimos a um estado primitivo tal,
quase igual aos caboclos nascidos lá no
mato. João Weiss.

Os imigrantes procedentes da Europa que se instalaram no Sul do Brasil a partir do século XIX geralmente são vinculados pela historiografia com a produção agrícola em lotes coloniais e com a pequena pecuária. Este capítulo analisa algumas experiências de colonização no Brasil, na Argentina e no Paraguai e afirma a existência de um expressivo envolvimento de imigrantes com o extrativismo da erva-mate e com o posterior cultivo da planta, tema pouco presente na história escrita do Sul da América. Discute ainda as implicações que os projetos de colonização tiveram sobre a conservação dos ervais nativos.

4.1 UM TEMA POUCO PRESENTE

Geralmente o mate está ausente dos textos sobre imigração e colonização, como é o caso da obra clássica de Jean Roche *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Nela, ao descrever a vegetação do Planalto riograndense, o autor afirmou que “é, pois, uma região particularmente favorável à floresta”, onde “o reverso da Planalto tinha a metade de sua superfície coberta de vegetação campestre, e a segunda metade estava dividida entre o Mato (a floresta subtropical) e os Pinheirais ou Pinhais...”, mas não fez qualquer referência aos extensos ervais nativos existentes ainda no século XIX. Adiante argumentou a importância do desbravamento da floresta, denominou o colono alemão de “fabricante de terra”, exaltou a produção agrícola que aumentava³⁷⁵ e não escreveu sobre a existência anterior de uma

375 ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. p. 50-53.

expressiva economia ervateira na região. O mate apareceu pontual e perifericamente em diversos lugares dos dois volumes deste clássico, como nas notas sobre Erechim em 1950, nas quais contou 41 indústrias de erva-mate sob administração de descendentes de imigrantes³⁷⁶ e no seguinte comentário de reprovação:

É verdade que, independente de qualquer festividade, numerosos colonos adotaram o chimarrão, a infusão de erva-mate tomada na cuia e chupada com o pequeno canudo de prata (bomba), que passa de boca em boca: essa falta de higiene como o amargor da beberagem poderiam não ter agradado aos gosto europeu, mas o chimarrão faz agora parte integrante dos costumes teuto-brasileiros, e bem assim a aguardente de cana ou cachaça.³⁷⁷

O geógrafo alemão Leo Waibel também não abordou a produção da erva-mate nas experiências de colonização no Sul do Brasil que estudou. Em um texto de 1949, publicado na respeitada Revista Brasileira de Geografia e tomado aqui como exemplo, ele tratou da colonização das terras florestais do Brasil meridional, avaliou as práticas agrícolas dos colonos e elogiou o progresso econômico e cultural de parte deles, mas não considerou a presença do mate nas áreas coloniais.³⁷⁸ Na avaliação de Virginia Etges, Waibel foi um dos mais importantes geógrafos da Alemanha no período entre as duas guerras mundiais. Ele também pesquisou a América, onde “o homem, forjador da paisagem cultural,” passou a ser o objeto central de sua atenção.³⁷⁹

Na obra *A aculturação dos alemães no Brasil*, do antropólogo Emílio Willems, o mate aparece esporadicamente, uma bebida aceita e compreendida como parte de uma mudança profunda de atitudes dos imigrantes, mas não como um produto integrante da economia colonial. Ele usou o conceito de “assimilação”, que definiu como “mudança da personalidade realizada pela substituição de combinações de atitudes e

376 Ibidem, p. 540-541.

377 Ibidem, p. 638-639.

378 WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 2, abr-jun. 1949.

379 ETGES, Virginia Elisabeta. A paisagem agrária na obra de Leo Waibel. *GEOgraphia*, Niterói, n. 4, 2000. p. 28.

valores, por novas combinações de atitudes e valores que vêm a integrar o indivíduo em uma sociedade culturalmente diferente”.³⁸⁰

4.2 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

Durante o século XIX o comércio do mate se destacou como uma das principais atividades econômicas do Sul do Brasil, de onde era exportado para outros países da bacia do rio da Prata.³⁸¹ O trabalho de extração e preparo do mate geralmente era realizado por caboclos e, neste contexto, chamados de ervateiros.

Ainda no século XIX a realidade das áreas florestais do Rio Grande do Sul começou a mudar rapidamente: projetos de colonização estimularam e viabilizaram o repovoamento do território com imigrantes transformados em colonos que se dedicaram a remover o mato, cultivar o solo e criar animais domésticos. Colonos podem ser conceituados, neste contexto, como os camponeses livres, imigrantes provenientes da Europa durante grande fluxo populacional iniciado no século XIX e que durou até a década de 1930 ou seus descendentes nascidos no Brasil, que se tornaram proprietários de pequenos lotes rurais nos quais trabalhavam prioritariamente os membros da família.

Com a colonização, o ambiente foi transformado, a terra privatizada, novas paisagens foram construídas, animais e plantas que antes predominavam nos ecossistemas florestais perderam seu habitat. Conforme Sílvio Marcus de Souza Correa e Juliana Bublitz, “Entre 1850 e 1950, a cobertura vegetal do Rio Grande do Sul foi drasticamente reduzida pelo empreendimento colonial. Flora e fauna nativas foram profundamente alteradas pela transformação dos ecossistemas e pela poluição ambiental [...]”.³⁸² Para Zarth, “A destruição da floresta pela agricultura foi sobretudo uma decisão de política pública deliberada. A ruptura com os sistemas anteriores e o forte impacto ambiental da agricultura no RS e no Planalto em particular, no final dos anos

380 WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980. p. 16; 149.

381 LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.

382 CORREA, Sílvio M. S.; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Passo Fundo: UPF, 2006. p. 132

oitocentos, foi decorrente de uma nova concepção de natureza e de política agrária”.³⁸³

De uma agricultura e pecuária de subsistência, gradativamente os colonos passaram a produzir para o mercado urbano, especialmente no espaço próximo à capital Porto Alegre. Ao final daquele século o processo de colonização por imigrantes europeus e seus descendentes prosseguiu e se expandiu para o Planalto riograndense, especialmente sobre as áreas de floresta intercaladas com os campos (Figura 24). A população cabocla, vinculada às florestas e aos ervais, sofreu um processo de exclusão, pois a maioria dos projetos de colonização não estava preferencialmente voltados para ela.

Os imigrantes interagiram com esta população nas áreas de colonização e, conforme Daniel Schneider, não promoveram uma ruptura com o modo de vida caboclo e com suas técnicas agrícolas, mas acolheram, adaptaram conhecimentos e lentamente moldaram a paisagem colonial.³⁸⁴ Esta interpretação, elaborada também por vários outros historiadores, difere muito daquela que se tornou a mais difundida durante o século XX, na qual os colonos foram retratados com desbravadores de um ambiente inculto. Um dos muitos exemplos possíveis da interpretação predominante é o texto de Luis Alberto de Boni, para quem:

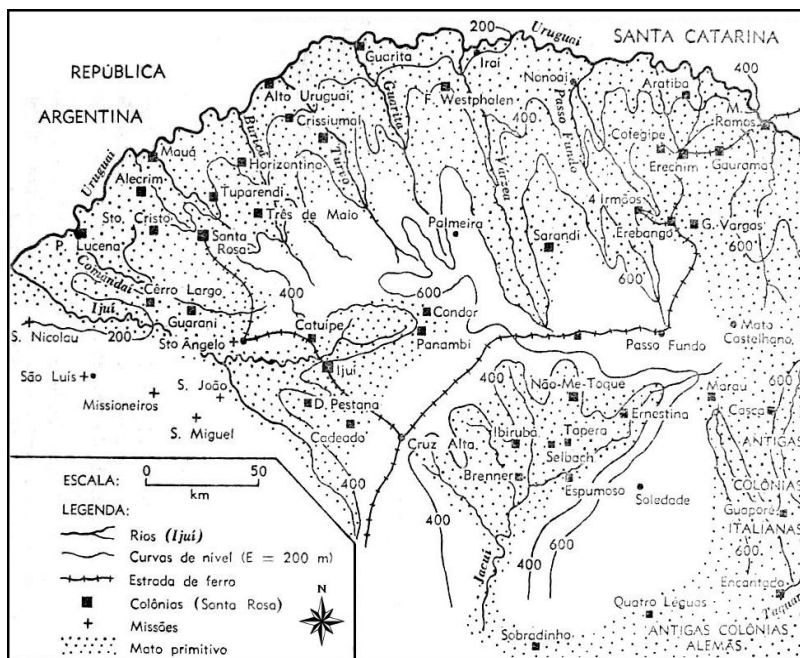
Perdidos no meio da floresta, isolados da sociedade gaúcha, abandonados pelo poder público, carentes de recursos, os colonos corriam sério perigo de acaboclarem-se. Impossibilitados, pela pobreza, de tentar a viagem de retorno à pátria, restava-lhes apenas a opção entre o trabalho árduo para sobreviver e o desânimo.³⁸⁵

383 ZARTH, Paulo. Agricultura e impactos ambientais. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 67.

384 SCHNEIDER, Daniel. *A construção de uma cultura técnica agropecuária no sul do Brasil: o caso da Colônia Ijuí*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

385 BONI, Luis Alberto de. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 235. (Séria Documenta, 4).

Figura 24 – Áreas florestais e colônias de predominância germânica no Norte do Rio Grande do Sul: final do século XIX e início do XX



Fonte: ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. p. 128.

Diversos documentos indicam a importância do extrativismo da erva-mate silvestre e da bebida para as áreas de colonização, além da agricultura e da pecuária. O imigrante Josef Umann, um operário proveniente da Boêmia que se tornou colono no Brasil e residiu nas proximidades do atual município de Venâncio Aires a partir de 1877, registrou em sua auto-biografia que: “Em atenção à carteira vazia que nos primeiros anos não nos permitiu comprar bebidas caras, como cerveja e vinho, cedo nos habituamos ao chimarrão tão estimulante ao espírito”.³⁸⁶ A ideia do baixo custo do mate foi reforçada por Romário Martins, que argumentou ser o “mate a bebida alimentar mais barata do

386 UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Tradução e notas de Hilda Agnes H. Flores. Porto Alegre: EST; Nova Dimensão, 1997. p. 67.

mundo”³⁸⁷, pois permite repetidas infusões. Auguste de Saint-Hilaire, muito antes de Umann e Martins, teve a mesma impressão e escreveu: “Quando o mate é de boa qualidade pode-se escaldá-lo até 10 ou 12 vezes sem renovar a erva”.³⁸⁸ O mate foi incorporado ao cotidiano de muitas famílias de colonos. João Weiss, imigrante europeu instalado na colônia Erechim na década de 1910, inicialmente considerou o mate “demasiado amargo”, provou a bebida com açúcar e leite e, por fim, “tomávamos chimarrão em cúia com bomba de metal e fumávamos cigarros de fumo preto torcido em palha de milho”.³⁸⁹ O consumo do mate chegou a ser apresentado com exagero como “A bebida diária dos colonos na América do Sul”.³⁹⁰

Para Emílio Willems houve uma assimilação, caracterizada pela aquisição de valores novos e a perda de valores culturais antigos, pois a

“naturalidade” com que o teuto-brasileiro aceita a solidão da mata virgem, habita uma casa de madeira sem vidraças, anda descalço, cria filhos analfabetos, cura doenças à maneira cabocla, toma chimarrão, usa o cavalo de montaria, a enxada e o revólver, embriaga-se com cachaça, etc., essa “naturalidade” outra coisa não é senão uma mudança profunda de atitudes.³⁹¹

Um estudo recente de Frederik Schulze concluiu que o mate foi acolhido de forma ambivalente pelos imigrantes alemães no Sul do Brasil: aceito por alguns como uma bebida saudável e, por outros, tratado com um problema de higiene, pois o uso coletivo da bomba implicava em risco de transmissão de doenças contagiosas.³⁹² Uma alternativa de consumo era o chá de erva-mate. Um anúncio no almanaque *Kalender für die Deutschen in Brasilien* (Anuário para os alemães no Brasil) de 1913, editado em língua alemã na cidade de São

387 MARTINS, Romário. *Ilex-Mate: chá sul-americano*. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 210.

388 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 159-160.

389 WEISS, João. *Colonos na selva*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1949. p. 30; 53; 74.

390 Der Deutsche Auswanderer, 1906, p. 42. (Tradução nossa).

391 WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980. p. 148-149.

392 SCHULZE, Frederik. Imigrantes alemães e o chimarrão como problema higiênico. In: Martin Dreher et al. (Orgs.). *Anais do XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização*. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 730-742.

Leopoldo RS, estimulou o consumo deste chá entre os colonos argumentando que o produto fabricado por Frederico Brusius Netto “é o mais puro e saboroso”, que “pode ser obtido em todas as melhores casas de comércio”.³⁹³

Outras fontes de pesquisa consultadas permitem saber que em Caxias do Sul, colônia oficial fundada na província no final do século XIX em terras florestais, realizava-se a análise bromatológica em laboratório do vinho, do trigo, de outros produtos e também da erva-mate.³⁹⁴ A empresa Rosas, Ribeiro & Company, estabelecida em Porto Alegre, anunciou em um jornal caxiense a compra de qualquer quantidade de erva barbaquá, “pagando os melhores preços da praça”, o que correspondia a cerca de 3\$500 réis por arroba.³⁹⁵ No final da década de 1920 outro jornal de Caxias do Sul, o *Staffeta Riograndense*, transcreveu um artigo do *Correio do Povo* no qual anunciou, com euforia, que um morador da vizinha colônia Alfredo Chaves (hoje o município de Veranópolis), inventou um forno para secar erva-mate que reduziu de 24 horas para espantosos 24 minutos o tempo necessário para a preparação do produto. O curioso e eficiente invento era um aperfeiçoamento do barbaquá. Foi construído em metal, movido por um motor a vapor e realizava, em sucessão, o sapeco e a secagem da erva. Tinha dois grandes inconvenientes: exigia lubrificação e demandava três fontes de calor, todas geradas a partir da queima de lenha.³⁹⁶

Em seu testemunho oral, o descendente de imigrantes e morador do município de Caxias do Sul, Julio Mauricio Sassi, afirmou que seu pai “adquiria grande quantidade de erva e essa erva-mate era exportada para a Argentina. Esse trabalho durou muitos anos. [...] A erva-mate extraída nessa região sempre foi nativa”.³⁹⁷ É evidente que a indústria do mate não predominava na economia desta região serrana, mas sua presença e importância podem ser consideradas. Adelino Sassi, o pai do entrevistado, recebeu uma medalha de prata e outra de ouro como prêmios pela qualidade da erva-mate mostrada na Exposição Municipal durante a comemoração do Cinquentenário da Colonização Italiana realizada em 1925. Na ocasião, também o produtor Nelson Miller e a

393 *Kalender für die Deutschen in Brasilien*. São Leopoldo; Cruz Alta: Rotermond, 1913. p. 224. (Tradução nossa).

394 *Anais da Assembleia Legislativa*, 1905. AHRs.

395 *Il Colono Italiano*, 27 jul. 1916 e 30 nov. 1916. (Tradução nossa). Museu dos Capuchinhos.

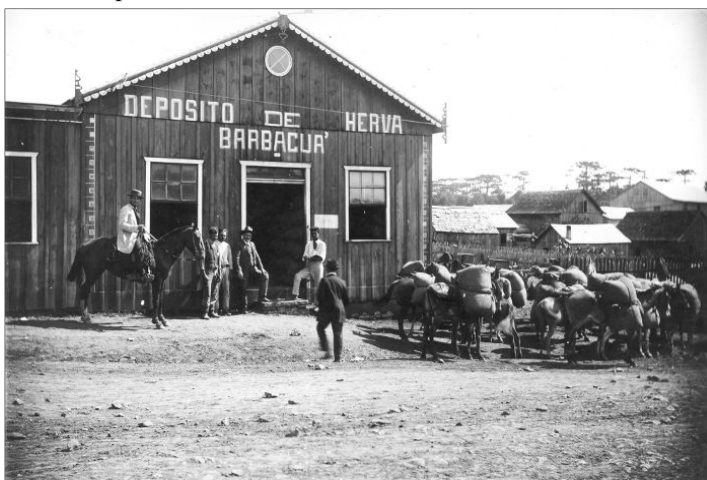
396 *Staffetta Riograndense*, 10 out. 1928. Museu dos Capuchinhos.

397 Entrevista com Julio Mauricio Sassi, 1996. Arquivo Histórico João Spadari Adami, Caxias do Sul RS (AHJSA).

empresa De Carli & Pagannelli receberam prêmios por sua erva-mate. O mesmo relatório, ligado à Exposição Municipal comemorativa, informou a exportação de mais de 430.000 quilogramas de mate naquele ano, no valor de cerca de 450 contos de réis. Comparando este com o valor exportado em vinho (12.297 contos), em madeira (3.779 contos) e em trigo (1.953 contos) no mesmo período,³⁹⁸ se pode ter uma ideia do lugar e da importância da extração da erva-mate na economia de Caxias do Sul: não era um dos produtos principais porque a Floresta Ombrófila Mista que predominava na região não abrigava grandes ervais, mas precisa ser considerada como uma atividade presente naquele contexto colonial.

A Figura 25 representa o depósito de erva-mate de propriedade da família Sassi. A denominação barbacuá ou barbaquá, com se explicou antes, identificava um processo de preparo mais elaborado do que o carijo. Na imagem se pode ver ainda uma expressiva quantidade de mulas carregadas com bolsas de erva-mate, indicando um fluxo considerável do produto na colônia.

Figura 25 - Depósito de erva-mate



Fonte: MANCUSO, Domingos. Depósito de erva-mate barbacuá, 1919. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul RS.

³⁹⁸ Relatório correspondente ao período administrativo decorrido de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925, apresentado ao Conselho Municipal de Caxias do Sul pelo intendente Dr. Celeste Gobbato. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926. p. 15 e 20. AHRs.

A professora Loraine Slomp Giron, em texto publicado no ano de 1979 sobre a modernização gerada por imigrantes italianos em Caxias do Sul RS, abordou a presença do mate na região e afirmou que “O crescimento da indústria colonial se faz de modo intenso até 1925. De 1913 a 1925 surgem 4 indústrias metalúrgicas, fábricas de produtos químicos, de erva-mate, de velas, de chapéus, de cola, de tecidos e mesmo uma charqueada”.³⁹⁹ Aparentemente não houve posterior retomada e aprofundamento do estudo do tema pela autora.

Na colônia São Leopoldo, fundada em 1824 e ampliada depois, a “Linha do Herval” e o “Travessão do Herval” identificam lugares demarcados para ocupação por imigrantes. São um indício da presença da *Ilex paraguariensis*, embora fora das principais áreas de ocorrência e certamente em menor quantidade se comparada ao Planalto do Rio Grande do Sul. A planta se desenvolveu em terrenos que ultrapassavam os 300 metros de altitude, que correspondem aos atuais municípios de Santa Maria do Herval e Morro Reuter.⁴⁰⁰ Nos poucos quadros disponíveis sobre a exportação da colônia São Leopoldo, organizadas pelo diretor Johann Daniel Hillebrand, a variedade de produtos impressiona e a presença da erva-mate é pequena, mas crescente. Foi de insignificantes oito arrobas em 1842 para 393 arrobas em 1845.⁴⁰¹ Em seu relatório de 1854, Hillebrand dedicou várias páginas ao assunto, afirmou que a colônia “possui mattos summamento ricos em herva matte, cuja arvore até o presente não tem sido ainda cultivada na Provincia [...]” e criticou o projeto de colonização do Estado:

As mattas virgens indistentamente, que contenhão ou não herva matte, são entregues a agricultura, como sendo de terrenos mais proprios para esse fim; e como taes são derrubas e queimadas sem piedade, não sendo possível a maior parte do tempo, ainda que com todo trabalho, livrar das chamas os pés de herva matte, que os derrubadores as veses deixão fiar em pé. Já que o Governo até agora tem seguido o systema errado de conceder gratuitamente terras para colonisar

399 GIRON, Loraine Slomp. O imigrante italiano: agente de modernização. In: *Anais do I e do II Forum de Estudos Italo-brasileiros*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979. p. 86.

400 MÜZELL, Ernst; JAHN, Adalbert. *Planta topográfica de uma parte do município de São Leopoldo*, 1870. APERS.

401 HILLEBRAND, Johann Daniel. Quadros da exportação da colônia São Leopoldo, 1842-1845. AHRS.

que uma medida legislativa não tenha sido tomada para prevenir a destruição de tão útil e tão importante planta, cuja falta já cada dia se faz sentir mais.⁴⁰²

Hillebrand propôs combinar o controle estatal sobre os ervais nativos com o cultivo da *Ilex* nas áreas de colonização por imigrantes. Ao final, ele transcreveu uma carta recebida de Bonpland em 1849. Um episódio ajuda a compreender aquela realidade: em 1853, nove colonos, entre eles o imigrante Joseph Gerhardt, solicitaram outros lotes rurais ao presidente da província argumentando principalmente que sofriam “continua invasão e assalto de bugres e tigres n'aqueles desertos lugares sem proteção senão a de Deus”. O diretor Hillebrand escreveu para a mesma autoridade afirmando que o requerimento dos colonos continha “vergonhosas faltas de verdade” e argumentou que “quando vão fazer erva de matto, muito mais de huma legoa além de suas colonias, como que, essas circunstancias não os impede a permanecer semanas inteiras no sertão, naquele serviço?!” A expressão “erva de matto” possivelmente foi usada pelo diretor para se referir à erva-mate.⁴⁰³ Roche, ao escrever sobre a colônia São Leopoldo, fez breve referência ao mate, classificando-o como “um produto que se colhe na floresta e que 'deveria ser plantada porque [é] de bom preço e [de] venda imediata””.⁴⁰⁴

Em Santa Cruz, um núcleo colonial criado na metade do século XIX, a imigração se dirigiu para áreas florestais onde a *Ilex* era abundante. A toponímia daquela colônia incluiu localidades rurais como “Herveiras”, “Herval de Baixo”, “Pinhal do Herval”, “Herval de São João” e “Herval do Paredão”.⁴⁰⁵ No relatório apresentado ao presidente da província em 1873, o agente da colonização Luiz Kraemer V. Valter escreveu: “Constou a exportação de cerca de 10.000 saccos de feijão, 20.000 saccos de milho, 40.000 arrobas de fumo, 10.000 arrobas de banha e 30.000 arrobas de herva, além de um valor de 10 contos de réis

402 HILLEBRAND, Johann Daniel. Relatório da colônia São Leopoldo, 1854. AHRs.

403 HILLEBRAND, Johann Daniel. Correspondência dirigida a João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu em 6 de julho de 1853, p. 3-4. AHRs.

404 ROCHE, op. cit., p. 270.

405 Mapa organizado em observância ao Decreto-lei Nacional n. 311, de 2 de março de 1938. Escala 1:80.000. Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEDOC). Livros de registro de batismo de Santa Cruz. Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

em diversos artigos”.⁴⁰⁶ No cadastro do lote rural do casal de colonos Luiz e Margarida Bernhard, nascidos na Alemanha e instalados em Santa Cruz em 1855, constou a existência de um estabelecimento de socar erva. O lote de cerca de 56 hectares, avaliado em pouco mais de 350 mil réis, estava situado há três quilômetros de distância da sede da colônia e nele existiam benfeitorias que somavam oito contos de réis, dos quais dois contos correspondiam ao valor do engenho de erva.⁴⁰⁷ A correspondência expedida pela câmara municipal de Santa Cruz inclui algumas listas informando sobre gêneros armazenados e exportados no ano de 1884, nas quais figuram exportadores de erva-mate com sobrenomes como Jungblut, Schuler e Appel. A fonte, apesar de sua fragilidade, é um possível indício do envolvimento de estrangeiros ou de descendentes destes, não agricultores, no comércio do mate no contexto da colonização.⁴⁰⁸

O jornal *Die Kolonie* (A Colônia), que circulou na região em idioma alemão do final do século XIX até o início do XX, publicou repetidas estatísticas de exportação e tabelas dos preços pagos ao produtor onde o mate figurou regularmente. Publicou também textos argumentando as propriedades salutares e as vantagens econômicas da extração e do cultivo do mate. Uma arroba de erva-mate chegou a valer - em Santa Cruz do Sul, no final do século XIX, no mercado voltado para a capital da província - cerca de 7.500 réis.⁴⁰⁹ Este valor estava muito acima do preço histórico do mate (entre um e três mil réis por arroba),⁴¹⁰ superava o valor de um saco de feijão preto (6\$500 réis) e valia o dobro de um saco de milho (3\$500 réis). Este paralelo precisa ser feito com cuidado, pois o trabalho, a área e o tempo necessários para produzir erva-mate, feijão ou milho são diferentes e de difícil comparação, mas ele ajuda a compreender que a atividade ervateira era viável para o colono naquele ambiente florestal. A elevação dos preços do mate em 1894 e 1895 pode estar associada aos transtornos causados pela Revolução Federalista (1893-1895), com declínio dos preços nos anos seguintes, como se pode observar na Tabela 3, especialmente na coluna

406 Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo agente interprete da colonização: 1873. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago, 2001. p. 7. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 5 out. 2010.

407 Cadastro de colonos e prazos coloniais, Diretoria de Santa Cruz, Linha Estrada de Rio Pardo, 1876-1880. AHRS.

408 Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Santa Cruz, 1878-1889. AHRS.

409 *Die Kolonie*, 6 jul. 1895. CEDOC.

410 ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

que os apresenta convertidos para pence de libra esterlina visando minimizar as distorções criadas pela inflação.⁴¹¹ As variações de preço possivelmente influenciaram a opção individual de cada colono entre manter a erva-mate em seu lote ou aproveitar todo solo para a agricultura. Por outro lado, a produção de erva-mate teve a função de complementar a renda agrícola, pois era um bem florestal que podia ser rapidamente transformado em dinheiro.

Tabela 3 - Oscilação do preço da erva-mate em Santa Cruz [do Sul] RS

Ano	Preço da arroba em réis	Preço da arroba em pence de libra esterlina
1894	7\$000	70,63
1895	7\$500	74,47
1896	3\$000	27,18
1897	4\$500	34,74
1898	-	-
1899	-	-
1900	-	-
1901	-	-
1902	2\$000	24,00
1903	2\$500	30,00
1904	2\$200	26,40
1905	2\$400	38,16

Fonte: Marktpreise. *Die Kolonie*, 15 dez. 1894 a 1905. CEDOC.

Pode-se afirmar que os ervais nativos foram conservados e explorados regularmente em alguns lotes coloniais e foram, em outros, derrubados com a floresta para abrir espaço para a agricultura. Neste sentido Jean Roche registrou que, em Santa Cruz, a erva-mate “declinara regularmente, com as reservas florestais: 900 toneladas em 1881, 480 em 1906, 347 em 1910”.⁴¹² Eckert mostrou que, por meio de processos

411 Com base em IBGE. Curso do cambio na praça do Rio de Janeiro – 1822/1939. In: *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano V, 1939/1940. (Separata: Quadros Retrospectivos).

412 ROCHE, op. cit., p. 275.

fraudulentos de legitimação de posse, importantes ervais de Santa Cruz foram apropriados e destinados aos projetos de colonização por imigrantes. Na interpretação de Eckert, o pouco interesse dos colonos pelo mate, cuja coleta foi uma atividade dos caboclos, também contribuiu para a destruição dos ervais nativos daquela região.⁴¹³

Um pesquisador dedicado à história ambiental sabe que é preciso se afastar do determinismo geográfico e ecológico, neste caso evitando afirmar que os colonos se dedicaram ao mate por influência do meio. Mas também é necessário evitar “a dominância do enfoque flutuante”, que em parte se “construiu como reação à forte presença do determinismo geográfico e biológico no pensamento social da passagem do século XIX para o XX”.⁴¹⁴ As sociedades formadas nos núcleos coloniais não flutuavam sobre os ecossistemas e ambientes, eram por ele condicionadas e sobre ele exerciam suas ações. Em outras palavras, os humanos integravam o ambiente. A população imigrante que colonizou uma região ervateira dificilmente ficou isenta de sua condicionante ecológica ou alheia a importância econômica e ao significado cultural do mate.

As fontes de pesquisa podem informar mais: uma correspondência de 1883, expedida pela câmara municipal de Estrela comunicou ao governo da província que “A cultura da erva matte tem sido um ramo de commercio forte deste municipio porém tem soffrido alterações pela grande baixa no preço”.⁴¹⁵ Esta correspondência é outro testemunho e exemplo da importância da atividade ervateira para uma região de colonização, ou seja, o vale do rio Taquari. Cristiano Christillino mostrou como terras cobertas por florestas, contendo ervais e localizadas naquela região, foram apropriadas por meio da grilagem, da legitimação de posse, da exclusão dos posseiros e foram vendidas em projetos de colonização.⁴¹⁶ O Gráfico 6 representa a evolução do número de socadores de erva-mate e de serrarias em Lajeado RS nas primeiras décadas do século XX, quando a região estava colonizada.

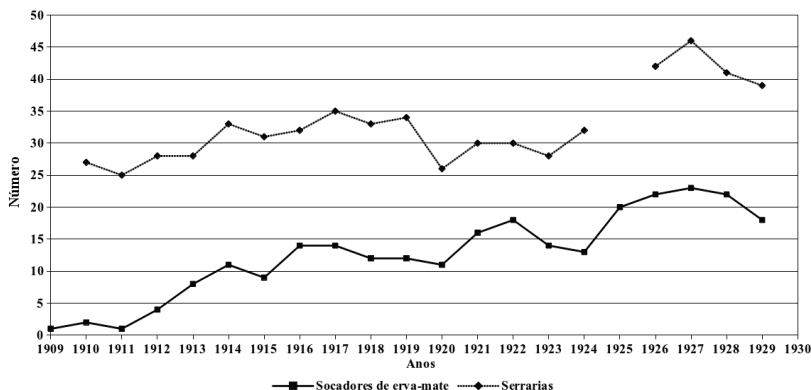
413 ECKERT, José Paulo. *O povo dos herveas: entre o extrativismo e a colonização* (Santa Cruz, 1850-1900). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

414 PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. p. 92.

415 Correspondência de 21 mar 1883 dirigida ao Governo da Província. Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Estrela. 1882-1889. AHRS.

416 CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

Gráfico 6 - Evolução do número de socadores de erva-mate e de serrarias em Lajeado RS



Fonte: Relatórios apresentados pelos intendentes ao Conselho Municipal de Lajeado. 1909-1929. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado (AHL).

No período analisado se nota um aumento, com oscilações, do número de estabelecimentos nos dois ramos de atividade, acompanhado de uma coincidência na evolução, isto é, socadores de erva e serrarias tiveram uma evolução semelhante. Ambos estavam vinculados à floresta, entretanto, de maneiras divergentes: enquanto os primeiros precisam da floresta em pé para obter a matéria-prima, as serrarias se alimentavam de sua derrubada sistemática. Pelo menos quatro explicações podem ser propostas: uma considera que o desmatamento poupava as árvores de *Ilex*, visando sua exploração posterior. A outra cogita que, após a derrubada da floresta, parte dos terrenos foi cultivado com ervais. As duas explicações não são contraditórias, pois as árvores seletivamente poupadas na derrubada podiam ser o princípio de um erval adensado pelo cultivo de novas plantas. A terceira explicação sugere que desmatamento e a atividade ervateira aconteciam em lugares distintos, porque o extrativismo do mate estava adiante das serrarias, em uma frente de expansão. Por fim, a quarta e menos plausível explicação, considera que o número de estabelecimentos aumentou, mas que o volume de erva-mate extraída diminuiu com o desmatamento. Não existem informações suficientes nos documentos pesquisados para sustentar uma interpretação única das mudanças representadas no Gráfico 6, mas a importância econômica da erva-mate para aquela região, marcada pela imigração e pela colonização, pode ser claramente observada. Os dados organizados na Tabela 4 permitem perceber que o

rio Taquari, navegável até o passo do Corvo em Estrela RS, era essencial para transportar os produtos coloniais para Porto Alegre, inclusive erva-mate obtida em territórios ao norte dos portos comerciais.

Tabela 4 - Alguns produtos coloniais exportados pelos portos de Lajeado, São Gabriel, Arroio do Meio e Encantado RS

Produto	1908	1909	1910
Milho	4.183.360 kg	4.468.500 kg	4.898.160 kg
Banha	673.254 kg	798.585 kg	850.903 kg
Feijão	1.791.840 kg	1.916.000 kg	2.081.920 kg
Erva-mate	27.593 arrobas	26.180 arrobas	27.144 arrobas

Fonte: Relatório apresentado pelo intendente João Baptista de Mello ao Conselho Municipal [de Lajeado] na sessão de 15 de outubro de 1911. Porto Alegre: Livraria do Commercio, 1911. AHML.

A Tabela 5, embora apresente dados parciais e irregulares, permite traçar um panorama superficial sobre a produção de erva-mate de diversos municípios e colônias. Destes, Venâncio Aires se sobressai por exportar erva-mate em quantidade muito superior aos demais lugares.

Tabela 5 – Exportação de erva-mate

Lugar	Período	Erva-mate (em arrobas)
São Leopoldo	1º semestre 1845	10
Lajeado	1893	7.800
Estrela	1912	1.989
Venâncio Aires	1910 a 1920	268.703 (média anual 24.427)
Montenegro	1917	100
São Sebastião do Caí	início do séc. XX	6.000

Fonte: PELLANDA, Ernesto. *Colonização germânica no Rio Grande do Sul: centenário da imigração*. sn. 1924.

O catálogo da Exposição Estadual realizada em Porto Alegre em 1901 enfatizou a presença da erva-mate, exposta inclusive por representantes de municípios caracterizados pela imigração de europeus no século XIX:

Este sublime e poderoso rival do café e do chá da Índia, constitue uma das principais fontes da nossa riqueza, e acha-se representado por numerosos exemplares, vindos dos municípios de Santa Cruz, Passo Fundo, Rio Pardo, Dores de Camaquã, Santa Maria, S. Luiz, Palmeira, Lageado, Taquara, Venancio Ayres, Estrella e outros.⁴¹⁷

O mesmo catálogo destacou como novidade o conhecimento do processo de germinação da semente da *Ilex paraguariensis*, desenvolvida por uma empresa de Santa Cruz. O padre Carlos Teschauer, entusiasmado com a ideia, transcreveu todo o parecer que justificou a premiação do empreendimento, do qual se salienta que:

...a Comissão encontrou um objecto digno de muita atenção e apreço. É elle uma planta de herva matte (*Ilex paraguayensis*), planta economica da nossa flora, com a idade 8 annos, obtida de semente e exposta pelos Srs. Schönwald & Deutrich, da Companhia Horticola da Sta. Cruz. Por si só o specimen exposto tem importancia por ter sido obtido de semente. Seu valor cresce de proporções considerando-se que esta planta foi tirada de um herval de 1.400 exemplares de plantas da mesma especie, idade e com o mesmo crescimento, todas obtidas de sementes, que os expositores formaram, parte em terreno de campo, parte em terreno de matto, e possuem no districto de Couto, junto ao Municipio de Santa Cruz...⁴¹⁸

A Exposição de 1901 destacou ainda a iniciativa de “Carlos Jürgens, do Rio Pardo, que se dedica especialmente a essa cultura, tornando-a extensiva ás 7 colonias que possui”.⁴¹⁹ O cultivo da erva-

417 Catálogo da Exposição Estadual de 1901: Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Officina Typographica de Gundlach e Becker, 1901. p. 145.

418 TESCHAUER, Carlos. *A herva-mate na historia e na atualidade*. Porto Alegre: Gundlach & Comp. 1907. p. 20.

419 Catálogo, op. cit., p. 145.

mate não é um processo simples e fácil. De acordo com o conhecimento agrônômico contemporâneo é preciso manter a semente de quatro a sete meses em areia úmida para fazê-la germinar, depois aguardar de 10 a 11 meses pelo crescimento das mudas.⁴²⁰ O envolvimento de teuto-brasileiros com a atividade ervateira e a disposição para fazer plantações ordenadas e controladas de *Ilex*, afastando-se a lógica heterogênea da floresta, aparece outras vezes nos documentos sobre Santa Cruz, como é o caso da oferta de mudas de erva-mate com um metro de altura, obtidas a partir de semente.⁴²¹ Em 1911, o governo riograndense premiou o colono Frederico Guilherme Rauber com 35 hectares de terras de mato pelo cultivo que fez de sete hectares de erva-mate no município de Venâncio Aires.⁴²²

A ideia de plantar a *Ilex*, contudo, apareceu em documentos muito anteriores. Em 1877 a câmara de Palmeira RS respondeu a um pedido do governo provincial, informando que “Emfelizmente não foi possível obter-se a semente de herva matte requisitada por V. Exa. por não haver mais e só no mes de março é que pode esta Comarca satisfazer essa requisição de V. Exa., nesse tempo estão maduras as sementes, e logo debulhão-se da erva”.

O documento é revelador do desconhecimento do governo da província sobre a biologia e os ciclos da planta e transparece a submissão da câmara municipal que, cuidadosamente, disse não poder obedecer àquela autoridade.⁴²³

Em meados do século XIX, quando a colonização estava limitada a algumas regiões do Rio Grande do Sul, as autoridades da câmara municipal de Cruz Alta argumentaram junto ao Governo provincial:

Quanto a terrenos, mattas proprias para Colonias, não as há melhores em parte alguma, sendo muito apropriadas para isso as mattas de Nonohay, no lugar da estrada projectada, e as de Santo Angelo em igual parte, matto Castelhana e outros muitos de que abunda o Municipio, onde todas as plantas vegetão como por encanto.⁴²⁴

420 LORENZI, Harri. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. Nova Odessa: Plantarum, 1992. v. 1. p. 31.

421 Die Kolonie, 6 jun. 1903.

422 Relatório dos Negocios das Obras Publicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Golçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretario do Estado, Cândido José de Godoy, em 8 de setembro de 1911. Porto Alegre: O Globo, 1911. p. 150. AHRs.

423 Correspondência da Câmara de Santo Antonio da Palmeira, 26 mar. 1877. AHRs.

424 Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 14 ago. 1852. AHCA.

O encanto estava, principalmente, na fertilidade dos solos florestais, mas ele não existia sem o desmatamento de grandes áreas. Nas colônias Guarani (fundada em 1891), Erechim (1908) e Santa Rosa (1915), no extremo Norte e Noroeste do estado, a presença da floresta e da *Ilex paraguariensis* não podem ser desprezadas. Conforme o relatório do engenheiro Miranda, antes citado, desde o século XIX extensos e produtivos ervais eram conhecidos e explorados na região do atual município de Santo Cristo.⁴²⁵ Centenas de imigrantes e seus descendentes se estabeleceram como colonos naquelas terras florestais no início do século XX. Sobre a colônia Ijuhy, criada pelo Estado em 1890 e emancipada em 1912, os dados oficiais permitiram compor a Tabela 6. No período representado, o território não sofreu alteração em sua área e, apesar da ausência de informações em quatro anos seguidos, nela se pode notar uma crescente importância da erva-mate na economia municipal.

O padre Antoni Cuber, que acompanhou o início da colonização em Ijuí, referiu-se ao desmatamento e registrou em suas memórias que “...aqui, infelizmente, queimaram - sem qualquer aproveitamento - milhares de troncos. A princípio destruíam, também, a erva-mate. Ora, a erva-mate da região de Ijuí é uma das melhores e há muito tempo é considerada como a famosa 'erva missioneira'”.⁴²⁶

425 MIRANDA, Francisco Nunes de. [Relatório] Sobre os diferentes ervais, sua extensão, uberdade e cultura, 1859. AHRs.

426 CUBER, Antoni. *Nas margens do Uruguai*: 1898. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975. p. 36.

Tabela 6 - Produção da erva-mate em Ijuí RS

Ano	Erva-mate (arrobas)
1912	2.750
1913	2.408
1914	5.398
1915	7.754
1916	1.837
1917	2.016
1918	-
1919	-
1920	-
1921	-
1922	2.363
1923	12.065
1924	19.447
1925	16.858
1926	19.761
1927	20.516
1928	22.128
1929	29.175
1930	17.536

Fonte: Relatórios da Prefeitura Municipal de Ijuí, 1912 a 1930. Museu Antropológico Diretor Pestana.

O intendente e comerciante Antonio Soares de Barros registrou e elogiou, em seu relatório anual de 1920, o envolvimento de colonos no cultivo do mate:

Agricultura: [...] Chamo também muito particularmente a atenção dos moradores do município para a plantação da herva mate, por ser muito compensadora e poder aproveitar-se as pequenas zonas de terras que já não se prestam para outras culturas. Tive o prazer de verificar pessoalmente a experiência feita pelos inteligentes Snrs. José Lange, Casimiro Bruno

Kurtz e Pedro Thorstenberg, que ao que me consta foram iniciadores desta nova indústria no município.⁴²⁷

Parte dos colonos dedicados à atividade ervateira se organizaram e criaram, em 1935, a Sociedade Cooperativa de Produção de Herva-Matte do Município de Ijuhy, que definiu em seus estatutos ter “...por fim a união de todos os agricultores-productores de herva-mate residentes no município de Ijuhy, para promoverem a produção, padronização, industrialização e venda da herva-matte”.⁴²⁸ Neste caso, a associação que fizeram das palavras “agricultores produtores” de ervamate, empregou a mesma categoria que o intendente usou no relatório, isto é, a agricultura.

O envolvimento de colonos com a extração, o plantio e a produção do mate também pode ser percebida em testemunhos orais de descendentes de imigrantes sobre suas vidas. Felicida Mallmann e Benjamin Kunzler, que viveram de 1922 a 2001 e de 1920 a 2004 respectivamente e moraram no segundo distrito de Ijuí (Dr. Pestana na Figura 23), relataram com ênfase a dedicação de José Lange (1883-1967) ao cultivo da *Ilex*, que antes fora registrada pelo intendente Barros em seu relatório anual. Felicida, cuja família era pobre e numerosa, cresceu na casa do tio José - que a “pegou para criar” - e lembrou com desgosto da infância, quando suas tardes eram ocupadas pelo trabalho no engenho de erva.⁴²⁹ Elizabetha Porazzi (nascida em 1915), descendente de imigrantes italianos que se fixaram na colônia Ijuí, descreveu com detalhes e entusiasmo o processo de preparo da erva realizado por seus familiares, especialmente a participação das crianças no cancheamento manual e o tempo noturno dedicado pelos irmãos mais velhos ao trabalho de secagem no carijo.⁴³⁰ Conforme o pesquisador italiano Alessandro Portelli, “A História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos...”

427 Relatório da Prefeitura Municipal de Ijuí, 1920. Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP).

428 Título nominativo do socio: Sociedade Cooperativa de Produção de Herva-Matte do Município de Ijuhy. 1935. p. 8.

429 Entrevista com Felicida Mallmann e Benjamin Kunzler, por Marcos Gerhardt. 20 jun. 2000. (gravação, acervo da família).

430 Entrevista com Elizabetha Porazzi, por Marcos Gerhardt. 10 mar. 2001. (gravação, acervo da família).

Na composição do mosaico que é a história escrita das sociedades ligadas ao mate, entram testemunhos orais individuais, pois “cada pessoa reúne fragmentos de muitas recordações sociais diferentes em um todo inconfundivelmente pessoal”, que se combinam com informações obtidas em várias outras fontes. Há, por vezes, lacunas neste mosaico ou buracos nesta colcha que não podem ser completados. A cada entrevista, estamos “tentando aprender um pouquinho” e criando um texto de “múltiplas vozes e múltiplas interpretações.”⁴³¹

A toponímia, que é uma memória social, também ajuda a compreender esta região do estado: na colônia Serra do Cadeado a principal estrada, em torno da qual se desenvolveu a vila, denominava-se originalmente “Pau de Herva”,⁴³² que neste contexto significava a árvore da *Ilex paraguariensis*, a erva-mate. Não é por acaso que alguns lugares no Planalto riograndense receberam denominações como Floresta (Barão de Cotegipe), Erval Grande, Erval Seco, São José do Herval, Engenho Velho (Catuípe), Capão da Erva (Redentora), Alto Erval Novo (Três Passos) e Lajeado Ervas (Crissiumal). A importância socioambiental e econômica da erva-mate deixou marcas na identificação dos territórios e das paisagens.

O *Kalender der Serra-Post* (Anuário do Correio Serrano), um conhecido anuário impresso em idioma alemão que circulou nas colônias do Norte do Rio Grande do Sul no início do século XX, publicou no ano de 1925 o texto literário *O mate do João Cardozo*.⁴³³ Nele são representadas práticas sociais ligadas à bebida, neste caso o mate que nunca chega depois de oferecido ao visitante é como uma promessa que não se cumpre.⁴³⁴ Com o mesmo propósito, de informar e esclarecer os leitores, a edição de 1927 do *Kalender der Serra-Post* editou uma série de textos com o título “As novas virtudes e vícios de linguagem para o Rio Grande alemão” (*Neues Sprachgut und Sprachunsitten bei den Deutschen Rio Grandes*). Tratava-se de um glossário de termos riograndenses, no qual estavam palavras como mate, erva-mate, “fachinal”, caboclo e capoeira. Nestes textos o mate é apresentado como uma bebida e também um alimento. O *Kalender der Serra-Post* de 1933 publicou ainda uma ilustração que denominou “O

431 PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, 1997, p. 16; 24; 27.

432 Festschrift zur Jahrhundertfeier der ersten Deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul: die Deutschen der Kolonie Serra Cadeado: 1824-1924. Ijuhy: Livraria Serrana, 1924. (Tradução nossa).

433 *Kalender der Serra-Post*. Ijuhy: Livraria Serrana, 1925. (Tradução nossa). MADP.

434 LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *História do chimarrão*. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

pequeno tomador de mate” (Der kleine Mate-Lutscher), reproduzida na Figura 26.⁴³⁵

Figura 26 - O pequeno tomador de mate



Fonte: *Kalender der Serra-Post*, 1933. MADP.

Esta fotografia seguramente é uma composição de pessoas adultas para agradar aos olhos de outros adultos. Ela foi enviada por Albino Krüger, da colônia Serro Azul (hoje município de Cerro Largo

435 *Kalender der Serra-Post*, 1927 e 1933. (Tradução nossa). MADP.

RS) e venceu o concurso promovido pelo *Kalender der Serra-Post* em 1932, que a ofereceu como brinde aos leitores. A imagem expressa a valorização do mate enquanto uma bebida incorporada ao cotidiano de uma parcela dos colonos.⁴³⁶ Na mesma região, na colônia privada Neu-Württemberg, Rosane Neumann encontrou a erva-mate entre os produtos expostos por agricultores locais em sua Primeira Exposição de Agricultura, Apicultura e Indústria, realizada em 1930.⁴³⁷

No jornal *Correio Serrano*, impresso em alemão (*Die Serra-Post*) e depois também em língua portuguesa, que circulou por cerca de 70 anos no Norte riograndense, se pode encontrar anúncios de “Terras com Herval: Vende-se junto a villa Ijuhy 10 kilometros da estação da viação ferrea seis colonias de 25 ha com 12 a 15 mil pés de herva mate especial sendo oito mil pés em franca produção”.⁴³⁸ Nele encontra-se ainda a oferta de “5 ½ colonias: com matto e campo, situadas no melhor ponto do 3º distrito do Município de Ijuhy; com um bonito herval que rende até 1.000 arrobas de herva por colheita; tem tres bonitas cachoeiras sobre o rio Fachinal...”⁴³⁹ No primeiro anúncio transcrito, possivelmente o erval ofertado era cultivado e não nativo. Deduz-se isso do procedimento de contagem das plantas (difícil de ser feito em meio à floresta, onde as árvores não têm a regularidade e a distribuição em linhas típicas do cultivo) e da informação de que parte delas não estava produzindo, talvez porque eram jovens e ainda não podiam ser cortadas.

A propaganda de terras em jornais geralmente eram dirigidas aos colonos que buscavam lotes agrícolas para os filhos que formavam novas famílias pelo casamento. A existência de ervais nativos era usada como atrativo em muitas delas. A Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. fez propaganda de suas colônias na forma de uma notícia de jornal, informando os “magníficos resultados” de uma exportação de madeiras de cedro, louro e pinho que desceram o rio Uruguai em 1919 rumo a Argentina. Na ocasião desceu ainda um barco carregado com seis mil arrobas erva-mate, que fora comprada ao preço de 4\$200 e vendida por 12\$000 réis cada arroba. Embora a notícia tivesse propósito publicitário, é absurda a informação sobre o lucro proporcionado pela erva. Logo a

436 Ibidem, 1933.

437 NEUMANN, Marcia Rosane. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 535

438 *Correio Serrano*, 21 fev. 1930, p. 3. MADP e Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

439 Idem, 12 out. 1921.

seguir, na mesma página do jornal, a empresa anunciou 3.641 lotes de terra para a venda na colônia Barro (hoje Gaurama RS), de onde foram tiradas grande parte das madeiras exportadas.⁴⁴⁰ Anúncios publicados em 1931 no jornal O Paladino de Estrela RS, uma das colônias velhas, ofereciam para venda “Terras boas e bem situadas”, que eram baratas e continham “Mattos, pinhaes, heruaes, aguadas excellentes”. Estas terras pertenciam à colônia Fachinal, hoje Coronel Bicaco RS, junto ao município de Palmeira das Missões RS. O anúncio enfatizou se tratar de uma zonal industrial, de exploração erva-mate e madeiras, apresentados como “Negocios coloniaes inexplorados”.⁴⁴¹

O valor da terra podia ser determinado por diversos fatores: o solo fértil que se tornava disponível com o desmatamento, a proximidade das vias de transporte, a existência de mato, de onde se obtinha madeira e outros materiais necessários à vida rural, a disponibilidade de água, mas também pela presença de erva-mate nativa no lote.

É plausível pensar que os colonos praticassem, inicialmente, um desmatamento seletivo, poupando as ervaíras, mas não há informações suficientes para sustentar esta explicação. Um dos poucos testemunhos neste sentido pode ser encontrado no clássico *Cem anos de germanidade*, de 1924:

Os primeiros alemães imigrantes não souberam, por longo tempo, estimar o valor da erva-mate. Como eles próprios contam, eliminavam os pés de erva-mate, inclusive o tronco e o toco, quando eles rebrotavam na roça após a queimada. Mas os tempos, felizmente, mudaram. Agora quando um colono derruba um pedaço de mato, então geralmente precisa derrubar também a ervaíra, mas então ele cobre cuidadosamente o toco com cerca de 20 centímetros de terra para que o fogo não destrua sua capacidade vegetativa. E como se alegra o colono quando a ervaíra rebrota poucas semanas depois da queimada da roça! Já após alguns anos ele pode se alegrar com a primeira colheita, cortando e secando os pequenos ramos com suas folhas.⁴⁴²

440 Staffetta Riograndense, 24 dez. 1919. p. 4. Museu dos Capuchinhos.

441 O Paladino, Estrela, 6 jun. 1931, p. 2. Acervo pessoal de Luiz Roque Schwertner.

442 AMSTAD, Theodor. *Hundertjahre: Deutschum in Rio Grande do Sul, 1824-1924*. Porto Alegre: 1924. p. 211. (Tradução nossa). AHRS.

Esta técnica de conservar a *Ilex* em meio ao desmatamento e a coivara, além de um raciocínio econômico, é um elaborado procedimento de manejo florestal que exige conhecimento sobre a dinâmica natural. A ideia de que os colonos desconheciam, inicialmente, o valor econômico da *Ilex* apareceu em outros documentos, como no relatório de 1858 do presidente Angelo Ferraz, para quem “Os colonos estragão os herveaes, e os derrubão, porque ainda não se compenetrarão da necessidade de os beneficiar. Na colonia de Santa Cruz, porém, como informa o seu director, já alguns colonos se dedicão ao trabalho de sua colheita e fabrico”.⁴⁴³

Esta interpretação, formulada por Amstad e Ferraz, não se sustenta inteiramente. O desconhecimento inicial do novo ambiente podia ser rapidamente superado na interação com os caboclos e os colonos que viviam desde antes no local. No conto escrito pelo imigrante João Weiss, que habitou a floresta da colônia Boa Vista do Erechim entre 1912 e 1917, seus familiares encontraram uma “roça antiga onde viveram moradores”, foram “procurados por caboclos, bugres mansos, que havia pela mata a dentro, em roças pequenas, onde criavam alguns porcos e galinhas, plantando um pouco de milho e feijão”, caboclos que “também nos mostraram como fazer roça, isto é, a derrubada da mata”, viram passar “rumo a Erechim, tropas com mulas carregadas de grandes cestos, socados de erva-mate” e procuraram “saber como se fazia o mate pois sabíamos que em nossa floresta havia, esparsas, dessas árvores que serviam para preparar o mate de nosso uso”.⁴⁴⁴ A narrativa de um descendente de imigrantes poloneses que se fixou em Boa Vista do Erechim na década de 1910 é igualmente reveladora das aprendizagens:

meus avós naquele tempo começaram a fazer uma plantação de erva-mate, pois lá na colônia tinha bastante, aprenderam o cultivo com caboclos, que os ensinaram muito e trabalharam um bom tempo juntos. Pouco tempo depois, meu avô construiu um monjolo, que também aprendeu com os caboclos, movido a água, que lá tinha em abundância. Aprenderam a fazer no soque a erva-mate que vendiam aqui na cidade, plantavam

443 Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, 1858. p. 33-34.

444 WEISS, João. *Colonos na selva*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1949. p. 44; 54; 77.

também milho e feijão, assim como o leite que tiravam e vendiam na cidade.⁴⁴⁵

É pouco aceitável, portanto, pensar que os colonos ignoraram o valor do mate em lugares onde ele era importante na economia, como as regiões de Santa Cruz e Erechim. A derrubada de parte dos ervais nativos pelos colonos foi motivada, talvez, pela necessidade de terras para produzir alimentos, pois este era o foco oficial dos projetos de colonização.

4.3 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA EM SANTA CATARINA

A formação de núcleos coloniais oficiais para receber imigrantes europeus não ibéricos em Santa Catarina iniciou no século XIX e coincide, em grande parte, com a colonização no Rio Grande do Sul. A atenção das autoridades para o mate e para a colonização pode ser observada em documentos oficiais como o relatório de 1848, no qual o presidente Ferreira de Brito comentou a situação das colônias privadas Leopoldina, Piedade e Santa Isabel. Esta última

he susceptível estender indefinidamente, mas o que melhor convem he continuar a aposentar colonos, além da Boavista no novo caminho para o Trombudo, e a pouca distancia partindo da Boavista encontram-se terras superiores para cultura, e criação de gado, e até muita herva matte.⁴⁴⁶

Passados quase 30 anos, o entusiasmo inicial deu lugar ao sentimento de frustração daquele projeto de colonização baseado na agricultura. A conservação das florestas e dos ervais e o extrativismo do mate possivelmente não foram considerados como uma alternativa aos cultivos agrícolas. Quando o então presidente da província de Santa Catarina visitou as ex-colônias Terezópolis e Santa Isabel, em 1876, ele considerou o local inadequado, com terrenos muito acidentados, que

445 Entrevista com Olimpio Leonardo Mokwa. 27 abr. 2008. Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, Erechim RS (AHJMIF).

446 Relatório de Antero José Ferreira de Brito. Desterro, Typographia Provincial, 1848. p. 7.

poderiam ter sido férteis logo após o desmatamento, mas que ficaram estéreis e quase imprestáveis por causa da ação das chuvas torrenciais.⁴⁴⁷

No relatório de 1862, outro presidente da província registrou que a geada causou estragos consideráveis na colônia D. Francisca (fundada em 1851, tornando-se depois o município de Joinville SC) e cogitou a proposta do diretor da colônia, de substituir o café pelo mate, por castanheiras e outras culturas mais apropriadas ao clima.⁴⁴⁸ A proposta do diretor fazia algum sentido, pois a *Ilex* é mais resistente à geada do que o exótico café. O cultivo no interior da colônia, em direção ao Planalto, possivelmente não foi implantado, mas Joinville se tornou um importante centro de beneficiamento, embalagem e exportação do mate nas décadas seguintes.⁴⁴⁹

A abertura da estrada Dona Francisca (Figura 27) facilitou o transporte da erva-mate coletada no Planalto Norte catarinense e no Planalto curitibano em direção ao litoral. Para Ernesto Francisco de Lima Santos, então o presidente de Santa Catarina, a “grande riqueza natural de herva-mate”, disponível ainda no final do século XIX nas margens do rio Negro, era mal aproveitada pela falta de uma boa estrada até os portos do litoral. A solução que apontou, “sem quasi nenhum sacrificio para o Estado”, era atrair imigrantes para povoar aquela região.⁴⁵⁰ Neste contexto, o prolongamento da estrada Dona Francisca ampliou a extração da erva-mate e viabilizou a colonização das terras do vale do rio Negro. Em 1882 a estrada tinha a extensão de 94 Km e uma ampliação prevista de 50 Km para chegar à vila de rio Negro,⁴⁵¹ onde outros caminhos a ligavam com Ouro Verde (hoje Canoinhas SC), Porto União e a outras vilas e lugares de uma ampla região habitada por expressiva população cabocla, conectadas por uma rede informal de produção e comércio de erva-mate e de outros produtos, que circulavam com os tropeiros.⁴⁵²

447 Relatório com que ao Exmo. Sr. Dr. Herminio Francisco do Espirito Santo, 1º vice-presidente, passou a administração da província de Santa Catarina o Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay em 2 de janeiro de 1877. Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1877. p. 73.

448 Relatório apresentado ao Exm. 1º Vice Presidente da Província de Santa Catarina, o commendador João Francisco de Souza Coutinho pelo presidente o conselheiro Vicente Pires da Mota por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província: 1862.

449 Gazeta de Joinville, 3 jan. 1883, p. 3 e 14 maio 1905, p. 9.

450 Exposição com que ao Exmo. Sr. Doutor Joaquim Augusto do Livramento, 3o vice-presidente, passou a administração da província o Exmo. Sr. Doutor Ernesto Francisco de Lima Santos em 30 de junho de 1882. Desterro: Gabinete Typographico, 1885. p. 88.

451 Relatório com que o Exm. snr. doutor Theodoretto Carlos de Faria Souto abriu a segunda sessão da vigessima quarta legislatura da Assembléa Provincial de Santa Catharina em 25 de março de 1883. Cidade do Desterro, Typ. do Caixeiro, 1883.

452 MACHADO, op. cit.

republicanas, hoje do Governo não pode o commercio nem deve admittir privilégios e ainda menos monopolios. Quanto porem aos favores que pedem os requerentes, deve esta Intendencia vos informar que são elles contrarios aos interesses de seus municipes como aos do Governo Federal...⁴⁵³

O officio está sintonizado com o contexto liberal vivido na recém criada república brasileira e revela a atuação dos empresários do mate, que pediam o direito de uso das madeiras e de outros materiais florestais, a isenção dos impostos de importação para suas máquinas e trilhos, a cessão gratuita dos terrenos de marinha, a isenção dos impostos de exportação, a isenção do serviço militar para o pessoal empregado e outros privilégios como a “concessão, por 20 [anos], para a colheita de herva matte em 4 Estados da Confederação”. Uma das contrapartidas oferecidas pelos empresários, que poderia interessar à colônia e agradar aos seus administradores, era a criação de uma escola para cada sexo nos municípios onde estabelecessem seus engenhos. A posição contrária da intendência de São Bento estava baseada no argumento de que existiam cinco engenhos sem privilégios fiscais em atividade no município, dois em construção e que havia risco de monopólio pela companhia.⁴⁵⁴

Silva e Ramos receberam, em setembro de 1890, permissão para explorar erva-mate durante 20 anos em ampla área do Paraná e, em novembro do mesmo ano, obtiveram autorização do Governo Federal para constituir a Companhia Commercio de Matte. A sociedade anônima visava explorar ervais nativos e pretendia ainda: comprar e estabelecer engenhos, comprar erva-mate, fabricar barricas, fazer o comércio internacional do produto e abrir novos mercados na Europa e na América do Norte.⁴⁵⁵ Também os empresários Ernesto Canac, Abdon Batista e Procopio Gomes de Oliveira obtiveram, em 1891, concessão para explorar os ervais situados em terras devolutas de sete municípios

453 Copiador de officios da Câmara Municipal de São Bento, 21 ago. 1890, p. 9-10. Arquivo Histórico de São Bento do Sul (AHSBS).

454 Ibidem.

455 BRASIL. *Decreto n. 769 de 20 de setembro de 1890*, concede permissão a José de Azevedo Silva e Tertuliano Ramos para a exploração de herva matte no Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2011. BRASIL. *Decreto n. 962 de 7 de novembro de 1890*, concede autorização a Tertuliano Ramos e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Commercio de Matte. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

do estado, inclusive São Bento, durante vinte anos. As cláusulas previam que os concessionários não poderiam “estorvar a criação de colônias ou núcleos”, derrubar matas, nem “impedir a colheita da herva matte pelos moradores do território [...] [por] já exercerem semelhantes industria e della tirarem exclusivamente os meios de subsistencia”.⁴⁵⁶ Obviamente Canac, Batista e Oliveira não tiveram condições operacionais para extrair erva-mate em toda a imensa área concedida, mas se tornaram importantes empresários ervateiros. Cabe ressaltar que o texto da concessão de 1891 ressaltou a separação entre o pequeno extrativista e o empresário, bem como entre a atividade ervateira e a colônia agrícola. Na prática estas fronteiras foram ultrapassadas: o extrativista vendeu erva ou trabalhou para o empresário e os colonos estabelecidos como agricultores se dedicaram à coleta nos ervais.

De acordo com o memorialista Carlos Ficker existiram muitos engenhos de erva-mate em São Bento, Campo Alegre e ao longo da estrada Dona Francisca no final do século XIX.⁴⁵⁷ Em 1904 as taxas cobradas sobre o comércio do mate corresponderam a 9% do total arrecadado pela prefeitura de São Bento.⁴⁵⁸ É possível que a atividade ervateira naquela região fosse predominantemente realizada por empresários luso-brasileiros e por trabalhadores caboclos. Entretanto, alguns documentos permitem reforçar a ideia de que houve o envolvimento de maior quantidade de moradores de São Bento, inclusive imigrantes, com o mate. Um deles é o ofício dirigido pela intendência ao inspetor da alfândega de São Francisco:

Tendo esta Intendencia de fazer arrecadação do imposto sobre a exportação de herva matte deste municipio, vem no intuito de facilitar a referida arrecadação, pedir vos, que vos digneis mandar extrahir uma relação nominal das pessoas que exportarão herva matte durante o anno próximo findo, declarando o numero de arrobas exportadas por cada um. Saude e fraternidade.⁴⁵⁹

456 BRASIL. *Decreto n. 1.273 de 10 de janeiro de 1891*, concede permissão a Ernesto Canac e outros para explorarem herva matte no Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

457 FICKER, Carlos. *São Bento do Sul*: subsídios para sua história. Joinville: sn. 1973.

458 Relatórios da gestão dos negocios do municipio de São Bento apresentados ao Conselho Municipal pelo superintendente Manoel Gomes Tavares, 1904. BPSC.

459 Copiador de ofícios da Câmara Municipal de São Bento, 28 mar. 1892, p. 22. AHSBS.

A necessidade de se obter uma lista e a desinformação das autoridades municipais sugerem a existência de um número não desprezível de ervateiros locais, possivelmente de várias etnias. Outros documentos são as fotografias guardadas no Arquivo Histórico de São Bento do Sul: A Figura 28 retrata o colono Alfredo Schlagenhauser (à direita) e mais um trabalhador na atividade de corte dos galhos da *Ilex*. Nesta imagem, cuja data é desconhecida, não há evidências de trabalho realizado e se pode supor que ela foi capturada no início da atividade ou a partir de uma simulação para o fotógrafo. O alinhamento das árvores e seu pequeno porte evidenciam que se tratava de um erval silvestre manejado ou de um erval cultivado. A Figura 29, sem data e sem identificação dos fotografados, chama a atenção pelo envolvimento de um grupo de pessoas, possivelmente uma família de colonos, no sapeco de ramos e folhas da *Ilex*. A fotografia “é indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele”, afirmou Boris Kossoy. Ela “apenas traz informações visuais de um fragmento do real, selecionado e ‘organizado’ esteticamente e ideologicamente”⁴⁶⁰ e precisa ser conectada com outros documentos e interpretada em um contexto. A estrutura de troncos tramados em retângulo, feita para proteger o trabalhador do calor do fogo, aparece assim disposto em poucas imagens. A forma mais comum é o parapeito com um parede feita de troncos empilhados. O contexto florestal no qual aconteceu a atividade, entre araucárias e outras espécies arbóreas, permite acreditar que se tratava de um erval silvestre, mas intensamente manejado. Chama a atenção do historiador que os galhos das árvores de *Ilex* – vistas no primeiro plano da imagem – foram cortados muito próximo do tronco, revelando pouco cuidado com a conservação do erval.

460 KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989. p. 72; 78.

Figura 28 - Corte da erva-mate



Fonte: Arquivo Histórico de São Bento do Sul SC.

Figura 29 - Sapeco da erva-mate



Fonte: Arquivo Histórico de São Bento do Sul SC.

Em 1899, o jornal *Legalidade*, editado em São Bento do Sul, dirigiu aos seus leitores a seguinte pergunta estampada na primeira página: “O imposto de 20 réis sobre a arroba de erva-mate beneficiada é

exorbitante?” Não! era a resposta imediata, seguida de extensa argumentação que revelou uma tensão política entre o conselho municipal de São Bento e os exportadores de mate. Relevante, contudo, é perceber que o jornal levantou a questão em idioma alemão (*Ist der Zoll zu 20 Rs für die Arrobe gestampften Matte unerschwinglich?*), voltando-se aos imigrantes germânicos e seus descendentes ligados ao mate, a quem o assunto poderia interessar. A edição de 25 de fevereiro trouxe a segunda parte do artigo.⁴⁶¹ A grande quantidade de erva-mate transportada serra abaixo por meio da estrada Dona Francisca, partindo ou passando por São Bento, pode ser inferida na leitura de uma resolução do conselho e do intendente municipal, Paulo Parucker:

Art. 2. Que o peso maximo das condições das carroças não poderá passar de 2000 Kilos em cada carroça sob pena de 50\$000 rs. de multa ao conductor como também ao exportador.

Art. 3. Os conductores de carroças não poderão atrellar mais que 6 animaes em cada carroça sob pena de 25\$000 rs. de multa ao infractor...⁴⁶²

Outros indícios da ligação dos imigrantes com o mate são: um anúncio redigido em idioma alemão oferecendo “Um bonito pedaço de terra na estrada Dona Francisca, situada entre os quilômetros 119 e 120, medindo 33¾ alqueires, com terra agricultável, erval e muita madeira útil, que está barata para venda...”⁴⁶³ A Figura 30 reproduz o anúncio com o propósito de mostrar o destaque tipográfico que recebeu a palavra “herval”. Outro anúncio, este do comerciante de ascendência alemã Wenzel Kahlhoffer, publicado no *Uhle's Kalender* de 1917, informou sobre sua atuação no distrito de Matto Preto nos ramos de serraria, exportação de madeira, comércio de produtos industrializados e compra de “qualquer quantidade de erva-mate”.⁴⁶⁴ O jornal *Legalidade* durou somente até 1901, mas em outro periódico local, o *Volks-Zeitung* (Jornal Popular), se pode encontrar anúncios de venda de terras com ervais do início da década de 1920.

Também na avaliação do professor José Kormann a atividade ervateira foi uma importante fonte de renda sazonal para os imigrantes

461 *Legalidade*, 18 fev. 1899; 25 fev. 1899. (Tradução nossa). AHSBS.

462 *Idem*, 11 jun. 1898, p. 3. (Tradução nossa).

463 *Idem*, 29 out. 1901, p. 4. (Tradução nossa).

464 *Uhle's Kalender*. Rio de Janeiro; Curitiba: 1917. p. 199. (Tradução nossa). Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

que colonizaram o Planalto catarinense.⁴⁶⁵ Possivelmente os colonos imigrantes se envolveram também nas atividades indiretamente ligadas ao mate, como a abertura e a conservação da estrada Dona Francisca, a fabricação de barricas de pinho para embalar a erva-mate a ser exportada e o transporte. A Figura 31 representa algumas das carroças que percorriam caminho entre o planalto e o litoral levando erva-mate e outras mercadorias. Conforme Kormann, a pessoa da esquerda é Michael Mühlbauer, um teuto descendente conhecido como “tropeiro loiro”, que circulou pelos caminhos do mate no final do século XIX.

Figura 30 - Anúncio

Ein schönes Grundstück,
 an der Dona Franziskastraße zwischen
 Kilometer 119 und 120 gelegen,
 33 ³/₄ Alqueir groß, mit Pflanzland,
Serval,
 und vielem Nutzholz, steht billig zum
Verkauf.
 Reflektanten, die sich damit ein gu-
 tes Eigentum erwerben wollen, mögen
 sich wenden an
José Henrique Dias,
Rio Preto.

Fonte: Legalidade, 29 out. 1901. AHSBS.

⁴⁶⁵ KORMANN, José. *A história da erva-mate e sua região, o Mercosul* (num enfoque geográfico, histórico, econômico, social, político e psicológico). Tese (Doutorado em História), Universidade de León, León, 2001.

Figura 31 - O tropeiro loiro



Fonte: Museu e Arquivo Municipal Carlos Lampe (MAMCL), Rio Negrinho SC.

Por fim, o texto do Almanach de Santa Catharina de 1910 é esclarecedor, pois informou existir uma população local de cerca de 5.706 habitantes em 1900 e explicou que:

São Bento tem sua principal riqueza nas industrias de extractivas da madeira e da herva-matte, principalmente nesta ultima. Alem de outras, as especies florestaes mais abundantes e de maior valor commercial ahi existentes são o prinheiro, imbuya, cedro, cabriuva, tarumã e canella. Na exploração da industria da madeira trabalham doze serrarias, sendo uma a vapor e as restantes movidas a agua. O transporte das madeiras faz-se em carroções, [...]

Toda a vida economica do municipio de São Bento gira em torno da industria da herva-matte. A extracção da herva, o seu preparo nos tres engenhos situados no Cruzeiro, no Lençol e em Oxford, dos quaes os dous primeiros a vapor e o ultimo a agua e o seu transporte para Joinville como que absorvem a energia e actividade da

maioria da população. A produção annual de herva em São Bento orça por 4 milhões de kilogramas, no valor calculadamente de 1.200 contos de réis. Toda ella, e a maior quantidade em estado bruto, é enviada para Joinville, do mesmo modo que as madeiras, em carroções, dos quaes existem no município, 123. [...].

A agricultura, em São Bento, bem que adiantada em seus processos, todavia é modesta em sua produção, devido á carencia de braços, consequentemente da sua pouca população e de estarem os que nela se podiam applicar distrahidos com a industria hervateira.⁴⁶⁶

O Almanaque informou ainda que operavam em São Bento “14 barricarias para a herva-matte”, diversos outros estabelecimentos industriais e comerciais e que se mandava “anualmente para Joinville taboinhas em número de 900 milheiros, destinadas ás barricas de que necessitam ahi os engenhos para o acondicionamento da herva”. Este desenvolvimento econômico, mostrado talvez com algum exagero pelo Almanaque, era resultado “dos recursos naturaes e da indole progressista e laboriosa de seus habitantes”, bem como da ação de uma “administração municipal esforçada”.⁴⁶⁷

O caso de uma empresa é ilustrativo da importância que teve a extração de madeira e mate: Luiz Olsen & Cia., instalada no distrito de Rio Negrinho (emancipado São Bento em 1953) como “Casa de negocio, serrarias, fábrica de caixas, exportação de madeiras e herva-mate”. Seu balancete do mês de março de 1923, por exemplo, indicou a movimentação de cerca de 42 contos de réis em erva-mate, de um total de 715 contos contabilizados naquele mês, obtendo um lucro de 1:496\$650 réis com o mate. A madeira, no mesmo mês, rendeu mais de 11 contos.⁴⁶⁸

Voltando ao tema dos colonos ervateiros, cabe analisar o que a professora Maria Elita Soares escreveu em seu livro de história local: no começo da colonização, a “base econômica da Colônia Dona Francisca e São Bento, era a extração da erva-mate” e da madeira; a “agricultura de princípio era a de 'subsistência', tinham que procurar ganhar dinheiro e

466 Almanach de Santa Catharina, 1910. p. 204-205. BPSC.

467 Ibidem, p. 208.

468 Balanço geral da empresa Luiz Olsen & Cia., dez. 1930. Balancete da empresa Luiz Olsen & Cia., mar. 1923. MAMCL.

as árvores da erva 'nativa', [...] em abundância e havia a procura para o mercado consumidor, o que quer dizer que era só fazer o corte”.⁴⁶⁹ A autora apresenta o trabalho ervateiro como uma alternativa temporária, de menor importância social e enfatiza a agricultura em sua narrativa:

Os primeiros tempos foram difíceis e árduos para todos quanto aqui chegaram, tomando este pedaço de mundo para sua nova Pátria. A terra que lhes fora destinada era virgem e agreste. Florestas densas, cheias de animais, pássaros e em alguma ocasião até bugres. Mas, o que não lhes faltava era coragem de ter o que se haviam determinado. Os campos arados foram semeados, as sementes germinaram.⁴⁷⁰

Soares percebeu com clareza o lugar que o mate ocupou nos anos iniciais da colonização, mas assumiu o discurso etnocêntrico e preconceituoso que considera virgens as terras e as florestas, repletas de animais, perigos e riquezas que aguardavam os corajosos colonizadores. Na compreensão da autora, os colonos estavam incumbidos de uma missão agrícola, na qual o mate foi simplesmente um meio.

O presidente catarinense Francisco José da Rocha lamentou, em seu relatório de 1886, o pouco uso que se fazia do arado, tido como um símbolo da modernidade agrícola e do aumento da produção. Relatou a prevalência do cultivo de mandioca, de algum arroz, milho e um pouco de cana-de-açúcar, fumo e café. Não incluiu a erva-mate porque, justificou, “essa por muito tempo ainda ha de ser colhida sem plantio nem cultivo”. Na mesma situação estava a cochonilha, que também era simplesmente extraída. Interessou ao presidente tratar “somente da cultura, que depende de trabalho para havel-a, e não da que a Natureza espontaneamente offerece nos grandes matagaes e cardaes [...]”.⁴⁷¹

Também para Temístocles Linhares, na colonização de São Bento e de outras “zonas mais contagiadas pela imigração”, o “mate exercia logo a sua atração e contribuía para maior abrandamento da colonização, no sentido de sua adaptação”⁴⁷², ou seja, o extrativismo do mate (e da

469 SOARES, Maria Elita. *São Bento do Sul: sua história, seus documentos*. São Bento do Sul: Prefeitura Municipal, 1992. p. 29.

470 Ibidem, p. 25.

471 Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da provincia de Santa Catharina na 1a sessão de sua 26ª legislatura pelo presidente, Dr. Francisco José da Rocha, em 21 de julho de 1886. Desterro: Typ. do Conservador, 1886. p. 171.

472 LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969. p. 200.

madeira) ajudou a sustentar e adaptar as famílias de colonos instaladas nas áreas florestais do Planalto catarinense. Na colônia São Bento o ecossistema foi essencial para sustentar inicialmente as famílias imigrantes, que viveram da extração e da venda de bens florestais. O mate viabilizou a colonização do Planalto Norte de Santa Catarina. Gradativamente os colonos criaram um sistema agroecológico, domesticado, no qual prevaleceu a agricultura. Mesmo tendo pouca documentação primária sobre o mate nesta colônia, se pode reafirmar o que foi dito para o Rio Grande do Sul: com o passar do tempo, em alguns lotes coloniais os ervais nativos foram conservados e explorados regularmente. Em outros foram derrubados com a floresta para abrir espaço para a agricultura. O aumento da densidade demográfica nas áreas de colonização foi um fator que também contribui para a profunda transformação dos ecossistemas florestais.

Outro caso que merece atenção é o da colônia Angelina, fundada pelo governo provincial em 1859, há cerca de 50 Km ao oeste do litoral, em lugar que excede os 400 metros de altitude. Ela foi criada para receber lavradores nacionais, mas acolheu também imigrantes europeus, especialmente alemães. No relatório de 1865, o presidente da província traçou um panorama da situação desta colônia, informando que seus 308 habitantes produziram farinha de mandioca, milho, feijão, batatas, arroz, fumo, trigo, alho, amendoim, algodão e também 23 arrobas e meia de erva-mate, das quais exportaram seis arrobas e meia, isto é, havia um expressivo consumo local. Disse ainda que a produção de erva mate, abundante nas florestas da colônia, não progrediu porque os colonos recebiam um diminuto preço por ela, talvez por não a fabricarem com todos os preceitos.⁴⁷³ Outro relatório oficial, este de 1872, informou a produção de 200 arrobas de mate em Angelina, ao lado de uma produção predominante de farinha de mandioca, milho e feijão.⁴⁷⁴ O historiador Walter Fernando Piazza, em sua tese sobre aquela colônia, citou diversos documentos nos quais o mate apareceu com importância, informou que o diretor da colônia, Carlos Othon Schlappal, obteve uma menção honrosa por sua erva-mate na 2ª Exposição Nacional de 1866, concluiu que a *Ilex* esteve presente somente nos primeiros anos e associou o desaparecimento da árvore ao desmatamento da região.

473 Relatório do presidente da província de Santa Catharina, o doutor Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2ª sessão da 12ª legislatura. Santa Catharina, Typ. Catharinense de Avila & Rodrigues, 1865. p. 32-33.

474 Relatório do vice-presidente da província de Santa Catharina, dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em 25 de março de 1872. Cidade do Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1872. p. 38-39.

Piazza transcreveu anotações individuais sobre os moradores de Angelina, feitas pelo diretor, nas quais figura a família de José Francisco Xavier, nascido em Minas Gerais e estabelecido na colônia em 1864, que cultivava milho, feijão e mandioca e era fabricante de erva-mate. Na ocasião principiava a instalação de uma olaria e foi considerado “bom trabalhador”.⁴⁷⁵ O mesmo historiador, em um livro que se tornou referência nos estudos sobre a colonização do estado de Santa Catarina, comentou a exportação de mate por Angelina, mas não aprofundou o tema.⁴⁷⁶

O padre Raulino Reitz, ao escrever sobre o núcleo colonial de Santa Bárbara, situado próximo da colônia São Pedro de Alcântara, elaborou um mapa representando o caminho de São José para Lages, bem como a serra e o rio das Congonhas. Para explicar o significado de serra das Congonhas (nome indígena para a erva-mate), Reitz citou um texto de Arcipreste Paiva de 1848:

Na Vargem dos Pinheiros [nascente oeste daquela serra], três léguas acima do arraial, produz espontaneamente a verdadeira herva mate em grande quantidade; porém como os colonos não usam desta bebida e talvez ignorem o seu fabrico não tratam de admittil-a no seu mercado, a apenas algum nacional que alli reside costuma ir buscar, e depois de preparada levar em pequenos jacazes ao mercado da capital.⁴⁷⁷

Uma possibilidade sempre presente nas experiências de colonização por imigrantes é o convívio e a mútua aprendizagem de colonos e caboclos. O trabalho com o mate e o seu consumo foram, seguramente, aprendidos dos caboclos por colonos de todo o Sul do Brasil. Conforme Warren Dean, estes conhecimentos são uma herança dos diversos grupos indígenas, elaborados e preservados durante milhares de anos de interação com o ambiente.⁴⁷⁸

475 PIAZZA, Walter Fernando. *Angelina: um caso de colonização nacional*. 1973. Tese (Livro Docência em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1973.

476 PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, sd.

477 REITZ, Raulino. *Santa Bárbara: primeiro núcleo da colonização alemã em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1991.

478 DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 83.

O mate na colônia Blumenau, fundada em 1852 por iniciativa privada, também merece estudo. Idaulo José Cunha registrou a exportação de 3.500 arrobas de mate em 1883, bem como a atuação da empresa Abdon Batista, Oscar Schneider & Cia. no município de Blumenau, em 1907.⁴⁷⁹ O historiador Manoel dos Santos, com base nos relatórios da gestão municipal, apresentou dados do período posterior a emancipação, ocorrida em 1882, que estão expostos e convertidos em arrobas na Tabela 7.

Tabela 7 – Exportação de erva-mate de Blumenau

Ano	Exportação em toneladas	Exportação convertida em arrobas
1908	140,6	9.373
1915	411,5	27.433
1920	65	4.333
1925	171,6	11.440
1928	319,8	21.320

Fonte: SANTOS, Manoel P. R. Teixeira dos. *O imigrante e a floresta: transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí - SC*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. p. 175.

A quantidade de mate exportada por Blumenau, embora oscile muito em cada período e seja expressiva, não pode ser considerada produção local. Isto porque seu território, situado cerca de 20 metros acima do nível do mar, não correspondia à área de ocorrência da *Ilex*. Os documentos pesquisados informam somente sobre eventuais iniciativas, como a remessa de algumas mudas de *Ilex* da colônia São Bento e da colônia Humboldt (hoje Corupá SC) para a Hansa Hammonia (atual Ibirama SC) ou abordam a viabilidade técnica e econômica do cultivo da planta por imigrantes.⁴⁸⁰ Assume-se, neste caso, a interpretação de Manoel dos Santos sobre a colonização no vale do rio Itajaí:

A erva mate, extraída dos ervais catarinenses, ganhou cada vez mais importância com a

479 CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 64; 94.

480 Der Hansabote, 1 set. 1906, p. 4; 21 dez. 1907, p. 4. (Tradução nossa). AHJFS.

expansão de Blumenau em direção ao Alto Vale do Itajaí. Esta cultura tem sua prática muito ligada aos rurícolas nacionais - indígenas e caboclos - que há muito praticavam sua extração no planalto. O crescimento da produção e comercialização de erva mate não foi um fenômeno isolado de Blumenau. Neste mesmo intervalo analisado ela aparecia entre os principais produtos exportados por Santa Catarina. A grande quantidade de erva registrada nos dados estatísticos era em sua maioria oriunda de outras regiões e tinha Blumenau como “passagem”.⁴⁸¹

A ideia de passagem também pode explicar a presença da empresa Abdon Batista, Oscar Schneider & Cia. em Blumenau, onde fazia uma parte do beneficiamento e a conexão com a sede em Joinville, que era o centro de preparo para a exportação. Se os dados publicados na Revista Catharinense estiverem corretos, uma minúscula parte da erva-mate extraída no estado era exportada pelo porto de Itajaí, talvez a parcela correspondente àquela que passou por Blumenau.⁴⁸²

Considerando o valor, ainda em 1908 três produtos ocupavam o topo da lista das exportações de Santa Catarina: banha suína, erva-mate e manteiga, ou seja, o mate tinha importância econômica ao lado dos produtos coloniais.⁴⁸³ Na segunda década do século XX, nos três núcleos coloniais fundados pelo Governo Federal em Santa Catarina, Anitápolis, Esteves Junior e Barão do Rio Branco, predominou a produção de milho, feijão, batata inglesa, fumo, abóbora e de outros cultivos agrícolas. A extração de erva-mate fez parte das atividades daquelas colônias, embora as 40 arrobas exportadas em 1913 sejam economicamente inexpressivas.⁴⁸⁴

Uma lei de 1913 autorizou o poder executivo estadual a fazer contratos com particulares, concedendo lotes de terras de faxinais, com até 60 hectares de extensão, para o plantio de erva-mate. Anualmente o

481 SANTOS, Manoel P. R. Teixeira dos. *O imigrante e a floresta: transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí* - SC. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. p. 177.

482 Revista Catharinense. Rio de Janeiro, abr. 1900.

483 Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado, na 2ª sessão da 7ª legislatura do Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908. Joinville: Typ. Boehm, 1908.

484 Synopse apresentada pelo coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exmo. Sr. Major João de Guimarães Pinho, presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar-lhe o Governo, no dia 20 de junho de 1914. Florianópolis: Typ. d'O Dia, 1914.

contratante deveria plantar um mínimo de vinte árvores por hectare. Depois de cinco anos e em caso de cumprimento da exigência, ele receberia o título de propriedade da terra.⁴⁸⁵ Desconhece-se a aplicação desta lei e seus efeitos práticos, mas a sua criação mostra a separação entre o extrativismo em espaços coletivos e o cultivo da erva-mate em terras privadas, bem como a distinção entre projetos de colonização voltados para a agricultura e o estímulo aos monocultivos de *Ilex*. Estes faziam parte das preocupações governamentais, pelo menos desde 1908, quando o Estado de Santa Catarina passou a investir na instalação de um viveiro de plantas na nova Estação Agronômica, onde planejou fazer sementeiras de *Eucalyptus* e de *Ilex*.⁴⁸⁶ A Revista Agrícola, editada pela Sociedade Catharinense de Agricultura, divulgou o artigo de um agrônomo argentino detalhando os diversos métodos para se obter mudas da erva-mate. Este era o conhecimento necessário aos colonos ou aos empresários que desejassem se dedicar ao cultivo do mate. Para quebrar a dormência da semente se podia usar a estratificação, na qual as sementes eram dispostas em camadas cobertas de terra com umidade constante durante alguns meses; a incubação, que consistia em colocar as sementes sobre uma camada de esterco fresco em fermentação ou; a maceração, que empregava ácido clorídrico, potassa caustica ou ácido sulfúrico para diminuir a resistência do tegumento. Os métodos mais rápidos consistiam em formar uma nova muda por estaca e por mergulhia, nos quais se promove a formação raízes em um galho cortado ou conduzindo um ramo ainda ligado à árvore até o solo. Nestes dois últimos métodos se obtém clones da planta mãe.⁴⁸⁷

É necessário aprofundar os estudos sobre a ligação entre o extrativismo do mate e as experiências de colonização no Oeste de Santa Catarina, região pesquisada pela historiadora Eunice Sueli Nodari, onde uma “das táticas de publicidade estava diretamente relacionada às florestas, que eram exaltadas e usadas como chamariz para os colonos”. Como exemplo, a autora citou “correspondências enviadas, inclusive para o exterior, pelo colonizador Ernesto Francisco Bertaso, nas quais descrevia a região pertencente a sua colonizadora no intuito de atrair

485 SANTA CATARINA. Lei n. 960, de 14 de agosto de 1913: autoriza o Poder Executivo a fazer contratos com particulares concedendo gratuitamente lotes de terras de fachinaes para o plantio de herva mate. CMALSC.

486 Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado, na 2ª sessão da 7ª legislatura do Congresso Representativo, em 2 de agosto de 1908. Joinville: Typ. Boehm, 1908, p. 26.

487 Revista Agrícola. Santa Catarina, jan./mar. 1906. BPSC. p. 15-18.

novos moradores para o Oeste de Santa Catarina”.⁴⁸⁸ Usando a mesma estratégia de propaganda, a sociedade colonizadora Volksverein escreveu: “Banha, tabaco, mate são os principais produtos das velhas colônias nas velhas terras; Banha, tabaco, mate, açúcar, café, frutas tropicais são os principais produtos de Porto Novo na nova terra”.⁴⁸⁹ Embora naquela região existisse grande volume de espécies madeiráveis⁴⁹⁰ e de erva-mate, sua colonização não se intensificou enquanto permaneciam as indefinições de limites, escapando do recorte temporal adotado nesta pesquisa. Para a antropóloga Arlene Renk, existiu uma divisão étnica do trabalho ervateiro no Oeste de Santa Catarina:

Aos italianos cabe o espaço da lavoura (pequena propriedade e granja), do comércio e da indústria. Os grupos produtivos envolvidos na erva distribuem-se de modo similar: os donos são italianos; os produtores de erva-mate são colonos ou fazendeiros; e os extratores, invariavelmente, os caboclos. Neste caso, a extração é naturalizada como atividade de caboclos [...] O corte da erva é “só com eles”. “Eles só fazem isso e só sabem fazer isso”, afirmam os italianos.⁴⁹¹

Esta divisão étnica na “luta da erva” ou trabalho com a erva estudada por Renk, entretanto, se refere aos anos 1940 e décadas seguintes. Estava ligada, em boa medida, ao extrativismo do mate nos ervais nativos da região de Chapecó SC.

Na parte centro-sul de Santa Catarina, a empresa colonizadora Angelo de Carli, Irmão & Cia. anunciou, em 1928, a venda de duas mil colônias de terra na colônia Irany, no município de Cruzeiro, que depois passou a ser denominado Joaçaba SC. Os anúncios publicados em italiano no jornal Staffetta Riograndense para a população da região de Caxias do Sul RS enfatizavam a existência da ferrovia e de estradas, a legitimidade das propriedades e o clima semelhante ao do Rio Grande do Sul, mas o principal argumento destacou a qualidade e a fertilidade

488 NODARI, Eunice S. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 9, p. 134-148, 2009. p. 140.

489 St. Paulus Blatt. n. 9, set. 1929, p. 15. (Tradução nossa). Memorial Jesuíta Unisinos.

490 RUSCHEL, Ademir R.; NODARI, Eunice S.; GUERRA, Miguel P.; NODARI, Rubens O. Evolução do uso e valorização das espécies madeiráveis da Floresta Estacional Decidual do Alto-Uruguai. *Ciência Florestal*, Santa Maria - RS, v. 13, n. 1, p. 153-166, 2003.

491 RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006. p. 194.

da terra, coberta de mato branco (Floresta Estacional Decidual), com grandes ervais. Os anúncios de terras abundavam naquele jornal e seus textos, mesmo de empresas diferentes, não variavam radicalmente. A presença de ervais e de espécies florestais madeiráveis nas terras a serem colonizadas geralmente era enfatizada. Em 1929, com um anúncio escrito em primeira pessoa, o empresário José Petri ofereceu terras com floresta para a venda na região do atual município de Videira SC. Sobre elas comentou: “Trata-se de pinhaes e não de pinheirinhos!”⁴⁹²

4.4 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NO PARANÁ

Conforme o historiador Valdir Gregory, no Paraná a “colonização com colonos estrangeiros foi bastante reduzida no Império, se for comparada aos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A imigração em escala mais significativa só se processou já em fins do século XIX e durante o século XX”, quando também ocorreu uma migração interna de riograndenses e catarinenses para aquele estado.⁴⁹³ Houve uma experiência de colonização por imigrantes alemães em Rio Negro, iniciada em 1829 sob a direção do Barão de Antonina, mas nada se sabe sobre o envolvimento daqueles colonos com o mate, o que era muito possível, pois foram instalados em uma região de ocorrência de ervais. O *Guia do emigrante para o Imperio do Brazil*, publicação oficial de 1884, listou as principais colônias então existentes no Paraná: Assunguy, Argelina, Thomaz Coelho, D. Augusto, Rivierre, Orléans, Santo Ignacio, Lamenha, Santa Candida, Abranches, Pilarzinho, Muricy, Antonio Rebouças, Novo Tyrol, Alfredo Chaves, Inspector Carvalho, Senador Dantas, Dom Pedro e S. Venancio, todas fundadas na segunda metade do século XIX e muito próximas da capital ou situadas em um raio de 100 Km desta. Listou ainda outras nos municípios de Palmeira, Lapa, Ponta Grossa e Morretes. O guia informou a principal produção agrícola de cada colônia, mas não fez qualquer referência ao mate naquela província. A única menção à erva-mate estava na descrição da colônia catarinense Dona Francisca.⁴⁹⁴ Parte dos colonos, contudo, perceberam a importância do mate na economia paranaense e se

492 Staffetta Riograndense, 10 out. 1928, p. 4; 24 jul 1929, p. 4. Museu dos Capuchinhos.

493 GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 34.

494 VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de. *Guia do emigrante para o Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. p. 19-25. IAI.

envolveram com a atividade. O caso da colônia Dona Adelaide (Ipiranga PR) é ilustrativo, pois o governo se mostrou insatisfeito com os colonos que não se dedicavam à lavoura, plantavam alimentos apenas em pequenos quintais e ocupavam-se de fazer o comércio de mate, que compravam no “sertão”.⁴⁹⁵

Para o governo do Paraná, em meados do século XIX, os caboclos se dedicavam exclusivamente à criação de animais e no trabalho de colher, secar e levar ao mercado a erva-mate que nascia e crescia espontaneamente nas matas, não se dedicando à agricultura. O mesmo governo se queixou da impossibilidade de executar as obras públicas planejadas. Os motivos eram vários e um deles era a falta de operários. Os moradores da província eram vistos como indolentes porque preferiam o trabalho fácil nos ervais na época da coleta.⁴⁹⁶ As autoridades valorizaram a agricultura, comparando o cultivo do trigo, que exige trabalho e espera, com a extração do mate, cujos ervais silvestres estavam por toda parte, sem custarem trabalho humano, bastando coletar, secar, triturar e vender para o beneficiamento. Produzir mate era tão fácil, escreveu o presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos, que não havia distinção de sexo e idade: mulheres, homens, velhos e meninos nela trabalhavam. Para ele um número excessivo de pessoas se dedicava ao mate, o que considerou um germen de ruína da agricultura. O desprezo pela profícua cultura tritícola não era motivado pela ferrugem, mas pela “herva que faz mal ao trigo”.⁴⁹⁷ Talvez movido por seu preconceito com os caboclos e com a atividade extrativista, o governante menosprezou as dificuldades de viver na floresta e de trabalhar como ervateiro.

Na visão dos dirigentes da província do Paraná, o problema da “aplicação exclusiva de quasi todos os braços a produção da herva mate” poderia ser resolvido com a introdução de imigrantes europeus, “que se mostram mais propensos á cultura dos cereaes e de outros

495 Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 16 de fevereiro de 1880 pelo presidente da província, o Exmo. Snr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. Curitiba: Typ. Perseverança, 1880. p. 63.

496 Relatório do estado da provincia do Paraná apresentado ao vice-presidente Henrique de Beaupreire Rohan pelo vice-presidente Theofilo Ribeiro de Rezende, 1855. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854.

497 Relatório do presidente da provincia do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provinvial, em 15 de julho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854.

generos alimenticios”.⁴⁹⁸ Dez anos depois, outro governante continuou sustentando que “O espirito rotineiro, a facilidade com que o homem obtem o necessario para viver”, combinada com as dificuldades de mercado e preço, mantiveram a agricultura do Paraná restrita a uma mesquinha condição. A introdução de colonos “industriosos, activos e moralizados” prosseguia como a principal sugestão⁴⁹⁹, pois eles não fariam a extração de bens disponíveis no ambiente, mas agricultura. As colônias até então fundadas eram o exemplo idealizado do sucesso e da viabilidade da proposta. Cultivar as terras da forma planejada nos projetos de colonização exigia, contudo, que a floresta fosse derrubada.

A posição das autoridades não era unânime, obviamente. O presidente Adolpho Lamenha Lins, em 1876, discordou daqueles que consideravam o mate um óbice ao desenvolvimento da agricultura e o considerou uma riqueza, pois nele o lavrador encontrava meios de prover suas necessidades enquanto esperava o resultado dos cultivos.⁵⁰⁰ A ideia de superioridade da agricultura em relação ao extrativismo vegetal apareceu também em outros documentos e lugares. Alejo Peyret classificou a opção do ervateiro Gaspar Jones, pelo cultivo de cana-de-açúcar na província argentina de Misiones, como “um trabalho mais sério, dedicando-se à agricultura”.⁵⁰¹

Em 1919, a empresa colonizadora Petri, Meyer, Azambuja & Cia. colocou à venda dez mil lotes coloniais próximos ao rio Paraná, que correspondiam a área adquirida por compra do governo paranaense na região do atual município de Santa Helena PR, lugar de *obrages*. O fez por meio de um anúncio publicado na primeira página do jornal A Voz da Serra de Passo Fundo RS, oferecendo terras de várzea cobertas por “uma floresta luxuriante”, cuja fertilidade era comparável aos solos do vale dos rios Taquari e Caí. Três ou quatro mil dos lotes anunciados tinham pinhais e ervais e estavam ligados aos portos fluviais paranaenses por estradas. A empresa garantia a imediata exportação de madeira - cuja exploração podia ser feita por terceiros - de erva-mate e

498 Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial da provincia do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857 pelo vice-presidente, José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curityba: Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1857. p. 94.

499 Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da provincia do Paraná na abertura da 1ª sessão da 8ª legislatura pelo presidente, bacharel José Feliciano Horta de Araujo, no dia 15 de fevereiro de 1868. Curityba: Typ. de C. Martins Lopes, 1868. p. 43.

500 Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da provincia, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins. Provincia do Paraná: Typ. da Viuva Lopes, 1876. p. 113.

501 PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881. p. 90. (Tradução nossa). AAHP.

dos demais produtos coloniais para os mercados de Buenos Aires e Montevideu. Por outro lado, prometia não monopolizar o comércio, podendo o colono vender diretamente para os mercados platinos.⁵⁰² O anúncio informativo, que era uma propaganda do projeto privado de colonização, continha ainda um discurso nacionalista que visou desestimular a migração de colonos para os países vizinhos:

[...] todo brasileiro, ítalo, luso ou teuto brasileiro, que emigrar para o estrangeiro (Argentina ou Uruguay) negará o concurso de seus braços ao progresso da Patria, indo procurar terras inferiores às nossas, em lugares, climas e costumes diversos quando temos milhares de colonias fertilissimas num Estado co-irmão a preço mais baixo, servidas por um rio navegável em todo tempo.⁵⁰³

Pela mudança de alguns sócios, a empresa alterou sua razão social para Petri, Meyer, Annes & Cia. e prosseguiu atuando naquela faixa de fronteira, onde o governo brasileiro desejava fixar população nacional. Do mesmo modo, a transcrição de um texto do Diário da Tarde, de Curitiba, no jornal Staffetta Rio-Grandense de 1920, pode ter funcionado como propaganda entre os colonos estabelecidos na região de Caxias do Sul RS. Nele, a Petri, Meyer, Annes & Cia. informou ter comprado 250 mil hectares de terras nas margens do alto rio Paraná e estar formando dez mil lotes agrícolas para venda preferencial a agricultores do Sul do Brasil. Nas terras florestais antes exploradas pela empresa Mate Laranjeira, o empreendimento colonizador anunciava a possibilidade de extrair madeira e erva-mate, cultivar o solo e criar animais, mercadorias para as quais garantia a compra e o pagamento em moeda corrente.⁵⁰⁴

Destaca-se destes dois anúncios que a existência de erva-mate nos lotes e de mercado para ela foi explicitamente empregada na propaganda do projeto de colonização. Conforme Wachowicz, esta colonizadora faliu em 1921, mas fez um lucrativo negócio: comprou a área ao preço de 4\$500 réis por hectare e vendeu a massa falida para empresários paulistas por 250\$000 réis o hectare.⁵⁰⁵

502 A Voz da Serra, 20 set. 1919, p. 1. Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo.

503 Ibidem.

504 Staffetta Rio-Grandense, 2 set. 1920, p. 1. Museu dos Capuchinhos.

505 WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 160.

4.5 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NA ARGENTINA

Na Argentina, especificamente na província setentrional de Misiones, também ocorreu uma aproximação entre a colonização por imigrantes e a atividade ervateira. Aquele país definiu em lei de 1876 as regras para a imigração de estrangeiros e para o estabelecimento de colônias, bem como regulamentou a colonização por empresas privadas. Embora o conceito de imigrante presente na lei fosse amplo e incluísse trabalhadores de qualquer ofício, ela oferecia vantagens àqueles que se dedicassem à agricultura.⁵⁰⁶ As colônias oficiais de Candelaria e Santa Ana, as primeiras, foram demarcadas na década de 1880. Conforme o engenheiro Rafael Hernandez, havia erva-mate em seus territórios, mas não “em quantidade capaz de ser uma exploração, ainda que serão muito úteis ao proprietário e podem ser cultivadas com grande êxito. No interior de Misiones os ervais constituem uma riqueza pública suscetível de grande melhoramento [...]”⁵⁰⁷

No início de século XX vários argentinos estudaram o cultivo da erva-mate. Germán Ayala, ao se graduar em engenharia agrônômica em 1918, escreveu sobre os procedimentos mecânicos e químicos para quebrar a dormência da semente de *Ilex*.⁵⁰⁸ Carlos Spegazzinni, botânico e micólogo italo-argentino, estudou fungos e os insetos que interagiam com a *Ilex paraguariensis*, vistos pela *Sociedad Científica Argentina* e pelos ervateiros como agentes de enfermidades nos cultivos agrícolas e causadores de prejuízos econômicos.⁵⁰⁹ O engenheiro agrônomo e diretor da Escola de Agricultura de Posadas, Arturo Oliveira, em publicação de 1922, apresentou um método para o “cultivo fácil e racional” da erva-mate, que visava auxiliar a produzir os 45 milhões de quilos de mate que a Argentina importava. Nela o autor detalhou os procedimentos de preparo da semente, organização dos viveiros, plantio, estruturação do erval, transplante, proteção da muda com o poncho de palha, capina, irrigação, replantio das mudas que não se desenvolveram e poda de condução. O método reproduziu, com adaptações técnicas, parte das condições encontradas na floresta. O erval artificial, expressão

506 ARGENTINA. Ley de inmigracion y colonizacion de la República Argentina, 1876. Buenos Aires: La Universidad, 1883. BNAR.

507 HERNANDEZ, Rafael. *Cartas misioneras: reseña histórica, científica y descriptiva de las Misiones argentinas*. Buenos Aires: Luz del Alma, 1887. p. XX. (Tradução nossa). BNAR.

508 AYALA, German. *El cultivo de la yerba mate em Misiones*. Tese (Graduação em Engenharia Agrônômica), Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 1918. BNAR.

509 SPEGAZZINI, Carlos. *Sobre algunas enfermedades y hongos que afectan las plantas de "agrios" en el Paraguay*. Buenos Aires: Coni, 1920. BNAR.

usada na época em oposição ao erval espontâneo ou natural, estava pronto para a primeira colheita em quatro anos.⁵¹⁰

Em 1930 o engenheiro agrônomo Adolfo Furnus, contando com a contribuição de um entomólogo e de um engenheiro químico, escreveu que a terra vermelha com mais de três metros de profundidade é a única apropriada para o cultivo de erva-mate em Misiones. Terrenos altos, como a parte superior de morros, são igualmente favoráveis ao plantio. Ainda conforme o autor, quando plantada em terras de floresta, a *Ilex* rende o dobro de folhas e ramos em comparação a semelhante cultivo em terras de campo. No final de seu livro há uma propaganda da colônia Caragatay oferecendo terras de floresta, “comprovadas como as melhores para a plantação de erva e demais cultivos sub-tropicais”, que eram vendidas em lotes de 25 hectares, com prazo para pagamento e a promessa de entregar o título definitivo ao quitar a primeira parcela. O conhecimento acadêmico, elaborado também a partir do conhecimento popular, estava então a serviço de uma empresa colonizadora com sede em Buenos Aires, que possivelmente patrocinou a publicação.⁵¹¹

O Gráfico 7 representa a quantidade de plantas de *Ilex* cultivadas em Misiones a cada ano e revela um espantoso crescimento. Ele marca o final do extrativismo da erva-mate silvestre em algumas regiões daquela província e o início do cultivo em escala, do qual participaram também muitos imigrantes que se estabeleceram como colonos. Conforme o imigrante italiano Benito Zamboni, em um hectare de terra se podia cultivar mil mudas de erva-mate que, depois de seis anos, davam resultado econômico suficiente para recuperar o valor investido.⁵¹²

510 OLIVEIRA, Arturo A. *Métodos prácticos para el cultivo de la yerba mate en el territorio de Misiones*. Buenos Aires: Ministério da Agricultura, 1922. (Tradução nossa). BNAR.

511 FURNUS, Adolfo C. *La yerba-mate en Misiones*. sl.: sn, 1930. p. 54-64. (Tradução nossa). BNAR.

512 ZAMBONI, Benito. *Escenas familiares campestres*. Posadas: UNaM, 1999. p. 120.

Gráfico 7 - Introdução do cultivo de erva-mate em Misiones



Fonte: MUELLO, Alberto Carlos. *Misiones: las cataratas del Iguazú, el alto Paraná y el cultivo de la yerba mate*. Buenos Aires: Jacobo Peuser, sd. BNAR.

Na década de 1920 foram fundadas as colônias privadas Santo Pipó e Oro Verde, ambas no Oeste de Misiones, junto à margem esquerda do rio Paraná. Nelas se estabeleceram imigrantes suíços que se dedicaram ao cultivo de erva-mate. Nas narrativas e memórias de famílias imigrantes, compiladas por María Gallero, prevaleceu o discurso que enfatiza a floresta virgem e inóspita, o mar verde e impenetrável que elas encontraram. Johann Christian Theler migrou para a Argentina em 1893 e narrou sua posterior dedicação à criação de gado e ao cultivo de doze mil plantas de erva-mate. O imigrante François Machon registrou a existência, na Santo Pipó de 1925, de 300 hectares de ervais cultivados. A transcrição das cartas de Eugenio Lagier, enviadas de Misiones para a Europa na década de 1920, revela os cuidados intensos exigidos pelo cultivo da *Ilex* e a expectativa de ganhos econômicos. Além do mate, os colonos suíços cultivaram comercialmente milho, tabaco e tungue (*Aleurites fordii*). Das memórias de Bruno M. Urfer se sabe que alguns colonos também vendiam lenha para os barcos a vapor que transportavam erva-mate pelo rio Paraná.⁵¹³

A história que se viveu nas décadas seguintes a de 1920 foi a da expansão dos projetos de colonização e dos ervais em direção ao Norte da província. Para o governador de Misiones, Eduardo N. Otaño, aquele era um

513 GALLERO, María Cecilia (Comp.). *El llamado del oro verde: memorias de inmigrantes suízos en Misiones*. Florida: Araucaria; Misiones: Consulado de Suiza, 2008.

bonito pedaço de terra argentina, onde homens nativos, unidos aos que chegaram confiantes de todos os rincões do planeta [...] abriram picadas na selva virgem, cortaram os cipós e afugentaram as feras, que hoje são tênues lembranças da lenda; curvaram os gigantes seculares das florestas e trabalharam com afinco e fê a terra que nada lhes negou. Formaram extensas plantações de erva-mate, tungue, citros; cultivaram o tabaco, a juta, o rami, a mandioca e cem produtos mais [...]; lutaram e triunfaram.

Misiones, “eldorado” maravilhoso [...], convertido hoje em oásis de trabalho, de paz e felicidade [...].⁵¹⁴

O discurso idealizado do governador reiterou o triunfo da civilização, marcada pela agricultura, sobre o selvagem, caracterizado pela presença da floresta e das feras. No mesmo álbum publicitário que estampou aquele discurso foram impressas diversas imagens, das quais se salientam duas: uma representa um lote de terra desmatada, onde tocos de árvores cortadas e queimadas dividem espaço com mudas de *Ilex* alinhadas e em crescimento (Figura 32). A segunda imagem, aérea, retratou um extenso monocultivo de erva-mate dividido em talhões, evidenciando sua escala agroindustrial (Figura 33). A erva-mate cultivada aparece como sinal de progresso, enquanto a erva-mate nativa estava ligada à selva que precisava ser vencida pelo trabalho humano.⁵¹⁵

514 ASTRO. *Misiones: oro verde*. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1945. (Tradução nossa). BNAR.

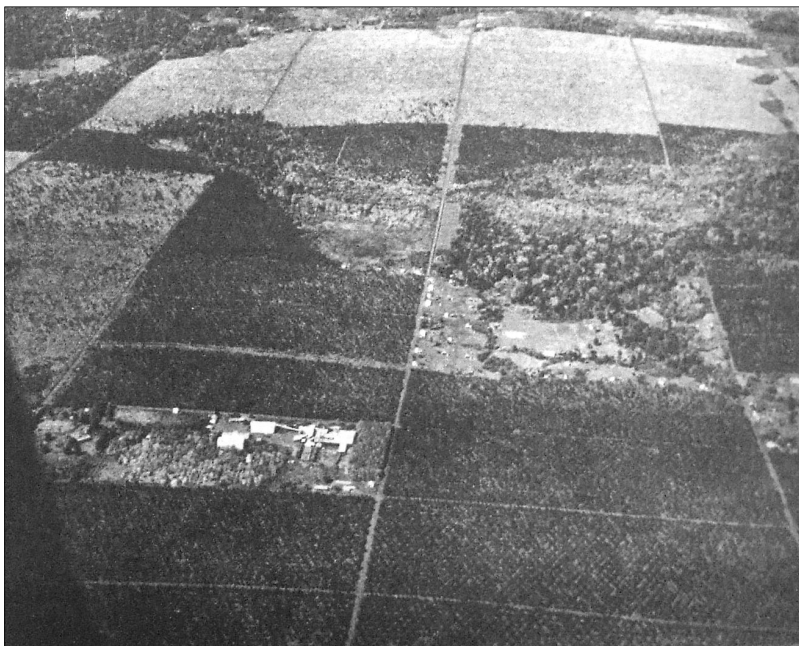
515 Ibidem.

Figura 32 - Plantio de *Ilex paraguariensis*



Fonte: ASTRO. *Misiones: oro verde*. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1945. BNAR.

Figura 33 – Monocultivo da *Ilex paraguariensis*



Fonte: ASTRO. *Misiones: oro verde*. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1945. BNAR

Ainda na década de 1920, na margem esquerda do rio Paraná, foram instaladas as colônias Eldorado, Puerto Rico e Monte Carlo, para onde migraram também colonos provenientes do Rio Grande do Sul.⁵¹⁶ Um material informativo e publicitário da Compañía Eldorado, escrito em alemão, apresentou a erva-mate como um cultivo que produz resultados a partir do terceiro ano após o plantio, com aumento de produtividade nos anos seguintes. Cálculos simples, apresentados como exemplo, mostraram a possibilidade de obter compensadores ganhos. O mesmo material informou que o erval recém plantado tolerava culturas consorciadas, como a mandioca, a abóbora e o melão, oferecendo proteção às jovens mudas da *Ilex* contra o calor do sol e o frio. Na parte que tratou da exploração florestal em Misiones, a publicação se concentrou em quatro temas principais: a necessidade de desmatar e

⁵¹⁶ HEWIG, Tutz Culmey; KNORR, Ilga K. *A filha do pioneiro*. Tradução de Ricardo Meyer. São Carlos: Prefeitura Municipal de São Carlos, 1987.

limpar uma área inicial para agricultura, o aproveitamento de madeiras para a construção ou para a venda, a possibilidade de extrair erva-mate nativa e a variedade de madeiras de boa qualidade disponíveis, inclusive a araucária.⁵¹⁷

Os colonos estavam, entretanto, sujeitos ao mercado controlado por grandes empresários. O cronista Benito Zamboni escreveu, em 1933, sobre a ganância dos proprietários de engenhos de mate da Argentina, que compravam a erva cancheada a vinte centavos e a vendiam beneficiada ao preço de um peso por quilograma.⁵¹⁸

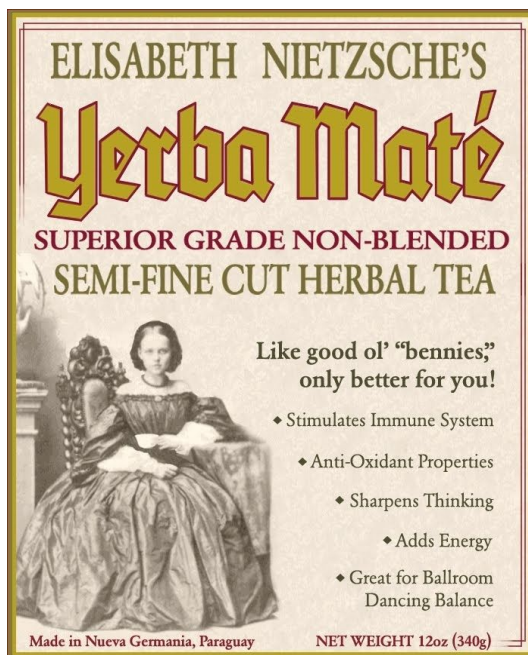
517 COMPAÑÍA ELDORADO. *Die Eldorado-Kolonien*: Eldorado, Puerto Rico und Monte Carlo in dem argentinischen Territorium - Misiones. Buenos Aires, 1925. IAI.

518 ZAMBONI, Benito. *Escenas familiares campestres*. Posadas: UNaM, 1999. p. 171.

4.6 COLONIZAÇÃO, EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NO PARAGUAI

O ponto de partida desta parte do texto são as Figuras 34 e 35, que trazem a imagem e o nome de Elisabeth Nietzsche, irmã do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, impressos em embalagens contemporâneas de erva-mate.

Figura 34 - Erva-mate de Elisabeth



Fonte: Disponível em: <<http://yoamolahistoria.blogspot.com/>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

Figura 35 - Erva-mate de Elisabeth



Fonte: Disponível em: <<http://yoamolahistoria.blogspot.com/>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

Para compreender esta estranha ligação é necessário conhecer uma iniciativa de colonização por imigrantes feita no interior do Paraguai. Elisabeth Nietzsche (1846-1935) casou-se com Bernhard Förster (1843-1889), um professor adepto às ideias antisemitas que ganhavam força na Europa do século XIX. O casal migrou para o Paraguai em 1886 e fundou a colônia Nueva Germania, para a qual migraram outras famílias alemãs. O projeto incluiu estabelecer a pureza da raça ariana na colônia, mas a experiência não foi tão bem sucedida quanto o esperado e Bernhard se suicidou em 1889. Elisabeth permaneceu no Paraguai até 1893, voltou à Europa, passou a trabalhar com seu irmão que estava doente e escreveu sua biografia. Na década de 1920, parte da obra do filósofo Nietzsche foi vinculada ao projeto nazista, o que contou com a contribuição da irmã. Quando Elisabeth

faleceu, em 1935, foi homenageada pelo Partido Nazista alemão, que assumira o poder em 1933.⁵¹⁹

Em um livro publicado na Alemanha em 1891, sem identificação de autoria, mas possivelmente organizado por Elisabeth em homenagem ao falecido esposo, foram transcritos variados textos, inclusive cartas privadas remetidas por colonos às famílias na Europa. Euren M. Gündel relatou a sua mãe, em 1888, as diferenças entre a colônia e a paisagem europeia, com destaque para a presença de densa floresta, que também apareceu retratada em um mapa publicado naquele livro (Figura 37). Gündel escreveu ainda sobre os animais silvestres e gabou-se de ter abatido um gato selvagem e diversos outros animais, inclusive 14 macacos, cuja carne considerou saborosa. A abundância de carne foi apresentada como sinal de fartura e estabilidade econômica. Estava acompanhada de alimentos cultivados como a mandioca, cana-de-açúcar, arroz, café, cebolas e outros vegetais. Em resposta à pergunta da mãe, sobre a existência de “índios selvagens”, o colono escreveu que antes havia, que foram praticamente extintos e que ele nunca os viu. Outro colono, Otto Schultz, incluiu em sua correspondência o relato do cultivo de tabaco, laranja, banana, limão, abacaxi, abóbora, pepino, melão e outras hortaliças, plantadas no solo vermelho da floresta derrubada. O cavalo era relativamente barato, disse Schultz, cada colono podia ter um. Música, dança e divertimentos não existiram inicialmente, mas sim trabalho, cujo rendimento se podia notar no primeiro ano. “Todo começo é sofrido”, idealizou ele citando uma expressão conhecida na terra natal e repetida em outros textos sobre a colonização alemã.⁵²⁰ É evidente que a transcrição das cartas no livro, certamente selecionadas, tiveram também a função de fazer propaganda da colônia e atrair novos imigrantes. Vale lembrar o que Débora Bendocchi Alves ressaltou ao estudar a correspondência de colonos europeus instalados no Rio de Janeiro: “as cartas publicadas devem ser tratadas pelos pesquisadores de forma mais cuidadosa do que aquelas não publicadas. As primeiras saem da esfera privada e passam para a esfera pública, desempenhando assim uma outra função”.⁵²¹

519 DIETHE, Carol. *Nietzsche's sister and the will to power: a biography of Elisabeth Foerster-Nietzsche*. Chicago: University of Illinois Press, 2003.

520 DR. BERNHARD FÖRSTER'S KOLONIE NEU-GERMANIA IN PARAGUAY. Berlin: Commissions-Verlag der Actien-Gesellschaft "Pionier", 1891. p. 10-15. (Tradução nossa). IAI.

521 ALVES, Débora B. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro-Turíngia (1852-1853). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 163, 2003.

A colônia Nueva Germania estava situada em uma região florestal entre dois pequenos rios, o Aguaray-guazu e o Aguaray-mi (possivelmente Aguaray-mini em guarani), afluentes do rio Jeyui e integrantes da bacia dos rios Paraguai e Paraná. Conforme os textos, que diferem do mapa reproduzido na Figura 37, ela tinha cerca de 22 mil hectares de superfície, ou seja, possuía uma área considerável que estava geográfica e economicamente conectada a cidade de San Pedro, ao leste, por meio de estradas e de uma linha de barco a vapor (Figuras 36 e 37).⁵²²

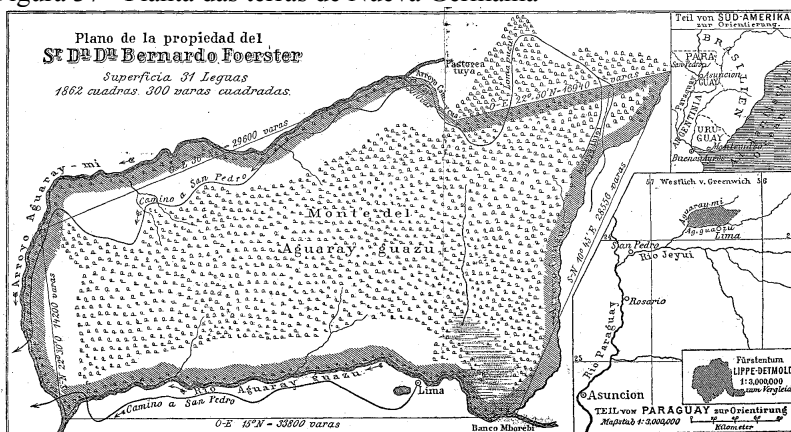
Figura 36 - Localização de Nueva Germania



Fonte: Elaborado a partir de: <<http://maps.google.com/>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

522 Ibidem.

Figura 37 - Planta das terras de Nueva Germania



Fonte: DR. BERNHARD FÖRSTER'S KOLONIE NEU-GERMANIA IN PARAGUAY. Berlin: Commissions-Verlag der Actien-Gesellschaft "Pionier", 1891. IAI.

Do mesmo livro de 1891 cabe destaque para o texto “Um domingo em Nueva Germania”, escrito em 1889 e assinado por “Eli Förster, nascida Nietzsche”. Nele o cotidiano da colônia foi descrito em detalhes, iniciando pela observação do comportamento de peões paraguaios, lá acampados, que bebiam mate. A descrição prosseguiu em várias páginas e se completou com uma longa argumentação em defesa do antissemitismo. O fechamento do texto trouxe versos do hino nacional alemão para o contexto da floresta paraguaia: “Alemanha, Alemanha acima de tudo, acima de tudo no mundo”,⁵²³ que pode ser entendida como uma expressão do nacionalismo e do imperialismo alemães. Outro texto, assinado com as iniciais “E. F.”, partiu da pergunta “Devo eu emigrar para Nueva Germania?”. As respostas trouxeram informações econômicas, agrícolas, climáticas, ecológicas, geográficas e sociais que formaram convincentes argumentos a favor da colônia. Ao final, o texto relatou que nela residiam somente alemães, que o alemão era o único idioma falado e que inclusive os peões paraguaios iniciavam a aprendizagem do idioma alemão!⁵²⁴ Os textos seguintes, com estilo semelhante e mesma autoria, visavam orientar o emigrante sobre “O que e como se deve trazer na bagagem” e “A

523 Ibidem, p. 30-52.

524 Ibidem, p. 111-122.

viagem e a chegada”. Este conjunto de escritos permite acreditar que Elisabeth não abandonou o projeto de colonização logo após o falecimento do esposo e tentou viabilizá-lo apesar de estarem vendidas, até então, menos da metade das terras disponíveis.⁵²⁵

Existem poucas referências ao extrativismo da erva-mate neste livro. Uma carta privada informou sobre a circulação do produto pelo rio Aguaray-guazu em direção a San Pedro. O texto “Devo eu emigrar para Nueva Germania?”, antes analisado e tão detalhado que chegou a abordar o problema do bicho-de-pé (*Tunga penetrans*) na colônia, não citou a erva-mate, certamente porque ela não era central na economia e na cultura local. Elisabeth, por fim, fez uma sutil referência à erva-mate no texto “Propostas e desejos”, listando-a entre os “produtos maravilhosos”, ao lado do café, algodão, cana-de-açúcar, rami e mamão. As principais informações sobre seu extrativismo foram registradas pelo próprio Bernhard Förster e publicadas como anexos no livro. Disse ele que Nueva Germania estava situada junto a um rio navegável, no qual cerca de 80 mil arrobas de erva-mate circulavam anualmente, ou seja, sua localização permitia o transporte dos produtos da agricultura colonial para os mercados consumidores, inclusive para Assunção. No “Chamado”, de 1886, Bernhard escreveu sobre as madeiras úteis que podiam ser extraídas, transportadas pelo rio e vendidas por um preço compensador, a facilidade de encontrar admiráveis fontes de água, a possibilidade de cultivar alimentos básicos, alguns a serem colhidos depois de apenas quatro ou cinco meses, bem como sobre a preferência da população local, indígena, pela pecuária e pela atividade ervateira.⁵²⁶

Outra fonte importante são as cartas que Elisabeth trocou com Friedrich Nietzsche em 1888, enquanto ainda estava no Paraguai. Nelas se percebe o entusiasmo inicial com a colonização, ao ponto de sugerir um investimento ao irmão:

Ora, tu sabes que nós gostaríamos tanto de prover algo para tua velhice e assim queremos adquirir para ti um belo pedaço de terra, que talvez um dia valerá um bom dinheiro. Enviaremos a ti com a próxima correspondência um contrato de compra que te dará todos os detalhes [...] Como te escreverei de novo em breve, quero parar hoje por

525 Ibidem, p. 123-131.

526 Ibidem, p. 19-20; 111-122; 137-143; 150-151; 164-167.

aqui, pois temos tanto para fazer com o registro de terra e a preparação dos anúncios de venda.⁵²⁷

Friedrich respondeu as cartas da irmã recusando a oferta de terras, reiterando seu desprezo pelas propostas antissemitas e manifestando seu desgosto com a apropriação de ideias de seus livros que grupos racistas europeus estavam fazendo. No final de 1888, ele escreveu a um amigo: “Arrisco ainda relatar que a situação no Paraguai é a pior possível. Os alemães que foram atraídos para lá estão indignados e exigem o dinheiro deles de volta – ninguém tem nada. Já ocorreram violências; temo pelo pior”.⁵²⁸

As dificuldades para renegociar as dívidas com o governo do Paraguai e a pouca venda de lotes rurais possivelmente foram os principais problemas que afetaram o empreendimento colonizador. Os princípios racistas que orientaram sua criação possivelmente valeram mais para os discursos do que para as práticas. No cotidiano de trabalho na América, os colonos conviveram e aprenderam com a populações locais. A partir do final do século XIX a sustentação econômica da colônia dependeu, em boa medida, do êxito do cultivo da *Ilex*, cujas técnicas de germinação e plantio foram desenvolvidas pelo imigrante Federico Neumann. Estas técnicas, para quebrar a dormência da semente, produzir mudas e iniciar cultivos expostos ao sol, eram conhecidas das populações indígenas no período das missões jesuítas. Além da ocorrência silvestre da planta, os colonos da Nueva Germania viabilizaram o cultivo e o preparo de um produto valorizado no mercado platino daquela época. Este conhecimento não era uma exclusividade daqueles colonos, pois em vários outros lugares aconteciam experiências com plantações de *Ilex*. Um livro publicado em Stuttgart, em 1903, sob o título *O chá do Paraguai: erva-mate*, tratou do tema com viés informativo e destacou a novidade dos cultivos feitos em Nueva Germania e em Rio Pardo, no Brasil. A experiência do colono Neumann foi apresentada como um exemplo de rentabilidade, pois ele obteve um ganho de 150% após seis anos iniciais de cultivo.⁵²⁹

527 Transcrita por TORRIANI, Tristan. Fritz-do-meu-coração: o triunfo do feminino na crítica de Elisabeth Nietzsche à estratégia autopromocional de seu irmão. *Kalagatos*, Fortaleza, v. 3, n. 6, 2006, p. 165-166.

528 Ibidem, p. 162; 172-174.

529 NEGER, Frantz Wilhelm; VANINO, Ludwig. *Der Paraguay-Tee (Yerba mate): sein Vorkommen, seine Gewinnung, seine Eigenschaften und seine Bedeutung als Genussmittel*. Stuttgart: Fr. Grub Verlag, 1903. IAI.

Uma publicação do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, em língua francesa, destinada a fazer propaganda da erva-mate, assim apresentou o tema em 1914:

As plantações artificiais desapareceram, mas nos últimos tempos voltamos à exploração racional, isto é, nos ocupamos novamente do cultivo do mate. Hoje há grandes plantios artificiais de erva nas colônias do Paraguai. A Colônia Nueva Germania, alemã, possui mais de 500.000 plantas de erva em pleno desenvolvimento. Também na Colônia Hohenau, na Industrial Paraguaya etc. existem grandes plantações de mate.⁵³⁰

O texto prossegue fazendo cálculos de produtividade e das possibilidades de ganho e, ao fechar a argumentação, pergunta: “Queremos uma cultura mais vantajosa?” A resposta foi, obviamente, não!⁵³¹ Nueva Germania hoje é uma pequeno município situado 300 Km distante de Assunção (Figura 36). A indústria ervateira local usou a memória sobre Elisabeth Nietzsche para valorizar, atualmente, seu produto no mercado internacional. O uso desta memória na embalagem está desligado de sua opção política racista e foi associada ao prestígio acadêmico do irmão. A imagem foi alterada, tornado-a uma consumidora de chá de erva-mate quando jovem. A comparação entre a fotografia original (Figura 38) e aquela usada na embalagem (Figura 39) evidencia a mudança de posição da mão esquerda e a inclusão de uma xícara na imagem.

530 Le maté ou thé du Paraguay. Asunción: Ministerio de Relaciones Exteriores; Ariel, 1914. p. 18-19. (Tradução nossa). Biblioteca Nacional del Paraguay (BNPY).

531 Ibidem, p. 20.

Figura 38 - Alteração da imagem



Fonte: Disponível em: <<http://yoamolahistoria.blogspot.com/>>. Acesso em: 12 jun. 2011 e DIETHE, Carol. *Nietzsche's sister and the will to power: a biography of Elisabeth Forster-Nietzsche*. Chicago: University of Illinois Press, 2003.

Figura 39 - Alteração da imagem



Fonte: Disponível em: <<http://yoamolahistoria.blogspot.com/>>. Acesso em: 12 jun. 2011 e DIETHE, Carol. *Nietzsche's sister and the will to power: a biography of Elisabeth Foerster-Nietzsche*. Chicago: University of Illinois Press, 2003.

Permitir a formação de colônias por europeus foi uma opção do governo paraguaio. Imigrantes ligados à Igreja Menonita colonizaram amplas áreas na região central daquele país e formaram comunidades menores em outras províncias.⁵³² No Sul do Paraguai, com acesso às margens do rio Paraná, uma população imigrante vinda da Alemanha fundou a colônia Hohenau em 1900. Posteriormente também migraram para lá colonos de ascendência alemã oriundos do Rio Grande do Sul.

532 STOESZ, Egar; STACKLEY, Muriel T. *El chaco paraguayo: tierra de refugio, patria adquirida*. Tradução de Norma B. Vuyk de Ferreiro. Assunção: Asociación Evangélica Mennonita del Paraguay, 2000. BNPY.

Ela estava situada em território florestal que pertenceu as missões jesuíticas, especificamente às reduções de Jesús e Trinidad. Quem visita o lugar agora encontra uma paisagem muito semelhante a do Noroeste do Rio Grande do Sul, construída por meio do desmatamento e do trabalho agrícola. Hohenau está situado muito próximo da colônia Santo Pipó, no lado argentino do rio Paraná, onde a erva-mate também teve importante presença.

Um livro da década de 1920, ilustrado com 24 imagens, retratou colonos de Hohenau ao lado de suas plantações de *Ilex*, barbaquás e trituradores de erva-mate, assim como em poses diante de suas casas, moinhos e prensas de cana-de-açúcar. O livro informou um aumento impressionante de 6.749 para 299.450 árvores de erva-mate plantadas na colônia entre 1909 e 1924. Em comparação, no mesmo período, o número de suínos passou de 1.041 para 2.916 animais. A produção de erva, enviada ao mercado regional sob as marcas “El Colono” e “Estrella”, era apresentada com um negócio rentável. Uma plantação com três anos de idade produzia cerca de 0,85 Kg de erva-mate por árvore, enquanto um cultivo com oito ou dez anos de idade era capaz de produzir até 3,16 Kg de erva por árvore a cada ano.⁵³³

4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando especificamente as ligações entre colonização por imigrantes e a atividade ervateira no Brasil meridional é preciso concordar com as conclusões de Linhares:

A imigração estrangeira que convergiu para os três Estados produtores na segunda metade do século passado, justamente quando a erva se firmou como produto de exportação, muito contribuiu para que a sua organização se estabelecesse de preferência em moldes familiares [...].

De qualquer forma, graças aos imigrantes, as coletas do produto aumentaram nas três regiões sulinas, já que em Mato Grosso elas se iniciavam apenas, se bem que na base empresarial mais desumana, mas em grande escala também.

Os imigrantes, sim, ajudaram o mate a desenvolver-se e, em compensação, na maioria dos casos, o mate os ajudou a atingir mais

533 STRUVE, Jacob. *Die Kolonie Hohenau in Paraguay: Zum 25-jährigen Bestehen der Kolonie*. Buenos Aires: Mercur, sd. IAI.

depressa o ideal que os fizera atravessar o oceano [...]: o de encontrar uma nova pátria. Na realidade, êles eram homens que precisavam trabalhar para viver e o mate lhes deu êsse trabalho.⁵³⁴

Não se pode poupar Linhares das críticas de não ter aprofundado o estudo sobre a colonização e o mate em sua obra e de ter generalizado o motivo da imigração no fragmento aqui transcrito. Além disso, ele se referiu indistintamente aos projetos de colonização de três estados brasileiros, com base nas colônias dos Planaltos catarinense e paranaense. Contudo, a contextualização econômica e social que fez é clara e sua conclusão estabelece fortes vínculos entre imigração, colonização e a produção de erva-mate. Ela reforça os argumentos apresentados nesta pesquisa, isto é, houve uma expressiva atividade ervateira nas colônias formadas por imigrantes europeus na América Meridional, que inclusive contribuiu para a adaptação dos colonos ao novo ambiente e para o êxito econômico dos projetos de colonização. A erva-mate ocupou, muitas vezes, a condição de produto complementar à renda obtida nos lotes rurais e alguns imigrantes ou seus descendentes foram além e se tornaram empresários do mate, seguindo um caminho que o contexto econômico favorável abria.

Como os colonos repovoaram áreas florestais com ocorrência de *Ilex*, antes habitadas por caboclos ou indígenas, a convivência destes grupos significou aprendizagens mútuas, especialmente para os imigrantes que aprenderam como viver junto à floresta nos tempos iniciais, reconhecer plantas, obter alimento, extrair e preparar a erva-mate. Waibel criticou esta aproximação, que transformava os colonos em caboclos.⁵³⁵ A relativa ausência do mate na historiografia brasileira que trata da colonização pode ser atribuída ao pouco significado que ele teve para a economia dos colonos, permanecendo a atividade nas mãos de caboclos, empresários luso-brasileiros ou hispano-americanos. Mas esta lacuna historiográfica também pode ser explicada por um olhar dos pesquisadores voltado preferencialmente ao cultivo da terra e à produção agrícola. Quando Jean Roche tratou do artesanato de transformação e analisou os 689 artigos expostos por colonos alemães na Exposição de 1881, realizada em Porto Alegre, excluiu “30 amostras de madeira e 6 de erva-mate, frutos de uma atividade de colheita não

534 LINHARES, op. cit., p. 243-244.

535 WAIBEL, op. cit., p. 181.

agrícola”.⁵³⁶ O extrativismo de bens ambientais não estava no foco da análise de Roche, Waibel e Willems, que viam na agricultura e na domesticação dos ecossistemas as metas da colonização. O seu modelo teórico de análise da colonização estava fortemente marcado pela valorização da agricultura e pela oposição entre “paisagem natural” e “paisagem cultural”, conceitos empregados por Waibel.

Com a colonização se intensificou a transformação do ecossistema natural, que é “um subgrupo da economia global da natureza – um sistema local ou regional de plantas e animais que trabalham em conjunto para criar os meios de sobrevivência” em um sistema agroecológico, que é “um ecossistema reorganizado para propósitos agrícolas – um ecossistema domesticado”, ou seja, “é um rearranjo, não uma anulação dos processos naturais”.⁵³⁷ Em muitas propriedades a *Ilex* deixou de ser, após alguns anos, uma espécie florestal abundante e, em outras, foi transformada em um monocultivo agrícola, civilizador da natureza, sinal de progresso e criador de paisagens coloniais.

Existem relevantes semelhanças nas experiências de colonização dos três países americanos estudados. Neles, a imigração, o grande aumento populacional e a colonização voltada preferencialmente para a agricultura, motivaram um intenso desmatamento, que também eliminou muitos dos ervais silvestres. O domínio das técnicas de germinação e de formação de novos ervais, isto é, a possibilidade de cultivar a *Ilex*, contribuiu para diminuir os esforços de conservação dos ervais nativos.

536 ROCHE, op. cit., p. 484.

537 WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Ambiente & Sociedade*, v. V, n. 2, ago-dez. 2002. v. VI, n. 1, jan-jul. 2003, p. 29-30.

5 QUEM BEBE MATE TEM VIDA LONGA

Por um phenomeno singular, na apparencia paradoxal, diminue a sensação da fome sem supprimir o prazer de comer, parecendo não anestesiar a mucosa gastrica mas apenas mascarar ao systema nervoso as perdas materiaes geradoras da necessidade de reparação traduzida pela fome. Lenglet.⁵³⁸

O capítulo que encerra o texto traz ao debate os usos e significados que as bebidas preparadas com a *Ilex paraguariensis* tiveram para as sociedades que as conheceram. No foco está a propaganda da erva-mate, realizada principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América com o objetivo de criar novos mercados consumidores para produtos anunciados como saudáveis, nutritivos e baratos. A base para os argumentos comerciais vieram, em parte, das numerosas pesquisas científicas realizadas para conhecer as características químicas do mate e suas qualidades terapêuticas.

5.1 TOMAR MATE

A infusão em água quente de folhas e ramos secos e triturados de *Ilex paraguariensis*, preparada na cuia e sorvida por meio da bomba, era denominada mate. Foi a principal forma da bebida no Sul da América nos séculos XIX e XX. A denominação aparece em diversos documentos: ao falecer, em 1838, Maria Josefa Barreto Pereira Pinto deixou de herança, entre outros bens, “humã bomba de prata para tomar

⁵³⁸ Lenglet, presidente da Liga Internacional do Alimento Puro, citado por MARTINS, Romario. *Ilex-mate: chá sul-americano*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926. p. 150.

matte, no valor de quinhentos réis”.⁵³⁹ A mesma expressão foi usada no inventário *post-mortem* de José Feliciano Hochmoeller, que devia 7\$720 réis a Frederico Neu pelo feitio de uma “cuia para matte com prata” e apareceu ainda na lista de bens do Barão de Ibicuihy, rico fazendeiro de Cruz Alta RS falecido em 1879, que tinha uma cuia prateada e bombas para mate.⁵⁴⁰ Fidelles de Almeida Lára, proprietário de escravos e de muito gado, cujo inventário *post-mortem* foi registrado na comarca de Curitiba SC em 1877, legou “Uma cuia de matte aparelhada com prata” e uma bomba de prata que, juntas, valiam de 5\$500 réis.⁵⁴¹ A palavra chimarrão, utilizada hoje, é uma simplificação de mate-chimarrão. É um adjetivo para o termo principal, significando a bebida na forma original, amarga, sem adição de açúcar. Ela tem origem no termo espanhol *cimarrón*, empregado para qualificar aquilo que não é ou deixou de ser doméstico, inclusive bovinos e cães. Demersay o traduziu como selvagem e escreveu que os habitantes do campo, os peões, os homens em geral, preferiam beber o *Maté cimarron*.⁵⁴² O padre Manuel Aires de Casal escreveu, em 1817, que “um cavaleiro corre risco no campo” quando os cães chimarrões andam famintos.⁵⁴³ Saint-Hilaire foi convidado diversas vezes para tomar mate nas residências visitadas e viu cães chimarrões apanhados por soldados nos campos riograndenses.⁵⁴⁴ Este botânico francês registrou ainda suas impressões sobre o sabor do mate: “A primeira vez que provei essa bebida, achei-a muito sem graça, mas logo me acostumei a ela e atualmente tomo vários mates, de enfiada, com prazer, até mesmo sem açúcar. Acho no mate um ligeiro perfume, misto de amargor, que não é desagradável”.⁵⁴⁵

Ainda hoje o consumo do mate continua sendo cultural e economicamente muito importante na América Meridional. Existem outras formas de preparo de bebidas a partir da *Ilex*, como o chá quente de erva-mate ou chá mate (o *mate cocido* em territórios americanos de

539 Inventário *post-mortem* de Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, Comarca de São Borja, 1838. APERS.

540 Inventário *post-mortem* de José Feliciano Hochmoeller, Comarca de Cruz Alta, 1866. Inventário *post-mortem* do Barão de Ibicuihy, Comarca de Cruz Alta, 1879. APERS.

541 Inventário *post-mortem* de Fidelles de Almeida Lára, 1877, Comarca de Curitiba SC, caixa 11G. Museu do Judiciário Catarinense (MJC).

542 DEMERSAY, Alfred. *Étude économique sur le maté ou thé du Paraguay*. Paris: Bouchard-Huzard, 1867. p. 24.

543 CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. p. 71.

544 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 97.

545 Ibidem, p. 83.

língua espanhola) e o tereré, versão que combina erva-mate e água fria ou gelada e, por vezes, suco de limão e outras ervas. O processo de beneficiamento industrial a partir de monocultivos da planta tem, hoje, importância econômica em diversas regiões, mas em outras a produção agroflorestal de erva-mate ainda é predominante. Andréa G. Mattos localizou importantes remanescentes de ervais no Planalto Norte do estado de Santa Catarina, estudou as formas de uso destes, classificando-os em unidades de paisagem e constatou a permanência de práticas tradicionais de manejo florestal.⁵⁴⁶ Mattos observou também a permanência da caíva, um sistema produtivo tradicional conceituado por Ana Lúcia Hanisch e coautores como a “combinação do pastejo do estrato herbáceo formado por espécies nativas ou introduzidas há décadas com a extração de erva-mate e de lenha do estrato arbóreo”.⁵⁴⁷ Refrigerante, cerveja, chá gelado enlatado, suplementos alimentares e diversos cosméticos são inovações da indústria que trouxeram outros usos para a *Ilex paraguariensis*.

Embora existisse a prática de “matear sozinho”, beber mate tem uma dimensão marcadamente coletiva e ligada à sociabilidade. Oferecer um mate continua sendo, no Sul do Brasil, sinônimo de receber com cordialidade o visitante. “A primeira coisa que se oferece, em qualquer casa, seja rica ou pobre, é o mate chimarrão”, registrou Beschoren no final do século XIX.⁵⁴⁸ Muito antes dele, Saint-Hilaire percebeu que “Toma-se ao levantar da cama e depois várias vezes ao dia. A chaleira de água quente está sempre ao fogo e logo que um estranho entre na casa se lhe oferece o mate”.⁵⁴⁹ Versos, expressões e casos reunidos pelo folclorista Barbosa Lessa revelam partes dessa sociabilidade: “Toma mais um mate”, por exemplo, significou não vá embora, é cedo ainda. Não tem “nem pra erva” indicava o grau de pobreza de alguém que não podia comprar este indispensável produto.⁵⁵⁰ Tomar mate em cuia

546 MATTOS, Andréa Gabriela. *Caracterização das práticas de manejo e das populações de erva-mate (Ilex paraguariensis A. Sant. Hil) nativa em exploração no planalto norte catarinense*. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

547 HANISCH, Ana Lúcia; BONA, Luis Cláudio; MARQUES, Anésio da Cunha. Melhoramento de caívas no Planalto Norte de Santa Catarina. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, jun. 2011. p. 6.

548 BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul: 1875-1887*. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 21.

549 SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 83.

550 LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *História do chimarrão*. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 1986. p. 77-110.

aparelhada de prata ou com bomba de prata podia indicar a boa condição socioeconômica do anfitrião. Na falta de avios sofisticados, tomava-se mate em cuia de porongo (*Lagenaria vulgaris*) sem adornos e com bomba de alpaca, uma liga metálica de cobre, níquel e zinco. Possivelmente o canudo feito de taquara, chamado tacuapi, continuou em uso pelas famílias caboclas nos séculos XIX e XX.

5.2 A PROPAGANDA DO MATE

Ocorreram diversas tentativas de ampliar o consumo do mate por meio da abertura de novos mercados consumidores das bebidas, principalmente na Europa. É essencial notar que a infraestrutura necessária ao beneficiamento, acondicionamento em barricas e transporte do mate foi modernizada e ampliada na segunda metade do século XIX, a partir de investimentos públicos e de grandes empresas. Ela permitiu aumentar a escala de produção de erva-mate e pensar na exportação para novos mercados. Um dos recursos empregados por empresários ervateiros e governantes foi a propaganda.

O Brasil levou erva-mate para a Exposição de Londres de 1862, visando iniciar sua venda aos europeus, mas encontrou pouco interesse imediato.⁵⁵¹ Em 1875 publicou-se um livreto com 19 páginas, cujos textos estavam simultaneamente redigidos em quatro idiomas: português, francês, inglês e alemão. Tratava-se de uma monografia de Macedo Soares, de Campo Largo PR e se destinava à Exposição Nacional daquele ano. O livreto apresentou o mate como uma “bebida alimentar de primeira ordem”, não uma novidade, mas “substancia conhecida, usada pelas populações”. Em comparação ao café (*Coffea arabica*) ou ao chá preto (*Camellia sinensis*), mostrava-se uma “bebida barata por excellencia”, pois “Uma arroba de mate [...] dá para beber seis mezes, bebendo tres vezes por dia” (grifos no original). As opiniões dos doutores Peckolt, Caminhoá, Schnepf e Lankaster, “sábios” apresentados como autoridades no assunto, vieram a seguir para reforçar a ideia de uma bebida saudável e nutritiva.⁵⁵² Para Schnepf, inspetor de águas francês citado no livreto,

A herva dá uma bebida aromática e de bom sabor, que mitiga a sede, illude a fome e repara as forças

⁵⁵¹ Relatório do presidente da província do Paraná, o doutor André Augusto de Padua Fleury, na abertura da 2ª sessão da 7ª legislatura, em 21 de março de 1865. Curitiba: Candido Martins Lopes, 1865. p. 50-51.

⁵⁵² O mate do Paraná. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1875. p. 2-10. IAI.

sem fadiga nem excitação. Tomada com leite e assucar é tão alimentícia como o chá da China e o café, com a vantagem, porém, de estimular brandamente o systema nervoso sem produzir insomnia.

Só, independente de outro qualquer alimento, a infusão do *mate* sustenta as forças e o vigor durante dias inteiros. Seria de grande vantagem para os nossos colonos de Argel... (grifos no original).⁵⁵³

Ao final do livreto, com evidente exagero, Macedo Soares voltou a argumentar que o *mate* é um “alimento popular”, pois é barato e sua “excessiva barateza é garantia da genuinidade do producto. Não vale a pena falsifical-o”. A descrição das formas de preparo da bebida, que fechou a publicação, é indicativa de que ela se destinava ao possível consumidor estrangeiro, que desconhecia as práticas.⁵⁵⁴

A pedido do Ministério da Agricultura e do Comércio brasileiro, o francês Louis Couty fez um estudo detalhado e concluiu, em 1880, que a erva-mate tinha possibilidade de ser aceita e consumida no mercado europeu.⁵⁵⁵ Outro material de divulgação produzido no Brasil para circular na Europa, possivelmente da primeira década do século XX, foi o folheto editado em alemão pela Missão para Expansão Econômica Brasileira (Mission für wirtschaftliche Ausbreitung Brasiliens). Sucedendo a parte que tratou do café, o folheto continha o texto “O *mate* brasileiro”, no qual seus autores explicaram o que era o chá *mate*, prescreveram o preparo da infusão para ser servido em taças, valorizaram suas qualidades e sugeriram seu salutar consumo. Conforme o texto:

As folhas destas árvores são secadas e, por infusão, é preparada um excelente bebida, que no Brasil e nas demais repúblicas sul-americanas é muito popular e, de certo modo, é a “bebida nacional”.

Também na Europa o **mate** está iniciando, se torna conhecido em outros círculos graças às recomendações de numerosos médicos e por meio

553 Ibidem, p. 10.

554 Ibidem, p. 16.

555 COUTY, Louis. *Le maté et les conserves de viande*: rapport à son excellence, monsieur le ministre de l’agriculture et du commerce, sur sa mission dans les provinces du Paraná, Rio Grande et les états du sud. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

dos antigos colonos brasileiros, que após seu regresso para a pátria não quiseram abandonar esta bebida, cujos resultados benéficos puderam conhecer e aprender a apreciar durante sua permanência no Brasil (grifo no original).⁵⁵⁶

No folheto a palavra mate apareceu repetidamente, sempre grifada em negrito. Cada página continha a fotografia de uma paisagem do Rio de Janeiro, talvez como um convite ao turismo, mas sem ligação direta com o mate. Na argumentação em defesa do consumo da bebida, o testemunho de vários médicos e especialistas foi transcrito, como o parecer do doutor Monin, secretário geral da Sociedade Francesa de Higiene: “Nós dispomos aqui de um produto que, assim que for introduzido adequadamente, principalmente nas grandes cidades, pode ser imensuravelmente útil, tanto por suas propriedades para a higiene, como principalmente por sua excepcional produção barata”.⁵⁵⁷ Nenhuma referência foi feita no folheto da Missão para Expansão Econômica Brasileira, entretanto, ao consumo do mate sorvido com bomba e cuia.

Existiram algumas estratégias além da propaganda. Uma foi a abertura alfandegária de novos mercados, como é o caso da Alemanha que, em 1914, isentou da cobrança de impostos a importação de erva-mate brasileira para aquele país e suas colônias.⁵⁵⁸ Um decreto de 1908, do governo do Paraná, isentou a erva-mate destinada à exportação para a Europa do pagamento do imposto de exportação.⁵⁵⁹ Outra foi a inovação nos produtos. O escritor paranaense Nestor Vítor comentou uma invenção do início do século XX destinada a “universalizar o uso do mate”: tabletes de erva-mate, compostos basicamente de extrato da planta e açúcar de cana, que muito facilitavam o preparo da bebida, bastando colocar alguns tabletes em uma xícara e adicionar água quente para se obter um “chá limpo, aromático, convenientemente adoçado e muito saboroso”. Esse alimento, escreveu Vítor, “em casos especiais até

556 Der brasilianische Maté: herausgegeben von der Mission für wirtschaftliche Ausbreitung Brasiliens. sn. sd. p. 5. (Tradução nossa). IAI.

557 Ibidem, p. 8.

558 Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, engenheiro João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: O Globo, 1914. p. 49-50. AHRs.

559 PARANÁ. *Decreto n. 479*, isenta de impostos a erva-mate exportada para a Europa, apud HEINZE, op. cit., p. 100.

pode se deglutido como bombons ou tomado como refresco”.⁵⁶⁰ Outro produto incomum era o licor de erva-mate. Conforme João Klug, ele foi apresentado pela província do Paraná na Quarta Exposição Nacional do Rio de Janeiro, realizada em 1875, na qual o olhar estava voltado para a Exposição da Filadélfia do ano seguinte. O evento integrou “a 'onda modernizadora', da qual o imperador D. Pedro II era adepto” e o produto foi classificado como resultado do interesse científico sobre a planta e parte do esforço para torná-la conhecida na Europa.⁵⁶¹

O testemunho exagerado do general brasileiro Francisco da Rocha Callado, combatente na Guerra do Paraguai ou da *Triple Alianza* (1865-1870), foi reproduzido como reforço ao argumento de que o mate também era um alimento:

Durante um período de 22 dias fui testemunha de como o nosso exército quase exclusivamente se nutriu do Mate, quando estávamos em um cenário de “ervais” (que são matas de árvores de Mate) colhendo, e na verdade, a falta de alimentos nessa ocasião não nos permitia aguardar.⁵⁶²

Uma lei de 1927, elaborada pela Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, autorizou “a defesa e a propaganda da erva-mate dentro e fora do Brasil”. Para cobrir as despesas criou-se uma taxa extra sobre a erva-mate exportada.⁵⁶³ O Serviço de Propaganda do Instituto do Mate de Santa Catarina, com sede em Joinville, editou um folheto de cerca de 14 páginas. A data da publicação é desconhecida, mas seguramente é posterior a 1927, ano de fundação do Instituto no estado. Em idioma alemão argumentava-se que:

Atletas, militares, trabalhadores de qualquer indústria, mineiros, comerciantes, cientistas, mulheres e crianças precisam tomar “Mate” e suas forças serão sempre mantidas [...].
Mate é muito recomendado por médicos como

560 VÍTOR, Nestor. *A terra do futuro*: impressões do Paraná. 2. ed. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996. p. 104-105.

561 KLUG, João. A Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1875) e os seus impactos na produção agropecuária e nas ciências naturais. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 141-143.

562 Ibidem, p. 10.

563 SANTA CATARINA. *Lei 1573/27*: autoriza a defesa e a propaganda da erva-mate dentro e fora do Brasil. Leis de 1927, p. 12. CMALSC. Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa, a 29 de julho de 1928, pelo doutor Adolpho Konder, presidente do estado de Santa Catarina. p. 92.

uma benéfica bebida para diabéticos, doentes do pulmão, bem como para doenças reumáticas e arteriosclerose, também para pessoas nervosas e com prolemas no estômago e intestinos. Mate é rico em vitaminas.⁵⁶⁴

A características químicas do mate foram listadas em detalhe no folheto catarinense, a partir de análise feita pelo Instituto Pasteur em Paris. Além de informar os supostos benefícios para as pessoas saudáveis e as propriedades curativas do mate, o texto o apresentou como superior a outras bebidas conhecidas dos europeus: “O mate é muito mais saudável que o chá chinês, pois ele contém muito menos óleo etéreo e também é mais assimilável, já que a mateína, contida nele, é menos ativa do que a cafeína”.⁵⁶⁵ Argumentos socioeconômicos também foram empregados neste material de divulgação:

Nosso dever agora é ampliar o consumo de chás brasileiros na Europa. Isso nós também podemos fazer com consciência tranquila e alegria, pois nós não oferecemos um bebida repugnante ou nociva, mas nosso desejo é proporcionar essa dádiva divina a todos:

A abençoada e prodigiosa **erva-mate**, a bebida para pobres e ricos, é também um alimento. [...]. O mate ou chá brasileiro é muito mais barato do que o café, o cacau e o chá indiano (grifo no original).⁵⁶⁶

O folheto foi abundantemente ilustrado, contendo imagens da planta e de atletas, operários, mineiros, intelectuais, mulheres, crianças e homens de negócios bebendo mate ou chá de erva-mate. Destacam-se três imagens: a primeira (Figura 40) apresentou um cientista em seu laboratório, em atitude reflexiva, cercado de equipamentos ligados à pesquisa científica, diante de volumosos livros e bebendo mate. No texto associado à imagem se pode ler: “Os cientistas não devem deixar de tomar mate; o mate revigora as forças mentais consumidas”.⁵⁶⁷

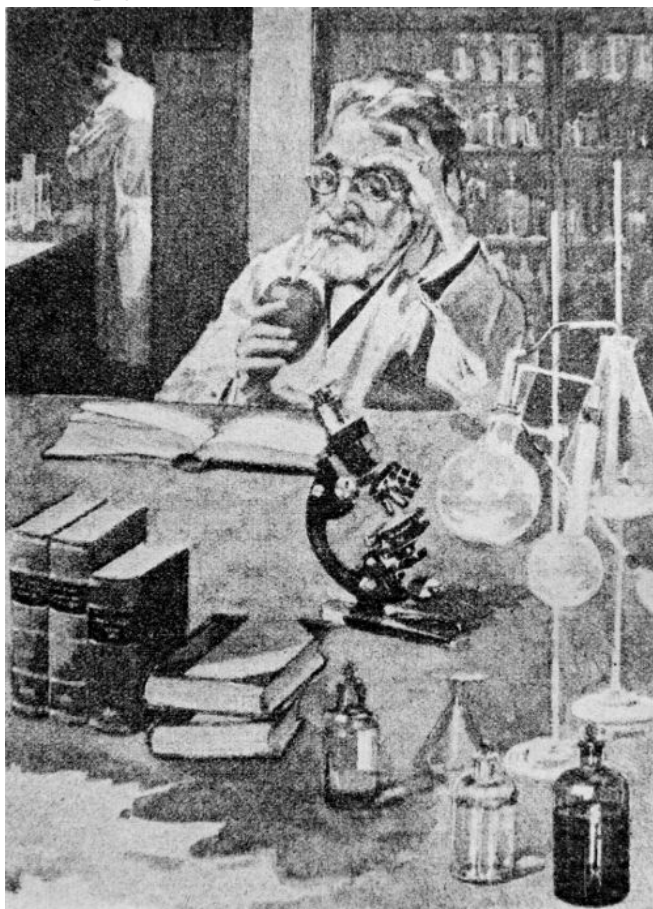
564 BARRETO, J. A. Dias (Org.). *Herva mate – Ilex Mate*: Brasilianischer Tee. Joinville: Instituto do Mate; São Paulo: Companhia Melhoramentos, sd. p. 8. (Tradução nossa). IAI.

565 Ibidem, p. 9.

566 Ibidem, p. 10.

567 Ibidem, p. 9.

Figura 40 - Propaganda da erva-mate



Fonte: BARRETO, J. A. Dias (Org.). *Herva mate – Ilex Mate: Brazilianischer Tee*. Joinville: Instituto do Mate; São Paulo: Companhia Melhoramentos, sd. p. 8; 11; 12. IAI.

Figura 41 - Propaganda da erva-mate

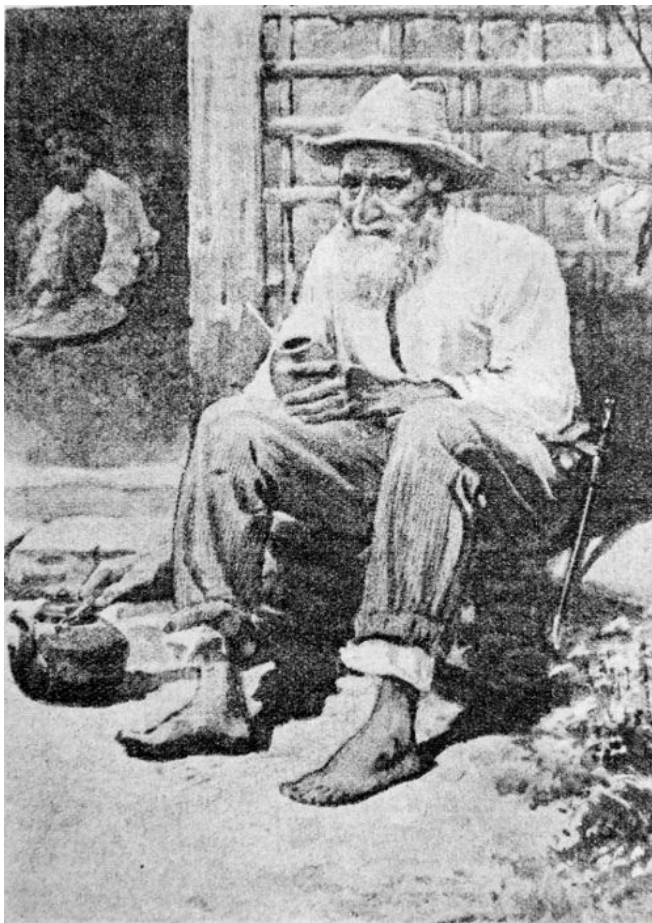


Fonte: BARRETO, J. A. Dias (Org.). *Herva mate – Ilex Mate: Brasilianischer Tee*. Joinville: Instituto do Mate; São Paulo: Companhia Melhoramentos, sd. p. 8; 11; 12. IAI.

A segunda imagem escolhida (Figura 41) representou uma sorridente mãe alimentando uma criança de colo enquanto outra, maior, bebe mate de uma pequena cuia. Na nota explicativa seguiu o argumento: “A mulher que amamenta deve tomar mate; o mate aumenta o leite materno. Mães! Deem mate para suas crianças e elas se tornarão fortes”. A terceira (Figura 42) destacou um velho caboclo, descalço,

sentado e bebendo mate diante do rancho, sob a qual se pode ler: “Quem bebe mate tem uma vida longa; o mate nos dá saúde”.⁵⁶⁸

Figura 42 - Propaganda da erva-mate



Fonte: BARRETO, J. A. Dias (Org.). *Herva mate – Ilex Mate: Brazilianischer Tee*. Joinville: Instituto do Mate; São Paulo: Companhia Melhoramentos, sd. p. 8; 11; 12. IAI.

⁵⁶⁸ Ibidem, p. 11-12.

As imagens, portanto, reforçavam o texto e os argumentos de que a erva-mate é saudável, melhora o desempenho físico e mental e pode ser consumida por pessoas de variadas idades, profissões e classes sociais. Diversas outras imagens reiteraram estes argumentos. A reprodução de um cartaz em português que continha o desenho de uma cuia de mate cercada de pessoas com diferentes características físicas e vestidas de formas muito diversas, reiterou a ideia de que o mate era “Uma bebida que também é um alimento”. Por fim, a nota explicativa de umas das imagens, que reproduziu o contexto de uma guerra e o esforço dos soldados, merece uma referência em particular: “Cada soldado, se graduado ou raso, deve, em tempo de paz ou de guerra, tomar mate; o mate produz homens fortes”.⁵⁶⁹

Em 1907, o Estado do Paraná firmou contrato com Jayme Ballão para a prestação do serviço de propaganda dentro e fora do país. Dele se destaca a obrigação do contratado de “promover, na cidade do Rio, o estabelecimento de um salão, onde o matte seja servido em chcaras, como o café” e a proibição de “vender herva-matte nos mercados do Rio da Prata”.⁵⁷⁰ Aquele governo manteve serviços de propaganda do mate na Europa e nos Estados Unidos, para onde enviou revistas, monografias, imagens e amostras de madeira e da erva-mate. O encarregado do escritório de propaganda na França relatou ter oferecido à direção da Cruz Vermelha de Paris toda a erva-mate disponível naquele momento, para ser distribuída aos hospitais de feridos. Uma nova remessa de amostras do produto destinou-se a outros hospitais, estabelecimentos de ensino e médicos, dos quais muitos “se declaram francamente convencidos, por experiencia propria, das vantagens do uso dessa bebida, recommendando-a sem reservas nas respectivas clínicas”. O presidente paranaense planejou remeter, ainda em 1916, 15.000 kg de erva-mate para distribuir entre os exércitos da França e da Itália como forma de propaganda.⁵⁷¹

Em 1921, o governo do Paraná, sintonizado com os empresários do mate daquele estado, argumentou a necessidade de vender o produto no mercado nacional, especialmente para o Norte do país. As razões eram várias: proximidade, ausência de impostos aduaneiros, que o mate

⁵⁶⁹ Ibidem, p. 14; 7.

⁵⁷⁰ Apud HEINZE, Eduardo. *O matte ou o chá do Paraná: sua extracção e seu emprego; consumo presente e futuro*. Tradução de Rodolpho Speltz. Curitiba: Typografia da Penitenciária do Ahú, 1909. p. 82. BPPR.

⁵⁷¹ Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Estado do Paraná, ao instalar-se a 1ª sessão da 13ª legislatura, em 1 de fevereiro de 1916. Curitiba: Typ. do Diario Official, 1916. p. 50-51.

“é o produto indicado para os climas quentes e de águas más” e que a conquista do mercado interno fortaleceria as campanhas no exterior. Não ficou claro se o mate era indicado porque exigia o aquecimento ou a fervura das águas de má qualidade ou se acreditavam que a erva-mate era capaz de purificar a água contaminada. O governo e os empresários paranaenses planejaram as seguintes estratégias: dividir o Brasil em regiões de propaganda, anunciar o mate em jornais nacionais de grande tiragem, criar um selo de autenticidade e de garantia da qualidade do produto, proibir a venda de ervas de qualidade inferior e premiar os empresários que se destacassem na venda para o mercado interno. A mensagem oficial dirigida ao Congresso Legislativo em 1926 informou, entretanto, existirem dificuldades na execução do planejamento.⁵⁷² A propaganda interna usou argumentos semelhantes aos internacionais. No boletim do Instituto do Mate do Paraná, propunha-se: “Deixe de lado o seu classico chá da Índia! Exigindo sempre Chá de Matte do Paraná. O melhor chá que existe no mundo!”.⁵⁷³ Na mesma publicação, o Instituto elogiou a iniciativa de uma professora do Distrito Federal (Rio de Janeiro) que instituiu a “caneca do matte” e serviu a “preciosa infusão” aos seus alunos do curso noturno, pois notou que eles chegavam com fome na escola. O boletim transcreveu ainda o comentário do jornal *A Tribuna*, para quem “a melhor maneira de transformar o matte numa bebida de uso geral é, sem dúvida, essa de habituar a infância a usá-la de vez em quando ou, pelo menos, uma vez durante o dia”.⁵⁷⁴

Ainda na década de 1920, o agente contratado para fazer propaganda do mate paranaense nos Estados Unidos relatou suas frustradas tentativas de abrir aquele mercado:

Não se tem a rapidez desejável e nem sempre é bem sucedida a propaganda sem a “catechese” e esta sem o produto à mão. O Matte é um daquelles tão bem dotados de justa fama, com literatura e documentação tão vigorosas, que não se comprehende como não tenha conseguido ainda, desde muitos annos, dominar o mercado americano [...] Ha aqui certa bebida, por exemplo,

⁵⁷² Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhos da Rocha, presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª sessão da 16ª legislatura. Curitiba: sn. 1922. p. 44.

⁵⁷³ Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhos da Rocha, presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª sessão da 18ª legislatura. Curitiba: sn. 1926. p. 71-72.

⁵⁷⁴ Instituto do Matte do Estado do Paraná. *O Matte*, Curitiba, n. 6, fev. 1930. p. 16. MP.

⁵⁷⁴ Ibidem, p. 6.

em que entra a cocaina. Essa bebida tem um enorme consumo e não vale nada, sendo até prejudicial.⁵⁷⁵

O agente comparou o mate com a Coca-Cola norte-americana, elogiando o primeiro e depreciando a segunda. Recomendou, por fim e diante das dificuldades, investir em propaganda e iniciar a campanha em Nova York e Nova Jersey. Em 1929, o governo paranaense relatou ter firmado contratos para a divulgação da erva-mate na França, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Suíça, Balcãs, Alemanha e EUA, bem como nos estados do Norte do Brasil. A propaganda estava acompanhada de incentivos fiscais, de medidas para controlar a qualidade da erva e da padronização do produto.⁵⁷⁶

No relatório de 1929 o Instituto do Mate de Santa Catarina informou sobre uma tentativa frustrada de iniciar a propaganda na Europa oriental, especificamente a partir da Romênia. Informou igualmente sobre o andamento da propaganda na Alemanha, Áustria, França, Bélgica, Estados Unidos, Egito e sobre os preparativos para participar da Exposição de Sevilha daquele ano. Para ir à Espanha o Instituto contou com representantes de três empresas ervateiras, preparou o envio de 9.000 pacotinhos de celofane contendo erva-mate e chá mate para distribuição gratuita e providenciou a impressão de 20.000 cartazes. Por último, o relatório tratou da necessidade de iniciar a propaganda nos estados do Norte brasileiro.⁵⁷⁷

No mesmo período, o início do século XX, os ervateiros argentinos também cogitaram fazer propaganda de sua erva-mate na Europa. O autor Carlos D. Girola, em publicação de 1931, comentou:

A propaganda pode constituir um meio para resolver a crise ervateira em nosso país e nas regiões produtoras de erva-mate em geral? Não desconheço a grande influência que a propaganda pode exercer para propagar o uso e o consumo de qualquer produto ou artigo; não poderia estar

575 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado [do Paraná], ao instalar-se a 2ª sessão da 18ª legislatura. Curitiba, sn. 1927. p. 82.

576 Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao instalar-se a 2ª sessão da 19ª legislatura. Curitiba: sn., 1929. p. 44.

577 Instituto do Mate de Santa Catarina. Relatório da Directoria apresentado á Assembléa Geral Ordinaria de 15 de janeiro de 1929. Joinville: sn., 1929. Museu do Judiciário Catarinense.

excluída a erva-mate; contudo, é possível presumir que o procedimento será longo em seus efeitos no presente caso e não é o mais indicado, porque ao mesmo tempo se intensificaria a propaganda a favor do consumo do café e do chá, que já se faz, que são mais conhecidos e de uso mais corrente e que por terem propriedades análogas são rivais da erva-mate.⁵⁷⁸

O autor se mostrou pouco propenso a crer na eficácia da propaganda e, como estratégia para a abertura do mercado europeu ao mate argentino, sugeriu:

A propaganda não deve ser esquecida, mas é preciso, antes de tudo, solicitar a redução dos direitos e que a erva-mate seja colocada na categoria que lhe corresponde, entre os pseudoalimentos e não entre os produtos medicinais.

Não se pode contar com uma propagação rápida do consumo, porque a difusão dos conhecimentos sobre os benefícios do produto é obra do tempo, como tem se sucedido com o café, o chá e outros da mesma classe, para cuja defesa redobrará a propaganda já muito bem organizada.⁵⁷⁹

Os direitos a que Girola se referiu eram as taxas cobradas por países europeus sobre a importação do mate, que chegavam a quatro vezes o valor do produto e limitavam a sua entrada naqueles mercados. O pouco entusiasmo do autor com a propaganda pode ser explicado também pela insuficiente produção de mate para atender o consumo interno, mesmo depois de iniciado o cultivo da planta em complemento à extração do mate nativo. A erva-mate importada pela Argentina, na década de 1930, procedia “a maior parte do Brasil, 90 por cento, e pouco mais de 10 por cento do Paraguai”. O autor finalizou seu texto elogiando as qualidades da erva-mate e transcrevendo a opinião de um especialista,

578 GIROLA, Carlos D. *La yerba mate*: contribución al estudio de las cuestiones que interesan a los productores, molineros, comerciantes y consumidores. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1931. p. 9. (Tradução nossa). IAI.

579 Ibidem, p. 10.

num discurso semelhante ao da propaganda brasileira, acrescido do entusiasmo com o cultivo:

Plantemos pois erva-mate em nosso território nacional de Misiones e na limítrofe província de Corrientes, de onde não se pode senão crescer, que alegrará e contribuirá para estabelecer numerosas granjas e explorações agrícolas, com árvores que são belas e úteis, que proporcionam um produto saudável que constitui parte da alimentação e, por conseguinte, constitui um artigo de primeira necessidade, dotado inclusive de propriedades tonificantes que tornam muito recomendável seu uso, sob todos os climas e a todas as idades, que aumentará a população e a arraigará ao solo, que dará bem-estar, o sentido de beleza e o desejo de gozar das satisfações inesgotáveis da vida.⁵⁸⁰

Os autores argentinos Leonor Slavsky e Gladis Ceresole comentaram a existência de programas oficiais de incentivo ao cultivo da planta e localizaram dois períodos de expansão da produção ervateira. O primeiro de 1903 a 1930, envolvendo a colonização por imigrantes europeus e o segundo durante a década de 1950. Decorreu destes programas o aumento da produção, a saturação do mercado argentino, a redução da importação de mate brasileiro e a criação do *Comité de Propaganda del Consumo de la Yerba Mate*, que realizou “uma intensa campanha para lograr a colocação do produto no exterior”, obtendo como principais consumidores a Síria, o Chile e o Líbano e “sendo compradores menores numerosos países como França, Espanha, Israel, Bolívia, Uruguai...”⁵⁸¹

Ainda no século XIX e antes do Brasil, o Paraguai fez propaganda de sua erva-mate na Europa. Conforme a historiadora Vera Blinn Reber:

Ambos, Carlos Antonio López e Francisco Solano López, buscaram expandir a exportação de erva para a Europa. No início de setembro de 1857, *J. & A. Blythe and Company of Limehouse*, de Londres, informou que a erva recebeu franquias

⁵⁸⁰ Ibidem, p. 26.

⁵⁸¹ SLAVSKY, Leonor; CERESOLE, Gladis. História de yerba y mate. In: CARRERA, Nicolás Iñigo et al. *El campo y sus habitantes*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1986. p. 14-17. (Tradução nossa).

como um remédio, mas foi muito cedo para saber se ela se tornará popular na Inglaterra. Alfred Du Graty, a quem foi paga uma comissão para apresentar a erva-mate ao mercado continental, publicou artigos sobre a erva-mate nos jornais alemães e belgas e orgulhosamente relatou que a erva estava sendo introduzida entre as tropas prussianas.⁵⁸²

A *Revista de Agronomia y Ciencias Aplicadas*, dirigida por Moisés Bertoni no Paraguai, transcreveu pequenos textos sobre o mate, publicados originalmente na Inglaterra e igualmente caracterizados pelos elogios ao produto. Os argumentos do Dr. Andrew Wilson, estampados no *Illustrated London News*, eram os mais exagerados: “Provei o chá mate e encontrei um gosto perfeitamente agradável. Parece ser universalmente reconhecido como uma bebida refrescante e estimulante. Com ele os trabalhadores são capazes de seguir seus trabalhos, e os viajantes suas viagens, por longos períodos sem comer”.⁵⁸³

No início dos anos 1900 o Ministério das Relações Exteriores do Paraguai publicou e distribuiu um pequeno caderno, escrito em francês, no qual fez uma narrativa da história do mate, apresentou sua composição química e suas propriedades fisiológicas, destacou a presença de um alcaloide exclusivo, a mateína e tratou das vantagens econômicas do produto, bem como da possibilidade de cultivo da planta.⁵⁸⁴ A estrutura da publicação e os argumentos usados pouco diferiram dos materiais editados no Brasil. A principal diferença estava na inclusão de uma história do mate que se reportava ao século XVI.

5.3 AS BASES CIENTÍFICAS DA PROPAGANDA

Os argumentos usados nas propagandas eram recorrentes e reiteraram principalmente: a) as qualidades nutricionais da bebida; b) as propriedades terapêuticas e estimulantes do mate; c) o baixo preço do produto em comparação a outras bebidas estimulantes, tornando-o

582 REBER, Vera Blinn. Commerce and industry in nineteenth century Paraguay: the example of yerba mate. *The Americas*: a quarterly review of inter-american cultural history, Maryland, v. XLII, n. 1, July 1985. p. 50. (Tradução nossa).

583 *Revista de Agronomia y Ciencias Aplicadas*, Asuncion, n. 1, abr. 1897. p. 40. (Tradução nossa). BNPY.

584 *Le maté ou thé du Paraguay*. Asuncion: Ministerio de Relaciones Exteriores; Ariel, 1914. BNPY.

acessível aos trabalhadores; Os dois primeiros tipos de argumentos tiveram como base numerosos estudos de especialistas. O francês Louis Couty, ligado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, afirmou em seu relatório de 1880 que o mate

É um tônico poderoso, de grande alcance, que convém principalmente às pessoas que se entregam a trabalhos peníveis do corpo e do espírito, aos doentes e a todos que procuram resolver o problema de uma boa alimentação com uma despesa módica. O mate é desalterante por excellencia e um grande reparador de forças. Convem aos homens de estudo, aos quaes o uso do café é nocivo, pois que proporciona os mesmos effeitos sem excitar o systema nervoso.⁵⁸⁵

Em tese sobre o mate apresentada à Faculdade de Medicina de Paris em 1885, Doublet afirmou, entre outras conclusões, que “O mate permite, durante um jejum prolongado, um trabalho igual ao que se produziria se nos alimentasse-mos; mantém a energia physica e moral e torna o homem capaz de supporttar as mais pesadas fadigas”. Concluiu ainda que “a principal propriedade do mate consiste em duplicar a actividade sob todas as suas formas: intellectual, motora e vegetativa, produzindo facilidade para o trabalho mental, elasticidade e agilidade physicas, sensação de força e de bem estar. Superabundia (sic) de vida, é a forma em que podemos resumir as sensações produzidas pelo mate”.⁵⁸⁶

Ernest Monin, ligado à Sociedade Francesa de Higiene, em seu livro *A higiene do estômago*, publicado em 1889, escreveu:

Obtive com o mate resultados maravilhosos no tratamento da diabetes. Numerosas observações, juntamente com experiências physiologicas bem encaminhadas, provaram, além disso, que o mate excita a força muscular, augmenta os movimentos do coração e da respiração, produz uma sensação de bem estar, de vigor e de lucidez intellectual muito apreciável.

585 COUTY, Louis. *Exposição ao Ministerio da Agricultura sobre a Herva Mate*, 1880 apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate: chá sul-americano*. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 153.

586 DOUBLET, R. N. A. *Le maté: thèse pour le doctorat en médecine, présentée et soutenue*. Paris: A. Parent, 1885 apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate: chá sul-americano*. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 153-154.

Póde, pois, realmente, attenuar a fadiga do calor dos tropicos e dar ao organismo enfraquecido a vida e a maleabilidade que lhe falem. A sua acção excitante é, no entretanto, menor que a do café, porque não causa insomnia nem as palpitações, nem a agitação nervosa que esta ultima substancia produz, e tão pouco essa extranha sensação de angustia, analoga á dôr moral, e que nós consideramos como a característica da acção do café tomado em demasia. [...]. Na realidade, é um alimento poupante, um comburente precioso para a machina animal, um antidesperdiçador, em summa: é condimento que modera as fermentações nutritivas em que entra o movimento de assimilador, equilibrando ás mil maravilhas o vigor organico. Póde-se mesmo dizer que é o alimento que mais actúa como excitante da força muscular. Esta propriedade, unica, torna-o precioso para classes laboriosas, para o cultivador e para o soldado (grifos no original).⁵⁸⁷

Cientistas brasileiros também se interessaram pela erva-mate e formularam suas explicações sobre o produto. Para o médico e botânico Joaquim Monteiro Caminhoá, professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XIX,

O mate contém menos óleo essencial, é pois menos excitante que o café, o chá preto e o chá verde. Com efeito, a experiência confirma que o mate convem mais ás pessoas nervosas, ás mulheres e ás crianças. O mate contém mais resina que o café, menos que o chá verde e muito menos que o chá preto: é pois mais diuretico que o café e como estimulante rivaliza com o chá verde.⁵⁸⁸

587 MONIN, Ernest. *A Hygiene do estomago* (guia pratico da alimentação). sn: Aillaud, Guillard et Cie, 1889 apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate: chá sul-americano*. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 149-150.

588 CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate: chá sul-americano*. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 159. FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz; Casa de Oswaldo Cruz. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

O farmacêutico e botânico alemão Theodor Peckolt migrou para o Brasil em 1847, possivelmente a convite de Karl von Martius. Além de pesquisar e publicar muitos textos, escreveu a obra *História das plantas medicinaes e uteis do Brazil*, publicada em oito volumes entre 1888 e 1914 com a participação do filho Gustavo Peckolt, também farmacêutico. Gustavo, então uma autoridade em farmacologia, se referindo ao mate, escreveu:

A sua infusão representa uma solução de varias substancias azotadas nutritivas, e de alguns productos aromaticos que estimulam energicamente o systema nervoso e todo o organismo. É bebida conveniente ás refeições porque activa a digestão e torna mais completa a assimilação dos alimentos, reparando-os na qualidade e quantidade. Por este motivo o seu uso é preferido e generalizado durante as refeições, para corrigir o excesso alimentar, favorecer a digestão e supprir, também, a insufficiencia da alimentação, pois que o mate é um alimento.⁵⁸⁹

As análises químicas da *Ilex paraguariensis* feitas por Theodor e Gustavo Peckolt indicaram a presença de diversas substâncias, com destaque para celulose, água, resina, goma e sais inorgânicos, clorofila, cera, cafeína, compostos fenólicos e o que chamaram de “ácido matetannico”. Os mesmos cientistas analisaram a composição química de outras espécies americanas do gênero *Ilex*, como *I. theezans*, *I. Affinis*, *I. glazoviana*, *I. pubiflora* e *I. conocarpa*, nas quais encontraram diferentes concentrações dos mesmos compostos.⁵⁹⁰ Dezenas de outras análises químicas da erva-mate foram feitas antes e depois dos Peckolt. Os resultados foram muito variados, assim como os métodos empregados e as interpretações. O principal método da época se baseava no uso de solventes, de reagentes e na destilação sucessiva, visando separar e identificar elementos e compostos. Uma publicação argentina

589 PECKOLT, Gustavo. *Herva-Mate* apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate*: chá sul-americano. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 166-167. FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz; Casa de Oswaldo Cruz. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012. SANTOS, Nadia P. dos. Theodoro Peckolt: a produção científica de um pioneiro da fitoquímica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 515-533, maio-ago. 2005.

590 PECKOLT, Gustavo; PECKOLT, Theodor apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate*: chá sul-americano. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 69-80.

de 1879, possivelmente escrita pelo médico Domingo Parodi, assegurou: “A erva-mate, por seu princípio ativo mateína, exerce uma ação excitante sobre o coração muito mais intensa que a produzida pelo chá e o café, mas menor que a da coca”.⁵⁹¹

A existência de um alcaloide próprio da erva-mate, a mateína, foi levantada por Henri Byasson em 1878, mas o principal defensor da ideia foi o francês Jacques-Joseph Moreau, ligado ao Instituto Pasteur de Paris, para quem cafeína e mateína eram substâncias diferentes. Mais do que isso, ele afirmou que a mateína “tem as diferentes propriedades da cafeína, sem participar dos seus inconvenientes”. Também Jayme Reis, membro da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em monografia apresentada no 2º Congresso Nacional de Agricultura em 1908, enfatizou “a existência de um alcaloide especial, a mateína (um pouco diferente da cafeína, com a qual foi até mui pouco confundida)”.⁵⁹² Os estudos do químico brasileiro Carlos E. J. Lohmann, publicados no início do século XX, contestaram a afirmação de Moreau e concluíram que o principal alcaloide presente na erva-mate é a cafeína. Lohmann encontrou variações em sua quantidade, de acordo com a parte da planta analisada e a procedência geográfica. Ele considerou a presença de outros alcaloides no mate, mas classificou como insustentável a existência da mateína.⁵⁹³

As afirmações dos cientistas da época sobre o mate podem ser classificadas como exageradas, mas não parece ter havido uma tentativa de falsificar ou acentuar os resultados das pesquisas para promover um aumento no consumo do produto. É essencial considerar os limites técnicos e científicos do contexto em que viveram aqueles pesquisadores, aos quais se somava algum entusiasmo com uma bebida que parecia oferecer benefícios reconhecidos e extraordinários para a saúde dos consumidores. É necessário considerar ainda a provisoriidade das conclusões científicas, quase sempre sujeitas a revisões e reformulações. A voz impregnada de autoridade que provinha das

591 Apuntes sobre la yerba-mate: recopilacion y resumen de los trabajos conocidos hasta la fecha; novas investigaciones de Domingo Parodi. Buenos Aires: M. Biedma, 1879. p. 18. (Tradução nossa).

592 BYASSON, Henri. *Note sur le maté (thé du Paraguay, Ilex Paraguayensis)*. sn: G. Masson, 1878 apud MARTINS, Romario. *Ilex-Mate: chá sul-americano*. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 88. MOREAU, Jacques-Joseph. *Le Maté: Etud histoire, chimique et physiologique*. Paris, 1904 apud MARTINS, op. cit., p. 161. REIS, Jayme. *Memória sobre a erva-mate*. Curitiba: Typ. da Livraria Economica, 1909. p. 5.

593 LOHMANN, Carlos E. J. *Cafeína ou mateína? estudo experimental sobre o alcaloide principal do mate ou chá do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1914. IAI.

faculdades, universidades e institutos de pesquisa, contudo, foi usada na propaganda organizada por autoridades e comerciantes que desejaram abrir novos mercados consumidores de mate. Um caso interessante é o impresso publicitário compilado em Santa Catarina por J. A. Dias Barreto e pelo Instituto do Mate, antes citado. Nele, as conclusões de Lohmann de 1914 foram ignoradas e a existência da mateína serviu para reforçar a ideia de superioridade do mate em relação ao café e ao chá. O empresário ervateiro e bacharel em Direito, Ermelino Agostinho de Leão transcreveu sem crítica as conclusões do doutor Moreau:

O matte não é um medicamento como [a] folha de coca ou a noz de kola: é um producto alimentar, cuja superioridade não pode ser contestada por ninguém: seu principio activo age directamente sobre os musculos, sem passar primeiramente pele centro nervoso.⁵⁹⁴

Sua publicação estava repleta de pequenas frases rimadas, mas pouco verdadeiras, como: “Bébe o matte e não temas que o mal te mate!”, “Se queres que a fadiga não te mate; Uses, sempre, o nosso chá de matte”, “A diabete foge do combate contra quem consome o matte” e “Usae o chá do Paraná e a molestia fugirá”.⁵⁹⁵ Romario Martins, um entusiasta do mate paranaense, transcreveu as pesquisas e as conclusões dos cientistas contemporâneos em seu livro de 1926, também sem formular qualquer crítica. No máximo, expôs a divergência nas conclusões dos pesquisadores, como aquelas que existiram entre Moreau e Lohmann. O mesmo fez Temístocles Linhares em sua obra de 1969. Uma exceção foi Heinze, cônsul do Império Alemão no Brasil, pois ele criticou uma publicação de 1904 de Jacques-Joseph Moreau por suas exposições terem perdido, “de vez em quando, a apparencia de neutralidade e tomassem a de reclame commercial”.⁵⁹⁶

Os riscos do consumo de mate para a saúde humana não eram completamente desconhecidos dos especialistas no século XIX. Demersay relatou os estudos do francês Bouisson sobre o câncer bucal - resultado do uso do cachimbo e do cigarro - e considerou a possibilidade de associar o risco de desenvolver a doença à alta temperatura da água

594 LEÃO, Ermelino Agostinho de. *O chá do Paraná ou herba matte do Brasil*. Curitiba: 1931. p. 25. BPPR.

595 Ibidem, p. 5-31.

596 HEINZE, Eduardo. *O matte ou o chá do Paraná: sua extracção e seu emprego; consumo presente e futuro*. Tradução de Rodolpho Speltz. Curitiba: Typografia da Penitenciária do Ahú, 1909. p. 6. BPPR.

do mate.⁵⁹⁷ Em uma publicação argentina apócrifa de 1879, se contestou que o açúcar do mate doce e a temperatura da água pudessem ser uma causa da cárie dentária, problema endêmico naquele país na época.⁵⁹⁸ Um texto de 1907, cujo autor é desconhecido, louvou as qualidades do mate para depois escrever: “si do uso passamos ao abuso, então as virtudes desaparecem e entram em scena os inconvenientes do matte”. Na campanha riograndense observou-se “um conjunto de perturbações que constituem o matismo”, entre elas “certas formas de dyspepsia e dilatação de estomago, uma dor epigastrica persistente, diminuição do paladar, sêde, fastio, vomitos, dores de cabeça, prisão de ventre, entre outras” que compunham o quadro de sintomas.⁵⁹⁹

Novos recursos e métodos de investigação, disponíveis nas últimas décadas, confirmam ou desmentem as conclusões de cientistas do século XIX e início do XX e indicam a presença de diversos outros compostos na *Ilex paraguariensis*. A cromatografia líquida de alta eficiência, empregada atualmente na análise química, confirmou a presença de compostos fenólicos (antioxidantes) como a rutina, o ácido 5-cafeoilquínico e o ácido cafeico. A cafeína - o principal, mas não único alcaloide da erva-mate - pode ser encontrada em teores que variam de 1,74 a 3,01% da matéria seca, ratificando parcialmente os resultados obtidos por Lohmann em 1914 (1,07 a 1,74%). Geraldo Coelho e outros, que também usaram a cromatografia para avaliar as concentrações de teobromina e cafeína, concluíram que a *Ilex paraguariensis* é caracterizada por uma ampla variação nos teores destas substâncias.⁶⁰⁰ Além de estar presente no café e na erva-mate, a cafeína pode ser encontrada, com importante concentração, no chá preto ou

597 DEMERSAY, Alfred. *Étude économique sur le maté ou thé du Paraguay*. Paris: Bouchard-Huzard, 1867. p. 30.

598 Apuntes sobre la yerba-mate: recopilacion y resumen de los trabajos conocidos hasta la fecha; novas investigaciones de Domingo Parodi. Buenos Aires: M. Biedma, 1879. p. 13-14.

599 Apud HEINZE, op. cit., p. 85-86.

600 DUTRA, Fabiana L. Goularte; HOFFMANN-RIBANI, Rosemary; RIBANI, Marcelo. Determinação de compostos fenólicos por cromatografia líquida de alta eficiência isocrática durante estacionamento da erva-mate. *Química Nova*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 119-123, 2010. RIVELLI, Diogo Pineda et al. Determinação simultânea de ácido clorogênico, ácido caféico e cafeína, no extrato aquoso e hidroalcoólico de *Ilex paraguariensis* por CLAE e correlação com a capacidade antioxidante dos extratos por redução do DPPH. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, São Paulo, v. 43, n. 2, apr./jun. 2007. COELHO, Geraldo Ceni; ATHAYDE, Margareth Linde; SCHENKEL, Eloir Paulo Schenkel. Methylxanthines of *Ilex paraguariensis* A. St.-Hil. var. *vestita* Loes. and var. *paraguariensis*. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 153-158, maio/ago. 2001.

verde (*Camilla sinensis*), no cacau (*Theobroma cocoa*), no guaraná (*Paullinia cupana*), na cola (*Cola sp.*) e em muitos outros vegetais, nos quais a concentração é menor. Hoje está suficientemente claro que a cafeína age no sistema nervoso central humano, produzindo um aumento da capacidade de alerta e a redução da fadiga. Conforme Ricardo Guerra et al. existem ainda outros efeitos, como o estímulo à diurese, a taquicardia, a broncodilatação e o estímulo à secreção gástrica. Com doses maiores pode haver excitação, ansiedade e insônia. Em consumidores habituais a interrupção do uso produz uma síndrome de abstinência.⁶⁰¹ Também Rosângela Jacques confirmou, por meio da cromatografia, da espectrometria e de outros métodos contemporâneos de análise, a presença de dezenas de compostos na erva-mate, com destaque para a vitamina E e o esqualeno, um bactericida, bem como dos minerais potássio, cálcio, manganês e magnésio. Importantes variações na concentração dos compostos foram observadas, de acordo com a mudança das condições ambientais e agrônômicas, especialmente a incidência de sol, a adubação em cultivos e a idade das folhas.⁶⁰²

Nesta perspectiva, as bebidas preparadas com a *Ilex paraguariensis* podem ser consideradas um alimento ou um suplemento alimentar. Não foi, entretanto, este o sentido usado na propaganda, pois nela se ofertou um produto com propriedades fantásticas, capaz de compensar a falta do alimento. A ação benéfica da cafeína e dos demais alcaloides, conhecida no século XIX e melhor compreendida agora, foi empregada como argumento central na propaganda, sem cogitar-se eventuais efeitos indesejáveis sobre a saúde humana. Ao contrário, nos argumentos publicados o mate estaria isento dos efeitos desagradáveis notados pelos consumidores de café e chá, pois se tratava de uma bebida de superior qualidade.

Desde a década de 1980, diversos estudos tentaram estabelecer uma relação entre o mate e problemas de saúde daqueles que o bebem. Um dos primeiros foi publicado em 1985 por Alberto Vassallo e outros pesquisadores, ligando os muitos casos de câncer de esôfago constatados

601 MARIA, Carlos A. B. de; MOREIRA, Ricardo F. A. Cafeína: revisão sobre métodos de análise. *Química Nova*, São Paulo, v. 30, n. 1, fev. 2007. GUERRA, Ricardo O.; BERNARDO, Gerlane C.; GUTIERREZ, Carmen V. Cafeína e esporte. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, Niterói, v. 6, n. 2, abr. 2000.

602 JACQUES, Rosângela Assis. *Caracterização química da erva-mate (Ilex paraguariensis)*: aplicação de diferentes processos de extração e influência das condições de plantio sobre a composição química. Tese (Doutorado em Química), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

no Uruguai com o tabagismo, o consumo de bebida alcoólica e de mate.⁶⁰³ Sérgio Barros *et al.* observaram que 70% do grupo observado em Taquara RS tomavam mate diariamente, ingerindo cerca de um litro de água em temperatura acima dos 60 °C. O volume e o sobreaquecimento da água foram considerados fatores de risco para desenvolver o câncer.⁶⁰⁴ Um estudo de laboratório realizado em 2006 pelo médico Geraldo Pereira Jotz e outros concluiu que, mesmo bebido frio, o mate tem substâncias que podem produzir alterações nos tecidos do trato aerodigestivo.⁶⁰⁵ Uma destas substâncias é o benzopireno, um hidrocarboneto aromático policíclico que é formado durante a combustão de materiais orgânicos como a lenha usada no sapeco e na secagem do mate. As atuais técnicas industriais de beneficiamento da erva-mate (cilindro ou esteira de secagem) reduziram muito o contato das folhas com a fumaça, mas não o eliminaram completamente ou não têm um controle de temperatura adequado, que impeça a queima parcial das folhas de erva-mate e a geração destes hidrocarbonetos. A pesquisa recente de Farin Kamangar e colaboradores revelou a presença de níveis elevados de hidrocarbonetos aromáticos policíclicos, inclusive do benzopireno, em oito marcas comerciais de erva-mate produzidas em Santa Maria RS.⁶⁰⁶ Pode-se supor que a erva-mate processada no carijo - com acentuado odor e sabor de fumaça - ou no barbaquá, com separação parcial entre calor e fumaça, continha quantidades ainda maiores de benzopireno.

Rosalyn Lang analisou amostras de 14 marcas de erva-mate comercializadas no estado de Santa Catarina e constatou a existência de fungos acima do limite tolerado em quatro delas. Havia um baixo percentual de fungos toxigênicos e a presença de aflatoxinas ou de outras toxinas não foi detectada.⁶⁰⁷ Estudo semelhante encontrou 24

603 VASSALLO, Alberto et al. Esophageal cancer in Uruguay: a case-control study. *Journal of the Cancer Institute*, Oxford University, v. 75, n. 6, p. 1005-1009, 1985.

604 BARROS, Sérgio Gabriel Silva de et al. Mate (chimarrão) é consumido em alta temperatura por população sob risco para o carcinoma epidermóide de esôfago. *Arquivos de Gastroenterologia*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 25-30, 2000.

605 JOTZ, Geraldo Pereira et al. Estudo experimental da erva mate (*Ilex paraguariensis*) como agente etiológico de neoplasia do trato aéro-digestivo. *Arquivos Internacionais de Otorrinolaringologia*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 306-311, 2006.

606 KAMANGAR, Farin et al. High levels of carcinogenic Polycyclic Aromatic Hydrocarbons in mate drinks. *Cancer Epidemiology, Biomarkers & Prevention*, Bethesda, v. 17, n. 5, p. 1262-1268, maio 2008.

607 LANG, Rosalyn Marcele. *Ocorrência de fungos toxigênicos e micotoxinas em erva-mate (Ilex paraguariensis St. Hil. var. paraguariensis) comercializada em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Alimentos), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

gêneros de mofos na erva-mate comercializada na cidade argentina de Posadas, inclusive gêneros toxigênicos. Este estudo, embora não tenha investigado a presença de toxinas, apontou a necessidade de fazê-lo, pois elas apresentam riscos para os consumidores.⁶⁰⁸

No outro extremo, diversos estudos contemporâneos se concentraram nos benefícios da bebida para a saúde humana. Um exemplo de estudo recente é o de Aliny Stefanuto, que observou uma importante redução da lipoproteína de baixa densidade (colesterol LDL) em pessoas dislipidêmicas que consumiram chá mate, isto é, indivíduos com aumento da concentração de colesterol no sangue que participaram do estudo. A redução foi explicada pela presença de saponinas e compostos fenólicos na erva-mate e sua ação inibidora da absorção de colesterol no intestino. A pesquisa constatou ainda um aumento da lipoproteína de alta densidade (HDL) no grupo estudado, implicando na redução no risco de doença arterial coronariana. A pesquisadora obteve melhores resultados com as pessoas que receberam, simultaneamente, orientação nutricional e medicação para controle do colesterol sanguíneo, as estatinas.⁶⁰⁹ Brunna Boaventura e Elenise Fernandes também trataram pessoas dislipidêmicas com chá mate e concluíram ainda que a bebida apresenta potencial antioxidante, ratificando pesquisas anteriores.⁶¹⁰ Por fim, recente estudo publicado nos Estados Unidos sugere que substâncias presentes na erva-mate têm potencial ação no tratamento do câncer de cólon e como anti-inflamatório.⁶¹¹

608 JERKE, Gladis; HORIANSKI, Marta A.; SALVATIERRA, Karina A. Evaluación de géneros micotoxigênicos en yerba mate elaborada. *Revista Ciência & Tecnologia*, n. 12a, 2010.

609 STEFANUTO, Aliny. *Efeito hipocolesterolêmico da erva-mate (Ilex paraguariensis), associada ou não ao aconselhamento nutricional, em indivíduos dislipidêmicos em uso ou não de estatinas*. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

610 BOAVENTURA, Brunna Cristina Bremer. *Avaliação do efeito antioxidante da erva mate (Ilex paraguariensis) em indivíduos com dislipidemia*. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. FERNANDES, Elenise Stuker. *Efeito da erva-mate (Ilex paraguariensis, St. Hill.) na modulação gênica e na atividade da enzima paroxonase: estudos in vitro e in vivo*. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

611 PUANGPRAPHANT, Sirima et al. Dicafeoylquinic acids in Yerba mate (*Ilex paraguariensis* St. Hilaire) inhibit NF-κB nucleus translocation in macrophages and induce apoptosis by activating caspases-8 and -3 in human colon cancer cells. *Molecular Nutrition & Food Research*, v. 55, n. 10, p. 1509-1522, Oct. 2011.

5.4 OS RESULTADOS

Os relatórios ou mensagens dos presidentes de província ou dos governadores de estado tinham, também, a função de criar a imagem de uma administração competente junto ao poder legislativo. É de se esperar, portanto, que não fossem muito críticos na avaliação das ações com resultados insatisfatórios. Talvez isso explique a quase ausência de informações sobre os resultados da propaganda do mate na Europa e na América do Norte, isto é, se pode inferir que as campanhas não corresponderam a um grande aumento da exportação e do consumo dos produtos fora da América Meridional. O relato das dificuldades feito pelo agente encarregado de introduzir o mate nos Estados Unidos, antes citado, é um dos poucos documentos oficiais onde o tema apareceu. O governo do Paraná classificou como insignificante o consumo de erva-mate nos estados do Norte do Brasil até 1928. Como resultado da propaganda relatou a exportação de cerca de vinte mil arrobas de mate em 1929, a maior parte para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará.⁶¹²

Outro indício da dificuldade de abrir novos mercados no período pesquisado é a continuação da propaganda nas décadas seguintes. Em 1940, o Instituto Nacional do Mate partiu do estereótipo de que os Estados Unidos não tinham “uma bebida típica e característica do país” e viu a possibilidade de conquistar o “mercado norte-americano para o mate brasileiro, sem que isso represente nenhuma concorrência ao nosso principal produto”, o café. O poder político que ainda tinham os cafeicultores brasileiros era respeitado na publicidade dos empresários do mate. No discurso do Instituto, os brasileiros ofereciam uma nova dádiva, pois “Um produto alimentar, que se apresente aos Estados Unidos como novidade, deve constituir para seus consumidores como um elemento de saúde, um agente de bem estar [...]. Ora, o mate oferece a esse respeito condições insuperáveis”.⁶¹³

Nestor Vitor acreditou, em 1912, que a abertura do mercado europeu para a “folha de ouro” era “coisa tão possível, até tão segura” e apostou que o mercado nacional garantiria um “largo campo de consumo”.⁶¹⁴ Sua primeira avaliação foi classificada por Linhares como

612 Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo em 1 de fevereiro de 1930. Curitiba: sn. 1930. p. 102.

613 Instituto Nacional do Mate. *Boletim*, n. 2, dez. 1940. p. 17-18. AHSBS.

614 VÍTOR, Nestor. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. 2. ed. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996, p. 100.

um “sonho utópico” e o consumo nacional de erva-mate não se ampliou como o esperado.⁶¹⁵

Os supostos problemas higiênicos decorrentes do uso coletivo da bomba, com temidos riscos de transmissão de doenças apresentados por médicos que atuavam entre os imigrantes alemães do Sul do Brasil,⁶¹⁶ também podem ter dificultado a aceitação da bebida entre os Europeus. Uma revista redigida em alemão, com circulação nas áreas coloniais do Sul do Brasil, chegou a anunciar uma bomba higiênica com bocal móvel e individual.⁶¹⁷ O consumo de chá era uma alternativa ao problema. Heinze acreditava que o chá de erva-mate estava “predestinado a ocupar uma posição saliente nas grandes camadas das populações europeas e a restringir essencialmente o alcoolismo, um dos maiores flagellos dos nossos tempos, nas classes sociais baixas e médias, uma vez tornado conhecido e popular na Europa”. Ele via, entretanto, uma “diferença fundamental entre a bebida abominável, amarga e turvada, que o gaúcho, á maneira primitiva, prepara de ruins productos, e uma taça da verdadeira bebida, topasio-clara, ou verde pallida, transparente e aromática, que por um processo adequado se obtem do Matte de 1ª classe”.⁶¹⁸

Os poucos dados disponíveis sobre a exportação de erva-mate para chá com destino à Europa e Estados Unidos estão reunidos na Tabela 8. Eles revelam que pequenas quantidades foram exportadas pelo Paraná no primeiro semestre de 1930. A Alemanha se evidencia como compradora do produto, em quantidade que supera muito o consumo dos demais países.

615 LINHARES, op. cit., p. 270.

616 SCHULZE, Frederik. Imigrantes alemães e o chimarrão como problema higiênico. In: DREHER, Martin Norberto; KUNS, Jaqueline Anschau; MÜGGE, Miquéias Henrique. (Orgs.). *Anais do XVII Seminário Internacional sobre Imigração e Relações Interétnicas*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

617 St. Paulus Blatt, n. 1, jan. 1938. Memorial Jesuíta Unisinos.

618 HEINZE, op. cit., p. 31.

Tabela 8 – Exportação de erva-mate para a Europa e EUA, 1º semestre de 1930

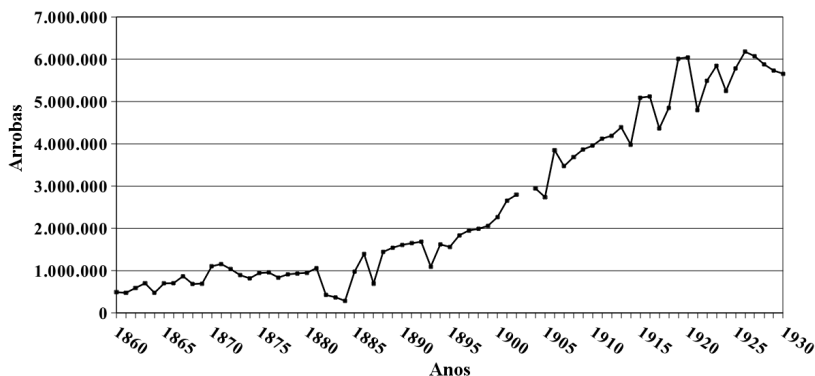
Destino	Quantidade em arrobas
Alemanha	5.176
Inglaterra	404
França	351
Holanda	278
Suécia	157
Bélgica	135
Dinamarca	25
Estados Unidos	11
Total	6.537

Fonte: Instituto do Matte do Estado do Paraná. *O Matte*, Curitiba, n. 9 e 10, maio/jun. 1930. p. 27. MP.

As informações sobre a exportação do estado de Santa Catarina para a Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Suécia, Holanda e Áustria, também escassas, apresentam pequenas quantidades em 1928 e 1929.⁶¹⁹ Os dados disponíveis sobre a exportação de mate pelo Brasil no período estudado estão representados no Gráfico 8. De um modo geral, eles coincidem com os números do Gráfico 2, merecem credibilidade e informam um enorme crescimento da exportação a partir das décadas finais do século XIX. Se este crescimento não pode ser explicado somente pelas vendas para fora da América do Sul, então ele se deveu também ao aumento do consumo de mate nos tradicionais mercados brasileiros, os países platinos e o Chile.

⁶¹⁹ Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa, a 29 de julho de 1928, pelo doutor Adolpho Konder, presidente do estado de Santa Catarina. p. 36. Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa, em 22 de julho de 1930, pelo General Dr. Antonio Vicente Bulcão Vianna, presidente da mesma Assembléa, no exercício do cargo de presidente do estado de Santa Catarina. p. 34-35.

Gráfico 8 - Exportação brasileira de erva-mate



Fonte: IBGE. *Estatísticas do século XX*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

O Instituto do Mate do Paraná publicou um quadro comparando a produção e a importação de erva-mate pela Argentina entre 1920 e 1929. A primeira passou de cerca de 54 mil arrobas para um milhão e meio de arrobas. A importação do produto do Brasil e do Paraguai teve um pequeno crescimento e o consumo total de erva-mate pelos argentinos aumentou muito no período.⁶²⁰ O extrativismo de erva certamente se intensificou e a conservação dos ervais nativos foi duramente prejudicada.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existiu e continua existindo um grande interesse da ciência na *Ilex paraguariensis*, cujos efeitos sobre a saúde humana ainda não foram completamente estudados e esclarecidos. Há uma evidente complexidade da planta do ponto de vista da Química, assim como sob o olhar da Botânica e da Ecologia. A propaganda de produtos derivados da *Ilex*, visando ampliar seu alcance comercial, foi intensa no final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, promovida por empresários do mate associados aos respectivos governos. Os argumentos empregados nas campanhas publicitárias foram, principalmente, as qualidades nutricionais, as propriedades terapêuticas e estimulantes do mate e seu baixo preço em comparação a outras

⁶²⁰ Instituto do Mate do Estado do Paraná. *O Mate*, Curitiba, n. 9 e 10, maio/jun. 1930. MP.

bebidas, especificamente o café e o chá. Grande parte destes argumentos teve como base as conclusões de renomados cientistas da época, nos quais houve um exagero dos efeitos benéficos do mate para a saúde humana. Os limites técnicos e científicos das pesquisas da época podem ser avaliados em comparação com as pesquisas mais recentes. Coerente com seu tempo, o argumento de que as bebidas preparadas com a *Ilex paraguariensis* têm origem natural não foi encontrado, com ênfase, nos documentos pesquisados. A publicação *O Matte* foi um dos poucos lugares em que ele apareceu, visando contrapor o produto paranaense, natural, ao mate argentino, cultivado.⁶²¹ A construção desta ideia aconteceu em período posterior ao estudado.

Os resultados da propaganda que visou a abertura de novos mercados para o mate possivelmente ficaram aquém do esperado pelas autoridades e pelos empresários. Contudo, um grande aumento da exportação de erva-mate brasileira para os mercados tradicionais, acontecido no final do século XIX e início dos anos noventa, pode ter intensificado a exploração dos ervais nativos e prejudicado, de forma decisiva, a sua conservação.

621 Ibidem, n. 1, set. 1929. p. 29. MP.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa focou as mudanças ocorridas nas florestas da América Meridional, especialmente nos ervais nativos, durante o século XIX e nas três décadas iniciais do XX, empregando a abordagem da história ambiental. A erva-mate teve, neste período, grande importância ecológica, social e econômica, pois integrou complexos ecossistemas florestais, ajudou a sustentar incontáveis famílias de indígenas, de caboclos extrativistas e de colonos e contribuiu decisivamente para mover a economia de diversas províncias e municípios. A Floresta Estacional Decidual e a Floresta Ombrófila Mista, nas quais a *Ilex paraguariensis* é endêmica, ocuparam parcela expressiva do território do Sul da América. Sua formação e dinâmica de renovação não estiveram isentas da ação humana, de tal modo que o conceito de floresta virgem, utilizado na lógica etnocêntrica, não é adequado para se escrever uma história ambiental das sociedades envolvidas com a erva-mate. A floresta virgem, intocada pelos humanos, não existiu.

No longo período estudado aconteceram profundas mudanças nas paisagens, nos ambientes e nas sociedades americanas. Elas decorreram de uma combinação complexa de motivos, com destaque para a legislação que restringiu o acesso à posse da terra, a apropriação fraudulenta de terras, os projetos oficiais e privados de colonização, a imigração estrangeira, o aumento populacional, as migrações internas, a pressão do mercado ervateiro e madeireiro, as estiagens e as políticas dos Estados para promover a conservação de ervais e de florestas. O aspecto mais visível das mudanças certamente foi o desmatamento de grandes áreas florestais. Embora pudesse ser visto pela maioria dos sul-americanos como um sinal do progresso, ele foi denunciado por alguns poucos escritores como a perda lastimável de uma riqueza ambiental. Com a derrubada da floresta foram prejudicadas as formas de vida silvestre que dela dependiam, mas também sofreram prejuízo os próprios caboclos e suas práticas socioculturais, que há muito tempo viviam do extrativismo do mate e de atividades agrícolas e pecuárias fortemente ligadas às condições ambientais. O modo de vida caboclo dependia da floresta, dos ervais, dos faxinais, da terra, dos espaços de uso comum e da possibilidade de mover-se periodicamente.

Existiu uma semelhança na forma como os governos das províncias ou estados brasileiros, da Argentina e do Paraguai trataram a conservação dos ervais nativos. Todos eles criaram leis e normas para controlar o acesso aos ervais, regular a sua exploração e aplicar punições aos infratores. Recriaram a legislação muitas vezes, acompanhando as mudanças na conjuntura socioeconômica ou cedendo às pressões dos grupos sociais e das empresas envolvidas com o mate.

A colonização por imigrantes europeus e seus descendentes, onde ela ocorreu, reforçou outra lógica de uso dos bens ambientais e do solo. A agricultura e a propriedade privada da terra foram marcantes no cotidiano e nos valores familiares. Na convivência de colonos e caboclos ocorreram aprendizagens mútuas e diversos colonos aprenderam a ser sul-americanos, isto é, se tornaram caboclos ou assimilaram aspectos do seu modo de vida, inclusive o extrativismo da erva-mate. Outros transformaram a *Ilex paraguariensis* em um cultivo agrícola, ordenado e controlado. Existiram ainda casos de imigrantes, não necessariamente agricultores, que se tornaram empresários do mate, atuando nas etapas de beneficiamento e comércio do produto. O mate foi importante para a adaptação dos colonos ao novo ambiente e para a sustentação econômica de diversos projetos de colonização.

A relativa ausência do mate na historiografia brasileira que trata da imigração e da colonização pode ser explicada pelo predomínio de caboclos e de empresários luso-brasileiros ou hispano-americanos na atividade. A lacuna historiográfica, contudo, também pode ser decorrente do olhar seletivo dos pesquisadores, geralmente voltado para o cultivo da terra e para a produção agrícola. A imigração e a colonização comprometeram a conservação das florestas e dos ervais nativos porque aumentaram acentuada e rapidamente a população das províncias onde aconteceram. O domínio das técnicas de germinação das sementes de *Ilex*, da formação de viveiros de mudas e dos monocultivos pode ter diminuído os esforços para conservação dos ervais nativos.

A propaganda da erva-mate coincidiu, no tempo e nos propósitos, com o interesse da ciência pela *Ilex paraguariensis*, vista e apresentada então como uma planta e um produto com fantásticas propriedades terapêuticas e alimentares. As estruturas de beneficiamento, envase e transporte do mate, montadas na segunda metade do século XIX com base em investimentos públicos e de grandes empresas, permitiram ampliar a escala de produção e pensar na exportação para novos mercados, como os Estados Unidos da América e a Europa. A propaganda teve resultados limitados, menores do que os esperados por

seus promotores. A exportação do mate brasileiro para os tradicionais mercados da América, contudo, aumentou muito nas décadas finais do século XIX e no início do XX e, possivelmente, intensificou a exploração dos ervais nativos e prejudicou sua conservação.

O empenho dos governos municipais e provinciais para a conservação dos ervais existiu, com intensidade, nos níveis da legislação e do discurso. Na prática, o Estado nos três países sulinos estudados se mostrou tolerante e incapaz de impedir a exploração descontrolada dos bens florestais. Mesmo assim, diversos ervais nativos foram conservados até hoje, especialmente no Paraná e em Santa Catarina. Uma outra parte deles existiu até as décadas de 1960 e 70, quando a onda de modernização agropecuária, marcada pela industrialização e pela introdução da soja, desencadeou a derrubada de remanescentes florestais e de ervais até então conservados.

REFERÊNCIAS

- ABINZANO, Roberto Carlos. *Procesos de integración en una sociedad multiétnica: la provincia argentina de Misiones (1895-1985)*. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Sevilha, Sevilha, 1985.
- ALCARAZ, Alberto. *Domingo Barthe: la gestación de una “elite” propietaria de tierras en el Territorio Nacional de Misiones entre 1870-1920 y la explotación yerbatera-maderera en el Alto Paraná*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2013.
- ALVES, Débora Bendocchi. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro -Turíngia (1852-1853). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 155-184, 2003.
- AMABLE, Maria Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989.
- ANAIS do X Seminário sobre atualidades e perspectivas florestais: silvicultura da erva-mate (*Ilex paraguariensis*, St. Hil.). Curitiba: Embrapa, 1985
- ARANHA, Luiz Fernando de Souza. *O mercado ervateiro*. 1967. Tese (Doutorado em Economia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.
- ARBOLES Nativos. Disponível em: <<http://arbolesnativos.org.ar>>. Acesso em: 23 ago. 2012.
- ARDENGHI, Lurdes Grolli. A questão da terra na ocupação do norte: caboclos, ervateiros e coronéis. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; ATX, Gunter (Dirs.). *República: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, 3).
- ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.
- ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Eduel, 1997.
- ARRUDA, Gilmar. Natureza: uma nova “sala de aula” para o ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa;

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (Orgs.). *Ensino de história: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDFURN, 2008.

BARROS, Sérgio Gabriel Silva de et al. Mate (chimarrão) é consumido em alta temperatura por população sob risco para o carcinoma epidermóide de esôfago. *Arquivos de Gastroenterologia*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 25-30, 2000.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição D. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 2000.

BOAVENTURA, Brunna Cristina Bremer. *Avaliação do efeito antioxidante da erva mate (Ilex paraguariensis) em indivíduos com dislipidemia*. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BOGUSZEWSKI, José Humberto. *Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BONI, Luis Alberto de. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. (Série Documenta, 4).

BORGES, Larissa R.; LÁZZARI, Sonia Maria Noemberg; LÁZZARI, Flávio Antonio. Comparação dos sistemas de cultivo nativo e adensado de erva mate, *Ilex paraguariensis* St. Hil., quanto à ocorrência e flutuação populacional de insetos. *Revista Brasileira de Entomologia*, São Paulo, v. 47, n. 4, dez. 2003.

BRANDT, Marlon. *Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-socioespacial*. Florianópolis: UFSC, 2011.

CARON, Márcia dos Santos. *Mapear, demarcar, vender: a ação da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda. no Alto Uruguai gaúcho, 1915/1930*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

CARPANEZZI, Antonio A. et al. Queda anormal de folhas de erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) em 1983. *Anais do X Seminário sobre atualidades e perspectivas florestais: silvicultura da erva-mate*. Curitiba: Embrapa/IBDF, 1985.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Os fatores do desmatamento da Floresta com Araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira. *Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 32-52, ago. 2011.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CHANG, Man Yu. Faxinais no Paraná. *Geografia*, Londrina, v. 3, n. 3, 1985.

CHIARADIA, L. A.; MILANEZ, J. M. *Pragas da erva-mate no Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: EPAGRI, 2007. (Boletim Técnico, 134).

CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

CHRISTILLINO, Cristiano. Mata virgem. In: MOTA, Marcia Menendes. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COELHO, Geraldo Ceni; ATHAYDE, Margareth Linde; SCHENKEL, Eloir Paulo Schenkel. Methylxanthines of *Ilex paraguariensis* A. St.-Hil. var. *vestita* Loes. and var. *paraguariensis*. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 153-158, maio/ago. 2001.

COELHO, Geraldo Ceni. *Teores de metilxantinas e saponinas e morfologia foliar de erva-mate (Ilex paraguariensis A. St.-Hil.) sob a influência de diferentes fatores ambientais e em diferentes variedades e populações*. Tese (Doutorado em Bioquímica), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CONVENÇÃO sobre Diversidade Biológica (CDB). 1992. Disponível em: <<http://www.cdb.gov.br/cdb>>. Acesso em: 9 jun. 2011.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1957.

CORREA, Sílvio M. S.; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Passo Fundo: UPF, 2006.

CUQUEL, F. L.; CARVALHO, M. L. M. de; CHAMMA, H. M. C. P. Avaliação de métodos de estratificação para a quebra de dormência de sementes de erva-mate. *Scientia Agricola*, Piracicaba, v. 51, n. 3, p. 415-421, set./dez. 1994.

DALLA SANTA, Herta Stutz; SOUSA, Nilton José; PITTNER, Elaine; DALLA SANTA, Osmar Roberto; SOCCOL, Carlos Ricardo. Controle biológico em pragas de *Ilex paraguariensis* (A. St.- Hil.) com fungo *Beauveria* sp. *Floresta*, Curitiba, v. 39, n. 1, p. 67-76, jan./mar. 2009.

DEAN, Warfren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. Ciência socioambiental: notas sobre uma abordagem necessariamente eclética. In: ROLIM, Rivail Carvalho; PELLEGRINI, Sandra Araújo; DIAS, Reginaldo (Orgs.). *História, espaço e meio ambiente*. Maringá: ANPUH-PR, 2000.

DUTRA, Fabiana L. Goularte; HOFFMANN-RIBANI, Rosemary; RIBANI, Marcelo. Determinação de compostos fenólicos por cromatografia líquida de alta eficiência isocrática durante estacionamento da erva-mate. *Química Nova*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 119-123, 2010.

DUTRA, Fabiana L. Goularte. *Compostos fenólicos e metilxantinas em erva-mate armazenada em sistemas de estacionamento natural e acelerado*. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Alimentos), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

ECKERT, José Paulo. *O povo dos herbaes: entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

ESPINDOLA, Marcos A.; NODARI, Eunice S. Desastres ambientais e políticas públicas em Santa Catarina. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-12.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A paisagem agrária na obra de Leo Waibel. *GEographia*, Niterói, n. 4, 2000.

FAGUNDES, Glênio. *Cevando mate*. 6 ed. Porto Alegre: Quêrência, 1983.

FERNANDES, Elenise Stuker. *Efeito da erva-mate (Ilex paraguariensis, St. Hill.) na modulação gênica e na atividade da enzima paroxonase: estudos in vitro e in vivo*. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERRARI, Maristela. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (século XX e XIX)*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FICKER, Carlos. A erva-mate e a industrialização de Joinville. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 2, p. 37-40, fev. 1963.

FICKER, Carlos. *São Bento do Sul: subsídios para sua história*. Joinville: sn. 1973.

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz; Casa de Oswaldo Cruz. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

FLORA digital do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/fitoecologia/florars/>>. Acesso em: 4 jun. 2011.

FWLER, A. J. P.; BIANCHETTI, A. *Dormência em sementes florestais*. Colombo: Embrapa Florestas, 2000. (Série Documentos, 40).

FREIRE, Paulo Cezar Vargas. *Mboroviré: a erva-mate no Paraguai colonial*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GALLERO, María Cecilia (Comp.). *El llamado del oro verde: memorias de inmigrantes suizos en Misiones*. Florida: Araucaria; Misiones: Consulado de Suiza, 2008.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mercado interno y economia colonial: tres siglos de historia de la yerba mate*. 2. ed. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2008.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da Colônia Ijuhy*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

GIRON, Loraine Slomp. O imigrante italiano: agente de modernização. In: *Anais do I e do II Forum de Estudos Ítalo-brasileiros*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

GÓMEZ, Silvia B. “Ocupación, posesión y propiedad de las tierras misioneras. Misiones y la Enfiteusis correntina”: proyecto de investigación y recopilación de antecedentes documentales históricos sobre la división y uso del suelo en la ciudad de Posadas y la provincia de Misiones, 1860-1920. *XI Congreso de Historia de Corrientes*, 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fábio Farias. A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes. In: *Anais do V Encontro de Pós-graduação em História Econômica*. Brasília: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2010. Disponível em: <<http://scientia.cliomatica.com/index.php/vencontrohistoriaeconomica/Vencontro/index>>. Acesso em: 15 set. 2011.

GRAF, Vinalto; MARZAGAO, Márcia Ribeiro. Ocorrência do parasitóide *Labena fiorii* sp.n. (Hymenoptera, Ichneumonidae) em larvas de *Hedypathes betulinus* (Klug), broca da erva-mate e em *Chydarteres striatus* (Fabricius), broca da aroeira, (Coleoptera, Cerambycidae). *Revista Brasileira de Zoologia*, v. 16, n. 1, p. 185-190, 1999.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUEDES, Jerson Vanderlei Carús; D'AVILA, Márcia; DORNELLES, Sylvio Henrique Bidel. Comportamento de *Hedypathes betulinus* (Klug, 1825) em erva-mate em campo. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 30, n. 6, nov./dez. 2000.

GUERRA, Ricardo O.; BERNARDO, Gerlane C.; GUTIERREZ, Carmen V. Cafeína e esporte. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, Niterói, v. 6, n. 2, abr. 2000.

GUNDERSON, Lance H. Ecological resilience: in theory and application. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 31, p. 425-439, 2000.

HANISCH, Ana Lúcia; BONA, Luis Cláudio; MARQUES, Anésio da Cunha. Melhoramento de caívas no Planalto Norte de Santa Catarina. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, jun. 2011. p. 6.

HARDIN, Garrett J. The Tragedy of the Commons. *Science*, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 13 dec. 1968. Disponível em: <www.sciencemag.org>. Acesso em: 13 out. 2012.

HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 4, p. 1-23, 1973.

IBAMA. *Portaria normativa n. 118-N*, de 12 de novembro de 1992. Disponível em: <www.ibama.gov.br/flora/portarias/118_92.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.

IBGE. Curso do cambio na praça do Rio de Janeiro – 1822/1939. In: *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano V, 1939/1940.

IBGE. *Estatísticas do século XX*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

IBGE. *Manual técnico da vegetação brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. *Mapa da área de aplicação da Lei n. 11.428 de 2006*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

IBGE. *Mapa de biomas do Brasil*. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

IEDE, Edson Tadeu; MACHADO, Débora C. Pragas da erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) e seu controle. *Boletim de Pesquisa Florestal*, Colombo, EMBRAPA, n. 18/19, p. 51-60, jun./dez. 1989.

INOUE, Mario Takao; RODERJAN, Carlos V.; KUNIYOSCHI, Yoshiko S. *Projeto madeira do Paraná*. Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1984.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. *Coletânea de mapas históricos do Paraná*. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em: 25 out. 2010.

INSTITUTO EUVALDO LODI. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: sn., 1986.

INVENTÁRIO Florístico Florestal do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.iff.sc.gov.br/>>. Acesso em: 4 jun. 2011.

JACQUES, Rosângela Assis. *Caracterização química da erva-mate (Ilex paraguariensis): aplicação de diferentes processos de extração e influência das condições de plantio sobre a composição química*. Tese (Doutorado em Química), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

JERKE, Gladis; HORIANSKI, Marta A.; SALVATIERRA, Karina A. Evaluación de géneros micotoxigénicos en yerba mate elaborada. *Revista Ciência & Tecnologia*, n. 12a, 2010.

JOTZ, Geraldo Pereira et al. Estudo experimental da erva mate (*Ilex paraguariensis*) como agente etiológico de neoplasia do trato aéro-digestivo. *Arquivos Internacionais de Otorrinolaringologia*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 306-311, 2006.

KAMANGAR, Farin et al. High levels of carcinogenic Polycyclic Aromatic Hydrocarbons in mate drinks. *Cancer Epidemiology, Biomarkers & Prevention*, Bethesda, v. 17, n. 5, p. 1262-1268, maio 2008.

KERN, A. Origens da ocupação pré-histórica do Rio Grande do Sul na transição do pleistoceno-holoceno. In: KERN, Arno (Org.). *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

KLEIN, Roberto M. Ecologia da Flora e Vegetação do Vale do Itajaí. *Sellowia*, Itajaí, v. 32, n. 32, p. 164-369, 1980.

KLUG, João. Imigração alemã, agricultura e meio ambiente no sul do Brasil no século XX. In: MUGGE, Miquéias; MUGGE, Erny; HAUENSTEIN, Iria (Orgs.). *Construindo diálogos: história, educação e ecumenismo: Homenagem a Martin N. Dreher*. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 301-312.

KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 3, p. 199-231.

KORMANN, José. *A história da erva-mate e sua região, o Mercosul* (num enfoque geográfico, histórico, econômico, social, político e psicológico). Tese (Doutorado em História), Universidade de León, León, 2001.

LAGIER, Jerónimo. *La aventura de la yerba mate: más de cuatro siglos de historia*. Buenos Aires: sn. 2008.

LANG, Rosalyne Marcele. *Ocorrência de fungos toxigênicos e micotoxinas em erva-mate (Ilex paraguariensis St. Hil. var. paraguariensis) comercializada em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Alimentos), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LEANDRO, José Augusto. Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá. *Esboços*, Florianópolis, v. 10, n. 10, 2002. p. 117.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

LEITE, Maria Silvia Pereira; ZANOL, Ketí Maria; IEDE, Edson Tadeu; PENTEADO, Susete do Rocio Chiarello. Flutuação populacional de *Gyropsylla spegazziniana* (Lizer y Trelles) (Hemiptera, Psyllidae) e de seus inimigos naturais em erva-mate no município de São Mateus do Sul, PR, Brasil. *Revista Brasileira de Entomologia*, São Paulo, v. 51, n. 4, out./dez. 2007.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *História do chimarrão*. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1969.

LISTA de espécies da flora do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

LORENZI, Harri. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. Nova Odessa: Plantarum, 1992. v. 1.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

LUGON, Clovis. *A república “comunista” cristã dos guaranis: 1610-1768*. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MACHADO, Daiane Vaiz. *O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Unicamp, 2004.

MAFRA, Antonio Dias. *Aconteceu nos ervais: a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate – região sul do vale do rio Negro*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade do Contestado, Canoinhas, 2008.

MARIA, Carlos A. B. de; MOREIRA, Ricardo F. A. Cafeína: revisão sobre métodos de análise. *Química Nova*, São Paulo, v. 30, n. 1, fev. 2007.

MARIATH, Jorge Ernesto de Araújo et al. Aspectos anatômicos e embriológicos em espécies do gênero *Ilex*. In: WINGE, Helga et al. (Orgs.). *Erva-mate: biologia e cultura no Cone Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

MATTOS, Andréa Gabriela. *Caracterização das práticas de manejo e das populações de erva-mate (Ilex paraguariensis A. Sant. Hil) nativa em exploração no planalto norte catarinense*. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MOLINA, Manuel González de. La crisis de la modernidad historiográfica y el surgimento de la historia ecologica. In: *História e meio ambiente: o impacto da expansão europeia - Actas do Seminário Internacional*. Madeira, Portugal: Centro de Estudos de História do Atlântico; Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1999.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. *Ferrovia: patrimônio cultural*. Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

NASCIMENTO, Antônio Roberto. Os ervateiros de Joinville. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 11-12, nov.-dez. 1993, p. 381-390.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. Terra de servidão coletiva no Alto Uruguai, da província do Rio Grande do Sul. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 55-76, 2009.

NEUMANN, Marcia Rosane. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NODARI, Eunice S. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. *História Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 9, p. 134-148, 2009.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na elteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 35-53.

NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2009.

OLIVEIRA, Marisa Correia. A política ervateira em Santa Catarina e no Paraná. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 2, p. 61-75, fev. 1976.

OLIVEIRA, Yeda Maria Malheiros; ROTT, Emilio. Área de distribuição natural de erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.). *Anais do X Seminário sobre atualidades e perspectivas florestais: silvicultura da erva-mate*. Curitiba: Embrapa/IBDF, 1985.

ORTIZ, Helen S. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1850-1889)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1876-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, sd.

PIAZZA, Walter Fernando. *Angelina: um caso de colonização nacional*. Tese (livre docência em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1973.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, 1997.

PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, n. 8, p. 151-165, 1991.

PRIMAVESI, Ana. *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*. São Paulo: Nobel, 2002.

PUANGPRAPHANT, Sirima et al. Dicaffeoylquinic acids in Yerba mate (*Ilex paraguariensis* St. Hilaire) inhibit NF- κ B nucleus translocation in macrophages and induce apoptosis by activating caspases-8 and -3 in human colon cancer cells. *Molecular Nutrition & Food Research*, v. 55, n. 10, p. 1509–1522, oct. 2011.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Joaquim Murtinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 125-146, jan./jun. 2010.

RAVEN, Peter; EVERT, Ray F.; EICHHORN, Susan E. *Biologia vegetal*. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

REBER, Vera Blinn. Commerce and industry in nineteenth century Paraguay: the example of yerba mate. *The Americas: a quarterly review of inter-american cultural history*, Maryland, v. XLII, n. 1, jul. 1985.

REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto Miguel; REIS, Ademir (Coord.). *Projeto madeira do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SUDESUL, 1988.

REITZ, Raulino. *Santa Bárbara: primeiro núcleo da colonização alemã em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1991.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

RIVELLI, Diogo Pineda et al. Determinação simultânea de ácido clorogênico, ácido caféico e cafeína, no extrato aquoso e hidroalcoólico de *Ilex paraguariensis* por CLAE e correlação com a capacidade antioxidante dos extratos por redução do DPPH. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, São Paulo, v. 43, n. 2, abr./jun. 2007.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RUSCHEL, Ademir R.; NODARI, Eunice S.; GUERRA, Miguel P.; NODARI, Rubens O. Evolução do uso e valorização das espécies madeiráveis da Floresta Estacional Decidual do Alto-Uruguaí. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 13, n. 1, p. 153-166, 2003.

SANTOS, Manoel P. R. Teixeira dos. *O imigrante e a floresta: transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí - SC*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANTOS, Nadia P. dos. Theodoro Peckolt: a produção científica de um pioneiro da fitoquímica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 515-533, maio/ago. 2005.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHNEIDER, Daniel. *A construção de uma cultura técnica agropecuária no sul do Brasil: o caso da Colônia Ijuí*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SCHULZE, Frederik. Imigrantes alemães e o chimarrão como problema higiênico. In: DREHER, Martin et al. (Orgs.). *Anais do XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização*. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 730-742.

SILVA, Aristóteles G. d'Araújo e et al. *Quarto catálogo dos insetos que vivem nas plantas do Brasil: seus parasitos e predadores*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1968. 3 v.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava: Unicentro; Niterói: UFF, 2011.

SIMINSKI, Alexandre et al. Secondary Forest Succession in the Mata Atlantica, Brazil: Floristic and Phytosociological Trends. International Scholarly Research Network: *Ecology*, p. 1-19, 2011.

SIMINSKI, Alexandre. *A floresta do futuro: conhecimento, valorização e perspectivas de uso das formações florestais secundárias no Estado de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SLAVSKY, Leonor; CERESOLE, Gladis. História de yerba y mate. In: CARRERA, Nicolás Iñigo et al. *El campo y sus habitantes*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1986. IAI.

SOUZA, Adriano Martinho de. *Dos ervais ao mate: possibilidades de revalorização dos tradicionais processos de produção e de transformação de erva-mate no planalto norte catarinense*. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SPEIGHT, Martin R.; HUNTER, Mark D.; WATT, Allan D. *Ecology of insects: concepts and applications*. 2. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

SPONCHIADO, Breno Antonio. *O positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

STEFANUTO, Aliny. *Efeito hipocolesterolêmico da erva-mate (Ilex paraguariensis), associada ou não ao aconselhamento nutricional, em indivíduos dislipidêmicos em uso ou não de estatinas*. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

THE INTERNATIONAL Plant Names Index. Disponível em: <<http://www.ipni.org/>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

THIAGO, Raquel de S. A oligarquia do mate. *A Notícia*, Joinville, 12 dez. 1984. AHJ.

THIAGO, Raquel de S. *Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Baptista*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1988. (Projeto Memória Pública de Santa Catarina; Historiografia, 1).

THIAGO, Raquel de S.; PIAZZA, Walter. *Um caso de liderança luso-brasileira na região de Joinville: Abdon Baptista, 1884-1922*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Entre o patrão e o coronel: a atuação da Lumber Company e as disputas políticas no pós-Contestado, 1917-1920. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

VALDUGA, Eunice et al. Caracterização química da folha de *Ilex paraguariensis* St. Hil. (erva-mate) e de outras espécies utilizadas na adulteração do mate. *Boletim do Centro de Pesquisa de Processamento de Alimentos* (CEPPA), Curitiba, v. 15, n. 1, p. 25-36, jan./jun. 1997.

VASSALLO, Alberto et al. Esophageal cancer in Uruguay: a case-control study. *Journal of the Cancer Institute*, Oxford University, v. 75, n. 6, p. 1005-1009, 1985.

VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL Filho, Antonio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

VIEIRA, Manoela Alano. *Análise de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs) nas etapas do processamento da erva-mate (Ilex paraguariensis) e caracterização química dos resíduos da trituração para o desenvolvimento de produto*. Tese (Doutorado em Ciência dos Alimentos), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

VÍTOR, Nestor. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. 2. ed. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1972.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 2, abr./jun. 1949.

WENTZ, Liliane Irma Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul, 1902-1950*. Passo Fundo: UPF, 2004.

WERNECK, Ruy M. da R. *Legislação ervateira*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1962.

WHITMORE, Timothy Charles. *An introduction to tropical rain forests*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.

WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980.

WONSOWSKI, João Ladislau. *Nos peraus do rio das Antas*. Tradução de Alberto Victor Stawinski. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, n. 8, 1991.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*. v. V, n. 2, ago./dez. 2002. v. VI, n. 1, jan./jul. 2003.

ZANON, Ayrton. *Produção de sementes de erva-mate*. Curitiba: Embrapa, 1988. (Circular Técnica, 16).

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

ZARTH, Paulo. Agricultura e impactos ambientais. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 54-76.

FONTES

A VOZ DA SERRA [jornal], Passo Fundo, 1916-1920. Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo.

AÇÃO ordinária na qual é autor Evaristo Teixeira do Amaral e réus Ubaldino de Oliveira Machado e outro, Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1892. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

AMBROSETTI, Juan B. *Viaje á las Misiones argentinas e brasileiras por el alto Uruguay*. La Plata: Publicaciones del Museo, 1892. Biblioteca Nacional da Argentina (BNAR).

AMSTAD, Theodor. *Hundertjahre: Deutschtum in Rio Grande do Sul, 1824-1924*. Porto Alegre: 1924. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

ANAIS da Assembleia Legislativa, 1905. AHRs.

APUNTES sobre la yerba-mate: recopilacion y resumen de los trabajos conocidos hasta la fecha; novas investigaciones de Domingo Parodi. Buenos Aires: M. Biedma, 1879. BNAR.

ARGENTINA. Decreto de 27 de marzo de 1896. ARGENTINA. Ley n. 4167 de 8 de enero de 1903, Ley de Tierras. ARGENTINA. Decreto de 18 de diciembre de 1903. ARGENTINA. Decreto de 1906. ARGENTINA. Reglamento de 6 de setiembre de 1907. Transcritos por: AMABLE, Maria Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989. p. 150-178.

ARGENTINA. *Ley de bosques y yerbales*: proyecto, 1915. Buenos Aires: Talleres Gráficos del Ministerio de Agricultura de la Nación, 1915. BNAR.

ARGENTINA. *Ley de inmigracion y colonizacion de la República Argentina*, 1876. Buenos Aires: La Universidad, 1883. BNAR.

ARGENTINA. Ley de venta de tierras y division de los territorios nacionales, 1882. ARGENTINA. Decreto prohibiendo la venta de terrenos de yerbales, poniendo en vigencia el reglamento de 1876 y

pasando al Ministerio de Hacienda el conocimiento de los asuntos relativos á yerbales, 1894. ARGENTINA. Decreto reglamentando la elaboración (sic) de los yerbales y creando su inspección, 1894. MISIONES. Reglamentando de yerbales, 1894. In: *La tierra pública e su colonización*. Buenos Aires: Imprenta del Congreso, 1894. BNAR.

ARGENTINA. *Ley n. 4157 de enero 8 de 1903*: Ley de tierras. Archivo Administrativo Histórico Municipal de Posadas (AAHMP).

ARGENTINA. Reglamento para la administracion de los pueblos de Misiones, 1810. Transcrito por: AMABLE, Maria Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989. BNAR.

ASTRO. *Misiones: oro verde*. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1945. BNAR.

AUTOS da investigação policial no engenho São Lourenço, 1905. Museu da Justiça do Estado do Paraná (MJPR).

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*: 1858. Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*: 1858. Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

AYALA, German. *El cultivo de la yerba mate em Misiones*. Tese (Graduação em Engenharia Agrônômica), Universidad de Buenos Aires, 1918. BNAR.

BARRETO, J. A. Dias (Org.). *Herva mate – Ilex Mate*: Brasilianischer Tee. Joinville: Instituto do Mate; São Paulo: Companhia Melhoramentos, sd. p. 8. Ibero-Amerikanisches Institut, Berlin (IAI).

BARRETT, Rafael. *O que são os ervais*. Tradução de Alai Garcia Diniz. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2012.

BELGRANO, Manuel. *Reglamento para el régimen político y administrativo y reforma de los pueblos de Misiones*. 1810. AAHMP.

BELLO, Luis Alves Leite de Oliveira. Diário de uma excursão eleitoral feita pelo interior da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul -

1856. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 79, p. 5-49, set. 1940.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul: 1875-1887*. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. *Pioneering in south Brazil: three years of forest and prairie life in the province of Paraná*. Londres: John Murray, 1878.

BRASIL. *Decreto n. 1.273/1891 de 10 de janeiro de 1891*, concede permissão a Ernesto Canac e outros para explorarem herva matte no Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

BRASIL. *Decreto n. 1318 de 31 de janeiro de 1854*: regulamenta a execução da Lei n. 601/1850. Disponível em: <www.itesp.sp.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2011.

BRASIL. *Decreto n. 769 de 20 de setembro de 1890*, concede permissão a José de Azevedo Silva e Tertuliano Ramos para a exploração de herva matte no Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

BRASIL. *Decreto n. 8799 de 9 de dezembro de 1882*. Concede permissão a Thomaz Lorangeira para colher herva-matte na Província de Mato Grosso. Citado por: ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: INSTITUTO EUVALDO LODI. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: sn., 1986. p. 195-310.

BRASIL. *Decreto n. 962 de 7 de novembro de 1890*, concede autorização a Tertuliano Ramos e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Commercio de Matte. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2011

BRASIL. *Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850*: dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 10 ago. 2011.

CAMARA, Antonio de Arruda. *O mate*: porque devemos tomal-o e como preparal-o para o consumo. Rio de Janeiro: Typ. do Ministério da Agricultura, 1928.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da região missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887.

CATÁLOGO da Exposição Estadual de 1901: Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Officina Typographica de Gundlach e Becker, 1901.

COMPAÑÍA ELDORADO. *Die Eldorado-Kolonien*: Eldorado, Puerto Rico und Monte Carlo in dem argentinischen Territorium - Misiones. Buenos Aires, 1925. IAI.

Correspondência da Câmara Municipal de Campo Largo. Arquivo Público do Paraná (APPR).

Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta. AHCA.

Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRS.

Correspondência da Câmara Municipal de Passo Fundo. AHRS.

Correspondência da Câmara Municipal de Santa Cruz. AHRS.

Correspondência da Câmara Municipal de Santo Antonio da Palmeira. AHRS.

Correspondência da Câmara Municipal de Soledade. AHRS.

Correspondência da Câmara Municipal de Taquari. AHRS.

Correspondências da Câmara Municipal de Curitiba. APPR.

CORRIENTES. Ley de 29 de octubre de 1832. CORRIENTES. Reglamento para los yerbales de las Misiones de 7 de enero de 1864. Transcritos por: AMABLE, Maria Angelica; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia de la yerba mate en Misiones*. Posadas: Montoya, 1989. p. 57-64.

COUTY, Louis. *Le maté et les conserves de viande: rapport à son excellence, monsieur le ministre de l'agriculture et du commerce, sur sa mission dans les provinces du Paraná, Rio Grande et les états du sud*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

CUBER, Antoni. *Nas margens do Uruguai*. 1898. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975.

D'ALESSIO, Vito. *Claro Jansson: o fotografo viajante*. São Paulo: Dialeto Latin American Documetary, 2003.

DAUMAS, Ernesto. *El problema de la yerba mate*. Buenos Aires: Asociación Argentina de Plantadores de Yerba Mate; Compañía Impresora Argentina, 1930. BNPY.

DECLARAÇÕES visando o registro de ervais privados em atendimento ao decreto n. 704 de 1904. 1904-1905. AHRS.

DEMERSAY, Alfred. *Étude économique sur le maté ou thé du Paraguay*. Paris: Bouchard -Huzard, 1867.

DER BRASILIANISCHE MATÉ: herausgegeben von der Mission für wirtschaftliche Ausbreitung Brasiliens. sn. sd. IAI.

DER DEUTSCHE AUSWANDERER, 1906.

DER HANSABOTE [jornal], Blumenau, 1905-1910. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

DIE KOLONIE [jornal], Santa Cruz do Sul, 1891-1904. Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEDOC).

DR. BERNHARD FÖRSTER'S KOLONIE NEU-GERMANIA IN PARAGUAY. Berlin: Commissions-Verlag der Actien-Gesellschaft "Pionier", 1891. IAI

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão; EdIPUCRS, 1990.

ENTREVISTA com Elizabetha Porazzi, por Marcos Gerhardt. 10 mar. 2001. (gravação, acervo da família).

ENTREVISTA com Felicida Mallmann e Benjamin Kunzler, por Marcos Gerhardt. 20 jun. 2000. (gravação, acervo da família).

ENTREVISTA com Julio Mauricio Sassi, 1996. Arquivo Histórico João Spadari Adami. Caxias do Sul RS.

ENTREVISTA com Olimpio Leonardo Mokwa. 27 abr. 2008. Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font (AHJMIF).

EXPLORAÇÃO do Rio Turvo [Relatório da]. 1859. AHRs.

FESTSCHRIFT zur Jahrhundertfeier der ersten Deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul: die Deutschen der Kolonie Serra Cadeado: 1824-1924. Ijuhy: Livraria Serrana, 1924.

FURNUS, Adolfo C. *La yerba-mate en Misiones*. sl.: sn, 1930. p. 54-64. BNAR.

GAZETA DE JOINVILLE [jornal], 1878-1905. Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

GIROLA, Carlos D. *La yerba mate: contribución al estudo de las cuestiones que interesan a los productores, molineros, comerciantes y consumidores*. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1931. IAI.

HEINZE, Eduardo. *O matte ou o chá do Paraná: sua extracção e seu emprego; consumo presente e futuro*. Tradução de Rodolpho Speltz. Curityba: Typografia da Penitenciária do Ahú, 1909. Biblioteca Pública do Paraná (BPPR).

HERNANDEZ, Rafael. *Cartas misioneras: reseña histórica, científica y descriptiva de las Misiones argentinas*. Buenos Aires: Luz del Alma, 1887. BNAR.

HEWIG, Tutz Culmey; KNORR, Ilga K. *A filha do pioneiro*. Tradução de Ricardo Meyer. São Carlos: Prefeitura Municipal de São Carlos, 1987.

HILLEBRAND, Johann Daniel. Correspondência dirigida a João Lins Vieira Cansação de Sinimbu em 6 de julho de 1853. AHRs.

HILLEBRAND, Johann Daniel. Quadros da exportação da colônia São Leopoldo, 1842-1845. AHRs.

HILLEBRAND, Johann Daniel. Relatório da colônia São Leopoldo, 1854. AHRs.

IL COLONO ITALIANO [jornal], Caxias do Sul, 1910-1917. Museu dos Capuchinhos (MC).

INSTITUTO do Mate de Santa Catarina. Relatório da Directoria apresentado á Assembléa Geral Ordinaria de 15 de janeiro de 1929. Joinville: sn., 1929. MJC.

INSTITUTO do Matte do Estado do Paraná. *Estatutos*. Curitiba: Livraria Universal, 1928. AHJ.

INSTITUTO do Matte do Estado do Paraná. *O Matte*. Curitiba: 1929-1930. MP.

INSTITUTO Nacional do Mate. *Boletim*. n. 2, dez. 1940. AHSBS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Anacleto Ferreira Baptista, Comarca de Cruz Alta, 1867. APERS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Antonio Pereira Borges, Comarca de Cruz Alta, 1864. APERS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Feliciano Roiz da Silva, Comarca de Cruz Alta, 1863. APERS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Fidelles de Almeida Lára, 1877, Comarca de Curitibaanos, 1877, caixa 11G. MJC.

INVENTÁRIO *post-mortem* de José Feliciano Hochmoeller, Comarca de Cruz Alta, 1866. APERS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Luiz Perié, Comarca de Cruz Alta, 1851. APERS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, Comarca de São Borja, 1838. APERS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Theresa Maria de Jesus, Comarca de Cruz Alta, 1869. APERS.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Vicencia de Almeida Leite, Comarca de Cutitibanos, 1876, caixa 11G. MJC.

INVENTÁRIO *post-mortem* do Barão de Ibucuhy, Comarca de Cruz Alta, 1879. APERS.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Teodemiro Tostes. Brasília: Senado Federal, 2006.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1933-1834*. Tradução de Dante de Laytano. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KALENDER DER SERRA-POST. Ijuhy: Livraria Serrana, 1925. Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP).

KALENDER FÜR DIE DEUTSCHEN IN BRASILIEN. São Leopoldo; Cruz Alta: Rotermond, 1913.

KOLONIE ZEITUNG [jornal], Joinville: 1877. AHJ.

LA LIBERTÁ [jornal], Caxias do Sul, 1909-1910. MC.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. *O chá do Paraná ou herva matte do Brasil*. Curityba: 1931. BPPR.

LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. (Reconquista do Brasil, 2).

LIVROS de registro de batismo de Santa Cruz. Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

LOHMANN, Carlos E. J. *Cafeína ou mateína?* estudo experimental sobre o alcaloide principal do mate ou chá do Brasil. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1914. IAI.

MAPA organizado em observância ao Decreto-lei Nacional n. 311, de 2 de março de 1938. Escala 1:80.000. CEDOC.

MARTIN & CIA. LTDA. *Que es la yerba mate?* Rosario: Emilio Fenner, sd. BNAR.

MARTINS, Romario. *Ilex-mate*: chá sul-americano. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926.

MIRANDA, Francisco Nunes de. Descrição do projecto da ponte do Ijuhy-Grande na estrada dos Hervaes para o Rincão dos Povos. 1859. AHRs.

MIRANDA, Francisco Nunes de. Sobre os diferentes ervaes, sua extensão, uberdade e cultura. 1859. AHRs.

MONTOYA, Antônio Ruiz de. *Conquista espiritual*: feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MOUSSY, Martin de. *Description géographique et statistique de la Confédération Argentine*. Paris: Typographie de Firmin Didot Frères, 1860. Disponível em: <<http://www.culturaapicola.com.ar/apuntes/libros/>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

MOUSSY, Martin de. *Memoria historica sobre la decadência y ruina de las misiones jesuíticas en el seno del Plata*: su estado en 1856. Parana: Imprenta del Nacional Argentino, 1857. AAHMP.

MUELLO, Alberto Carlos. *Misiones*: las cataratas del Iguazú, el alto Paraná y el cultivo de la yerba mate. Buenos Aires: Jacobo Peuser, sd. BNAR.

NEGER, Frantz Wilhelm; VANINO, Ludwig. *Der Paraguay-Tee (Yerba mate)*: sein Vorkommen, seine Gewinnung, seine Eigensschaften und seine Bedeutung als Genussmittel. Stuttgart: Fr. Grub Verlag, 1903. IAI.

O DEZENOVE DE DEZEMBRO [jornal], Curitiba:1854-1865. MP.

O MATE DO PARANÁ. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1875. IAI.

O NACIONAL [jornal], Passo Fundo, 1925-1931. Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo.

O PALADINO [jornal], Estrela: 1921-1933. Acervo pessoal de Luiz Roque Schwertner.

OLIVEIRA, Arturo A. *Métodos prácticos para el cultivo de la yerba mate en el territorio de Misiones*. Buenos Aires: Ministério da Agricultura, 1922. BNAR.

PARAGUAY. *Código rural de la República del Paraguay*: 1877. Asuncion: La Democracia, 1885. Biblioteca Nacional del Paraguay (BNPY).

PARAGUAY. *Código rural vigente en la República del Paraguay*: 1877. Asuncion: La Tribuna, 1900. BNPY.

PARAGUAY. *Leyes y decretos vigentes sobre tierras, montes y yerbales fiscales*. Asuncion: Talleres Gráficos del Estado, 1919. BNPY.

PARANÁ. *Código da Herva-mate*: projecto do deputado Romario Martins. 1925. MP.

PARANÁ. *Decreto n. 479*, isenta de impostos a erva-mate exportada para a Europa, apud HEINZE, Eduardo. *O matte ou o chá do Paraná: sua extracção e seu emprego; consumo presente e futuro*. Tradução de Rodolpho Speltz. Curityba: Typografia da Penitenciária do Ahú, 1909. p. 100. BPPR.

PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881. AAHMP.

PROCESSO crime no qual são réus Salvador Luiz Fernandes, Fermino Luiz Fernandes, João Francisco e Julio Antonio Francisco. Comarca de Santo Antonio da Palmeira, 1890. APERS.

PROCESSO por agressão no qual são partes Antonio Auersvald e Jeronimo Antonio dos Santos. Distrito de Santa Cruz de Canoinhas, 1911. Comarca de Curitibaanos. MJC.

RAVE, Francisco. *Relatório dos campos do Serro Pellado, Ijuí e Uruguai explorados em 1857-1858*. AHRS.

REIS, Jayme. *Memória sobre a herva-matte*. Curytiba: Typ. da Livraria Economica, 1909.

RELATÓRIO correspondente ao período administrativo decorrido de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925, apresentado ao Conselho Municipal de Caxias do Sul pelo intendente Dr. Celeste Gobbato. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926. AHRS.

RELATÓRIO da Prefeitura Municipal de Ijuí, 1920. MADP.

RELATÓRIOS apresentados pelos intendentes ao Conselho Municipal de Lajeado. 1909-1929. AHMJ.

RELATÓRIOS da gestão dos negócios do município de São Bento apresentados ao Conselho Municipal pelo superintendente Manoel Gomes Tavares, 1904; 1908; 1909. BPSC.

RELATÓRIOS dos Negócios das Obras Públicas do Estado do Rio do Grande do Sul. Porto Alegre: 1894-1929. AHRS.

RELATÓRIOS e mensagens dos presidentes da província de Santa Catarina. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago, 2001. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

RELATÓRIOS e mensagens dos presidentes da província de São Paulo. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago, 2001. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

RELATÓRIOS e mensagens dos presidentes da província do Paraná. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago, 2001. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

RELATÓRIOS e mensagens dos presidentes da província do Rio Grande do Sul. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago, 2001. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

REVISTA AGRÍCOLA. Santa Catarina, jan./mar. 1906. BPSC.

REVISTA CATHARINENSE. Rio de Janeiro, abr. 1900. BPSC.

REVISTA DE AGRONOMIA Y CIENCIAS APLICADAS, Asuncion, n. 1, abr. 1897. BNPY.

REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, n. 8, dez. 1922. APERS.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 550 de 20 de maio de 1863. In: *Coleção das leis e resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1863.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*. Tradução de Afonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. (coleção Reconquista do Brasil, 9).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SANTA CATARINA. *Decreto n. 29 de 27 de abril de 1927*: regulamenta a Lei 1487/1925 e cria o Regulamento para a colheita da herva mate. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927. AHJ.

SANTA CATARINA. *Lei 1573/27*: autoriza a defesa e a propaganda da erva-mate dentro e fora do Brasil. Leis de 1927, p. 12. CMALSC.

SANTA CATARINA. *Lei n. 1487 de 17 de agosto de 1925*: autoriza a regulamentação da colheita da herva mate. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927. AHJ.

SANTA CATARINA. *Lei n. 700 de 27 out. 1906*: regulamenta o corte da erva-mate no Estado de Santa Catarina e define as formas de fiscalização. CMALSC.

SANTA CATARINA. *Lei n. 960 de 14 de agosto de 1913*: autoriza o Poder Executivo a fazer contratos com particulares concedendo

gratuitamente lotes de terras de fachinaes para o plantio de herva matte. CMALSC.

SCHUTEL, Henrique Ambauer. *Itinerário de Cruz Alta ao Campo Novo*. 1867.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typografia de J. Villeneuve e Comp., 1860.

SOCIEDADE Nacional de Agricultura. *Distribuição da herva matte no Brazil*. São Paulo: 1908. 1 mapa. AHRS.

SPEGAZZINI, Carlos. *Al traves de Misiones*. La Plata: Talleres de Joaquin Sese y Cia., 1914.

SPEGAZZINI, Carlos. *Sobre algunas enfermedades y hongos que afectan las plantas de "agrios" en el Paraguay*. Buenos Aires: Coni, 1920. BNAR.

ST. PAULUS BLATT [revista], Porto Alegre: 1925-1939. Memorial Jesuíta Unisinos (MJU).

STAFFETTA RIOGRANDENSE [jornal], Caxias do Sul, 1917-1930. Museu dos Capuchinhos.

STRUVE, Jacob. *Die Kolonie Hohenau in Paraguay: Zum 25-jährigen Bestehen der Kolonie*. Buenos Aires: Mercur, sd. IAI.

TESCHAUER, Carlos. *A herva-mate na historia e na atualidade*. Porto Alegre: Gundlach & Comp. 1907.

TÍTULO nominativo do socio: Sociedade Cooperativa de Produção de Herva-Matte do Municipio de Ijuhy. 1935.

TRATADO de Amistad, Auxilio y Comercio entre Paraguay e Argentina, que se firmó a 12 de octubre de 1811. AAHMP.

UHLE'S KALENDER: Jahrbuch für das Deutschtum in Brasilien. Rio de Janeiro; Curitiba: 1916-1920. AHJFS.

UMANN, Josef. Memórias de um imigrante boêmio. Tradução e notas de Hilda Agnes H. Flores. Porto Alegre: EST; Nova Dimensão, 1997.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de. *Guia do emigrante para o Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. IAI.

VOLKS-ZEITUNG [jornal]. São Bento do Sul SC. AHSBS.

WEISS, João. *Colonos na selva*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1949.

ZAMBONI, Benito. *Escenas familiares campestres*. Posadas: UNaM, 1999.

ZIMPE, Heinrich. *In den deutschen Urwaldschneisen*. Hamburg: St. Raphaelsverein, 1925.

ZIPPERER, Josef. *São Bento no passado*: reminiscências de época da fundação e povoação do município. sn., 1951. MAMCL.